



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História



**THIAGO NUNES SOARES**

**“UM CLIMA DE AGITAÇÃO CRIADO POR ALUNOS  
ESQUERDISTAS”: VIGILÂNCIA, MILITÂNCIA POLÍTICA E  
LUTAS PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS NA UFPE  
(1973-1985).**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**“UM CLIMA DE AGITAÇÃO CRIADO POR ALUNOS ESQUERDISTAS”:  
VIGILÂNCIA, MILITÂNCIA POLÍTICA E LUTAS PELAS LIBERDADES  
DEMOCRÁTICAS NA UFPE (1973-1985).**

---

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Linha de Pesquisa: Cultura, Poder & Representações.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Grinberg.

**Rio de Janeiro**

**2020**

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

S676 Soares, Thiago Nunes  
?Um clima de agitação criado por alunos  
esquerdistas?: vigilância, militância política e lutas  
pelas liberdades democráticas na UFPE (1973-1985).  
/ Thiago Nunes Soares. -- Rio de Janeiro, 2020.  
296f

Orientadora: Lucia Grinberg.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação  
em História, 2020.

1. UFPE. 2. movimento estudantil. 3. ditadura  
civil-militar. 4. vigilância social. 5. liberdades  
democráticas. I. Grinberg, Lucia, orient. II.  
Título.

**THIAGO NUNES SOARES**

**“UM CLIMA DE AGITAÇÃO CRIADO POR ALUNOS ESQUERDISTAS”:  
VIGILÂNCIA, MILITÂNCIA POLÍTICA E LUTAS PELAS LIBERDADES  
DEMOCRÁTICAS NA UFPE (1973-1985).**

---

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Lucia Grinberg (UNIRIO – Orientadora)

---

Profa. Dra. Icleia Thiesen (UNIRIO)

---

Profa. Dra. Angélica Müller (UFF)

---

Profa. Dra. Samantha Viz Quadrat (UFF)

---

Prof. Dr. Evson Malaquias de Moraes Santos (UFPE)

## **DEDICATÓRIA**

A minha família, que sempre me incentivou e me apoiou na realização dos meus sonhos. Em especial, meus pais Maria José Nunes de Menezes, Sílvio Roberto Fernandes Soares, José Marcos da Silva e meu irmão Alisson Menezes da Silva.

Aos estudantes e professores que resistiram contra a ditadura civil-militar brasileira, ao lutarem por melhorias educacionais e pelo retorno das liberdades democráticas, deixando no presente este legado.

## AGRADECIMENTOS

Este é o momento mais prazeroso da escrita da tese, porque ninguém é e nem faz nada sozinho. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pela excelência acadêmica, pelo acolhimento e pelo humanismo que me tratou ao longo de todo o curso. Em especial, aos coordenadores Pedro Caldas e Anderson Oliveira, aos secretários Raphael di Ângelo e Priscila Luvizotto e às professoras Cláudia Rodrigues e Lucia Grinberg, com as quais muito aprendi nas aulas.

Ser orientado pela professora Lucia Grinberg foi um grande presente, porque com ela sempre me senti seguro de que estava trilhando o melhor caminho para o desenvolvimento da tese. Sou grato pela constante disponibilidade, sensibilidade, criticidade e exigência para que eu pudesse realizar um ótimo trabalho. Também agradeço por sempre ter acreditado em meu potencial, pois após o exame de qualificação do doutorado pensei se daria conta das recomendações indicadas pela banca, pelo curto prazo disponível. Mas, a sua objetividade, clareza, tranquilidade e direcionamento me fizeram acreditar que eu poderia sim e, cá estou, feliz e com o trabalho concluído.

Sou muito grato às professoras Samantha Viz Quadrat e Angélica Müller pela participação nos exames de defesa e qualificação. A qualificação ocorreu no dia de uma paralisação nacional e elas aceitaram compor a banca, tendo em vista eu já ter comprado as passagens aéreas antecipadamente. As leituras atentas, críticas, sensíveis, propositivas e colaborativas foram de suma relevância para eu repensar e melhorar o trabalho. Fiquei feliz e honrado com as suas participações. Agradeço ainda à Angélica Müller e ao professor Pedro Fagundes pelas contribuições à pesquisa durante as discussões nos eventos da ANPUH Nacional: 2015, 2017 e 2019.

Sou muito grato também aos professores Evson Malaquias de Moraes Santos e Icleia Thiesen por comporem a banca de defesa. Ele acompanhou e contribuiu com a pesquisa durante o doutoramento e suscitou profícuas reflexões durante a leitura deste trabalho. Ela realizou uma leitura atenta e sensível da tese, contribuindo com uma arguição que se constituiu uma bela aula acerca da operação historiográfica. Também agradeço aos funcionários de todas as instituições pesquisadas.

Escrever esta tese ao longo de cinco anos sem bolsa em uma universidade de outro estado foi um grande, árduo e prazeroso desafio, muito mais do que eu imaginava.

Nesse período, para me manter financeiramente e investir nos meus estudos, precisei ter em média três vínculos concomitantes, com jornadas triplas de trabalho e viajar frequentemente para o interior de Pernambuco e para outros estados do Brasil. Nos espaços em que atuei obtive a colaboração e a compreensão de coordenadoras queridas, que me deram várias oportunidades profissionais e me ajudaram de diferentes formas, daí o meu carinhoso agradecimento às professoras Marta Margarida, Paula Levray e Luciene Santos, do curso de Licenciatura em História EaD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e de Wanuska Portugal, dos cursos de Saúde do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA).

Nessa longa jornada a minha família foi fundamental, por estar comigo em todos os momentos de forma carinhosa, incentivadora e apoiadora, especialmente, os meus pais Maria José Nunes de Menezes, Sílvio Roberto Fernandes Soares e José Marcos da Silva, meu irmão Alisson Menezes da Silva e o meu companheiro Johny Marllon Nascimento da Silva.

E o que seria de mim também sem os antigos e novos amigos? Eles me ajudaram na caminhada de diferentes formas, como: incentivos, leituras da tese, empréstimos de livros, sugestões bibliográficas e de eventos, encontros regados a boas risadas e cervejas, apoio logístico, discussões historiográficas e teórico-metodológicas, etc. Como sempre falo, “adoro a universidade, ela faz parte da minha vida, mas não é a minha vida” e por tudo isso, vocês me ajudaram a ter uma vida normal nas possibilidades de um doutoramento. Foi um período difícil, mas também muito feliz. Valeu à pena!

Registro nominalmente a minha gratidão aos queridos amigos, pedindo desculpas desde já por possíveis lacunas decorrentes dos lapsos de memória, mas que, nem por isso, os demais foram menos importantes: Alexandre Feitosa, Aline Beatriz, Álvaro Vinícius, Amanda Pascoal, Arleusson Ricarte, Augusta Falcão, Augusto Neves (*in memoriam*), Airton Silva, Bruno Martins, Claudenice Santana, Conceição Franco, Daniele Ferreira, Daniele Lima, Diego Carvalho, Diogo Stanley, Dimas Veras, Divanilson Moura, Eber Gomes, Eduardo Santana, Elaine Santos, Fábio Paiva, Flávia Souza, Francisco Oliveira, Gislene Lacerda, Gustavo Bianchi, Grasiela Moraes, Greyce Falcão, Helisangela Andrade, Ismael Trindade, Janilson Rodrigues (companheiro de turma do doutorado, dividimos apartamento no Rio de Janeiro, cursamos as mesmas disciplinas, tivemos a mesma orientadora e boas experiências de vida), João Cavalcanti, Juliana das Oliveiras, Kássia Soares, Leandro Patrício, Lorena Rocha, Luciano Freitas, Madson Bertolezo, Marcella Albaine, Marcília Gama, Márcio Luna (*in memoriam*), Márcio Moraes, Márcio Vilela,

Marcus Bomfim, Mirella Izídio, Newton Cabral, Paulo Julião, Pedro Pacheco, Raquel Florêncio, Rebeca Julião, Renata Araújo, Rosely Tavares, Rosimeri Dantas, Sebastião Pimentel, Simone Silva, Talita Silva, Tatiana Moura, Tatiane Queiroz, Tércio Amaral, Vitória Fonseca, Wanessa Teles e Wellington Pastor.



## RESUMO

Neste trabalho analisamos os impactos da ditadura civil-militar na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre os anos de 1973 e 1985. O marco inicial refere-se ao lançamento da primeira chapa opositora durante as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFPE), após um histórico de dominação do órgão por alunos de direita desde o início do regime. Enquanto o marco final é concernente ao fim da ditadura, perante o simbolismo das lutas pelo retorno das liberdades democráticas, em que professores e estudantes universitários foram relevantes nesse processo. Defendemos a tese de que nesse período a vigilância social foi a principal intervenção no *campus*, apesar de existirem outras práticas repressivas cometidas pelos agentes de segurança e informação em cooperação com a reitoria e seus dirigentes, ao lograrem um controle social durante a abertura política. A vigilância da comunidade acadêmica foi efetuada de variadas formas e por diferentes agentes, entre eles militares e civis, tendo como base a informação, entendida como um saber-poder disciplinar com efeitos nas práticas cotidianas. A informação foi calculada, elaborada, manipulada e voltada a sujeitos e instituições para enquadrá-los, incriminá-los e eliminá-los, quando vistos como inimigos da ordem estatal. Daí a construção de discursos genéricos para estereotipá-los e combatê-los, como: subversivos, comunistas e esquerdistas; gerando efeitos de verdade na população. Dessa forma, a vigilância enquanto prática repressiva gerou no *campus* o medo, a autocensura, mudou as relações cotidianas entre professores, alunos e funcionários e logrou obter pistas durante a investigação e espionagem social pelos militares, possibilitando a criação, seleção e difusão de discursos para identificar, prevenir e extirpar práticas contestatórias. Os corpos dos militantes estiveram investidos por um saber-poder político, em que as práticas coercitivas foram estímulos para as de resistência e vice-versa. Diante disso, analisamos a história da UFPE (1946-1974), a vigilância no *campus* como intervenção federal (1974-1979), o crescimento da oposição discente a partir das eleições dos seus principais órgãos representativos (1973-1980) e como ocorreram as lutas de estudantes e professores em defesa das liberdades democráticas (1977-1985). Problematizamos como a UFPE se constituiu enquanto campo, por não se limitar a produção e disseminação de conhecimentos acadêmicos. Nesse espaço dinâmico e de relativa autonomia, dirigentes da universidade envolveram na política universitária e juntamente com alunos engajaram-se no campo político como militantes ou simpatizantes de organizações, partidos e movimentos sociais. Houve violências físicas e simbólicas, disputas por saber-poder, buscas por posições sociais, hierarquias, tomadas de decisões, tensões e conflitos políticos internos e externos entre os participantes, limitações nas possibilidades de militância, punições, resistências e exclusões sociais. Por isso consideramos a UFPE como um microcosmo social para analisarmos os impactos da ditadura no Brasil, levando em consideração as suas especificidades. A pesquisa foi realizada a partir da coleta, seleção e análise de um amplo e variado conjunto documental oriundo do Arquivo Nacional, do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e do Arquivo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá.

**Palavras-chave:** UFPE; movimento estudantil; ditadura civil-militar; vigilância social.

## ABSTRACT

In this paper we analyze the impacts of the civil-military dictatorship on the Federal University of Pernambuco (UFPE) between 1973 and 1985. The initial milestone refers to the launch of the first opposing plate during the elections to the Central Directory of Students (DCE/UFPE), after a history of domination of the body by right-wing students since the beginning of the regime. While the final milestone concerns the end of the dictatorship, given the symbolism of the struggles for the return of democratic freedoms, in which professors and university students were relevant in this process. We defend the thesis that during this period social surveillance was the main *intervention on campus*, although there are other repressive practices committed by security and information agents in cooperation with the rectory and its leaders, when they achieved social control during the political opening. The surveillance of the academic community was carried out in various ways and by different agents, including military and civilian, based on information, understood as a disciplinary knowledge-power with effects on daily practices. The information was calculated, elaborated, manipulated and aimed at subjects and institutions to frame them, incriminate them and eliminate them, when seen as enemies of the state order. Hence the construction of generic discourses to stereotype and combat them, such as: subversive, communist and leftist; generating real effects on the population. Thus, surveillance as repressive practice generated *on campus fear*, self-censorship, changed daily relationships between teachers, students and employees and managed to obtain clues during the investigation and social espionage by the military, enabling the creation, selection and dissemination of discourses to identify, prevent and extirpate contestatory practices. The militants' bodies were invested by political knowledge-power, in which coercive practices were stimuli for resistance and vice versa. Therefore, we analyze the history of UFPE (1946-1974), *surveillance on campus* as a federal intervention (1974-1979), the growth of student opposition from the elections of its main representative bodies (1973-1980) and how the struggles of students and teachers in defense of democratic freedoms occurred (1977-1985). We problematize how UFPE was constituted as a field, because it did not limit the production and dissemination of academic knowledge. In this dynamic space and relative autonomy, university leaders engaged in university politics and together with students engaged in the political field as militants or sympathizers of organizations, parties and social movements. There were physical and symbolic violence, disputes over knowledge-power, searches for social positions, hierarchies, decision-making, tensions and internal and external political conflicts among the participants, limitations in the possibilities of militancy, punishments, resistances and social exclusions. That is why we consider UFPE as a social microcosm to analyze the impacts of the dictatorship in Brazil, taking into account its specificities. The research was carried out from the collection, selection and analysis of a wide and varied documentary set from the National Archive, the Jordão Emerenciano State Public Archive, the Digital Library's Digital Library and the Personal Archive of Edval Nunes da Silva Cajá.

**Keywords:** UFPE; student activism; civil-military dictatorship; social surveillance.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> <i>Boletim Metropolitano</i> , nº 1, outubro de 1977. ....	84
<b>Imagem 2</b> Ficha de ex-estudante da UFPE produzida pela ASSI/CELPE.....	109
<b>Imagem 3</b> Frente do folder estudantil sobre o <i>IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária</i> , 1975.....	115
<b>Imagem 4</b> Verso do folder estudantil sobre o <i>IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária</i> , 1975.....	117
<b>Imagem 5</b> Fotografias da conferência do reitor da UFPE, Marcionilo de Barros Lins, durante o <i>IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária</i> , em 1975, na sede do DCE/UFPE. ....	119
<b>Imagem 6</b> Encaminhamento sobre as relações entre o grupo MPB-4 e o DCE/UFPE. ....	136
<b>Imagem 7</b> <i>Boletim da Pastoral Universitária</i> , 1978.....	143
<b>Imagem 8</b> <i>Boletim da Pastoral Universitária</i> , 1978.....	145
<b>Imagem 9</b> Ficha com os nomes dos integrantes da chapa do DCE/UFPE eleita em 1973 .....	154
<b>Imagens 10 e 11.</b> <i>Jornal Programa D.C.E.</i> , junho de 1976.....	170
<b>Imagem 12</b> Votação para os representantes dos órgãos colegiados da UFPE, em 1978.....	187
<b>Imagem 13</b> Reportagem sobre as principais tendências estudantis em Pernambuco, 1978.....	188
<b>Imagem 14</b> Cartaz da chapa <i>Travessia</i> sobre as eleições diretas para o DCE/UFPE, em 1979.....	195
<b>Imagem 15</b> Cartaz da chapa <i>Correnteza</i> sobre as eleições diretas para o DCE/UFPE, em 1979.....	196
<b>Imagem 16</b> Reportagem sobre o primeiro dia das eleições diretas para o DCE/UFPE, 1979 .....	197
<b>Imagem 17</b> Cartaz da chapa <i>Reconstruindo</i> , durante o congresso de reconstrução da UEP, 1980.....	205
<b>Imagem 18</b> Panfleto da chapa <i>Viração</i> , durante o congresso de reconstrução da UEP, 1980.....	206

<b>Imagem 19</b> Frente do folder com a programação da Semana Pelas Liberdades Democráticas de 1977. ....	216
<b>Imagem 20</b> Ofício nº 001, de 17 de maio de 1978, produzido pelo DPF, para incriminar o Cajá.....	227
<b>Imagem 21</b> Dom Helder, Elis Regina e Leda Alves reunidos pela libertação de Cajá, 10/07/1978.....	232
<b>Imagem 22</b> Fotografia dos candidatos ao cargo de reitor da UFPE, em 1983.....	241
<b>Imagem 23</b> Telex sobre o candidato à reitoria da UFPE, Fernando José Costa Aguiar, em 1983.....	248
<b>Imagem 24</b> Showmício da cantora Fafá de Belém, em Olinda, em 5 de janeiro de 1984, pelas Diretas Já.....	254
<b>Imagem 25</b> Boletim informativo nº 5, do DA/FDR, produzido em 1984, em prol das Diretas Já! .....	258
<b>Imagem 26</b> Comício pelas Diretas Já, Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984.....	262
<b>Imagem 27</b> Comício pró-diretas no Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984.....	263
<b>Imagem 28</b> Vigília cívica pelas Diretas Já na Praça da Independência, Recife, em 25 de abril de 1984. ....	267
<b>Imagem 29</b> Panfleto “A luta continua DIRETAS JÁ”.....	270

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Estudantes e egressos da UFPE assassinados pela repressão entre 1964 e 1975 .....	66
<b>Tabela 2</b> – Quantitativo de alunos matriculados na UFPE durante a ditadura.....	76
<b>Tabela 3</b> – Número de professores da UFPE durante a ditadura.....	77
<b>Tabela 4</b> – Visitas do Projeto Guararapes (10/06/1975-19/09/1975).....	121

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Estrutura institucional pedagógica da UFPE (Estatuto de 1975).....	75
--	----

## LISTA DE SIGLAS

ACR - Ação Católica Rural

Adufepe - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco

AESI - Assessorias Especiais de Segurança e Informação

AI - Ato Institucional

AJS - Alicerce da Juventude Socialista

AN - Arquivo Nacional

ANDES - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior

AP - Ação Popular

APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

APML - Ação Popular Marxista Leninista

Apenope - Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco

Arena - Aliança Renovadora Nacional

ASI - Assessorias de Segurança e Informação

Asufepe - Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC - Centro de Artes e Comunicação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBA/PE - Comitê Brasileiro Pela Anistia, núcleo de Pernambuco

CCB - Centro de Ciências Biológicas

CCC - Comando de Caça aos Comunistas

CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Ceas - Centro de Estudos e Ação Social

Celpe - Companhia Energética de Pernambuco

CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CFE - Conselho Federal de Educação

CIE - Centro de Informações do Exército

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE - Centro de Educação

Cecosne - Centro Educativo de Comunicação Social do Nordeste

CESP - Centrais Elétricas de São Paulo  
Chesf - Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
CI - Centro de Informações  
CIA - Central Intelligence Agency  
CGI - Comissão Geral de Investigações  
CJM - Circunscrição Judiciária Militar  
CNI - Confederação Nacional da Indústria  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNV - Comissão Nacional da Verdade  
Coelba - Companhia de Eletricidade da Bahia  
CPC - Centro Popular de Cultura  
CS - Convergência Socialista  
CTG - Centro de Tecnologia e Geociências  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DA - Diretório Acadêmico  
DCE- Diretório Central dos Estudantes  
DEE - Diretório Estadual dos Estudantes  
Detran/PE - Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco  
DNE - Diretório Nacional dos Estudantes  
DOPS/PE - Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco  
DPF/PE - Departamento de Polícia Federal de Pernambuco  
DSIs - Divisões de Segurança e Informações  
ENE - Encontro Nacional dos Estudantes  
EEP - Escola de Engenharia de Pernambuco  
Facho - Faculdade de Ciências Humanas de Olinda  
Fafire- Faculdade de Filosofia do Recife<sup>1</sup>  
Fase - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FCE - Faculdade de Ciências Econômicas  
FDR - Faculdade de Direito do Recife  
FESP - Fundação de Ensino Superior de Pernambuco<sup>2</sup>  
FGV/RJ - Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro  
Fetape - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco

---

<sup>1</sup> Atualmente, a Fafire é denominada como Faculdade Frassinetti do Recife.

<sup>2</sup> Atual Universidade de Pernambuco (UPE).

Fiepe - Federação de Indústrias do Estado de Pernambuco  
Funarte - Fundação Nacional de Artes  
Fundaj - Fundação Joaquim Nabuco  
IEL - Instituto Euvaldo Lodi  
II COMAR- Segundo Comando Aéreo  
IML - Instituto de Medicina Legal  
INPS - Instituto Nacional de Previdência Social  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
ITER - Instituto de Teologia do Recife  
JEC - Juventude Estudantil Católica  
JUC - Juventude Universitária Católica  
Mac - Movimento Anticomunista  
MDB/PE - Movimento Democrático Brasileiro de Pernambuco  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MFPA - Movimento Feminino Pela Anistia  
MLE - Movimento Livre Estudantil  
MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro  
OAB - Ordem dos Advogados Brasil  
OCML-PO - Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária  
ORM-DS - Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB - Partido Comunista do Brasil  
PCR - Partido Comunista Revolucionário  
PDS - Partido Democrático Social  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PM/PE - Polícia Militar de Pernambuco  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PRC - Partido Revolucionário Comunista<sup>3</sup>  
PSB - Partido Socialista Brasileiro

---

<sup>3</sup> Partido diferente do PCR.



PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RU - Restaurante Universitário  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SCGI/PE - Subcomissão Geral de Investigação de Pernambuco  
SEC - Serviço de Extensão Cultural  
SISNI - Sistema Nacional de Informações  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
SSP/PE - Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco  
Sudene - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura  
ONU - Organização das Nações Unidas  
UEP - União dos Estudantes de Pernambuco  
UFAL - Universidade Federal de Alagoas  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPB - Universidade Federal da Paraíba  
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco  
UFPel - Universidade Federal de Pelotas  
UFS - Universidade Federal de Sergipe  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFScar - Universidade Federal de São Carlos  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UFF - Universidade Federal Fluminense  
UFPI - Universidade Federal do Piauí  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
UnB - Universidade de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

Unicap - Universidade Católica de Pernambuco

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Unisinos - Universidade Vale dos Sinos<sup>4</sup>

UPF - Universidade de Passo Fundo

USP - Universidade de São Paulo

VIR - Vanguarda Independente Reformista

---

<sup>4</sup> Atualmente, a sigla Unisinos significa Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
Historiografia sobre o movimento estudantil e os impactos da ditadura nas universidades do Brasil.....	35
A relevância dos relatórios das Comissões da Verdade.....	40
<b>1. UFPE: DA CRIAÇÃO AO AUGE DA REPRESSÃO (1946-1974) .....</b>	<b>44</b>
1.1 A construção da memória política a partir da historiografia.....	44
1.2 História institucional, impactos da ditadura e o cenário político-social em Pernambuco .....	51
1.3 Federalização, expansão e modernização da universidade.....	72
1.4 Considerações .....	78
<b>2. A VIGILÂNCIA NO <i>CAMPUS</i> COMO INTERVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (1974-1979) .....</b>	<b>82</b>
2.1 Os labirintos do modus operandi: a atuação os agentes de segurança e informação no <i>campus</i> .....	83
2.2. “Nada consta”: a contratação de docentes.....	89
2.3 Arena política: a cooperação e os embates entre professores e estudantes.....	100
2.4 A infiltração dos agentes de segurança e informação no <i>campus</i> .....	108
2.4.1. Entre estudantes de direita, empresários e militares: o Projeto Guararapes.....	111
2.4.2. A infiltração com funcionários da/na universidade.....	132
2.4.3. As atividades artístico-culturais discentes.....	135
2.5 Considerações .....	147
<b>3. REMANDO CONTRA A MARÉ: ADESÃO E OPOSIÇÃO ESTUDANTIL A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS (1973-1980).....</b>	<b>149</b>
3.1 O DCE/UFPE.....	149
3.1.1 Direita, volver: a crescente oposição das esquerdas (1973-1975).....	151
3.1.2. “Nem sempre o DCE cumpriu a sua função”: a vitória das esquerdas (1976-1978).....	165

3.1.3 1979: o retorno das eleições diretas.....	193
3.2 “VIVA A U.E.P. !!!”: a reconstrução da entidade em 1980.....	198
3.3 Considerações .....	208
<b>4. DO CAMPUS ÀS RUAS: MILITÂNCIA POLÍTICA E LUTAS POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS (1977-1985).....</b>	<b>210</b>
4.1 A Semana Pelas Liberdades Democráticas de 1977: debates, tensões e presença militar no <i>campus</i> .....	211
4.2 “Queremos Cajá de volta, já!!!” .....	223
4.3. Eleições para reitor em 1983: uma experiência democrática? .....	237
4.4 Para além dos muros da universidade: estudantes e professores nas Diretas Já! ...	253
4.5 Considerações .....	272
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>274</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>280</b>
<b>INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES.....</b>	<b>290</b>
<b>ANEXO I - Lista dos ex-reitores da UFPE.....</b>	<b>292</b>
<b>APÊNDICE I - Cronologia do movimento estudantil durante a ditadura.....</b>	<b>293</b>
<b>APÊNDICE II - Tendências identificadas no interior do movimento estudantil da UFPE (1978-1984) pelos agentes de segurança.....</b>	<b>296</b>

## INTRODUÇÃO

Existe na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco um clima de agitação criado por pelos alunos esquerdistas [...]. Estes rapazes ao meu ver são irreduzíveis, pois nós que tentamos desviá-los desse movimento idiota e festivo que eles tencionam levar adiante, somos rebatidos como ficamos comprometidos com A DITADURA ASSASSINA. [...] Não posso entender como um estudante pobre como é o vice-presidente do D.A. [Luiz Carlos Pimentel Cintra], possa luxar tanto. Há poucos dias atrás, o representante dos discentes junto a congregação foi agredido moral e fisicamente, tendo inclusive sofrido rutura do supracitado. Esta agressão foi feita pelo LUIZ CARLOS. Os esquerdistas do D.A., fazem reuniões fortuitas sempre as 10:30 ou 11:00 horas da noite. Quando tentamos interferir para evitar agitações em nossa Faculdade somos encarados como agentes do DOPS, SNI ou CIA, isto servindo para nos alijar do convívio dos nossos verdadeiros colegas. Ao invés de se fazer campanha para a retirada dos professores, analfabetos fazem campanha contra o governo.

*Guy Albor – Do\_\_\_o [sic] - I.N.P.S – y5096 ou*  
*R. Santa Cecilia 245 – S. José y5z64 -<sup>5</sup>*

A visão dos agentes de segurança e informação sobre o movimento estudantil na UFPE considerava especial atenção ao chamado “clima de agitação” criado pelos “esquerdistas” e, ao levar em consideração esse contexto, investigamos na tese justamente quais os impactos da ditadura civil-militar<sup>6</sup> na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) entre 1973 e 1985, destacando a vigilância, a militância política e a luta pelas liberdades democráticas. A fonte não possui data específica, mas podemos visualizar alguns dos discursos<sup>7</sup> associados à mentalidade de apoio ao regime, entre os quais destacam-se os negativos relacionados aos estudantes: “agitadores”, “esquerdistas”, “idiotas”, “festivos”, “fortuitos”, “falsos colegas”, “analfabetos” e “pobres”.

Esses e outros termos pejorativos dos pontos de vista político e classista buscaram desqualificar e deslegitimar a atuação do movimento estudantil, sendo pautados em uma mentalidade de cooperação com o regime, baseada na doutrina de segurança nacional e

<sup>5</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Diretórios Acadêmicos. Fundo nº 1009. Data: 1966 a 1981. 38 documentos. Carta manuscrita s/d. (grifos nossos).

<sup>6</sup> O uso da nomenclatura ditadura civil-militar tem suscitado profícuos debates historiográficos, mas não é o *locus* do nosso trabalho analisá-los. Entretanto, ressaltamos que esse termo é utilizado na tese com ressalvas, levando-se em consideração os seguintes aspectos. Dialogamos com René Armand Dreifuss (1987), quando ele destaca a relevância da participação de civis no golpe de 1964, o que culminou com a ascensão dos militares ao poder. Concomitantemente, nos baseamos em Carlos Fico (2004) no que se refere ao fato da ditadura brasileira ter sido comandada pelos militares.

<sup>7</sup> Michel Foucault percebe os discursos como enunciados e práticas e enfatiza a necessidade de analisar o contexto de sua produção e os objetivos de quem os profere. Assim, “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos apoderar”. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 10.

desenvolvimento. Nela, os segmentos aderentes da ditadura buscaram desmobilizar a oposição ao governo e à reitoria, ao tentar desviá-los de sua militância.

O excerto da carta também registrou que a universidade se configurou como um espaço marcado por sentimentos e situações variadas, como: medo, tensão e ira, perante as diversas e constantes relações de conflitos verbais e físicos na comunidade acadêmica. Este espaço foi constituído por grupos heterogêneos em suas ideologias e formas de atuação, conforme veremos ao longo do trabalho.

Além disso, o referido documento não teve a autoria registrada e, ao final dele, mais especificamente na passagem que destacamos em itálico, constatamos que a grafia e a cor da caneta utilizada eram diferentes da outra parte do material. Mas o que isso pode simbolizar? Duas pessoas o escreveram e pela construção do material, a passagem em itálico deve ter sido escrita por um agente de segurança e informação, indicando a provável autoria do texto: Guy Albor, residente no bairro de São José, centro do Recife e trabalhador com registro em carteira de trabalho, pela numeração do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), instituição pública previdenciária federal criada em 1966.

O autor da fonte relatou que ele e seus cooperadores eram associados aos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos pelos estudantes de esquerda. Essa situação expressou como o *campus* era um espaço vigiado por esses e outros agentes de segurança, que atuavam por meio de ações coercitivas e, em alguns momentos, contavam com o apoio de civis na delação de informações, ao estarem infiltrados na universidade. Tais fatos ocorreram ao longo da ditadura, marcada por aspectos específicos de cada fase dos seus governos e das particularidades de cada instituição de ensino.

A informação foi concebida na nossa pesquisa como um poder disciplinar, em que os seus efeitos são visualizados no dia-dia, nas ações rotineiras de vigilância policial, na formação dos arquivos dos órgãos de segurança do Estado e manifestando-se como um enunciado. Assim, a informação é entendida como uma gama de dados gerais e específicos de cunhos diversos: político, pessoal, econômico, cultural e social<sup>8</sup>.

Na conjuntura da ditadura, ela se transformou em um tipo de saber calculado, elaborado, manipulado e voltado para uma pessoa ou segmento social, produzindo efeitos de verdade, logrando obter pistas durante a espionagem e investigação dos militares e

---

<sup>8</sup> SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: EDUFPE, 2014, p. 20.

servindo de base para a formulação de discursos. Dessa maneira, a informação foi um instrumento de suma relevância para a vigilância social, ao ser útil para identificar práticas contestatórias e antever possíveis campos de lutas que deveriam ser monitorados, controlados e eliminados. Daí a construção simbólica de estereótipos dos nomeados inimigos da ditadura, para enquadrá-los e incriminá-los<sup>9</sup>.

Nesse contexto, a partir do historiador Michel de Certeau, destacamos que as formas de controle social foram estímulos às práticas de resistência, e vice-versa, pois nessa conjuntura coercitiva os universitários em suas ações microbianas e cotidianas constituíram espaços e possibilidades de antidisciplinas<sup>10</sup>. Ao não se conformarem com o *status quo* do Estado autoritário, buscaram se organizar e jogar com os mecanismos da disciplina, militando contra a ditadura e em defesa das liberdades democráticas na UFPE, por meio de suas astuciosas artes de fazer: pichações, greves, passeatas, vigílias, panfletagens, produção e circulação de jornais discentes, reabertura das entidades estudantis, comícios, articulação com outros segmentos da sociedade e militância na clandestinidade, nos casos de sujeitos perseguidos politicamente pelo Estado.

Diante disso, a nossa tese foi desenvolvida a partir de um estudo de caso: a UFPE, contextualizando-a em dimensão local e nacional. Na tentativa de estabelecermos a originalidade do nosso trabalho, buscamos pesquisar as especificidades dessa universidade, abordando enfoques diferentes de outras pesquisas sobre a instituição<sup>11</sup>: 1) o período da abertura política (1973-1985); 2) a ênfase na atuação do movimento estudantil, levando em consideração as suas relações com os docentes e outros segmentos sociais nas lutas em defesa de melhorias educacionais e das liberdades democráticas; e 3) a vigilância e repressão social dos jovens militantes políticos.

Dessa forma, procuramos responder as seguintes problemáticas: quais os impactos da intervenção da ditadura na UFPE? Como ocorreram as resistências de alunos e professores a favor das liberdades democráticas e de melhorias educacionais? Como o movimento estudantil pernambucano e as suas principais entidades representativas conseguiram se reorganizar em uma crescente oposição à ditadura nos anos 1970/80? Quais grupos integravam essa oposição e como atuavam? Quais as disputas internas entre os discentes? Como foram as relações políticas entre alunos, docentes, reitores e outros segmentos sociais? Quais as relações estabelecidas entre a UFPE e a ditadura? Como se

---

<sup>9</sup> SILVA, 2014, Op. cit., p. 20; p. 59.

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 41.

<sup>11</sup> Ver no capítulo 1 da tese o tópico 1.1 A construção da memória política da UFPE a partir da historiografia.

estabeleceram as práticas de vigilância e repressão no *campus*? Ao longo da tese, historicizamos essas e outras questões, possibilitando a compreensão que a UFPE pode ser percebida como um microcosmo social para analisar os impactos do regime no Brasil.

Particularmente, a escolha de pesquisar essa instituição está ligada a alguns fatores. Um deles é a minha experiência na universidade como pesquisador voluntário do projeto de pesquisa *Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE: 30 anos de uma história (1978-2008)* em 2008 e como professor substituto de História da Educação do Centro de Educação (2012-2014; 2016-2018). A inserção e a diferente atuação nesse espaço me possibilitaram identificar um hiato historiográfico e o ineditismo do enfoque de pesquisa da tese.

Quando ingressei no doutorado, pretendia estudar a atuação do movimento estudantil universitário em Pernambuco, entre 1974 e 1985, mas o trabalho careceria de aprofundamento; daí a necessidade de escolher uma instituição. Ao analisar e selecionar o conjunto documental que compõe este estudo, verifiquei que entre as instituições de ensino superior pernambucanas vigiadas pelos agentes de segurança e informação, a UFPE foi a que concentrou o maior volume e diversidade de fontes, tendo em vista ser a maior do estado e devido a sua forte atuação política.

No que concerne ao recorte temporal, 1973 foi escolhido como o marco inicial da investigação. Isso ocorreu porque foi a partir desse ano, que foram lançadas as primeiras chapas de oposição estudantil durante as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPE, pois com o início do estado de exceção<sup>12</sup>, esse órgão e Diretórios Acadêmicos (DAs) foram liderados por alunos de direita atuantes desde o pré-golpe.

A partir de 1964, foram crescentes a vigilância e a repressão à comunidade acadêmica, sendo simbólico o ano de 1969, quando foram fechadas todas as entidades discentes, para serem reabertas no formato permitido pela ditadura, governo articulado e mantido com a cooperação de dirigentes e alunos universitários de direita. Assim, sobretudo, nos 10 primeiros anos do regime, houve forte repressão aos acadêmicos de

---

<sup>12</sup> Entendido como “[...] um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas”. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 78. Isso ocorreu porque, a partir do golpe de 1964, o Brasil viveu uma experiência traumática de violência política cometida pelo Estado, sobretudo, pelos agentes de segurança e informação e com a cooperação de segmentos de direita, como: dirigentes, professores e alunos universitários. A repressão social foi institucionalizada por atos administrativos e ações policiais, resultando na violação de direitos humanos, com a vigilância, censura, prisões, expurgos, deposição de cargos, cassações, assassinatos, desaparecimentos políticos e outras práticas coercitivas.



esquerda, impactando em suas possibilidades de atuação e representatividade legal nas universidades brasileiras, como foi o caso da UFPE.

O ano de 1985 é o marco final do trabalho, por simbolizar o final da ditadura, conquista que contou com a relevante participação da comunidade acadêmica nas lutas pelas liberdades democráticas – bandeira que ganhou força, sobretudo, nos anos 1970/1980 durante as práticas de resistências dentro e fora dos muros da universidade.

Diante disso, esta pesquisa defende a tese de que, entre 1973 e 1985, a principal forma de intervenção na UFPE foi o exercício da vigilância como violento instrumento de busca de controle social e exercício do poder, pois esta prática repressiva gerou medo, insegurança, autocensura e transformou as relações cotidianas entre professores, alunos e funcionários no *campus*<sup>13</sup>. Assim, como ressaltou Michel Foucault, a vigilância funciona como um mecanismo de poder, pois devido aos seus instrumentos “[...] de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça”<sup>14</sup>.

A análise de Michel Foucault pode ser verificada no comportamento do autor da carta citada no início da Introdução<sup>15</sup> e nos fatos problematizados no decorrer da tese. Nessa perspectiva, a vigilância foi um olhar que buscou ver sem ser visto, pois quanto mais invisível este olhar conseguiu ser, mais contínua e eficaz foi a capacidade de vigilância social. Complexa, a essa prática foi operacionalizada por meio da infiltração dos agentes de segurança do Estado durante uma burocrática produção, coleta e disseminação de informações entre órgãos de esferas locais, estaduais e internacionais, havendo situações de cooperação entre militares, civis e dirigentes da universidade.

Dessa maneira, olhos e ouvidos estiveram em contínuo exercício no *campus*, perante a possibilidade de realização de um conjunto de atividades políticas opositoras à ditadura na universidade. Isso ocorreu ao serem levados em consideração o contexto presente e o histórico político dos sujeitos envolvidos, em um cenário de Guerra Fria e de combate ao comunismo e às ideias e práticas associadas a ele, provocando um constante clima de vigilância, medo, tensão, autocensura e resistências sociais.

---

<sup>13</sup> O poder é tido como um instrumento de análise que possibilita a formação de saberes. Além disso, o saber proporciona o exercício de poderes. Nessa perspectiva de relação mútua, não há um sem o outro. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 169.

<sup>15</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Diretórios Acadêmicos. Fundo nº 1009. Data: 1966 a 1981. 38 documentos. Carta manuscrita s/d.

Tais fatos buscaram combater as resistências à ditadura e interferir nas dinâmicas de funcionamento institucional durante a abertura política, com a crescente organização e crescimento da oposição estudantil, que articulada a outros segmentos sociais, foi fundamental na luta por melhorias educacionais e pelo retorno das liberdades democráticas no Brasil. Dessa forma, a UFPE se constituiu como um campo, onde o movimento estudantil foi heterogêneo e dinâmico em suas possibilidades de atuação, com bandeiras, ideologias e posicionamentos variados.

Para uma análise dessa conjuntura, destacamos a importância do conceito de campo, entendido como um espaço relativamente autônomo, dotado de historicidade, regras e leis próprios e influenciado por um espaço social mais amplo. Assim, o campo é um lugar dinâmico e de lutas entre os agentes que o constitui (sujeitos e instituições) e objetivam garantir ou alcançar determinadas posições sociais, influenciando no estabelecimento de hierarquias, tomadas de decisões, tensões e conflitos políticos internos e externos entre os participantes<sup>16</sup>.

Aplicamos o conceito de campo de Pierre Bourdieu no nosso objeto de pesquisa, pois no período estudado, a UFPE e o movimento estudantil foram instituições relativamente autônomas marcadas pelas possibilidades de atuação em um regime autoritário. A ditadura foi estabelecida por um aparato legal coercitivo, que influenciou a estrutura de funcionamento universitária, como foram os casos das leis, decretos, estatutos e editais. As lutas e disputas políticas foram uma constante em diversas situações, como: eleições estudantis e para reitor, contratação de professores, prisões, possibilidades e propostas da defesa das liberdades democráticas e situações de adesão e combate à ditadura.

Nesse sentido, os campos são dotados de relativa autonomia, leis próprias, historicidade e se organizam em função de objetivos, práticas e bens simbólicos e culturais específicos. Na UFPE os agentes acadêmicos atuaram tanto na construção e difusão de conhecimentos científicos, quanto na política, com estratégias de cooperação e conflitos para a ocupação de posições sociais e estabelecimento de hierarquias. Dirigentes, professores e alunos se engajaram na política universitária ao disputarem cargos e espaços na instituição (como DCE e DAs), atuando no campo político como militantes ou simpatizantes de partidos, organizações e movimentos sociais.

---

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, pp. 90-91.

A busca pelo domínio da autoridade é um dos aspectos estruturais do campo, pois o capital simbólico está ligado a ações de poder, consagração, prestígio, reconhecimento e legitimidade social nas lutas travadas na universidade. Foi o que constatamos nos eventos acadêmicos com cunho político, atribuição de títulos, homenagens e no Projeto Guararapes. Daí as disputas e lutas desiguais entre acadêmicos em torno da ocupação de cargos como pró-reitor e reitor, da contratação de professores e das mobilizações em defesa da comunidade acadêmica poder escolher democraticamente os dirigentes universitários.

A UFPE foi investigada como um microcosmo social para analisar os impactos interventivos da ditadura, destacando as posições, as estratégias, o capital simbólico e as relações de poder entre os agentes no campo. Nesse espaço de lutas concorrenciais, as possibilidades de militância eram limitadas e marcadas por punições, quando contrapunham práticas coercitivas da reitoria e do governo. Foram excluídos ou buscou-se eliminar os sujeitos considerados perigosos para a manutenção da ordem ditatorial.

As lutas eram tanto físicas com perseguições, expulsões, prisões e desaparecimentos, quanto simbólicas, sendo os militantes oposicionistas tachados de termos pejorativos, conforme os apresentados na carta citada na Introdução<sup>17</sup> e em outros documentos e fatos problematizados ao longo do trabalho. Veremos também que durante os contínuos conflitos internos e externos entre os segmentos que aderiram a ditadura e os que combateram o regime, as armas, os capitais e os poderes simbólicos eram díspares.

A UFPE enquanto universidade pública faz parte do Estado. Este é visto como espaço de força física, sentido, hierarquias, classificação e procedimentos burocráticos (como coleta, produção e disseminação de documentos e criação de instituições), sendo constituído pelo acúmulo de diferentes tipos de poder simbólico: político, econômico, cultural e científico. Nesse sentido, o Estado enquanto aparelho de poder busca estruturar e controlar a ordem social<sup>18</sup>.

Durante as ações no *campus* foi comum os agentes de segurança e informação agirem infiltrados na universidade durante a vigilância social, atuando também armados para intimidar e reprimir os militantes oposicionistas, expressando a presença autoritária do Estado no combate aos considerados inimigos da ordem. Enquanto muitas vezes os estudantes lutavam contra o aparato coercitivo por meio de greves, passeatas,

---

<sup>17</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Diretórios Acadêmicos. Fundo nº 1009. Data: 1966 a 1981. 38 documentos. Carta manuscrita s/d.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

panfletagens e outros tipos de práticas. Dessa forma, esses aspectos influenciaram a estrutura e o funcionamento da UFPE e a própria dinâmica das lutas sociais, marcadas por conflitos entre o governo, a reitoria, os docentes e o movimento estudantil.

No trabalho utilizamos o termo movimento estudantil no singular, mas não o consideramos como um segmento homogêneo, conforme verificamos na pesquisa. Apesar de muitos dos seus integrantes terem ideais, práticas, identidades<sup>19</sup> e instituições representativas em comum, tratou-se de um setor da sociedade plural e dinâmico. Havia também disputas políticas entre eles, conflitos internos e externos, diferentes tendências políticas, variadas formas de representação (União Nacional dos Estudantes, Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais dos Estudantes, entidades estaduais, como foi o caso da União dos Estudantes de Pernambuco, entre outras possibilidades) e grupos que tanto apoiaram a ditadura quanto que a combateram, como foi o caso da maioria no período estudado.

A documentação analisada na tese nos possibilitou constatar que grande parte dos militantes estudantis da UFPE era jovem, com faixa etária aproximada de vinte anos, de camadas abastadas e com origem diversa: capital e cidades circunvizinhas, interior e até de outros estados<sup>20</sup>. Segundo Hermes Zanetti, durante a juventude é comum a busca por autonomia, organização grupal, transformações, o sentimento de revolta, a busca pelo novo, a defesa da liberdade e a participação em atividades políticas, objetivando intervir no mundo, sendo marcante nesse processo a influência do espaço universitário<sup>21</sup>. É esse cenário geral que levamos em consideração para analisarmos os discentes da UFPE.

Salientamos que a pesquisa foi baseada em documentos que foram produzidos, coletados e difundidos pelos agentes de segurança e informação: pedidos de busca, informes, informações, telegramas, recortes de jornais, fotografias, prontuários, fichas de alunos, entre outros. Eles foram localizados em diferentes instituições, sendo importante destacar que diversos órgãos serviram de base para a atuação da ditadura em esferas locais, estaduais, nacionais e no exterior. Por isso, foi comum encontrarmos fontes repetidas em diferentes conjuntos documentais, apesar de suas respectivas singularidades.

---

<sup>19</sup> “[...] a identidade é algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não como algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. [...] Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’. [...] A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros”. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pp. 38-39

<sup>20</sup> Informações registradas nas fichas discentes da UFPE e prontuários e outros documentos policiais.

<sup>21</sup> ZANETTI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária no Brasil*. Brasília: EDUNB, 2001, pp. 45-49.

Todavia, destacamos que a documentação oriunda de regime repressivo está inserida no universo de práticas disseminadas e legitimadas pela coerção, como foram os casos de delações e de falsas declarações, construindo, por vezes, informações imprecisas<sup>22</sup>. Assim, essas fontes que foram produzidas para estarem sob o contínuo sigilo do Estado, possibilitam entender a atuação repressiva dos agentes de segurança e informação contra os segmentos e indivíduos nomeados genericamente de “subversivos” e “comunistas” e permitem um detalhado panorama das práticas de diversos grupos que, de diferentes maneiras, resistiram contra a ditadura e foram enquadrados como suspeitos e autores de crimes políticos.

A partir desses documentos conseguimos entender o *modus operandi* da vigilância dos agentes de segurança e informação, atuantes por meio de uma complexa e minuciosa vigilância social, que resultou na produção de uma rede de anotações escritas e imagéticas. Nela, conforme destacou Michel Foucault, o *poder de escrita* buscou disciplinar os corpos dos sujeitos vigiados<sup>23</sup>, pois a partir dessas informações foi comum tentar incriminá-los, enquadrando-os como subversivos, comunistas, terroristas e esquerdistas. Dessa forma, esses documentos serviram para o Estado legitimar as suas práticas coercitivas, a partir dos discursos de combate à desordem e da construção simbólica dos considerados inimigos nacionais.

É no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) que estão os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE). De acordo com Marcília Gama, esse acervo representa a maior coletânea de documentos iconográficos e textuais da História do Brasil Republicano<sup>24</sup>. Nele, tivemos contato com fontes sobre o movimento estudantil universitário desde a graduação, apesar de esse objeto não ser o nosso foco de estudos na época; enquanto no doutorado realizamos uma pesquisa mais específica e aprofundada.

A documentação está organizada em prontuários funcionais, que constituem uma espécie de dossiês temáticos. Foram localizados, fotografados, fichados e analisados prontuários que trataram especificamente sobre o movimento estudantil universitário, as suas entidades, os seus órgãos representativos e a UFPE. Esses conjuntos documentais

---

<sup>22</sup> GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 177.

<sup>23</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*, p. 157.

<sup>24</sup> GAMA, Marcília. Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 158.

foram organizados em dossiês temáticos, conforme expressam os títulos dos prontuários nomeados pelos próprios agentes do DOPS/PE<sup>25</sup>.

Esse material foi coletado durante as suas ações de investigação e combate a segmentos e práticas considerados perigosos à manutenção da ordem política e social, quando o movimento estudantil e a UFPE em suas possibilidades de organização e atuação estiveram sob uma intensa vigilância, principal prática interventiva da ditadura na universidade durante a abertura política.

Essas foram as mesmas constatações em relação à análise documental das fontes do Arquivo Nacional (AN), onde encontramos muitos documentos confidenciais sobre a temática oriundos de diversos órgãos da ditadura durante as ações de coleta, produção e difusão de informações. A pesquisa foi realizada presencialmente nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília, por meio da busca por palavras-chave, sendo a principal delas UFPE. Localizamos muitos documentos oriundos das agências de segurança e informação que não constam no acervo do DOPS/PE do APEJE, ampliando a lente de análise da tese.

Por outro lado, verificamos que, tanto no AN, quanto no APEJE, a maior parte dos documentos sobre o movimento estudantil e os professores da UFPE são concernentes à vigência dos governos dos presidentes Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985) e enfocam a vigilância como a principal prática coercitiva do Estado. Investigamos fatos ligados à contratação de professores, ocupação de cargos na universidade, organização discente, atividades político-culturais, eleições estudantis e para reitor, resistências sociais, desligamento de alunos e atuação dos agentes de segurança. Ressaltamos que a UFPE não criou uma Comissão da Verdade própria e não há um arquivo específico sobre Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da ASI/UFPE, porque provavelmente ele foi destruído ou extraviado. Daí a existência de lacunas no desenvolvimento da pesquisa.

A partir das reflexões suscitadas pela pesquisadora Icléia Thiesen, concebemos o conjunto documental consultado no APEJE e no AN como sensíveis, pois os fatos

---

<sup>25</sup> Movimentos Estudantis (27778A), Movimentos Estudantis (27778B), Associação dos Docentes da UFPE (30.357), Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Pernambuco - UFPE (6490), Diretório Acadêmico de Cursos - Anexos Medicina, Odontologia e Farmácia (27.051), Diretório Acadêmico de Engenharia (26.700), Diretório Demócrito de Souza Filho (5793), Diretórios Acadêmicos (1009), Informação - Pessoas Cogitadas para o Cargo de Diretor da Faculdade de Direito da UFPE (26.992), Ofícios da UFPE e SSP/PE (7272), Pasta da UFPE (5369-A), UFPE, UFRPE, UNICAP, FESP – Inquéritos (430), UFPE - Membros da Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade – 1981/1982 (4437), Universidade Federal de Pernambuco (5369-A e B), Infiltração Soviética no Meio Estudantil ou Infiltração Comunista no Nordeste (26.939), Inquéritos Estudantis (28.801), Inquéritos estudantis/Estudantes/Inquéritos (29.096), Luta Estudantil (28.383), Movimento Estudantil (7458), Panfletos Estudantis (26.617), Recortes de Jornais/Movimento Estudantil – Greve (5491), SSP/Departamento de Ordem Social – Inquéritos Estudantis (431) e Informações sobre atividade da UNE 04/1974 (30.468).

materializados neles são resultantes de um período marcado por conflitos políticos. Neles há pistas para descortinar experiências, nomes e fatos das esferas privada e pública dos sujeitos e instituições. As fontes foram produzidas, coletadas e difundidas pelos agentes de segurança e informação, com graus de sigilo variáveis: confidencial, secreto, ultra-secretos e reservados. Dessa forma, a máquina constituída por esses órgãos produziu registros marcados por situações de torturas, suplícios, mortes e desaparecimentos em ações de vigilância, censura e repressão<sup>26</sup>.

Outra documentação relevante é o *Diario de Pernambuco*, fundado em 1825, em Recife. Na ditadura era (e continua sendo) o jornal mais antigo em circulação da América Latina, integrou o grupo *Diários Associados* e posicionou-se, predominantemente, em apoio aos governos militares (conforme discutido na tese), postura assumida desde 1964. O apoio ao regime foi capitaneado pelo fundador do grupo e então presidente do conglomerado de mídia, o jornalista Assis Chateaubriand<sup>27</sup>, e, posteriormente com sua morte, em 1968, pelo seu sucessor na presidência dos *Associados* João Calmon<sup>28</sup>. Devido à aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, censores se instalaram na redação do *Diario* e criaram uma lista de pessoas e temáticas proibidas de serem mencionadas nas reportagens. Mas, em 1978, a censura prévia à imprensa foi suspensa pelo Estado<sup>29</sup>.

Nos anos 1970, o jornal de publicação diária modernizou-se na editoração e produção, contratando serviços de agências de notícias internacionais (*Reuters*, *Associated Press* e *France Press*) e nacionais (*Folha*, *Estado* e *Globo*), mantendo

<sup>26</sup> THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis, memória e ditadura: do recolhimento ao estatuto de patrimônio da humanidade*. In: I Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais. 27 set. 2016, Rio de Janeiro. ANAIS ... CDOC-ARREMOS/UNIRIO, 2016, p. 9.

<sup>27</sup> Enquanto estudante universitário trabalhou como redator auxiliar no *Diario de Pernambuco*, formando-se em Direito, em 1913, pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), vinculada a UFPE, onde tornou-se professor em 1915. Em 1917, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde dedicou-se à advocacia, à política e ao jornalismo, adquirindo no decorrer do tempo jornais, revistas e estações de rádio de diferentes estados, fundando o grupo *Diários Associados*. Em 1964, apoiou o golpe, utilizando seus meios de comunicação para mobilizar a população em defesa dos militares. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-assis-chateaubriand-bandeira-de-melo>>, acessado em 01 jun. 2020.

<sup>28</sup> Reelegeu-se sucessivamente em 1974, 1977 e 1980. A trajetória de Calmon contribui para entendermos o alinhamento do *Diario* à ditadura: deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) em 1962 e pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) em 1966, onde elegeu-se senador em 1970 e 1978. Foi assessor do presidente Emílio Médici em 1972, que o nomeou em 1973, delegado do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura. Em 1975, no Senado, tornou-se presidente das Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura, permanecendo até o fim da ditadura. Em 1984, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e apoiou as Diretas Já. O jornal não foi um bloco homogêneo e as suas estratégias relacionaram-se às especificidades dos contextos e dos jornalistas. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-de-medeiros-calmon>>, acessado em 1 jun. 2020.

<sup>29</sup> <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>, acessado em 1 jun. 2020.

sucursais em várias capitais do Nordeste<sup>30</sup>. Por estar inserido em um conglomerado de mídia nacional, que incluía jornais como *O Estado de Minas* (MG), *Correio Braziliense* (DF), *Jornal do Commercio* (RJ), entre outros espalhados pelo país, o jornal pernambucano republicava matérias, artigos e até editoriais da rede de jornais dos *Associados*, refletindo, muitas vezes, o posicionamento político do grupo. Em parte, também, o prestígio do jornal era alavancado, em relação aos jornais concorrentes no estado de Pernambuco, por essa associação a um conglomerado nacional de mídia. Destacamos que os *Diários Associados* eram proprietários da primeira rede de televisão do país, a *TV Tupi*, inaugurada em 1950, e foram pioneiros nas transmissões de rádio, com a *Rádio Tupi*. Outra empresa do grupo de sucesso no período foi revista *O Cruzeiro*, que chegou a ter uma versão internacional para a América Latina.

Segundo Arnaldo Jambo, em 1975, a tiragem do *Diario de Pernambuco* era de 65.000 exemplares, funcionava 24 horas, havia 450 funcionários, sendo 120 redatores, 5 correspondentes regionais nos estados vizinhos e outros 40 no interior<sup>31</sup>. Nesse ano realizou-se uma pesquisa de opinião com 700 entrevistados para identificar o perfil dos leitores dos jornais recifenses, constatando-se que o *Diario de Pernambuco* foi o preferido entre todos os públicos, divididos por sexo, classes socioeconômicas, faixas etárias e níveis de escolaridade<sup>32</sup>.

Nas décadas de 1970/1980, o periódico era dividido em Cadernos (como *Caderno A*, *Viver* e *Classificados*), subdividido em Seções (como *Polícia*, *Política* e *Educação*) e vendido em outras regiões do país. O quantitativo de páginas variou entre 30 a 80 páginas, a depender do dia e período. Nos governos Geisel e Figueiredo, recorrentemente noticiou fatos políticos de forma descritiva, sem defender as discussões e lutas em torno da democracia<sup>33</sup>.

O jornal foi amplamente utilizado na tese porque era o principal periódico local, considerado um dos mais influentes do país, possuía grande abrangência geográfica e de público e noticiou os principais fatos sobre a ditadura, a UFPE, o movimento estudantil e a atuação dos professores e dirigentes universitários. O acervo está disponível no site da

---

<sup>30</sup> <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>, acessado em 1 jun. 2020.

<sup>31</sup> JAMBO, Arnaldo. *Diario de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Rio de Janeiro: Editora Cruzeiro, 1975, p. 453.

<sup>32</sup> JAMBO, 1975, *Op. cit.*, pp. 373-374.

<sup>33</sup> Informações obtidas nos exemplares e no site <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>, acessado em 1 jun. 2020.



Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional<sup>34</sup> e a pesquisa foi realizada por meio de palavras-chave, sendo as principais UFPE, DCE e UEP. A partir desse conjunto documental, analisamos o olhar da grande imprensa sobre os objetos investigados e descortinamos diversos aspectos cotidianos dos alunos e docentes.

Essa potencialidade de informações ocorreu devido ao registro diário, visibilidade e dizibilidade de várias questões, como: eventos políticos, modernização e problemas físicos da universidade, eleições das entidades estudantis e para a reitoria, atos públicos, organização e atuação dos alunos, campanhas políticas, projetos universitários, atividades desenvolvidas pela comunidade acadêmica (alunos, docentes e reitores), repressão e resistência dentro e fora do *campus* e críticas e mobilizações contra a ditadura.

Quanto à metodologia de trabalho com periódicos, Tania Regina de Luca recomenda que, ao encontrá-los, o historiador localize-os na história da imprensa brasileira, caracterize os grupos responsáveis pela publicação, identifique o público destinado, os recursos utilizados e que se atente para aspectos como: periodicidade, público leitor, a presença de imagens e os cadernos onde foram publicadas as notícias<sup>35</sup>. Foi o que buscamos fazer em nossas possibilidades, mas ainda existem muitas lacunas de informações sobre a atuação do *Diario de Pernambuco* durante a ditadura, daí a necessidade de um estudo específico acerca dessa temática.

Como esse tipo de documento também foi constantemente mencionado como informação nas fichas e prontuários dos alunos e professores da UFPE, ressaltamos que na atuação coercitiva da ditadura, a informação jornalística apresentou-se enquanto um instrumento:

[...] de controle, de reverberar ações, [...] uma forma de agilizar a circulação da informação, tornando-se a mídia impressa uma importante fonte documental aos órgãos de informação. A partir dessas informações ocorreram tanto expurgos, na forma de demissões, exonerações, prisões quanto a composição da culpa e consequente perseguições. As informações retiradas da imprensa confeccionavam relatórios, boletins e os prontuários, que auxiliavam no controle social. Tomando por base o cotidiano de jornais que, no embate diário, negociaram a sua própria existência, percebemos que a apropriação da informação jornalística, praticada pelos órgãos de informação e repressão, com finalidades próprias, acabou por qualificar e dar aval à mesma, aumentando a sua força discursiva e o seu poder de penetração social<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Todos os exemplares do Diario de Pernambuco consultados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional foram acessados a partir deste site.

<sup>35</sup> LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

<sup>36</sup> LONGHI, Carla Reis. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, nº 22, 1º sem. 2014, p.105.

As imagens também foram outras fontes relevantes, por serem mais uma expressão da experiência e da diversidade social, possuindo um significativo potencial de comunicação e possibilitando a construção de sentidos, tendo em vista que a “[...] sociedade se organiza, também, a partir do confronto de discursos e leituras de textos de qualquer natureza – verbal escrito, oral ou visual. É nesse terreno que se estabelecem as disputas simbólicas como disputas sociais”<sup>37</sup>. Assim, os textos visuais, a exemplo da fotografia, são resultantes de um jogo de conteúdo e expressão relacionados a três elementos fundamentais: o texto propriamente dito, o leitor e o autor. Ao analisar esses registros do passado, o historiador precisa contextualizá-los, indagá-los, levando em consideração a sua polissemia, dimensões temporais, autorais e espaciais, seletividade e finalidades de forma crítica e reflexiva<sup>38</sup>.

Os arquivos privados também foram de grande valia, pelo acesso a documentos e informações que dificilmente encontraríamos em outros espaços, possibilitando conhecer em uma dimensão mais ampla, a história da UFPE. Tivemos acesso ao arquivo pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá, militante estudantil de Ciências Sociais da UFPE preso e torturado em 1978, cujo material foi constituído por documentos policiais, recortes de jornais e correspondências sobre a sua prisão. Todavia, é preciso tomar alguns cuidados, pois, construídos espontaneamente e para utilização no âmbito privado, esses documentos apresentam-se ao pesquisador com a sedução do fato vivido e concreto, frequentemente apresentando um efeito de verdade sobre o seu produtor. Assim, o historiador deve problematizá-los e indagá-los<sup>39</sup>.

Ao analisar como se deve pesquisar em arquivos, Celso Castro salienta que os conjuntos documentais que os constituem são resultantes de vários processos seletivos, sendo útil entender como o arquivo foi construído, sua forma de organização e com que cuidados e objetivos foram produzidos<sup>40</sup>. Assim, como ressaltou Michel de Certeau, a pesquisa histórica inicia-se com o ato de selecionar, agrupar e transformar em documentos, objetos distribuídos nos arquivos, sendo este um dos desafios do pesquisador para a construção da sua narrativa<sup>41</sup>.

---

<sup>37</sup> KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens*. ArtCultura, Uberlândia, vol. 8, nº 12, 2006, pp. 99-100.

<sup>38</sup> MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, pp. 73-98.

<sup>39</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, pp. 121-127.

<sup>40</sup> CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, pp. 29-46. (Passo-a-passo; v. 82).

<sup>41</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 81.

Outra documentação investigada foram os currículos lattes<sup>42</sup> de militantes estudantis e professores da UFPE. A partir da sua consulta e análise, identificamos como durante e após a ditadura, muitas dessas lideranças ocuparam posições e cargos estratégicos na universidade e em outras instituições públicas e privadas pernambucanas, simbolizando a força das relações entre política e ciência no campo acadêmico.

Tendo em vista essa grande massa documental, decidimos não realizar entrevistas de história oral, apesar da proficua experiência no mestrado em História da UFPE, cuja linha de pesquisa vinculada foi Cultura e Memória. O ideal seria coletar depoimentos de um expressivo número de militantes universitários e isso não foi viável durante o doutoramento. Além disso, por não serem vistos como acessórios, mas como um relevante *corpus* do núcleo da investigação, os depoimentos precisam ser analisados com profundidade e em suas singularidades. O que demandaria até mesmo uma outra tese, pois a própria construção das memórias estudantis e a arena de disputas políticas em torno delas constituem um objeto de estudo específico<sup>43</sup>.

Destacamos também que a tese está baseada em uma história política pautada no diálogo com trabalhos de outras áreas do conhecimento, como é o caso da Ciência Política, Sociologia e Pedagogia<sup>44</sup>. Dessa forma, como um detetive, seguimos os fios e os rastros dos documentos e pistas para análise desse cenário com base na historiografia relacionada à temática investigada<sup>45</sup>.

### **Historiografia sobre o movimento estudantil e os impactos da ditadura nas universidades do Brasil.**

Verificamos que a maior parte dos trabalhos acerca do movimento estudantil durante a ditadura no Brasil está concentrada, sobretudo, no eixo Rio de Janeiro e São

---

<sup>42</sup> Integrados à Plataforma Lattes, criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e utilizada por órgãos de fomento à pesquisa. São cadastrados pesquisadores, docentes, alunos, gestores e demais funcionários de ciência e tecnologia para divulgar suas atividades. Os currículos foram acessados em <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>.

<sup>43</sup> Como foi o caso de LACERDA, Gislene Edwiges de. *O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida*. 2015, 216f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>44</sup> RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 29-35.

<sup>45</sup> GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Falso, verdadeiro, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Paulo, com destaque para o período da intitulada “geração 68”<sup>46</sup>. No que tange à atuação desse segmento social nos anos 1970/80, apesar da sua relevância durante a transição democrática, a escassez de pesquisas em nível nacional é notória, havendo a necessidade de investigá-lo de forma aprofundada<sup>47</sup>.

Diante disso, em 2011 foi publicado o livro *Memórias de esquerdas: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*<sup>48</sup>, trabalho resultante da dissertação de mestrado em História de Gislene Lacerda. A autora investigou a trajetória do movimento estudantil em Juiz de Fora/MG, objetivando entender a sua importância na luta pelo fim da ditadura. Na pesquisa ela analisou a influência política discente na sociedade, destacando a heterogeneidade dos alunos, os embates existentes, as tendências internas de distintas bases ideológicas de esquerda e as batalhas das memórias entre as gerações estudantis de “68” e dos anos “1970/80”. Na tese levamos em consideração esses aspectos para entendermos as especificidades do movimento estudantil da UFPE.

Em 2016, foi publicada a obra *O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*<sup>49</sup>, fruto da tese de doutorado da historiadora Angélica Müller. O livro é uma referência, pois abordou como houve uma continuidade da organização e resistência estudantil depois do AI-5. Foi o contraponto a uma historiografia clássica, ao ressaltar que, apesar da proibição de atividades políticas nos *campi*, os alunos encontraram estratégias para lutar contra a ditadura. O trabalho contribuiu com informações sobre o movimento estudantil da UFPE, possibilitando pensarmos a ação desse segmento em um contexto nacional de militância universitária pela reestruturação discente por meio de tendências, atividades político-culturais e reorganização das suas principais entidades representativas, elementos abordados na pesquisa.

Outro trabalho referencial é a tese *Longe demais das capitais? Cultura política, distinção social e movimento estudantil no Piauí (1935-1984)*<sup>50</sup>, de João Batista Vale Júnior. Nela foram analisadas as especificidades do movimento piauiense desde o

---

<sup>46</sup> “[...] um extrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador -, às vezes esse processo só se verifica em um setor bem determinado”. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 133.

<sup>47</sup> LACERDA, Gislene Edwiges de. *Memórias de esquerdas: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*. Juiz de Fora/MG: Funalfa Edições, 2011, p. 20.

<sup>48</sup> LACERDA, 2011, *Op. Cit.*

<sup>49</sup> MÜLLER, Angélica. *O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

<sup>50</sup> VALE JÚNIOR, João Batista. *Longe demais das capitais? Cultura política, distinção social e movimento estudantil no Piauí (1935-1984)*. Tese (Doutorado em História) – ICHF, UFF, Niterói, 2010.

surgimento da sua primeira entidade representativa até o final da ditadura. O autor investigou como foram construídas as identidades desse segmento, sendo marcantes em tal processo a força de valores, tradições, memórias e um conjunto de códigos de conduta e representações. Esse cenário configurou-se em distinções sociais entre os estudantes, disputas por poder, conflitos internos, referenciais identitários comuns aos grupos e lutas em defesa da democracia e de melhorias educacionais. Por isso, o referido trabalho foi útil para refletirmos sobre a trajetória do movimento estudantil no Nordeste, ressaltando aspectos que pesquisamos sobre a UFPE.

Constatamos também a existência de um hiato sobre a história do movimento estudantil em Pernambuco durante o período da abertura política, tendo em vista escassez de pesquisas específicas e aprofundadas sobre ele. A dissertação *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Recife (1964-1968)*<sup>51</sup> de Simone Silva foi defendida em 2002 e teve, como o próprio título sugere, o objetivo investigar a atuação do movimento estudantil no início da ditadura. A autora destacou como ele foi um importante instrumento de resistência política na luta pelo retorno à democracia e sofreu com as ações da polícia, atuante por meio de práticas de vigilância, censura e repressão, contexto que ganhou visibilidade nos periódicos locais.

O trabalho foi construído a partir da análise e do cruzamento de prontuários do DOPS/PE, jornais e entrevistas, apresentando o movimento estudantil de forma plural: integrantes, articulações e influências políticas, espaços e práticas de atuação, grupos existentes e conflitos, apontando a força dos discentes de direita na sociedade. Trata-se de uma pesquisa útil para entendermos a trajetória da militância estudantil em Recife nos primeiros anos da ditadura.

O artigo *Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco*<sup>52</sup>, de Maria do Socorro Lima, foi publicado no dossiê 1968, da revista *Clio*, da Pós-Graduação em História da UFPE, quando comemoraram-se quarenta anos do ano de 1968, um marco de transformações nas formas de se pensar, viver e sentir o mundo, com destaque para o protagonismo político juvenil.

Nesse texto, a autora contextualizou os principais acontecimentos em Pernambuco e destacou o papel dos discentes na oposição contra a ditadura, analisando, de forma

---

<sup>51</sup> SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*, 2002, 202f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.

<sup>52</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco*. In: *Clio: Revista de Estudos Históricos*, Recife: UFPE, Vol. 1, nº 26, 2009, pp. 171-190.

sucinta, como esses jovens lutaram em defesa de direitos e da liberdade. Foram marcantes os impactos das suas mobilizações e protestos e a atuação repressiva da polícia no combate aos militantes nomeados de “comunistas”. Outro eixo central da publicação foi ressaltar a importância de como os trabalhadores rurais reivindicaram melhores condições de vida e de trabalho nesse período. Dessa forma, Socorro Abreu contribuiu para conhecermos a geração de jovens estudantes de 1968 em Pernambuco.

Quanto à historiografia acerca dos impactos da ditadura nas universidades brasileiras, tem crescido significativamente a quantidade de pesquisas acerca da temática nos últimos anos. Todavia, ainda há um hiato de informações, sobretudo, das décadas de 1970 e 1980 e, principalmente, do cenário pernambucano durante o período da ditadura como um todo. Diante disso, ressaltamos os seguintes trabalhos, pela sua contribuição para refletirmos a respeito dos aspectos comuns e distintos dos casos ocorridos na UFPE.

O livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*<sup>53</sup>, de Rodrigo Patto Sá Motta é esclarecedor. Este trabalho é uma referência, tendo em vista a carência de publicações específicas sobre o tema. A pesquisa desenvolvida se baseia na investigação aprofundada de fontes inéditas provenientes de diversos centros de documentação e na realização de entrevistas, possibilitando traçar um panorama geral dos impactos da ditadura nas universidades brasileiras. O autor analisa a atuação dos agentes de segurança e informação nesses espaços, destacando as dinâmicas específicas de cada instituição, por não serem realidades homogêneas.

No que concerne ao cenário político-educacional de Pernambuco, Rodrigo Motta destacou que os impactos do autoritarismo tiveram início desde o dia do golpe de 1964, com o assassinato dos estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan Rocha. O autor também contribui para os nossos estudos sobre o meio acadêmico, ao problematizar que as disputas político-ideológicas também estiveram associadas a conflitos internos das instituições, sendo marcantes os interesses pessoais. Para tal, ele toma como um dos exemplos a Universidade do Recife (atual UFPE), quando o seu projeto cultural com ideais das esquerdas foi destruído e os seus responsáveis aposentados ou demitidos, com o início da ditadura.

Destacamos também a tese de doutorado *A vigilância e a repressão política durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979): as universidades brasileiras sob a*

---

<sup>53</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

*mira da ditadura*<sup>54</sup>, de Dinoráh Lopes Rubim de Almeida. Este trabalho contribuiu para refletirmos sobre como as universidades brasileiras foram vigiadas e atingidas pela repressão política durante o governo Geisel, marcado pela distensão política e adensamento dos órgãos de segurança e informações nas instituições de ensino.

Outro ponto positivo desse trabalho para a nossa pesquisa foi a análise documental dos relatórios finais das Comissões da Verdade de universidades localizadas em diferentes regiões do país, ressaltando conexões e convergências da coerção estatal sobre elas durante a institucionalização da ditadura, quando foram violados direitos humanos, alunos e professores foram perseguidos e atingidos politicamente e ocorreu uma modernização autoritária nas universidades.

A tese de doutorado *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*<sup>55</sup>, de Ludmila Gama Pereira, contribuiu para refletirmos sobre o controle, censura, repressão e investigação no campo universitário, tendo como fio condutor um estudo de caso de maneira aprofundada. A desse trabalho, verificamos aspectos semelhantes e distintos dos impactos na UFF, se comparados à UFPE. Em ambas as instituições houve ações de intervenção no meio estudantil e em suas entidades, com a expulsão de universitários por atividades políticas, pela aplicação do Decreto nº 477/1969 durante o auge da repressão nos *campi*.

A autora destacou que existiu demissão, veto de admissão e impedimento da contratação de professores críticos à ditadura. Foi marcante na UFF a negação da ocupação de cargos de direção universitária a docentes críticos ao regime. Por outro lado, constatamos que no período investigado (1973-1985), o histórico de militância política antes de 1964, o apoio ao movimento estudantil, os comentários em sala contra o regime e a participação em atos contra a ditadura pesaram negativamente para a admissão, renovação de contrato e ocupação de cargos estratégicos na UFPE. Entretanto, essas ações são mais nítidas no campo da vigilância, com uma prática de suspeição, pois apesar da atuação desses professores na universidade ser considerada perigosa pelos agentes de segurança e informação, eles conseguiram desenvolver as suas atividades.

---

<sup>54</sup> PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*. 2016, 321f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2016.

<sup>55</sup> ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim de. *A vigilância e a repressão política durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979): as universidades brasileiras sob a mira da ditadura*. 2019, 195f. Tese (Doutorado em História) – UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.

## **A relevância dos relatórios das Comissões da Verdade.**

Os relatórios das Comissões da Verdade foram úteis para analisarmos os impactos da repressão no campo universitário. O segundo volume do *relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)* possui o capítulo *Violações de direitos humanos na universidade*<sup>56</sup>, cujo texto foi construído sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha, tendo redação e investigações desenvolvidas pela pesquisadora da CNV, Angélica Müller.

Esse material foi construído a partir do trabalho desenvolvido pelas comissões da verdade universitárias de várias instituições de ensino superior do Brasil. Entretanto, não foi criada nenhuma comissão universitária em Pernambuco, o que se refletiu na ausência de menção nesse capítulo à UFPE e às demais universidades pernambucanas. O panorama nacional apresentado mostra que, ao longo da ditadura, houve violação de direitos humanos nas universidades, por meio de assassinatos, prisões e torturas de docentes, alunos e funcionários que geralmente atuavam em organizações políticas. As violências ocorreram por meio de práticas burocráticas institucionalizadas, legais e repressivas, havendo significativa resistência social, merecendo destaque a força do movimento estudantil, desde os anos 1960.

Em 2017, foi publicado o *relatório da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara* sobre o caso de Pernambuco, constando o capítulo *Graves violações dos direitos humanos nos meios educacionais e culturais*<sup>57</sup>, cujo texto é de responsabilidade das relatoras Nadja Maria Miranda Brayner e Maria do Socorro Ferraz Barbosa: ex-militantes políticas e professoras aposentadas da UFPE. Tendo em vista a finalidade do material, enfatizou-se o contexto político-social de Pernambuco nos âmbitos educacionais e culturais no período pré-golpe de 1964 e durante a ditadura.

Apesar de os aspectos culturais e educacionais estarem relacionados, acreditamos que ambos mereciam capítulos independentes ainda mais aprofundados, perante as suas respectivas especificidades, complexidades e dimensões sociais. Todavia, a publicação apresenta informações de suma relevância para a pesquisa, contextualizando aspectos da UFPE aprofundados ao longo da tese. Exemplos dessa contextualização podem ser vistos

---

<sup>56</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. V. 2. Brasília: CNV, 2014, pp. 266-296.

<sup>57</sup> COELHO, Fernando de Vasconcelos; *et al.* *Relatório final da comissão estadual da memória e verdade Dom Helder Câmara*: volume II. Recife: CEPE, 2017, pp. 221-250.



na atuação das Assessorias de Segurança e Informação (ASIS's), na repressão no *campus*, nos confrontos entre estudantes e a administração universitária, nas eleições para reitor e na ocupação de cargos na UFPE, que levaram em consideração aspectos políticos, a organização e a resistência discentes.

Outro documento valioso para o desenvolvimento da tese é o *relatório final da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)*<sup>58</sup>, resultante de um trabalho realizado entre 2013 e 2016, cujas pesquisa e redação do texto foram coordenadas pelo historiador Pedro Ernesto Fagundes, docente da instituição e membro entre 2014 e 2016, da Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas – Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985). A publicação nos possibilitou refletir acerca dos impactos repressivos da ditadura em uma instituição federal de ensino, buscando estabelecer aspectos em comum e distintos entre as duas universidades.

O relatório historiciza a UFES a partir de quatro ondas repressivas, sendo o nosso foco a quarta, por abordar a universidade sob o olhar da repressão política entre 1975 e 1985. A construção do trabalho foi inspiradora pela metodologia empregada, na medida em que foram cruzadas e analisadas informações de diferentes *corpus* documentais, buscando o dito e o não dito das fontes, sendo, do mesmo modo marcante a própria composição dos tópicos textuais. Com a leitura desse relatório e a partir da problematização das fontes coletadas para a tese, decidimos contemplar na estrutura do trabalho: a vigilância na contratação de professores, como e porque docentes eram considerados subversivos pelo Estado, a participação de professores e discentes nas lutas políticas locais e nacionais e a rearticulação e reorganização do movimento estudantil sob vigilância dos agentes de segurança e informação. A abordagem levou em consideração que existem aspectos semelhantes entre as duas universidades durante a ditadura.

Quanto à estrutura da tese, ela foi organizada em quatro capítulos, que buscaram analisar em suas especificidades os impactos da ditadura na UFPE durante o período da abertura política. No capítulo 1 analisamos a construção de uma memória política a partir da historiografia incentivada e financiada pela própria instituição, assim como a história da universidade entre 1946 e 1974, destacando o seu surgimento e o contexto político e social em que estava inserida, para uma maior inteligibilidade das suas transformações ao longo dos anos. Nesse cenário, ressaltamos também os impactos do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura no *campus*, no auge da repressão do Estado.

---

<sup>58</sup> UFES. Comissão da Verdade. *Relatório final da Comissão da Verdade*: Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

No capítulo 2 destacamos o impacto das intervenções do governo federal na universidade entre 1974 e 1979. Analisamos como os agentes de segurança e informação buscaram interferir na contratação de professores, apontando motivações ideológicas e de militância política. Outro ponto ressaltado foi a infiltração de militares no *campus* com a cooperação de civis e dirigentes universitários para a obtenção, produção e difusão de informações para controle social. Como a busca por controle envolveu segmentos de direita e esquerda e ocorreu de diferentes formas, analisamos a atuação do Projeto Guararapes e as atividades artísticas e culturais estudantis com conotação política, fatos que serviram de base para a vigilância da comunidade acadêmica.

No capítulo 3 investigamos o crescimento da oposição discente à ditadura e à reitoria entre 1973 e 1980, quando respectivamente foram lançadas as primeiras chapas estudantis opositoras nas eleições para o DCE/UFPE e reconstruiu-se a principal entidade representativa estudantil pernambucana: a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP)<sup>59</sup>. Dessa forma, problematizamos a vigilância da comunidade acadêmica pelos agentes de segurança e informação, os conflitos internos entre os alunos, as bandeiras políticas dos jovens, como os dirigentes universitários aderiram à ditadura e buscaram controlar a crescente oposição universitária, a atuação de lideranças discentes de direita, a reorganização e articulação do movimento estudantil e como a grande imprensa local noticiou essa conjuntura.

No último capítulo analisamos as lutas de alunos e professores pelas liberdades democráticas entre 1977 e 1985. Nesse período ocorreu a Semana Pelas Liberdades Democráticas em 1977, na UFPE, evento relevante para pensarmos como essa bandeira foi defendida pela comunidade acadêmica, em um contexto marcado pela coerção da reitoria e de dirigentes universitários, resistência estudantil e ampla repercussão nos jornais locais. Outro ponto de discussão foi a prisão do acadêmico de Ciências Sociais Edval Nunes da Silva Cajá em 1978, fato que mobilizou professores, alunos e outros segmentos sociais em defesa de sua liberdade. O caso foi noticiado na imprensa e atraiu a vigilância dos militares, possibilitando refletirmos a respeito dos conflitos entre Estado,

---

<sup>59</sup> Foi fundada em 1944, com sede em Recife, durante os preparativos para a realização do congresso da UNE naquele ano, no Rio de Janeiro, representando os universitários do estado e tendo como primeiro presidente Odilon Ribeiro Coutinho. A partir de então, passou a atuar em defesa dos direitos discentes e de melhorias sociais para o país. Foi marcante o seu papel de articulação do movimento estudantil pernambucano quanto às discussões político-sociais nas esferas local e nacional. <<https://uepcandidopinto.wixsite.com/41congresso/historia?fbclid=IwAR1VMvVuzrCdQ33vd9l6JgZRpl91deekovPeX0uOy3rJlqgsabzHz1IBqqM>>, acessado em 02 jan. 2019.

universidade e movimento estudantil, perante a existência de práticas autoritárias na sociedade durante a abertura política.

Também analisamos as eleições para reitor em 1983, em um cenário de lutas e debates sobre a redemocratização da universidade e do país. Por fim, investigamos a participação dos alunos e docentes da UFPE na campanha política nacional pelas Diretas Já (1983-1984). Assim, vimos como essa mobilização social repercutiu nos jornais e foi vigiada pelos agentes de segurança e informação, destacando que os universitários militaram para além dos muros da UFPE, posicionando-se na luta contra a ditadura.

## 1. UFPE: DA CRIAÇÃO AO AUGÉ DA REPRESSÃO (1946-1974).

A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que o fato ocorreu. A forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante. [...] A história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador<sup>60</sup>.

A partir do excerto acima, verificamos alguns dos aspectos constitutivos acerca da memória e da história, verificando como as suas relações são intrínsecas, dinâmicas, subjetivas e complexas para a composição da narrativa sobre o passado, partindo de dimensões individuais e coletivas da sociedade. Nessa seara de Clio ganha força a historiografia, entendida como a pesquisa sistemática sobre as condições de surgimento de diferentes discursos sobre o passado<sup>61</sup>. Diante disso, para uma maior inteligibilidade da temática da nossa tese, analisaremos a seguir, a construção da memória política da UFPE a partir da historiografia.

### 1.1 A construção da memória política a partir da historiografia.

No que concerne à historiografia específica da UFPE, é notória a construção de uma memória fomentada pela própria instituição. Evson Malaquias de Moraes Santos foi o autor que mais publicou a respeito da história e da memória da universidade<sup>62</sup>. A sua

<sup>60</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007, pp. 19-20.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, 2013, p. 136.

<sup>62</sup> SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; *Et al. A instituição imaginária educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE*. Recife: EDUFPE, 2013. \_\_\_\_\_ (Org.). *UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores*. Recife: EDUFPE, 2012. \_\_\_\_\_. *Conciso roteiro de documentos administrativos da Universidade do Recife*. Recife: EDUFPE, 2011. \_\_\_\_\_. *Et al. Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife - junho de 1959 a agosto de 1964*. Recife: EDUFPE, 2010. \_\_\_\_\_. *A primeira greve estudantil da UFPE: a tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia*. Recife: EDUFPE, 2010. \_\_\_\_\_. SILVA, Talita Maria da. *O Reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do*

trajetória de formação acadêmica e atuação docente está mesclada com a própria história da UFPE, onde realizou seu mestrado (1996) e doutorado (2002) e atua como professor do Centro de Educação, desde 1996<sup>63</sup>.

No que tange ao período ditatorial, o livro *UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores* é uma referência, por ser lançado em comemoração aos 65 anos da universidade e uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos por Evson Malaquias. Ele é composto por quatro entrevistas realizadas pelo pesquisador com docentes e dirigentes de diferentes áreas e cargos da administração superior da universidade, como: pró-reitor, vice-reitor e reitor.

A leitura do material nos possibilitou conhecer aspectos da estrutura universitária, do cotidiano educacional e político da instituição e da história de vida dos entrevistados, que tiveram significativa atuação política. Tendo em vista o lugar social de produção da obra financiada pela própria universidade, apesar de em algumas passagens de suas memórias os depoentes ressaltarem informações sobre a vigilância política no *campus* e as relações de cooperação entre professores e alunos, são notórios os silêncios quanto a maiores detalhes acerca do aparato coercitivo na UFPE e à adesão às práticas e aos ideais autoritários da ditadura.

Evson Malaquias de Moraes Santos também é autor do livro mais atual sobre a história e memória da UFPE: *“Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”*, no prelo e escrito em co-autoria com os pesquisadores André Ferreira, Cibele Maria Pereira da Silva, Edelson Albuquerque Júnior, Maria Isabel Landim, Neide Carolina Piornedo e Talita Maria Soares da Silva. A obra trata do caso do estudante de Ciências Sociais da UFPE Edval Nunes da Silva Cajá, sequestrado por agentes da Polícia Federal em 1978, preso, torturado e incomunicável por alguns dias.

A obra *“Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”* é uma grande contribuição, por ser o primeiro estudo específico e aprofundado acerca do fato de ressonâncias nacionais e internacionais, ampliando as lentes de investigação com um olhar interdisciplinar e com outras fontes que estavam inacessíveis até pouco tempo, como foi o caso das disponibilizadas on-line no Arquivo Nacional.

Nesse estudo de caso, os autores nos possibilitam refletir acerca do cenário em que a repressão ao referido militante estudantil está imersa, ao contextualizar os conflitos

---

*Conselho Universitário*. Recife: EDUFPE, 2009. SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; *et. al.* *“Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”*. Recife: EDUFPE, 2020, (prelo).

<sup>63</sup> <<http://lattes.cnpq.br/1383902112654010>>, acessado em 13 abr. 2020.

existentes entre os acadêmicos da UFPE e a vigilância sobre atuação política da comunidade acadêmica. Na tese dedicamos um tópico no capítulo 4 para problematizarmos a prisão de Edval Nunes da Silva Cajá, pois esse fato gerou um amplo e diversificado conjunto documental produzido pela grande imprensa local e pelos agentes de segurança e informação.

Dessa forma, analisamos fontes inexploradas e isso nos possibilitou historicizar o fato com uma abordagem própria, trazendo novas informações e interpretações da temática. Ela serviu como fio condutor para analisarmos os impactos da ditadura na UFPE, os conflitos internos entre a comunidade acadêmica, a luta pelas liberdades democráticas no Brasil, as relações políticas entre o movimento estudantil e outros segmentos sociais e como, durante a abertura política, os agentes de segurança e informação ainda exerciam práticas repressivas e lograram ter um controle social por meio da vigilância dentro e fora do *campus*.

Também merece destaque a obra *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*<sup>64</sup>, integrante da Coleção Vozes da UFPE e resultante da aprovação de um projeto de extensão alusivo à comemoração da memória de 60 anos da instituição. Os seus autores são Denis Antônio de Mendonça Bernardes, Amanda de Vasconcelos Silva e Márcia Goldeberg de Lima.

O primeiro foi professor da UFPE desde 1975, onde se graduou em História em 1969, coordenando o projeto; enquanto as duas últimas foram suas bolsistas na pesquisa. Denis Bernardes desenvolveu diversos trabalhos voltados para a preservação da memória da instituição, como foi o caso dos 50 anos da UFPE<sup>65</sup>. Ele faleceu em 2012, e diante de sua trajetória acadêmica, foi criado, no ano seguinte, o Memorial Denis Bernardes, vinculado à Biblioteca Central da UFPE, onde são salvaguardados fundos documentais da universidade<sup>66</sup>.

A contribuição do livro consiste no levantamento, seleção e reprodução de matérias sobre a universidade que foram publicadas nos jornais *A Luta*, *O Popular*, *Folha do Povo*, *Folha da Manhã*, *Diario de Pernambuco*, *Diário da Noite*, *Diário da Manhã* e *Jornal do Commercio*. Não foi um material que historicizou de maneira sistemática a trajetória da instituição, mas atendeu a outra proposta: ser uma compilação documental.

---

<sup>64</sup> BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça; SILVA, Amanda de Vasconcelos; LIMA, Márcia Goldeberg de. *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*. Recife: EDUFPE, 2007. (Coleção Vozes da UFPE, Vol. 6).

<sup>65</sup> <<http://lattes.cnpq.br/3158760740667365>>, acessado em 13 abr. 2020.

<sup>66</sup> <<https://www.ufpe.br/sib/memorial>>, acessado em 11 set. 2018.

Outro livro que relata a história da universidade e foi lançado como Volume 5 da coleção comemorativa é *Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE: 30 anos de uma história (1978-2008)*, organizado por Maria Betânia e Silva, Andréa Carla A. e Silva Pinto, Margarete Maria da Silva e Sandra Batista de A. Silva<sup>67</sup>. A obra financiada pela instituição trata da história dos seus cursos de mestrado e doutorado em Educação e nos possibilitou conhecermos aspectos educacionais dos ensinos básico e superior durante a ditadura em Pernambuco, fornecendo um perfil dos corpos discente e docente. No entanto, há pouca discussão a respeito dos aspectos políticos da sociedade recifense nesse período, sobretudo, no que tange às ressonâncias do aparato coercitivo na educação e na vida dos professores, alunos e demais funcionários da instituição.

Este foi um trabalho realizado durante quase um ano por pesquisadores voluntários de diferentes instituições de ensino superior do estado. Durante o lançamento, exemplares foram distribuídos gratuitamente para a comunidade acadêmica e disponibilizados para as bibliotecas da UFPE. Em 2008, foi organizada uma exposição na universidade e na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) para compartilhar os resultados da publicação.

No campo da Sociologia, a dissertação *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos Movimentos Estudantis de Engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1974)*<sup>68</sup>, de Otávio Luiz Machado é outra referência. Esse historiador realizou entrevistas com lideranças discentes, analisando as suas memórias e utilizando documentos da Escola de Engenharia de Pernambuco (EEP), como: jornais, revistas, discursos, pareceres, portarias e atas. Defendido em 2008, o trabalho teve como objetivo investigar as propostas de formação profissional estudantil, mais especificamente a de engenheiro, tendo como base o estudo de uma instituição com forte atuação política de estudantes com militância predominantemente de esquerda.

Para tanto, o autor discutiu como foi construído o debate sobre a formação do engenheiro enquanto profissional, destacando a participação do movimento estudantil em Pernambuco nesse processo e na luta por melhorias na educação brasileira e pelas

---

<sup>67</sup> SILVA, Maria Betânia e; *Et al* (Orgs.). *Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE: 30 anos de uma história (1978-2008)*. Recife: EDUFPE, 2008. (Coleção Vozes da UFPE, Vol. 5).

<sup>68</sup> MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos Movimentos Estudantis de Engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1974)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - CFCH, UFPE, Recife, 2008.

liberdades democráticas. É também um trabalho útil para nossa pesquisa por historicizar a estrutura do ensino superior no país nos anos 1960/70 e apresentar um panorama geral sobre a atuação estudantil, destacando a sua organização e a pluralidade dos grupos, inclusive, as disputas internas.

Em 2012, Dimas Brasileiro Veras publicou o livro *Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)*, com o apoio financeiro da editora da UFPE, resultado de sua dissertação de mestrado premiada pelo Programa de Pós-Graduação em História<sup>69</sup>. Nesse trabalho, o autor investigou o período pré-golpe de 1964 na UR (atual UFPE), tendo como base a revista *Estudos Universitários*, inserida na conjuntura de um amplo projeto de democratização da cultura e reforma universitária, sob a coordenação do Serviço de Extensão Cultural (SEC), idealizado e dirigido pelo professor Paulo Freire<sup>70</sup>.

Dimas realizou entrevistas com a comunidade acadêmica e analisou jornais locais, revistas e periódicos da universidade, ressaltando os embates em torno do desenvolvimento dessas atividades institucionais, as relações políticas entre os universitários e a extinção desse trabalho liderado por intelectuais preocupados com a realidade social, cultural e educacional da população. Dessa forma, contribuiu para pensarmos sobre os impactos do golpe de 1964 na universidade, como a perseguição de acadêmicos de esquerda.

Em 2018, Dimas Veras defendeu a primeira tese de doutorado sobre a história e memória da UFPE, ao investigar a modernização da instituição entre os anos de 1964 e 1975<sup>71</sup>. Para tal, ele estudou as relações entre a elite universitária e a ditadura, destacando as redes de relações de cooperação, interesse, adequação, arregimentação, vigilância e repressão da comunidade acadêmica. Sob a sua ótica, durante o auge coercitivo do regime ocorreu uma modernização conservadora na UFPE, quando foram prevaletentes as práticas de adesão estudantil e docente à ditadura e de repressão aos universitários resistentes aos militares. Um aspecto comum em nossos trabalhos é a não realização de

---

<sup>69</sup> VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife: EDUFPE, 2012.

<sup>70</sup> Nasceu em Recife, em 1921; faleceu em São Paulo, em 1997 e graduou-se na FDR, mas nunca exerceu a advocacia. “Entre 1947 e 1956, foi assistente e diretor do Departamento de Educação e Cultura do Sesi/PE. Foi lá que desenvolveu suas primeiras experiências com educação de trabalhadores e o seu método que se consolidou em 1961 com o Movimento de Cultura Popular do Recife. De 1957 a 1963, lecionou História e Filosofia da Educação em cursos da Universidade do Recife”. PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 201.

<sup>71</sup> VERAS, Dimas Brasileiro. *Palácios cariadados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*, 2018, 389f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.



entrevistas, devido ao grande volume de documentos escritos. Mas, o autor utilizou depoimentos do *Projeto Marcas da Memória*, coletados por pesquisadores da UFPE.

Além disso, é de grande valia o e-book *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica*, de Edelson de Albuquerque Silva Júnior, fruto da dissertação de mestrado em Educação da UFPE, defendida em 2013<sup>72</sup>. A publicação foi viabilizada por meio de um edital publicado pela universidade.

Este foi primeiro trabalho da Pós-Graduação em Educação da UFPE que teve como objeto de estudo um reitorado da própria instituição, abordando a sua história e levando em consideração uma multiplicidade de sujeitos, práticas e políticas educacionais. O autor foi orientado pelo professor Evson Malaquias de Moraes Santos, mencionado anteriormente, dando continuidade às pesquisas coordenadas por ele sobre a história e memória da universidade.

A obra contribuiu para compreendermos como a então Universidade do Recife teve interrompido com o golpe de 1964, um projeto político de reformas e mudanças internas baseado em uma aproximação da universidade com as problemáticas da “região” e do “povo”, por meio do SEC (1962-1964), coordenado por Paulo Freire. Foi por essa atividade e pelo desenvolvimento do método de alfabetização de jovens e adultos que esse docente foi considerado “subversivo” pelos agentes de segurança e informação da ditadura, precisando se exilar do Brasil.

Em 2018, foi defendida a dissertação *A criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) no contexto da abertura política (1975-1984)*<sup>73</sup>, da pedagoga Laudyslaine Natali Silvestre de Moura, sob orientação de André Gustavo Ferreira da Silva, sendo mais uma pesquisa vinculada ao mestrado em Educação da UFPE.

Ela analisou o surgimento e a atuação de Adufepe, relevante órgão representativo docente atuante em cooperação com o movimento estudantil na luta por melhorias na educação, pela democratização na universidade e pelo fim da ditadura. A partir da trajetória da Adufepe, a autora investigou o contexto do final da ditadura na UFPE, tendo como fios condutores as eleições para a diretoria da entidade e as bandeiras políticas

---

<sup>72</sup> SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica*. Recife: EDUFPE, 2017.

<sup>73</sup> MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. *A criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) no contexto da abertura política (1975-1984)*, 2018, 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Centro de Educação, Recife, 2018.

docentes nos anos 1970 e 1980, baseando-se em documentos do acervo da associação, jornais locais e relatos orais de lideranças da instituição.

Em 2019, a Editora da UFPE publicou o e-book *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*<sup>74</sup>, organizado por André Ferreira da Silva. Atuante há mais de vinte anos na universidade e filiado à Adufepe, a sua trajetória pessoal mescla-se com a própria história das instituições<sup>75</sup>. A obra contou inclusive com a cooperação da diretoria da associação e nessa composição textual relacionou-se a criação e a trajetória da Adufepe a contextos variados, como: o surgimento das primeiras associações e sindicatos de pernambucanos, o golpe de 1964, o surgimento da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), eleições para reitor em 1983 e as lutas e mobilizações recentes da educação. O livro reuniu especialistas na história da UFPE que se conhecem há anos, trabalham em parceria e compartilham os resultados de estudos já desenvolvidos. Quanto à proposta do trabalho, o seu organizador destacou:

Assim, sob a perspectiva da celebração da quarta década da ADUFEPE, propomos a edição de um livro sobre sua trajetória, texto que, antes de ser comemorativo, é um registro de reflexões sobre sua trajetória, contribuindo para a proposição crítica de caminhos e para a sua constante legitimação enquanto instituição representativa do corpo docente da UFPE. [...] O texto reúne artigos e memórias de momentos significativos da história política da Associação. [...] Para a escrita dessa memória, contamos, inclusive, com a colaboração do corpo de funcionários e estagiários da ADUFEPE, nas pessoas de Jarluzia Azevedo, Suara Macedo e Wedja Gouveia. Agradecemos o empenho em relação ao acesso ao acervo documental, à colaboração com entrevistas e à disponibilidade aos meios técnicos. Agradecemos também à Profa. Dra. Zélia Porto (Diretora ADUFEPE 2018-2020), pelo apoio à proposição inicial do presente trabalho<sup>76</sup>.

A publicação foi marcada pelos cunhos acadêmico e memorialístico, contando com a cooperação da universidade, viabilizadora da publicação com a sua editora. Foi importante o apoio da Adufepe, que propôs e cooperou com a realização do trabalho por meio de seus filiados e funcionários, ao disponibilizar o seu acervo documental e compartilhar memórias nas entrevistas concedidas. Nessa perspectiva, a narrativa do material apresentou a história e a memória da associação ligadas às lutas políticas em defesa de melhorias socioeducacionais e das liberdades democráticas na ditadura.

---

<sup>74</sup> FERREIRA, André (Org.). *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*. Recife: EDUFPE, 2019.

<sup>75</sup> <<http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>>, acessado em 12 abr. 2020.

<sup>76</sup> SILVA, André Gustavo Ferreira da (Org.). *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*. Recife: EDUFPE, 2019, p. 6.

Portanto, conforme constatamos, a UFPE foi e continua hegemônica na produção e disseminação da sua história e memória, a partir de publicações financiadas por projetos de pesquisa e extensão dos seus docentes e de trabalhos desenvolvidos por alunos de seus Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, principalmente de Educação. Nesse sentido, todos os autores das obras analisadas nesse tópico formaram-se na universidade, sendo outro aspecto marcante do lugar de produção e anúncio dessa escrita. O quantitativo de trabalhos cresceu nos últimos anos, mas ainda são poucas as pesquisas desenvolvidas sobre a trajetória da instituição na área de História. Para uma maior inteligibilidade do tema, analisaremos a seguir, a história institucional da UFPE entre os anos de 1946 e 1974, destacando os impactos da ditadura e o cenário político-social em Pernambuco.

## **1.2 História institucional, impactos da ditadura e o cenário político-social em Pernambuco.**

A UFPE é considerada uma das universidades mais antigas e relevantes do Brasil, sendo a primeira do Nordeste. A sua trajetória está associada diretamente ao surgimento de um conjunto de escolas de ensino superior pernambucanas: Faculdade de Direito do Recife (FDR)<sup>77</sup> (1827), Escola de Engenharia de Pernambuco (1895), Escola de Farmácia (1903), Escola de Odontologia (1913), Faculdade de Medicina do Recife (1915), Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932) e Faculdade de Filosofia do Recife (Fafire)<sup>78</sup> (1940). Nesse cenário, o principal marco para a criação da UFPE foi a fundação da Universidade do Recife (UR), pelo Decreto-Lei nº 9.388, de 9 de agosto de 1946, sendo composta por essas instituições<sup>79</sup>.

Como em todas as universidades públicas do país, a nomeação para o cargo de reitor era realizada pelo presidente da República a partir da escolha de lista tríplice votada

<sup>77</sup> Para se ter dimensão da força do campo da FDR enquanto formadora de lideranças políticas, ao longo de seus quase 200 anos de história, 65 egressos dessa faculdade já foram governadores de Pernambuco, sendo 5 deles durante a ditadura civil-militar. Entre eles, destacamos: Agamenon Magalhães (1937), Miguel Arraes de Alencar (1963, 1987 e 1995), Paulo Pessoa Guerra (1964), Eraldo Gueiros Leite (1971), José Francisco de Moura Cavalcanti (1975), Marco Antônio de Oliveira Maciel (1979), Roberto Magalhães (1983), Gustavo Krause (1986) e Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (1991). <[https://www.ufpe.br/memoriafdr/todos-os-informes/-/asset\\_publisher/bklARbjVCVr/content/65-estudantes-da-fdr-ja-foram-governadores-de-pernambu-1/642900](https://www.ufpe.br/memoriafdr/todos-os-informes/-/asset_publisher/bklARbjVCVr/content/65-estudantes-da-fdr-ja-foram-governadores-de-pernambu-1/642900)>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>78</sup> Atualmente, é denominada Faculdade Frassinetti do Recife. Pela sua contribuição na fundação da UR, continua agregada a UFPE, sendo uma instituição de ensino superior privada, católica, sem fins lucrativos, confessional, filantrópica e comunitária mantida pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil. Os alunos têm os diplomas emitidos e assinados pelo diretor da Fafire e pelo reitor da UFPE. <[https://www.fafire.br/diretorio/site\\_REGIMENTO\\_FINAL\\_2016.pdf](https://www.fafire.br/diretorio/site_REGIMENTO_FINAL_2016.pdf)>, <<https://www.facebook.com/facafire/posts/2506669902703071/>>, acessados em 03 jun. 2020.

<sup>79</sup> <<https://www.ufpe.br/institucional/historia>>, acessado em 25 abr. 2018.

pelo Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo de administração da universidade. Além disso, salientamos que as primeiras universidades públicas brasileiras foram criadas na década de 1930 e os esforços para a inauguração de uma em Pernambuco antecedem os anos 1940.

Um dos grandes articuladores desse marco histórico foi o professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas<sup>80</sup>. Primeiro reitor da UR, ao longo de sua trajetória, ocupou relevantes cargos políticos e administrativos, sendo inclusive, amigo dileto de Agamenon Magalhães - interventor de Pernambuco durante o Estado Novo (1937-1945). A sua gestão foi a mais longa da história da UR/UFPE, com duração de treze anos (1946-1959)<sup>81</sup>, sendo homenageado com um lugar de memória<sup>82</sup>, nomeando uma avenida na Cidade Universitária devido aos feitos de sua gestão.

Em 1947, houve uma discussão para se decidir onde iria ser construído o *campus* universitário e foram cogitados diversos espaços: terrenos dos bairros Santo Amaro, Joana Bezerra e Ibura; a área da FDR localizada no centro da capital pernambucana e um loteamento na Várzea, onde tinha funcionado o Engenho do Meio. A Comissão de Planejamento da Cidade Universitária foi constituída pelo reitor Joaquim Amazonas, pelos docentes Ageu Magalhães, Antônio Bezerra Beltrão, Álvaro Celso Uchoa Cavalcanti, Edgar Altino, Edgar Amorim, Gilberto Osório de Andrade, João Rodrigues, Murilo Coutinho, Nelson Chaves, Oswaldo Gonçalves Lima e Pelópidas Silveira (futuro prefeito de Recife deposto com o golpe de 1964).

A escolha pela Várzea – local onde ainda funciona a universidade – relacionou-se à existência de uma avenida projetada no local e ao discurso de que lá teriam as melhores condições climáticas e topográficas do terreno. Entretanto, este era um bairro periférico, com acesso limitado de vias públicas e distante do centro, área onde estavam localizadas

---

<sup>80</sup> Nasceu em 1879, bacharelou-se em Ciências Sociais e Jurídicas, pela FDR em 1901, onde em 1909, foi aprovado no concurso para professor. “Acompanhou a criação de todas as unidades de ensino superior que seriam algumas décadas depois incorporadas à Universidade do Recife. Como membro do corpo docente, desempenhou funções editoria[i]s na Revista Acadêmica da FDR e ocupou por mais de duas décadas representação no Conselho Superior de Ensino. Como advogado, participou da criação e presidiu por mais de uma década a seção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, no mesmo intervalo de tempo que coordenou o Conselho Penitenciário de Pernambuco. Foi eleito em 1927, senador, e integrou a Comissão de economia e finanças do Estado em 1930. [Em 1945], [...] foi consagrado como diretor da FDR”. VERAS, 2012, *Op. cit.*, pp. 36-37.

<sup>81</sup> SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. *Memória institucional, esquecimento e ideologia: aproximando-se do imaginário social da instituição do ensino superior público*. In: XXIX Congresso Alas Chile Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina, 2013, Santiago, p. 5.

<sup>82</sup> “Os lugares da memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. NORA, Pierre. Entre memória e história: as problemáticas dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.10, dezembro de 1993, p. 13.

as Escolas e Faculdades da UR, realizavam-se atividades políticas e socializavam-se os jovens universitários, frequentadores de teatros, livrarias, cafeterias, bares e restaurantes.

Assim, a escolha do novo espaço foi uma estratégia dos dirigentes da universidade para buscar desmobilizar e desorganizar politicamente os discentes. Além disso, a Várzea era relativamente próxima a outro bairro da capital pernambucana: Dois Irmãos, onde funcionava (e ainda funciona) a Universidade Rural de Pernambuco (futura Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE)<sup>83</sup>.

Entretanto, esse projeto gerou tensões sociais e divergências de opiniões. Uma parte da população pernambucana criticava a sua localização, alegando estar afastada do centro da cidade. Por outro lado, em 1950, Mário Russo continuou defendendo que a localização da Cidade Universitária estava relacionada à sua ligação com o centro a ser feita nas avenidas amplas, acompanhando o crescimento territorial do Recife em direção aos seus limites urbanos, representando um desenvolvimento cidadão<sup>84</sup>. Houve questionamentos, inclusive, sobre a importância da existência da UR, reverberando matérias publicadas nos dois principais jornais pernambucanos:

**O Diário de Pernambuco**, através de editorial publicado em outubro de 1949, critica o empenho do Reitor Joaquim Amazonas em conseguir verbas federais para a criação da Cidade Universitária – argumentando que em um Estado pobre como Pernambuco outras deveriam ser as prioridades. O *Jornal do Commercio*, por sua vez, através de artigo do jornalista Mário Melo, posiciona-se a favor do grande empreendimento: ‘Se o Rio de Janeiro vai ter [...] sua cidade universitária; se os outros Estados estão tratando disso, porque há de Pernambuco deixar passar essa oportunidade?’<sup>85</sup>

Esses distintos posicionamentos da grande imprensa local registraram os conflitos políticos em torno da obra de construção da Cidade Universitária. A criação da UR esteve inserida em um cenário de busca de modernização conservadora para desenvolvimento econômico e educacional do Nordeste e de formação das elites, tendo em vista o perfil socioeconômico dos universitários, oriundos em sua maioria de classes mais abastadas; situação semelhante ao ocorrido em outros estados brasileiros.

<sup>83</sup> <[https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=176](https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=176)>, acessado em 30 mai. 2018.

<sup>84</sup> CABRAL, Renata Campello. *Mário Russo: um arquiteto italiano racionalista em Recife*. Recife: EDUFPE, 2006, p. 41.

<sup>85</sup> <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782)>, acessado em 30 mai. 2018. (grifos do site).

O Plano Urbanístico da Cidade Universitária foi dotado de simbolismo e os seus saberes foram considerados modernos por universitários da época, pois as concepções de autonomia e modernidade arquitetônicas eram semelhantes às de algumas cidades universitárias contemporâneas, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Caracas (Venezuela), Cidade do México (México) e Tucumã (Argentina), o *campus* foi dividido em núcleos que contemplam áreas acadêmicas, de esportes, lazer e residência<sup>86</sup>.

A estrutura descartou a concepção de rua tradicional, pois os edifícios foram distribuídos em segmentos funcionais por um terreno de 156 hectares distante das vias de tráfego de veículos, onde pôde ser potencializadas a vegetação do espaço e a iluminação e ventilação naturais<sup>87</sup>. Apesar de passadas algumas décadas de construção, reformas e ampliações, o *campus* atualmente possui diversos elementos do seu projeto original.

Durante a fundação da UR ocorreram diversos conflitos na universidade: a preocupação de que alunos vinculados a faculdades não integrariam a constituição da UR; disputas por espaços de poder entre as faculdades existentes e a criação dos estatutos universitários. No primeiro reitorado houve outros conflitos internos, com destaque para três greves: a primeira paralisação estudantil da universidade, ocorrida em 1947, por conta da reprovação de diversos alunos da Escola de Engenharia na disciplina de Física; a greve dos docentes catedráticos da Faculdade de Filosofia de Pernambuco em 1951, quando reivindicaram que as Faculdades de Filosofia deveriam ser as únicas emitirem diplomas de mestre e a de 1953, quando os alunos foram contra a realização de aulas teóricas<sup>88</sup>.

Com o fim da gestão de Joaquim Amazonas, em 1959, iniciou-se o reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. Nascido em 1898, em Surubim/PE, se formou em Medicina pela Universidade do Brasil e desde 1948, exerceu cargos relevantes na UR, quando foi:

[...] indicado e nomeado para a função de vice-diretor da Escola de Belas Artes da UR. [...] Em 1952, João Alfredo compõe a lista triplíce na eleição para reitor. Em 1953, é reconduzido ao cargo de Conselheiro Curador, obtendo assim assento no Conselho Universitário. Em 1954, é eleito e nomeado vice-reitor da UR. Em 1957, [...] acumula o cargo de Conselheiro Curador e, em [...] 1959, com o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, preside a reunião do Conselho Universitário [...] é legalmente nomeado reitor da UR<sup>89</sup>.

<sup>86</sup> <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782)>, acessado em 30 mai. 2018.

<sup>87</sup> <[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2138:mario-russo-e-a-construcao-da-cidade-universitaria-da-ufpe&catid=87&Itemid=782)>, acessado em 30 mai. 2018.

<sup>88</sup> SANTOS; SILVA, 2013, *Op. cit.*, pp. 4-5. SANTOS, 2013, *Op. cit.* SANTOS, 2010, *Op. cit.* SANTOS; SILVA, 2009, *Op. cit.*

<sup>89</sup> SILVA JÚNIOR, 2017, *Op. cit.*, pp. 192-193.

O reitor constituiu uma complexa rede de relações políticas e acadêmicas, ocupando ao longo dos anos diversos cargos estratégicos na UR, explicitando as dinâmicas das práticas permeadas por saber e poder na universidade.

Em 1961, a Cidade Universitária ainda era um canteiro de obras, apesar da sua avançada construção. Como não foi finalizada a transferência de todos os cursos para o *campus*, houve a necessidade de adequar e reformar as instalações provisórias utilizadas há mais de uma década por uma crescente comunidade acadêmica, que vivia uma nova e potencial dinâmica de produção. Novos cursos foram criados, técnicos e professores foram contratados, inclusive estrangeiros e, praticamente de maneira concomitante, foram reformados todos os edifícios escolares do *campus* urbano. Um conjunto de atividades foi financiado pelo governo federal e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), indicando a relevância da universidade para a região<sup>90</sup>.

Nos anos 1950 e 1960, no contexto da Guerra Fria, em Pernambuco, o medo do comunismo foi construído e difundido de várias formas: ações policiais repressivas nos espaços urbanos e rurais e difusão de cartazes repletos de símbolos e representações anticomunistas em locais públicos. Isso ocorreu devido às disputas políticas entre setores e atores sociais diversos: Igreja Católica, Ligas Camponesas, sindicatos urbanos e rurais, estudantes e docentes nas instituições de ensino superior e uma elite conservadora, configurando um cenário que justificou a ocorrência do golpe de 1964<sup>91</sup>.

Nesse contexto ressaltamos a atuação de segmentos de direita<sup>92</sup> na universidade. Nos anos 1950, destacaram-se a Aliança Brasileira Anticomunista e a Frente Anticomunista. Na década de 1960, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Movimento Anticomunista (Mac) combateram as ações estudantis de esquerda, por meio de pichações, chantagens, extorsões, destruições, sequestros e ameaças anônimas por

---

<sup>90</sup> VERAS, 2012, *Op. cit.*, pp. 97-98.

<sup>91</sup> SILVA, 2014, *Op. cit.*, pp. 200-205. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EDUFPE, 2005, pp. 27-34. MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e os conflitos no campo. In: ARAÚJO, Rita de Cássia de; BARRETO, Túlio Velho (Orgs.). *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Ed. Massangana, 2007, p. 94. MONTENEGRO, Antonio. *Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964)*. *Clio: Série Histórica do Nordeste*, Recife, v.1, n. 22, pp. 215-235, 2004.

<sup>92</sup> “A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça [...]. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos* 74, 2006, pp. 26-27.

ligações telefônicas e cartas. Os grupos eram compostos por discentes, policiais, empresários e militares. Os alunos em sua maioria eram ligados a cursos tidos como mais elitizados (Direito, Engenharias e Medicina) e às principais universidades locais: UR, Universidade Rural de Pernambuco e Universidade Católica de Pernambuco (Unicap)<sup>93</sup>.

Como fatos da repressão política na UR antes do golpe, ressaltamos que, em 1961, agentes da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE) e do IV Exército prenderam, torturaram, deixaram incomunicável e deportaram o argentino Túlio Carella, docente de Teatro da Escola de Belas Artes de Pernambuco. Ele foi contratado pelo reitor João Alfredo em 1960, a partir de uma recomendação dos professores da UR Hermilo Borba Filho (integrante do Movimento de Cultura Popular - MCP<sup>94</sup>) e Ariano Suassuna<sup>95</sup>.

Essa violência perpetrada por agentes de segurança e informação foi fruto de denúncias anticomunistas partidas de professores da UR enciumados com o seu trabalho e intolerantes com a sua homoafetividade. Diante das chantagens dos militares que ameaçaram divulgar publicamente o seu diário íntimo, Túlio Carella foi obrigado a sair do Brasil<sup>96</sup>. Dessa maneira, verificamos como o autoritarismo se estabeleceu por meio da violência física e de discursos morais, aspectos que, posteriormente, também serviram de base para a manutenção da ditadura.

Outro fato simbólico também ocorreu em 1961, quando agentes da SSP/PE e do IV Exército invadiram a FDR com tanques de guerra e armamento militar, devido à ocupação do prédio por alunos grevistas. A paralisação foi baseada no movimento de reforma universitária e em reivindicações locais, expressando os tensionamentos sociopolíticos da época em âmbito local<sup>97</sup>.

Entre os militantes estudantis de direita da UR, destacamos Marco Antônio de Oliveira Maciel. Nascido em 1940, de família tradicional católica, filho do influente

---

<sup>93</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>94</sup> Movimento de educação de base e alfabetização de jovens e adultos surgido em 1960, com a participação de alunos e professores universitários, intelectuais e artistas, em uma ação conjunta com Miguel Arraes, prefeito de Recife. Entre os participantes do movimento extinto com o golpe de 1964, destacamos o educador Paulo Freire (UR). <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-de-cultura-popular-mcp>>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>95</sup> Graduou-se em Direito pela FDR (1950), onde conheceu o Hermilo Borba Filho. Em 1956, tornou-se professor da UR, em 1967 fundou o Conselho Federal de Cultura, onde atuou até 1973. Em 1969, foi nomeado diretor do Departamento de Extensão Cultural pelo reitor Murilo Guimarães, cargo ocupado na UFPE até 1974. Com o apoio do órgão, lançou em 1970, o Movimento Armorial e, entre 1975 e 1978, foi Secretário de Educação e Cultura do Recife. Na UFPE, tornou-se livre docente em 1976 e aposentou-se em 1989. <<http://www.academia.org.br/academicos/ariano-suassuna/biografia>>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>96</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 42.

<sup>97</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 42.



político de direita José do Rego Maciel<sup>98</sup> e primo de Paulo Frederico Maciel, futuro reitor da UFPE (1975-1979)<sup>99</sup>. Iniciou jovem a militância no movimento estudantil, influenciado pelo pai. Enquanto secundarista do Colégio Nóbrega (tradicional instituição educacional católica), foi eleito presidente do Diretório Acadêmico aos 17 anos. Em 1959, ingressou na FDR, participando da produção da revista *Estudante* e sendo eleito presidente do DCE/UR e membro do Conselho Universitário em 1960<sup>100</sup>.

Em 1961, foi reeleito presidente do DCE e em 1962, foi eleito presidente da UEP, assumindo o cargo em 1963. Mesmo ano em que se bacharelou em Direito e se desligou da UNE, pois no congresso da entidade, ele apoiou a chapa financiada por segmentos de direita que foi derrotada pela chapa *Unidade*, presidida por José Serra e fruto de uma coligação da Ação Popular (AP) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diante disso, Marco Maciel lançou um manifesto publicado na imprensa. Seu histórico de militância na ocupação de cargos estudantis simbolizou a sua liderança política, cuja atuação foi de forte oposição ao governador de esquerda Miguel Arraes de Alencar (1962-1964)<sup>101</sup>.

Outro aspecto marcante durante o reitorado de João Alfredo (1959-1964) foi a atuação de Miguel Arraes de Alencar. Bacharel em Direito pela FDR, ele foi um político que durante esse período contou com a significativa participação de estudantes e professores da UR durante o seu governo. Situação negativa para esses sujeitos durante a ditadura, para o desenvolvimento de suas atividades na universidade, como a ocupação de cargos estratégicos na instituição. Eleito prefeito da capital pernambucana em 1959, pela aliança interpartidária Frente do Recife<sup>102</sup>, Miguel Arraes exerceu um papel

---

<sup>98</sup> Bacharel em Direito pela FDR, militou na Aliança Liberal (1930), foi procurador fiscal de Pernambuco (1938), secretário da Fazenda (1939-1945) e assessor do interventor Agamenon Magalhães. Foi prefeito do Recife (1952-1955), deputado federal (1955-1959), candidato a vice-governador de Pernambuco (1958) e em 1964, participou do Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra. Filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) em 1965, partido que foi suplente de senador. Foi diretor e presidente do Santa Cruz Futebol Clube, onde teve papel relevante na aquisição do terreno e na construção do estádio de futebol que leva o seu nome. <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maciel-jose-do-rego>>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>99</sup> <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>100</sup> <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>>, <<https://une.org.br/2011/08/marco-maciel/>>, <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessados em 18 mar. 2020.

<sup>101</sup> BRANCO, Ângelo Castelo. *Marco Maciel: um artífice do entendimento*. Recife: CEPE, 2017, pp. 30-31. VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 65. <<https://une.org.br/2011/08/marco-maciel/>>, <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel-1>>, <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessados em 18 mar. 2020.

<sup>102</sup> “[...] Formada em 1955, por ocasião da realização de eleições municipais no Recife, e que, ao longo das campanhas eleitorais que seguiram, alcançou sucessivas vitórias na disputa por cargos da administração pública estadual e municipal. Considerada uma frente esquerdista, apresenta o PCB e o PSB como os únicos partidos que integraram em cada uma das campanhas ocorridas entre 1955 e 1963”. SANTOS, Taciana

importante para consolidar a imagem da hegemonia das esquerdas no estado no contexto pré-golpe de 1964. Segundo Tereza Rozowylwiat, nesta cidade ele buscou:

[...] imprimir uma marca popular à sua administração. Ampliou o sistema de abastecimento de água e de fornecimento de energia, construiu chafarizes, aumentou a rede de esgotos, desenvolveu projetos de urbanização nos bairros mais pobres e criou o Movimento de Cultura Popular (MCP), talvez a principal marca da sua passagem pelo Executivo municipal. Paralelamente, tratava de ganhar o apoio da classe média, concluindo as obras de abertura da avenida Norte e Conde da Boa Vista, alargando a rua da Aurora, pavimentando as avenidas Sul, Boa Viagem e Imbiribeira, e construindo a ponte de Limoeiro. [...] Mas foi o MCP a face mais visível e emblemática da passagem de Arraes pela Prefeitura. Agregando intelectuais, artistas, educadores, o movimento encerrava uma proposta de contraposição ao modelo tradicional de educação, privilegiando as necessidades reais da população, valorizando o universo cotidiano e a criação de uma consciência política<sup>103</sup>.

Dessa forma, para manter-se no poder, Miguel Arraes buscou apresentar-se como um político preocupado tanto com as camadas mais pobres da população, quanto com as mais abastadas da cidade, buscando imprimir a sua popularidade e obter apoio social por meio da execução de várias obras públicas, sendo marcante nesse processo a sua ligação com artistas, intelectuais, professores e estudantes, entre os quais destacamos os da UR. Diante disso, durante as ações de vigilância dos agentes de segurança e informação na UFPE, o passado de militância desses universitários pesou negativamente na avaliação deles durante a contratação e ocupação de cargos estratégicos, ao serem vistos de maneira pejorativa e incriminadora, conforme constatamos na documentação investigada.

Perante as especificidades dessa gestão, o governo de Miguel Arraes foi bem aprovado por grande parcela da população, resultando em sua candidatura ao cargo de governador, em 1962. A eleição foi árdua, pois ele obteve apenas apoio de pequenos partidos associados à Frente do Recife e de parte expressiva do PSD, orientado pelo seu companheiro de chapa Paulo Guerra. Isso porque a campanha contra Arraes foi influenciada por segmentos conservadores, como: o empresariado, a Igreja Católica e instituições estadunidenses, como a Aliança para o Progresso.

Vitorioso, Miguel Arraes iniciou um governo apoiado por estudantes e professores universitários de esquerda e constituído por seus partidários, representantes do PSD de Paulo Guerra e pessoas ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)<sup>104</sup>. De acordo com

---

Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*, 2008, 118f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008, p. 4.

<sup>103</sup> ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 33.

<sup>104</sup> SILVA, 2002, *Op. cit.*, pp. 69-70.

Manoel Correia de Andrade, montando um governo heterogêneo, ele visou desenvolver um programa que, na época, foi considerado moderno e avançado:

[...] Arraes deu prioridade [...] a questão social, questão que o preocupou durante toda a vida e ação política. Assim ele resolveu apoiar as reivindicações dos trabalhadores do campo que exigiam a Aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963 [...] Para livrar os agricultores, pequenos proprietários ou sem propriedade dos intermediários, no interior, Arraes conseguiu mobilizar os bancos oficiais e desenvolver um programa de empréstimos aos mesmos a juros baixos. [...] Sabia que estava atirando em terreno minado [,] não podendo atuar sem manter atenção aos seus inimigos declarados com[o] Carlos Lacerda e até certo ponto de seus aliados, como João Goulart [,] que mesmo fazendo um governo oficialmente reformista, defendendo uma série de reformas indispensáveis ao Brasil, como a agrária, a urbana, a educação, etc ... por ser eminentemente conciliador poderia sacrificar qualquer aliado em função de uma vitória maior a curto prazo<sup>105</sup>.

Diante do significativo enfoque social, o novo governo de Miguel Arraes foi considerado um problema por setores conservadores: anticomunistas e grandes empresários, pois potencializou práticas de resistências dos trabalhadores rurais, que ganharam direitos sociais. Anteriormente, geralmente os conflitos entre esses trabalhadores e os proprietários de terras eram resolvidos com a repressão policial como forma de apoiar as classes abastadas.

Concomitantemente, o reitor João Alfredo criou o SEC na UR<sup>106</sup>, perante um cenário de busca de revitalização escolar e de grande crise político-pedagógica. Esse órgão foi dirigido por um de seus idealizadores, o professor Paulo Freire. Segundo Dimas Veras, o SEC tinha como objetivo desenvolver atividades nos âmbitos da realidade brasileira e da esfera cultural, buscando incrementar a cultura popular com a educação e impulsionar políticas de “extensão cultural”, que podem ser entendidas, atualmente, como políticas de extensão universitária<sup>107</sup>. Entre as atividades desse órgão, ganharam destaque a campanha de alfabetização de jovens e adultos, a Rádio Universitária e a criação da revista *Estudos Universitários*.

A recepção positiva desse trabalho pelas camadas populares suscitou projeção internacional à UR e legitimidade política junto ao governo federal. Mas, por outro lado, o SEC foi um elemento chave na polêmica das disputas ideológicas na cidade lideradas pelo anticomunista Gilberto Freyre. O sociólogo apoiou o golpe contra o presidente João

<sup>105</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 1964 e a trajetória política de Arraes. *Clio: Série Histórica do Nordeste*, Recife, v.1, n. 22, pp. 41-42, 2004.

<sup>106</sup> Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 1962.

<sup>107</sup> VERAS, 2012, *Op. cit.*, p. 98.

Goulart e esteve à frente da campanha de intelectuais contra o reitor João Alfredo, alegando que ele estava permitindo a infiltração comunista na universidade. Seu posicionamento de direita foi registrado em sua coluna dominical do jornal *Diário de Pernambuco*, um poderoso instrumento de apoio ao golpe em âmbito local<sup>108</sup>.

Quanto à atuação de Paulo Freire, liderança atuante no cenário político-educacional, em 1963, ele integrou o recém instalado Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, devido à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. A repercussão dos excelentes resultados de sua experiência de alfabetização, com destaque para a sua atuação como diretor da Divisão de Pesquisas do MCP, possibilitou uma projeção nacional. Esse professor também foi designado presidente da Comissão Nacional de Cultura Popular em 8 de julho 1963 e, posteriormente, esteve à frente da coordenação nacional do Plano Nacional de Alfabetização, estruturado em julho de 1963 e instituído oficialmente em janeiro de 1964<sup>109</sup>.

Todavia, com o golpe, esse projeto político-pedagógico voltado para a educação e a cultura popular foi ceifado, o trabalho de alfabetização de adultos baseado no Sistema Paulo Freire foi extinto e os seus organizadores foram acusados de subversão, exilados e/ou presos. O termo subversão era genérico, polissêmico e muito utilizado pela polícia política, com o objetivo incriminar os que eram concebidos como inimigos do governo e deveriam ser aniquilados<sup>110</sup>. Paulo Freire foi preso e aposentado compulsoriamente do cargo de professor da UR em 1964. Após setenta dias de sua prisão, exilou-se no Chile, onde atuou como docente da Universidade de Santiago entre 1964 e 1969<sup>111</sup>.

Entre os apoiadores do golpe em Pernambuco, destacamos a participação de Eraldo Gueiros Leite (procurador geral da justiça militar e governador de 1971-1975), Augusto da Silva Lucena (vice-prefeito de 1963-1964; prefeito de 1964-1971 e de 1971-1975), Cid Sampaio (ex-governador de 1959-1962), Paulo Guerra (vice-governador de 1963-1964; e governador de 1964-1967), Artur Schwambach (empresário de ônibus da cidade), Antônio Galvão (vice-presidente da Associação Comercial de Pernambuco), Wilson Queiroz Campos (presidente da Associação dos Diretores Lojistas de Pernambuco), dos usineiros José Lopes Siqueira, José Lopes de Siqueira e Luís Maranhão

---

<sup>108</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 34.

<sup>109</sup> SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, pp. 321-322. (Coleção memória da educação).

<sup>110</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 159.

<sup>111</sup> PILETTI; PILETTI, 2012, *Op. cit.*, pp. 200-201.

e dos militares coronel Ivan Rui, general Antônio Carlos Muricy e coronel Castilho<sup>112</sup>. Houve, portanto, a participação de empresários, políticos profissionais de direita e militares nesse movimento, os mesmos foram beneficiados pela ditadura de diferentes maneiras, como a ascensão a cargos políticos estratégicos.

Em Recife, o dia 1 de abril constituiu-se em uma arena de disputas e resistências políticas, perante o golpe de 1964. Diante de sua atuação política, com destaque para o seu apoio às Ligas Camponesas e à reforma agrária, o então governador Miguel Arraes foi um dos principais alvos dos militares. Nessa data, às 11:00h, a praça do Palácio Campo das Princesas (sede do governo estadual) estava tomada por soldados do exército, armados e sob a chefia do coronel João Dutra de Castilho e do tenente-coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira<sup>113</sup>.

Nesse dia também houve uma passeata estudantil em defesa do governo de Arraes, que saiu da Escola de Engenharia da UR, no centro do Recife, área onde também funcionava a FDR e outras faculdades dessa instituição e ocorreram tradicionalmente grandes manifestações de lutas políticas. De acordo com Fabíola Lucena, nesse período, essa Escola era considerada pelo DOPS/PE como a instituição que comandava todos os movimentos estudantis de esquerda no estado<sup>114</sup>.

Durante a passeata ecoaram os gritos: “Viva Miguel Arraes” e “Abaixo o golpe”. Minutos depois do seu início, dois estudantes foram baleados pelo exército na Praça da Independência, onde situava-se a sede do jornal *Diário de Pernambuco*. Perderam a vida as duas das primeiras vítimas da ditadura: o secundarista de dezessete anos Jonas Albuquerque e Ivan Rocha de Aguiar, universitário de vinte e três anos da Escola de Engenharia. Este foi um fato de significativa repercussão social noticiado pela mídia local e ao tomar conhecimento desses assassinatos, a UEP, por meio do seu presidente José Tinoco de Albuquerque, decretou uma greve geral como estratégia de resistência<sup>115</sup>.

A concretização do golpe levou Miguel Arraes à prisão e a realização de uma sessão extraordinária na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que determinou a

---

<sup>112</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>113</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008, (Vol. 1), p. 379.

<sup>114</sup> LUCENA, Fabíola Alves de. *A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar*, 2016, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2016, p. 63.

<sup>115</sup> CAVALCANTI, *Op. cit.*, pp. 379-380. Para um aprofundamento desse caso, consultar: BARROS, Marisa. *Jonas! Presente ... agora e sempre!* Recife: CEPE, 2009.

vacância do cargo de governador, assumindo o seu vice: Paulo Guerra<sup>116</sup>. Com isso, Paulo Guerra governou o estado até 1967, filiando-se à Arena<sup>117</sup>. Ao assumir o poder, convidou o ex-militante estudantil de direita Marco Maciel para assumir o cargo de secretário-assistente do estado. Entretanto, devido à pouca idade, Marco Maciel não pôde exercer o cargo, exercendo dessa forma a função de assessor governamental entre 1964 e 1966<sup>118</sup>.

Nesse cenário de perseguições políticas com o advento do golpe, durante a sessão da Câmara dos Vereadores, decidiu-se pela cassação do mandato do prefeito do Recife Pelópidas Silveira, político de esquerda filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Assim, assumiu o cargo o seu vice: Augusto Lucena, político de direita que em 1965, filiou-se à Arena e exerceu a função de vice-diretor do partido em Pernambuco.

Em abril de 1964, alunos de direita da FDR redigiram um manifesto às Forças Armadas para apoiar o “movimento de 31 de março”. Em 25 de abril foi publicada uma matéria na imprensa local que registrou a indignação de alunos da UR, em face da continuidade do reitor João Alfredo no cargo. Nela, os estudantes alegaram que ele estaria colaborando para “perturbar a democracia” e pediram uma intervenção na reitoria<sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> Diante disso, Miguel Arraes, após ficar preso em quartéis de Recife e da Ilha de Fernando de Noronha, seguiu em 1965 para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, onde solicitou asilo na Embaixada da Argélia. O aceite do asilo político permitiu seu exílio no país por quatorze anos com a família, retornando ao Brasil em 1979, devido à Lei da Anistia. Enquanto, Pelópidas Silveira, professor da Escola de Engenharia da UR, teve os direitos políticos suspensos, o mandato cassado e foi aposentado compulsoriamente, juntamente com outros docentes da instituição, retornando à docência na UFPE somente em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia. ROZOWYKWIAT, *Op. cit.*, pp. 79-80, <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&id=604](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=604)>, <[http://institutomiguelarraes.com.br/home/?page\\_id=62](http://institutomiguelarraes.com.br/home/?page_id=62)>, acessados em 27 jul. 2018.

<sup>117</sup> “Em outubro de 1962, elegeu-se vice-governador de Pernambuco, concorrendo pelo Partido Republicano (PR), apoiado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pela ala majoritária do PSD pernambucano. Miguel Arraes foi eleito governador, lançado pelo Partido Social Trabalhista (PST) e apoiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos comunistas. [...] Em virtude de suas divergências políticas com o governador, [...] Paulo Guerra resolveu instituir o que chamou de ‘governo paralelo’, por não confiar na orientação de Arraes nem em seus auxiliares. No início de 1964, impaciente com o que considerava o radicalismo do governador de Pernambuco, entrou em contato com o general Humberto de Alencar Castelo Branco [e] [...] manifestou suas divergências em relação a Arraes. No dia 31 de março, um movimento político-militar depôs o presidente João Goulart, e no dia 9 de abril a junta militar que assumiu o governo editou o Ato Institucional nº 1, cassando os direitos políticos de vários elementos ligados ao governo anterior, entre os quais Miguel Arraes. O fato de Paulo Guerra ter procurado anteriormente Castelo Branco, que ocupou a chefia da nação em 15 de abril, poupou-o da cassação política e permitiu que assumisse, sem problemas, o governo de Pernambuco, para completar o mandato de Arraes, que havia sido preso”. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-pessoa-guerra>>, acessado em 27 jul. 2018.

<sup>118</sup> Ao longo e após a ditadura, Marco Maciel exerceu cargos relevantes, entre os quais destacamos: professor de Direito da Unicap (1966), deputado estadual (1967-1971), secretário geral da Arena/PE (1969-1970), deputado federal (1971-1975; 1975-1979), presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979), governador de Pernambuco (1979-1982), senador da República (1983-1990; 1991-1994; 2003-2011), ministro da Educação e Cultura (1985-1986) e vice-presidente da República (1995-1998; 1999-2002). <<http://www.academia.org.br/academicos/marco-maciel/biografia>>, acessado em 18 mar. 2020.

<sup>119</sup> SILVA, 2002, *Op. cit.*, p. 71.

Logo após o golpe, a UEP foi invadida por tropas do IV Exército, que impediram a realização de novas eleições para a entidade. Diante disso, Djair de Barros Lima, estudante de direito de Economia da UR que se apresentou como discípulo político de Marco Maciel, foi empossado como interventor do órgão, tornando-se em 1964, presidente do DCE com o apoio do Conselho Universitário, e, posteriormente, professor e diretor da UFPE e chefe da ASI/UFPE<sup>120</sup>.

Entretanto, destacamos que, mesmo posta na ilegalidade, a UEP continuou atuando politicamente, sendo marcante a presença do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da AP. Também ressaltamos que as intervenções repressivas ocorreram em outras entidades estaduais discentes, como foi o caso da União Paranaense de Estudantes, que teve a sua sede atacada por policiais pouco tempo depois do golpe de 1964. O ataque realizado por meio de um mandado de busca e apreensão de amplos poderes autorizou inclusive o arrombamento do local<sup>121</sup>.

Nesse contexto, o clima político-educacional na UR se mostrou mais efervescente, devido à ação de agentes de segurança que invadiram a reitoria e sede da SEC, roubando e confiscando equipamentos, documentos e doze quadros do artista plástico Francisco Brennand usados nos trabalhos do sistema educacional de Paulo Freire<sup>122</sup>.

O reitor Joaquim Amazonas, tido como a favor do governo então destituído, exerceu o seu cargo sob pressão desde 1963, pelo apoio aos projetos dirigidos por Paulo Freire. Com o golpe, a pressão aumentou, sobretudo para aceitar que os professores visados pelos agentes de segurança fossem expulsos. Diante disso, Joaquim Amazonas renunciou ao cargo e vários docentes e estudantes considerados perigosos pelo Estado foram presos ou saíram de cena, devido à perseguição política. A situação foi comemorada por segmentos de direita, que viam um caminho aberto para os expurgos e para a escolha de um novo reitor em sintonia com os ideais da ditadura<sup>123</sup>. Em Pernambuco, pelo menos 17 docentes e técnicos administrativos de diferentes instituições universitárias foram detidos, entre os meses de abril e dezembro de 1964<sup>124</sup>.

---

<sup>120</sup> VERAS, Dimas Brasileiro. *Universidade e ditadura militar: relações entre o Conselho Universitário e o movimento estudantil conservador – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*. In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife. Anais, 2019, p. 4. SILVA, 2002, *Op. cit.*, p. 72.

<sup>121</sup> SCHMITT, Silvana Lazzarotto. *A UPE une o Paraná: (re)organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)*. 2018, 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, 2018, p. 130.

<sup>122</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 43.

<sup>123</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 38; p. 45.

<sup>124</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 44.

Foi o caso do professor Amaro Soares Quintas. Historiador, escritor, cronista colaborador do *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, bacharel em Direito pela FDR e professor da UR, Fafire e Unicap, o docente foi um militante político de esquerda perseguido pelos militares desde o Estado Novo. Três semanas após o golpe, proferiu a conferência *A Livre Determinação dos Povos*, no Teatro Santa Isabel, em Recife, onde defendeu a livre escolha do regime político e referenciou positivamente o povo cubano. Amaro Quintas também enalteceu Fidel Castro e elogiou o socialismo em suas aulas na UR, sendo denunciado aos militares por Adilson Cardoso, aluno de direita<sup>125</sup>.

Em face desse cenário anticomunista e de adesão discente da UFPE à ditadura, esse intelectual foi afastado da UR em 1964, e, ao perder os seus direitos políticos, ficou impedido de lecionar em instituições federais, sendo um dos primeiros docentes universitários a serem perseguidos pela ditadura em Pernambuco. Sem salário da universidade, teve dificuldades financeiras para sustentar a família e a situação só melhorou graças ao seu amigo Gilberto Freyre, apoiador da ditadura e amigo pessoal do presidente Castelo Branco, com “trânsito livre” junto ao IV Exército de Recife.

Freyre conseguiu que Amaro Quintas não fosse preso e o empregou como o primeiro diretor do Departamento de História Social do Instituto Joaquim Nabuco, atual Fundaj, função exercida apenas até 1964, em face da perseguição do Estado autoritário<sup>126</sup>. Esse caso é representativo para pensarmos como era complexo o mosaico das relações sociais na universidade, por serem marcadas por situações de adesão ao regime, paradoxos, cooperação e adequação, em face dos impactos interventivos da ditadura.

Nessa conjuntura, Newton Maia assumiu *pro tempore* a reitoria entre os meses de julho e agosto de 1964, para organizar e realizar a eleição do novo reitor, a partir da sua nomeação pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Em seguida, de forma estratégica para o Estado, após o encaminhamento do Conselho Universitário, essa função ficou a cargo de Murilo Humberto de Barros Guimarães, de agosto de 1964 a agosto de 1971<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup><[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=335&Itemid=180](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=335&Itemid=180)>, <<http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=15191>>, <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessados em 21 dez. 2019.

<sup>126</sup><[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=335&Itemid=180](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=335&Itemid=180)>, <<http://www.espacociencia.pe.gov.br/?p=15191>>, <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessados em 21 dez. 2019.

<sup>127</sup><[https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=190](https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=190)>, acessado em 28 jul. 2018.



Além disso, destacamos a complexidade de como ocorreu o apoio ao golpe nos meios universitários, pois não podemos pensar os sujeitos envolvidos como um bloco homogêneo, na medida em que:

Entre os apoiadores do golpe [...] havia muitos que não desejavam a ditadura, apenas o afastamento de um governo considerado esquerdista demais. Tampouco eram todos contrários à realização de reformas sociais, que, a propósito, muitos dos chefes do novo governo prometiam fazer, desde que respeitados os valores ‘democráticos e cristãos’. Parte desse segmento ‘moderado’ logo perderia o entusiasmo pela intervenção militar e, nos anos vindouros, iria engrossar as forças de oposição. Porém, entre professores e estudantes, havia também partidários do golpe que pertenciam à extrema direita, como (ex)integralistas e outros tipos de anticomunistas radicais<sup>128</sup>.

Com o início da ditadura, ocorreram uma série de violações aos direitos humanos de alunos, professores e funcionários das universidades, escolas e centros de pesquisa. Nesse contexto, na madrugada de 13 de abril de 1964, Bianor da Silva Teodósio e Naíde Regueira Teodósio, médicos e professores pesquisadores do curso de Medicina da UR foram presos pelo DOPS/PE, pesando negativamente a participação deles na gestão do governo de Miguel Arraes. Além de presos por oito meses e afastados dos seus filhos, os cientistas tiveram a sua família presa pela ditadura posteriormente<sup>129</sup>.

De acordo com o relatório final da Comissão da Verdade de Pernambuco, logo em 1964, a UR foi atingida com a renúncia do reitor, duas exonerações, três demissões, quatro dispensas e onze aposentadorias, prática repressiva mais recorrente e associada a três prisões:

Diário Oficial do dia 18 de junho de 1964.

Exonerado: João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, após ter renunciado ao cargo de reitor.

Diário Oficial do dia 09 de outubro de 1964.

Aposentados: Amaro Soares Quintas (preso), Amaury Vasconcelos, Antonio Bezerra Baltar, Arnaldo Cavalcanti Marques (preso), Arthur Eduardo de Oliveira, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, Jomard Muniz de Brito (preso), José Laurênio de Mello, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus [sic] Neves Freire, Pelópidas da Silveira.

Demitidos: Juraci da Costa Andrade, Luiz de França Costa Lima, Paulo Regeus [sic] Neves Freire.

Dispensados: Amaro Carneiro da Silva, Miriam Campelo, Paulo Pacheco da Silva, Roberto de Moraes Coutinho.

Exonerado: Newton da Silva Maia<sup>130</sup>.

<sup>128</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, pp. 35-36.

<sup>129</sup> COELHO; *et al*, *Op. cit.*, p. 225.

<sup>130</sup> COELHO; *et al*, *Op. cit.*, p. 227.

No que concerne aos alunos da UFPE assassinados desde o início da ditadura até o auge da repressão, a tabela a seguir expressa um perfil de oito atingidos:

**TABELA 1 – ESTUDANTES E EGRESSOS DA UFPE ASSASSINADOS PELA REPRESSÃO ENTRE 1964 E 1975**

<b>Nome</b>	<b>Trajetória</b>	<b>Data</b>	<b>Circunstância</b>
Ivan da Rocha Aguiar	Aprovado no vestibular da EEP.	01 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Caetano Coelho de Almeida
Jonas José de Albuquerque Barros	Militante do MCP e do PCB.	01 de abril de 1964	Fuzilado pelo major Hugo Caetano Coelho de Almeida
Miriam Lopes Verbena	Egressa de Ciências Sociais formada em 1968, militante do PCBR, bancária e pesquisadora	08 de março de 1972	Assassinada com o marido e dirigente do PCBR, Luís Alberto Andrade de Sá, em Caruaru, durante suposto acidente de carro
Ezequias Bezerra da Rocha	Egresso de Geologia, ex-militante do PCB e simpatizante do PCBR	11 de março de 1972	Sequestrado, torturado e assassinado na sede do Destacamento de Operações de Informações- Centro de operações e Defesa Interna (DOI-CODI) do IV Exército na Rua do Hospício, centro do Recife.
Ranussia Alves	Dirigente do movimento estudantil de Enfermagem em 1968 e militante do PCBR, cassada pelo 477/69	27 de outubro de 1973	Preso, torturada e morta no Rio de Janeiro
Umberto Câmara Neto	Estudante da FMR e militante da APML e do PCBR	8 de outubro de 1973	Preso e desaparecido
Rui Frazão	Estudante de Engenharia e militante da AP e do PCdoB	27 de maio de 1974	Desaparecido em 'Petrolina.
Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira	Estudante da FDR e militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML)	23 de fevereiro de 1974	Desaparecido e morto no Rio de Janeiro

Fonte: VERAS, 2018, *Op. cit.*, pp. 35-36.

Pesou na perseguição política do Estado a atuação dos jovens militantes em organizações e partidos de esquerda, com destaque para os de ideias e práticas comunistas e marxistas. Outro aspecto combatido foi a participação universitária no MCP, cujo surgimento e desenvolvimento estiveram ligados diretamente a acadêmicos da UR. Verificamos que os assassinatos cometidos pelo Estado foram realizados desde o dia do golpe de 1964 e as formas de repressão foram variadas: sequestro, fuzilamento, prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos políticos.

Entre os agentes de segurança que violaram direitos humanos, apenas o major Hugo Caetano Coelho de Almeida foi identificado, há silêncios e falta de informações sobre os arbítrios cometidos pelos militares, mas as lutas sociais ainda continuam para descortinar esse cenário. Compreendemos assim, que o hiato de mortos da UR/UFPE entre esse 1964 e 1972 não significou a ausência de repressão aos acadêmicos, pois diversos estudantes foram presos, torturados e desaparecidos políticos nesse período.

No início da ditadura, ocorreu um impacto no ensino superior com a Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964), que permitiu o fechamento de entidades estudantis, diretórios e centros acadêmicos. Além disso, professores associados ao comunismo foram cassados, discentes foram expulsos, nomearam-se “interventores” para atuar como diretores de unidade ou chefes de departamento, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi extinta pelo Congresso Nacional e foram proibidas atividades políticas e greves das entidades estudantis<sup>131</sup>.

Essa lei também extinguiu as entidades estaduais discentes, criando em seu lugar o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), impondo o voto obrigatório para os discentes regularmente matriculados durante as eleições dessas entidades. Os órgãos estiveram submetidos ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a lei objetivou acabar com a representação estudantil em nível nacional e local e despolitizar a atuação juvenil<sup>132</sup>.

Apesar de atender aos ideais do governo, essa medida legal sofreu críticas não apenas dos opositores aos militares, mas também de alguns de seus aliados. Em 11 de novembro de 1964, Djair Barros Lima, interventor da UEP, publicou uma nota oficial no *Diário de Pernambuco*, declarando que combateu a corrupção e a subversão no âmbito universitário, condenando a atitude de Suplicy de Lacerda extinguir a UNE. Para ele, o

---

<sup>131</sup> ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007, p. 155.

<sup>132</sup> LACERDA, 2011, *Op. cit.*, p. 63.

que deveria ser feito era combater os “abusos” existentes nessas entidades estudantis e não as fechar. Sob essa alegação, Djair saiu do cargo<sup>133</sup>. Assim, o caso registrou que não havia um consenso sobre as práticas ditatoriais entre os que apoiaram o regime.

Por outro lado, em março de 1965, enquanto presidente do DCE, Djair Barros Lima rebateu nos jornais locais a publicação de um panfleto que reivindicou eleições estudantis na universidade, pois o discurso do documento era contra o sufrágio para o DEE. Nesse sentido, essa liderança de direita denunciou o DA da EEP e outros DAs, ao acusá-los de “foco de subversão e de agitação”<sup>134</sup>.

Destacamos a continuidade da resistência discente de esquerda contra a ditadura, sendo o panfleto um instrumento de luta e comunicação por produzir e divulgar informações sobre os ideais e práticas dos militantes. Problematizamos também o espaço que Djair Barros Lima tinha para combater a oposição universitária no *Diário de Pernambuco*, entendido como uma situação de cooperação do periódico ao regime.

Nesse ano também foi publicada uma carta assinada pelos DCEs da UR e da Unicap e pelo Diretório Estudantil de Engenharia, para comemorar o primeiro ano do governo militar, simbolizando a adesão à ditadura por estudantes de direita. Ressaltamos que os discursos dos universitários contra o golpe não possuíam espaço nos jornais de grande circulação local<sup>135</sup>. Dessa maneira, o campo universitário se configurou como um espaço de batalhas simbólicas e discursivas, sendo os silêncios da imprensa lugares de anúncio de seus posicionamentos políticos.

Em 1965, Ruy Frazão Soares, aluno de Engenharia da EEP e militante da AP e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) protestou contra a transferência dessa instituição localizada na Rua do Hospício, centro do Recife, para o bairro do Engenho do Meio. O entendimento de vários estudantes na época era que essa foi uma estratégia para isolá-los politicamente, ao mantê-los afastados da população e dos principais espaços de protestos.

Como Ruy Frazão Soares era representante discente na Congregação da universidade e liderou a manifestação juvenil, foi preso, mantido incomunicável e torturado com choques elétricos, ao ponto de ter os seus dentes quebrados. Após ser solto, nesse mesmo ano, ganhou uma bolsa de estudos na Universidade de Harvard. Lá nos Estados Unidos, em uma assembleia promovida pela Organização das Nações Unidas

---

<sup>133</sup> SILVA, 2002, *Op. cit.* pp. 72-73.

<sup>134</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 90.

<sup>135</sup> LUCENA, *Op. cit.*, pp. 63-64.

(ONU), denunciou as torturas cometidas pela ditadura no Brasil<sup>136</sup>. Esses fatos são simbólicos para pensarmos o impacto da repressão na UFPE e como no início regime, houve inclusive denúncias sobre a violações de direitos humanos.

Apesar disso, como lembrou Airton Queiroz, ex-militante do PCB e estudante de Engenharia de Minas, as lutas discentes contra a transferência da EEP continuaram nos anos seguintes, pois além de distante, o *campus* da Cidade Universitária tinha prédios inacabados, não existindo sequer instalação de água. Como estratégias de resistência, realizou-se uma greve e alunos recusaram-se a assistir as aulas. Entretanto, a mudança de prédio foi realizada de forma impositiva pela reitoria<sup>137</sup>.

No meio estudantil ocorreram também conflitos internos e a infiltração de agentes da ditadura. Em 1966, houve uma assembleia discente na UFPE para julgar dois alunos que denunciaram seus companheiros aos militares, resultando na expulsão desses cooperadores do regime da festa de formatura da EEP, quando 400 acadêmicos votaram a favor da decisão e somente 11 contra. Assim, a assembleia simbolizou que condutas apoiadoras à ditadura eram inaceitáveis para a maioria dos universitários dessa escola universitária com um histórico de lutas em defesa da democracia no Brasil<sup>138</sup>.

Outro fato destacado foi a prisão dos universitários Airton Queiroz (EEP e PCB) e Rosa (Medicina, não mencionado o seu sobrenome) em 1967, por picharem contra a atuação das tropas estadunidenses no Vietnã. Essas escritas urbanas foram um instrumento de comunicação contra a ditadura, pelo simbolismo político transgressor e mobilizador da população com os conteúdos de seus discursos, em um cenário de vigilância, censura e repressão social. Daí a sua proibição e combate pelos policiais<sup>139</sup>.

Quando Airton Queiroz chegou a delegacia, o delegado do DOPS/PE ficou surpreso ao vê-lo, tendo em vista o militante ser filho do guarda policial Augusto de

---

<sup>136</sup> Ao retornar para o Brasil, desistiu do curso de Engenharia, com receio da violência dos militares. Devido ao auge da repressão no país, viveu na clandestinidade, usando pseudônimo e trabalhando como feirante em Petrolina/PE. Em 1974, durante a abertura política, novamente foi alvo da repressão, ao ser preso e espancado por policiais militares e, mesmo sendo assassinado, consta na lista dos desaparecidos políticos, por não terem encontrado o seu corpo. MACHADO, Otávio Luiz. Ruy Frasso [sic] Soares: a militância na EEP. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 216-217. COELHO; et al, *Op. cit.*, pp. 355-356.

<sup>137</sup> QUEIROZ, Airton. O movimento estudantil e o PCB: um depoimento. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 228-229.

<sup>138</sup> BRAYNER, Maria; BRAYNER, Nadja. Três militantes da Escola de Engenharia de Pernambuco do período da ditadura militar brasileira. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, p. 212.

<sup>139</sup> Para um aprofundamento acerca do tema, consultar: SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

Albuquerque Queiroz. Diante disso, foi solto pelo delegado, que pediu que o visitasse com mais calma no dia seguinte. Por que isso aconteceu? Muito provavelmente para que o estudante se tornasse um futuro espião da polícia na universidade. Logo após a sua libertação, ele procurou outros integrantes do PCB, que o aconselharam a deixar Recife, pelo histórico de prisões de militantes do partido. Perante um clima de medo e de forma sigilosa e rápida, Airton Queiroz mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se formou em Economia e continuou vivendo após a ditadura<sup>140</sup>. O caso mostra as ameaças e brechas existentes nas práticas repressivas do Estado.

Em 1968, ocorreram eleições para a UEP, concorrendo para a presidência três lideranças estudantis que participaram do XXX Congresso da UNE<sup>141</sup>: Cândido Pinto de Melo (EEP, membro do DA e do PCBR), Humberto Câmara Neto (Escola de Medicina da UFPE, militante da Ação Popular Marxista Leninista [APML] e desaparecido político em 1973) e Valmir Costa (presidente do DA de Medicina Veterinária da UFRPE e um dos fundadores do Partido Comunista Revolucionário [PCR])<sup>142</sup>. Entre esses militantes de esquerda, Cândido Pinto de Melo foi o vencedor com uma margem de 300 votos, de um total de 7 mil eleitores, quantitativo significativo. O entusiasmo estudantil atraiu o cerco do governo, sendo marcante a presença de infiltrados nas atividades estudantis, como foi o caso dos alunos-espiões dos agentes de segurança e informação<sup>143</sup>.

Em 28 de abril de 1969, Candido Pinto, aos 22 anos, foi alvejado com tiros por policiais mascarados em uma caminhoneta não identificada, nas imediações da ponte da Torre, em Recife. Devido à essa tentativa de assassinato, cujo principal acusado foi o tenente José Ferreira dos Anjos, o jovem ficou paraplégico e a UEP foi desestruturada<sup>144</sup>.

<sup>140</sup> QUEIROZ, 2007, *Op. cit.*, pp. 228-229.

<sup>141</sup> Realizado em 1968, no Sítio Murundu, zona rural de Ibiúna/SP, quando em 12 de outubro, policiais invadiram o espaço e prenderam funcionários do sítio e 720 alunos, entre eles, 39 pernambucanos e cerca de 10 jornalistas. Esse fato foi impactante no movimento estudantil, pois centenas de lideranças foram afastadas de suas entidades, como foi o caso da direção da UNE. Nos meses seguintes, no Brasil, vários DCEs e entidades estaduais discentes foram fechados, ceifando relevantes instrumentos de representação. O fato potencializou a repressão nas universidades. FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (Coord.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2018, p. 105; p. 113. VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 237.

<sup>142</sup> <[https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/8/1/d/81d431fa3c753570f17e2474e1b9e531bb810a12bbac4f2a66b91a1e5c5ec108/8d7a323d-fd46-4b48-afd9-b777c80b0efc-Valmir\\_Costa.pdf](https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/8/1/d/81d431fa3c753570f17e2474e1b9e531bb810a12bbac4f2a66b91a1e5c5ec108/8d7a323d-fd46-4b48-afd9-b777c80b0efc-Valmir_Costa.pdf)>, <<https://une.org.br/2012/01/candido-pinto-um-militante-da-democracia/>>, acessados em 20 mar. 2020. COELHO; *et al*, *Op. cit.*, p. 369.

<sup>143</sup> LUCENA, 2016, *Op. cit.*, p. 72.

<sup>144</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/08/1965, Primeiro Caderno, p. 8, 29/04/1967, Capa, 30/04/1967, Primeiro Caderno, p. 6, 29/04/1969, Capa, 25/06/1969, Capa, 25/09/1969, Primeiro Caderno, p. 8

Em 26 de fevereiro de 1969, foi aprovado o Decreto nº477, que previa uma série de infrações disciplinares de cunho político para alunos, docentes e funcionários administrativos de estabelecimentos de ensino. De acordo com o levantamento realizado pela Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco, foram atingidos muitos estudantes das instituições de ensino superior e secundaristas do estado. Na UFPE:

Faculdade de Medicina: Alírio Guerra; Luciano Siqueira; Marcos Burle de Aguiar.

Faculdade de Direito: Eneida Melo Correa de Araújo; José Áureo Bradley; José Tomaz da Silva Nono Neto; Marcelo Santa Cruz de Oliveira; Marlene Diniz Villanova; Valdomiro Pereira Barros<sup>145</sup>.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Arnou de Holanda Cavalcanti.

Faculdade de Odontologia: Aída Maria Custódio de Lima; Geny Abramof; Lúcia Carneiro de Souza; Maria de Fátima Bernardes de Lacerda; Luiz Carlos Pimentel Cintra; Martha Maria Henrique da Silva; Vera Lúcia Sobral Delgado.

Faculdade de Enfermagem: Ranússia Alves Rodrigues;

Faculdade de Ciências Econômicas: Aécio Flávio Vieira de Andrade; Eleonora Garcia Cardoso; Cristina Maria Buarque; Margarida Maria Costa Carvalho; Nagicina Cardoso Cunha; Mário Roberto Pereira; Cláudio de Paiva Maia Gomes; Carlos José França e Silva<sup>146</sup>; Carlos Henrique de Albuquerque; Oswaldo Moraes Sarmento<sup>147</sup>.

Dos discentes das instituições citadas no referido relatório (UFRPE, Unicap e Fundação de Ensino Superior de Pernambuco [FESP]<sup>148</sup>) atingidos pelo Decreto nº 477/1969, a UFPE foi a que teve maior quantitativo de alunos punidos, principalmente os da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Verificamos também que a lista apresentada no relatório da Comissão Estadual da Verdade de Pernambuco está incompleta, pois encontramos documentos do Arquivo

<sup>145</sup> Segundo informações difundidas em 1973, por agentes do IV Exército, mesmo atingidos pelo Decreto nº 477/1969, Eneida Melo Correa de Araújo, Marlene Diniz Villanova e Valdomiro Pereira Barros participaram de atividades políticas, ao manterem relações com o deputado federal Marcos Freire (MDB). Por isso, esse órgão militar recomendou aos agentes de informações “cuidado no acompanhamento das atividades dos elementos em tela”. Informação confidencial nº 765, de 09 de julho de 1973. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Inquéritos de estudantes (FESP, UFRPE/UPE/UNICAP) – Fundo nº 430.

<sup>146</sup> Conforme decisão judicial, Aécio Flávio Vieira de Andrade, Margarida Maria Costa Carvalho, Nagicina Cardoso Cunha, Mário Roberto Pereira, Cláudio de Paiva Maia Gomes, Carlos José França e Silva e Oswaldo Moraes Sarmento foram reintegrados a FCE, onde concluíram o curso e colaram grau em 04 de janeiro de 1971. Ofícios nº 03, 04 e 07, de 20 de janeiro de 1971, emitidos pelo vice-diretor da FCE em exercício Giuseppe Américo Reale para a SSP/PE. Mandado de segurança nº 65528-PE, de 31 de junho de 1970, 3ª turma do Tribunal Federal de Recursos. Ofício nº 131, de 25 de janeiro de 1971, assinado por Orlando Cavalcanti Neves, juiz federal da 2ª Vara de Pernambuco, e enviado para o delegado de Segurança Social de Pernambuco. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Inquéritos de estudantes (FESP, UFRPE/UPE/UNICAP) – Fundo nº 430.

<sup>147</sup> COELHO; *et al*, *Op. cit.*, p. 239.

<sup>148</sup> A FESP foi uma instituição estadual pública de ensino superior de Pernambuco, com *campis* em todas as suas regiões. Ela foi fundada em 1965, a partir de um grupo de unidades de ensino superior já pré-existent, sendo extinta em 1990. Quando, em seu lugar, passou a funcionar a Universidade de Pernambuco (UPE), que ainda permanece como a única universidade estadual pernambucana. <<http://www.upe.br/institucional.html>>, acessado em 14 jan. 2020.

Nacional que registraram outros alunos da UFPE atingidos pelo Decreto nº 477/1969. Da Faculdade de Ciências Econômicas: Ademir Alves de Melo<sup>149</sup>, Antônio Batista da Silva<sup>150</sup>, Flávia Martins de Albuquerque<sup>151</sup>, Lácio Túlio de Oliveira Feliciano; Sérgio José Cavalcanti Buarque<sup>152</sup> e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Ari Celestino Leite<sup>153</sup>. Acreditamos que ainda existem lacunas de informações sobre os impactos dessa medida legal nas universidades pernambucanas.

### 1.3 Federalização, expansão e modernização da universidade.

Em 1965, a universidade foi federalizada, tornando-se uma autarquia vinculada ao MEC, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, didática e financeira. Essa federalização ocorreu em outras faculdades e universidades do país durante o início da ditadura, perante o movimento de modernização conservadora autoritária. Ao longo desse período, ocorreu uma série de transformações na estrutura e funcionamento da educação superior brasileira, com destaque para a reforma

---

<sup>149</sup> Enquanto presidente do DA de Economia da UFPE, foi desligado por 3 anos da universidade, acusado de “haver tomado parte de atividades subversivas”. Termo genérico e utilizado pelos agentes de informações para incriminar todos aqueles que se contrapusessem às ideias e práticas do Estado ditatorial. Diante disso, exilou-se no Chile, em 1969, onde concluiu a sua formação e atuou em prol do governo de Salvador Allende. Perante o golpe militar de 1973 nesse país, solicitou asilo político na Alemanha, onde cursou o doutorado e trabalhou como professor contratado na Universidade de Bremen. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I00409505-1983. Informe confidencial nº 654, de 30 de junho de 1983.

<sup>150</sup> Desligado do IFCH/UFPE em setembro de 1969, acusado de realizar “atividades subversivas”. Todavia, o desligamento foi anulado por decisão de um juiz federal (não foi informado o nome dele), por concessão de um mandado de segurança. Anteriormente, em 1967, o Lácio Feliciano foi detido juntamente com outros estudantes em decorrência de uma panfletagem considerada “subversiva”. Além disso, segundo os agentes de segurança, em 1970, o nome dele constou em uma lista de alunos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrade), na Guanabara, atual Estado do Rio de Janeiro. Este instituto foi “[...] dirigido por padres jesuítas e tinha como finalidade o treinamento de agentes comunitários de lugares carentes e a prestação de assessoria para a CNBB”. KOPANYSHYN, Emanuelle. *A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis*, 2015, 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2015, p. 43. Daí o fato do vínculo com o Ibrade ter chamado a atenção dos agentes de informações.

<sup>151</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0184371-1969. Portaria confidencial nº 24, de 19 de março de 1969, assinada pelo diretor da FCE/UFPE Nelson da Costa Carvalho. Nesse documento consta a relação de treze estudantes da FCE desligados por três anos, pelo Decreto nº 477/69, artigo 1º, parágrafo 1º e inciso II. Ver anexos II e III, para conhecimento dessa lista detalhada com nomes, endereço, filiação, data de nascimento, naturalidade e série dos alunos que cursavam a graduação.

<sup>152</sup> Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR\_DFANBSB\_AT4\_0005\_0050\_d. Ofício circular confidencial, de 05 de dezembro de 1969. Documento do DSI/MEC encaminhado para o reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo como anexo uma lista de alunos da UFMG e da UFPE que foram atingidos pelo Decreto nº 477/69.

<sup>153</sup> Desligado do IFCH/UFPE em setembro de 1969, em decorrência do Decreto nº 477/1969. Além disso, teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos, devido à aplicação do AI-5, conforme publicação do Diário Oficial de 01 de julho de 1969. Resposta do pedido de busca confidencial nº 0029, de 13 de janeiro de 1978. Documento do CISA-RJ difundido para a DSI/MRE-AC/SNI. Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_076\_0138.



universitária. Essa conjuntura ressoou em diversos impactos, conforme problematizou o filósofo da educação Dermeval Saviani:

Configurou-se, a partir daí, a orientação que estou chamando de concepção produtivista da educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do ‘máximo resultado com o mínimo dispêndio’ e ‘não duplicação de meios para fins idênticos’. O marco iniciador dessa nova fase é o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária [...], mesma data em que foi aprovado o Parecer CFE n. 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. [...] A Constituição de 24 de janeiro de 1967 [...] eliminou a vinculação orçamentária constante das Constituições de 1934 e 1946, que obrigava a União, os estados e os municípios a destinar um percentual mínimo de recursos para a educação. [...] O governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos aplicados na educação [...]. [Além disso], a Constituição de 1967 sinalizou claramente na direção do apoio à iniciativa privada [...] [e] relativizou o princípio da gratuidade do ensino, presente em todas as nossas cartas constitucionais. [...] Entre 1964 e 1973, [o ensino superior cresceu] 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada. [...] Em suma, a estrutura universitária que nos foi legada pelo regime militar acarreta consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação<sup>154</sup>.

É diante desse contexto complexo que ganharam força bandeiras marcantes entre os movimentos estudantis e o corpo docente da UFPE, como foi o caso das lutas contra a legislação educacional, a privatização de ensino, o sucateamento das universidades públicas e a sua baixa qualidade educacional, além da defesa de mais verbas para a educação pública. Por outro lado, apesar dos imensuráveis retrocessos da ditadura, paradoxalmente, houve algumas medidas positivas, como: o fim do sistema de cátedras nas universidades, construção de novas universidades públicas, mudanças nos exames vestibulares, a implantação da carreira de magistério federal com dedicação exclusiva e melhores salários, além da aprovação do Parecer do CFE nº 77/1969, que regulamentou a implantação da pós-graduação no Brasil.

Ao longo da ditadura, houve uma significativa ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o país. Em 1964, existiam somente 23 cursos, dez anos

<sup>154</sup> SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, set./dez., 2008, pp. 297-300; pp. 307-308.

depois, já havia mais de 400. Quanto às bolsas de pós-graduação custeadas pelas agências federais Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e CNPq, em 1964 eram cerca de 1.000 e em 1976 aproximadamente 10.000. Valendo salientar que o quantitativo de cursos de graduação cresceu significativamente: de 140.000 em 1964 para 1.300.000 em 1979<sup>155</sup>.

Na UFPE foram criados diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* durante a ditadura<sup>156</sup>, abrangendo estrategicamente diversas áreas do conhecimento. Esse cenário esteve em consonância com o I Plano Nacional da Pós-Graduação no Brasil (1975-1980), cujo objetivo foi a expansão da pós-graduação baseada em um planejamento do Estado, ao concebê-la como integrante do sistema educacional e enquanto instrumento relevante para a formação de recursos humanos. Dessa forma, ganharam força a preparação de profissionais de alto nível para o mercado de trabalho em empresas privadas e públicas, a formação de pesquisadores para desenvolverem trabalhos científicos e o incremento de docentes mais qualificados para atuarem em cursos de ensino superior<sup>157</sup>.

Ainda sobre a estrutura educacional da instituição, segundo Rosali Costa, em 1975, foi publicado um novo Estatuto da UFPE, sendo definida uma nova estrutura institucional pedagógica para a universidade. Ela passou a se organizar por Centros e não mais por Faculdades/Escolas (organizadas por departamentos e responsáveis pelos cursos

---

<sup>155</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS; Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 57.

<sup>156</sup> Muitos ainda continuam em funcionamento: Economia (1967)/Sociologia (1967), Bioquímica (1967), Matemática (1968), Direito (criado nos anos 1950, com doutorado suspenso em 1970 e autorizado pela CAPES em 1972), Cirurgia (1973), Medicina Tropical (1973), Pediatria (1973, inicialmente funcionando no Instituto Materno Infantil de Pernambuco – IMIP), Física (mestrado em 1973 e doutorado em 1975), Geociências (1973), Ciências da Computação (1974), História (1974, um dos mais antigos do Brasil), Nutrição (1975), Ciências Farmacêuticas (1975), Desenvolvimento Urbano (1975), Geografia (1976, terceiro mais antigo do país), Linguística e Teoria da Literatura (1976), Psicologia (1976), Ciência e Tecnologia Nuclear (1977), Antropologia (1977), Educação (1978), Serviço Social (1979), Filosofia (atividades regulares iniciadas em 1979, mas credenciado pela CAPES em 1996), Criptógamos (1980) e Oceanografia Biológica (1981). Quanto ao curso de Economia/Sociologia, o seu surgimento remonta à criação do Programa Integrado em Economia e Sociologia (PIMES), no ano de 1967. Com atuação reconhecida no Brasil, os cursos de mestrado em Economia e Sociologia atuaram em conjunto até 1981. Depois, tornaram-se cursos autônomos. <<https://www.ufpe.br/ppgs/o-programa>>, acessado em 30 ago. 2018. Segundo o site do programa de pós-graduação em Matemática da UFPE, o curso surgiu em 1968. Mas de acordo com o artigo a seguir, foi criado em 1967. <<https://www.ufpe.br/pgdmat/o-programa>>, acessado em 30 ago. 2018. SILVA, Maria Betânia e; SILVA, Fabiana Cristina da Silva; SILVA, Margarette Maria da. 30 anos de uma história: a pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n.1, jan./jun., 2012, p. 229. Todas as informações sobre a criação dos referidos cursos de pós-graduação *stricto sensu* foram obtidas no site da UFPE: <<https://www.ufpe.br/>>, acessado em 30 ago. 2018.

<sup>157</sup> SILVA; SILVA; SILVA, 2012, *Op. cit.*, p. 230.

de graduação, aperfeiçoamento, extensão, especialização, mestrado e doutorado) e pelos Institutos Especiais, conforme definiu o seu primeiro estatuto, datado de 1946<sup>158</sup>.

Em 1975, foram extintos os antigos Institutos Especializados e a UFPE dispôs de Órgãos Suplementares. Nesse processo de implantação, inicialmente, foram constituídos os seguintes Centros: Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Exatas e da Natureza. Os demais, de um total de cinco, pelo planejamento da reitoria, seriam implementados gradativamente, na medida em que os seus regimentos fossem aprovados.

Os Centros foram formados a partir da fusão dos Institutos existentes e entre os diretores designados em 1975, cargos estratégicos para a gestão universitária, destacamos Geraldo Lafayette Bezerra, futuro reitor da UFPE (1979-1983). Essa reestruturação da UFPE foi aprovada pelo Decreto nº 73.081, de 3 de novembro de 1973, tendo como foco a racionalização, sistematização e a centralização de recursos humanos e materiais, para potencializar o tripé ensino, pesquisa e extensão na universidade. Os Centros foram organizados em departamentos, que se tornaram a menor fração universitária, um órgão que congregava uma área específica do conhecimento<sup>159</sup>. Por isso, os cursos antes vinculados às Faculdades e Escolas passaram a ser associados aos departamentos, seguindo uma lógica que atendia a objetivos científicos, didáticos e administrativos.

Ainda em relação à nova estrutura da UFPE, segundo Rosali Costa, com o Estatuto Pedagógico de 1975, os Centros foram categorizados em dois novos sistemas: Sistema Profissional e Pesquisa Aplicada e Sistema Comum de Ensino e Pesquisa Básico, conforme expressa o quadro abaixo:

<b>QUADRO 1. ESTRUTURA INSTITUCIONAL PEDAGÓGICA DA UFPE (ESTATUTO DE 1975)</b>	
<b>SISTEMAS</b>	<b>CENTROS/ÓRGÃOS</b>
Comum de Ensino e Pesquisa Básico	Centro de Artes e Comunicação (CAC) Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN) Centro de Ciências Biológicas (CCB) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)
Profissional e Pesquisa Aplicada	Centro de Educação (CE) Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) Centro de Ciências da Saúde (CCS)

<sup>158</sup> COSTA, Rosali Ferraz da. *Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano*. 2016, 215f. Dissertação (Desenvolvimento Urbano) – UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016, p. 155.

<sup>159</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/01/1975, Local e Estadual, p.7.

	Centro de Tecnologia Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)
Órgãos Suplementares	Biblioteca Central (BC) Editora Universitária Hospital das Clínicas (HC) Núcleo de Educação Física e Desportos (NEFD) Núcleo de Processamento de Dados Núcleo de Televisão e Rádio

Fonte: COSTA, 2016, pp. 155-156. (Adaptado com o uso de siglas).

Essa nova estrutura possibilitou uma maior organização dos órgãos suplementares, que na época representaram a grande dimensão da universidade, ao estarem ligados a uma diversidade de cursos e atividades: editorial, educacional, desportiva, tecnológica, comunicação e saúde. A existência de nove Centros também é um indicativo do crescimento institucional em todas as grandes áreas do conhecimento.

Chamou-nos a atenção o fato de o Centro de Educação está ligado ao Sistema Profissional e Pesquisa Aplicada. Por que ele não integrou o Sistema Comum de Ensino e Pesquisa Básico? Durante a pesquisa, inclusive a partir do contato com pesquisadores da história da UFPE, não obtivemos uma resposta concreta. Contudo, acreditamos que, possivelmente, essa inserção esteja relacionada ao fato de o campo educacional ser marcado pelo Tecnicismo, focado na aplicação da educação voltada para a formação de recursos humanos e para o desenvolvimento científico e econômico do Brasil.

Ao analisarmos as mudanças estruturais ocorridas na UFPE no início dos anos 1970, são notórias as ressonâncias desse processo na contemporaneidade. Passados mais de trinta anos, ela permanece praticamente com a mesma na lógica de funcionamento institucional.

**TABELA 2 – QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS  
NA UFPE DURANTE A DITADURA**

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1969	8.060
1970	9.549
1971	11.122
1972	12.771
1973	13.571
1974	13.091
1975	Sem dados obtidos.
1976	19.787
1977	21.629

1978	21.735
1979	23.029
1980	17.057
1981	18.020
1982	18.434
1983	17.873

Elaborada pelo autor. Fontes: VERAS, 2018, p. 181; COSTA, 2016, p. 157.

No que concerne ao quantitativo de alunos da UFPE matriculados durante a ditadura (Tabela 2), ele quase triplicou, se acompanharmos a evolução numérica de 1969 a 1979, havendo uma queda significativa no início dos anos 1980; situação comum a outras universidades e faculdades públicas e privadas do Brasil. Verificamos um significativo crescimento discente, expressando a grande dimensão da instituição e um incremento do quadro de militantes dos movimentos estudantis, que lutaram por melhorias educacionais e em defesa do retorno das liberdades democráticas.

**TABELA 3 – NÚMERO DE PROFESSORES DA UFPE DURANTE A DITADURA**

ANO	QUANTIDADE
1965	1.008
1966	1.039
1967	1.100
1968	1.161
1969	1.331
1970	1.338
1971	1.495
1972	1.527
1973	1.613
1974	1.640
1975	1.692
1976	1.779
1977	1.860
1978	2.004
1979	2.117
1980	2.285
1981	2.396
1982	2.291
1983	2.276

Elaborada pelo autor. Fontes: COSTA, 2016, p. 159; VERAS, 2018, p. 181.

O número de docentes acompanhou o crescimento discente e da universidade, pois houve um contínuo e ininterrupto aumento de profissionais ao longo dos anos. De 1965, quando a UFPE foi federalizada, até 1983, o corpo de docentes mais do que dobrou,

enquanto ocorria a expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, formadores de novos quadros profissionais.

Nesse contexto, a UFPE acompanhou os índices de crescimento da comunidade universitária brasileira de docentes, alunos e funcionários administrativos no decorrer da ditadura. Quanto ao corpo técnico-administrativo, a evolução foi a seguinte: 2.734 (1969), 2.825 (1970), 3.018 (1971), 3.129 (1972), 3.094 (1973) e 3.170 (1974), acompanhando o crescimento da universidade como um todo durante o cenário de expansão física e modernização<sup>160</sup>. Dessa forma, segundo os dados institucionais apresentados na pesquisa, a UFPE tornou-se uma das maiores e mais importantes universidades do Brasil, situação que a colocou em um cenário de desenvolvimento e modernização marcados por um autoritarismo conservador. Todavia, esse cenário foi paradoxal, conforme registrado na matéria a seguir sobre os aspectos de infraestrutura física da UFPE:

A Universidade Federal de Pernambuco recebeu ontem Cr\$ 27 milhões<sup>161</sup>, do Ministério da Educação e Cultura, para a construção de várias obras no 'campus' de Engenho do Meio, inicialmente os Centros de Arte e de Educação, Núcleo de Processamento de Dados, Laboratório de Microscopia Eletrônica e os Departamentos de Odontologia e de Medicina Social. [...] O reitor Marcionílio Lins declarou que os empreendimentos estarão concluídos até 1975, possibilitando a transferência para a Cidade Universitária das unidades da UFP[E] que continuam funcionando fora do 'campus' – Direito, Administração, Odontologia e Artes. Esse remanejamento ensejará maior integração entre os corpos docente e discente, na opinião do reitor. Além das obras citadas, haverá melhorias na rede de saneamento básico, drenagem e do sistema de iluminação viária do 'campus'<sup>162</sup>.

Apesar de ter se tornado uma universidade em 1946, ainda no ano de 1974, a sua estrutura não estava totalmente integrada e centralizada na Cidade Universitária, carecendo de melhorias em questões como iluminação viária, drenagem e saneamento básico. As obras de construção do *campus* e a transferência dos cursos do centro do Recife para a Cidade Universitária foi um processo longo, impactando na população em dimensões sociais, culturais e econômicas.

Com a concretização do projeto político-arquitetônico da UFPE na segunda metade da década de 1970, os acadêmicos ficaram afastados do centro da capital pernambucana, área concentradora de espaços de sociabilidade cultural dos intelectuais e onde ocorria a maioria dos protestos políticos em Recife. O território da Cidade

<sup>160</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 172.

<sup>161</sup> Equivalente a R\$ 9.818,18, segundo o conversor de moedas <[https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=27000000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=27000000)>, acessado em 19 set. 2020.

<sup>162</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/01/1974, Local, p.3.

Universitária foi se transformando nesse período: mais ocupado e habitado, sobretudo, por estudantes e professores de classes abastadas. Ocorreu o aumento do valor de imóveis e aluguéis e o deslocamento para a periferia de moradores da área onde funcionavam antigos engenhos, residiam artistas populares e existiam grupos culturais<sup>163</sup>.

Nessa conjuntura, a tradicional FDR continuou no mesmo lugar e, ainda hoje, está localizada em um espaço à parte da universidade: um prédio histórico no centro do Recife. Além disso, destacamos que o *campus* da Cidade Universitária ainda sofre com problemas relatados nas reportagens publicadas jornais nos anos 1970/1980: drenagem, iluminação, falta de segurança e precário sistema de transporte público para acessar a UFPE, reivindicações recorrentes dos universitários.

Ainda nesse cenário de paradoxal modernização, destacamos a inauguração da Biblioteca Central da universidade, conforme notícia publicada no *Diário de Pernambuco*:

Nova biblioteca da UFP<sup>164</sup> é das mais modernas do País.

[...] a nova biblioteca da UFPe oferece, além de Livros e periódicos nacionais e internacionais, um serviço de telex para troca instantânea de informações técnico-científicas com qualquer parte do mundo ou reprodução de documentos do acervo, através de cópias xerográficas. Dispõe de uma seção de fonografia, à base de uma discoteca com cabinas individuais e salas de audições coletivas e, ainda, sala de projeções e laboratórios para microfilmagem [sic] e confecção de slides. Lá, o público terá serviço de referência legislativa e um catálogo coletivo regional de livros e periódicos, que abrange as publicações das bibliotecas do Nordeste, ao lado de um arquivo histórico, com obras raras, além de sumários e arquivos de periódicos de sua especialidade, bibliografias e serviços de tradução de assuntos técnicos e científicos. Existe ar-condicionado central e cabinas para estudo individual ou em grupo. A Biblioteca está aberta ao público das 7h às 22h, e poderá haver reserva de livros por telefone. Além disso, disporá de salas especiais para lanchar, descansar ou fumar<sup>165</sup>.

Inaugurada em um dia simbólico, 1 de abril de 1974, em alusão à comemoração dos 10 anos da “Revolução de 1964”, quando a ditadura buscou potencializar na população o sentimento de patriotismo, logrando adesão social ao regime. O órgão esteve sob a direção de Zuleide Medeiros de Souza e possuía uma estrutura avançada para a época, sendo ofertada uma série de serviços e materiais para a comunidade acadêmica em três turnos. Nesse dia, depois de uma benção nas instalações, o evento foi aberto com uma

<sup>163</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 157.

<sup>164</sup> Durante diversos tipos de documentos consultados na pesquisa, constamos a utilização de diferentes grafias para a nomeação da universidade: UFP, UFPe e UFPE. Em nossa escrita, optamos pela utilização de UFPE, a mais recorrente e atual.

<sup>165</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/04/1974, Local, p. 3.

exposição de literatura de cordel e xilogravura, denotando um aspecto cultural e regional. Houve o lançamento de obras da editora universitária, em que a existência dessa estrutura gráfica e editorial expressa uma modernização da UFPE.

Estiveram presentes várias autoridades civis e militares: reitor Marcionílio Lins, Edson Néri Fonseca (diretor de Planejamento e Implantação do Banco Central e diretor da Universidade de Brasília - UnB), professor Gilson Salomão (representante da CAPES), major Mauro Pelosi (representante do Comando do IV Exército), tenente José Carlos Blive (representante do Comando da 7ª Região Militar) e Noaldo Alves da Silva (comandante da Polícia Militar de Pernambuco)<sup>166</sup>.

A participação de representantes da UnB e da CAPES expressou o apoio do governo federal, além de imprimir uma dimensão científica ao evento. Apesar de ser realizada em um espaço acadêmico, a cerimônia foi marcada por uma conotação religiosa, registrando as relações políticas entre a Igreja Católica, a reitoria e os militares, que tiveram a maior quantidade de membros externos da UFPE durante o evento. A presença de três militares entre as autoridades em um espaço civil é muito simbólica sobre como a universidade se constituiu como campo marcado por vigilância e práticas políticas, em uma conjuntura marcada por símbolos religiosos, políticos, educacionais e culturais na atuação e articulação de diferentes sujeitos e instituições.

#### **1.4 Considerações.**

Neste capítulo analisamos a história da UR/UFPE (1946-1974) e verificamos que a instituição produziu e financiou a produção de vários trabalhos sobre a sua memória política, crescendo nos últimos anos as pesquisas os impactos do golpe e da ditadura no *campus*. A universidade enquanto campo vivenciou, desde o governo do presidente João Goulart, um clima de anticomunismo e perseguição aos estudantes e professores de esquerda.

Entre 1964 e 1974, as violências simbólicas e físicas aumentaram na instituição, durante as ações de vigilância e repressão dos agentes de segurança e informação. Houve diversos casos de violação de direitos humanos contra os considerados inimigos do governo, com prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos de universitários, além de expurgos, deposições e renúncia de cargos, demissões e

---

<sup>166</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/04/1974, Local, p. 3.



aposentadorias forçadas de docentes. Cenário que contribuiu para se consolidasse nesse momento a ascensão de lideranças de direita nos órgãos representativos discentes e cargos estratégicos na UFPE.

Nesses anos também ocorreu uma expansão e modernização universitária, com a ampliação do quadro de funcionários, alunos e cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Essas transformações não tiveram apenas objetivos científicos, pois estiveram inseridas nas estratégias políticas governamentais para o desenvolvimento econômico do país. A conjuntura foi marcada por paradoxos e impactou no cotidiano da comunidade acadêmica.

Essa contextualização foi fundamental para uma maior inteligibilidade temática da tese, por situar o leitor sobre a trajetória da UFPE no período anterior ao recorte temporal do trabalho. Nesse sentido, destacaremos no capítulo seguinte, quais os impactos da ditadura na universidade, ao analisarmos a vigilância no *campus* como intervenção violenta do governo federal, entre os anos de 1974 e 1979.

## 2. A VIGILÂNCIA NO *CAMPUS* COMO INTERVENÇÃO DO GOVERNO FEDERAL (1974-1979).

Para um maior entendimento dos impactos da ditadura na UFPE, elucidamos como se estruturaram e atuaram os principais órgãos de segurança e informação na universidade. Os documentos produzidos, coletados e difundidos pelos seus agentes durante os anos 1970/1980 registraram a vigilância constante a estudantes, professores e reitores no *campus*, servindo de fios condutores para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao problematizarmos esse cotidiano, verificamos que os corpos desses sujeitos estiveram inseridos diretamente em um campo marcado por estratégias políticas, quando estudantes, professores e dirigentes se engajaram na política universitária e militaram ou simpatizaram com partidos, organizações e movimentos sociais. Nos seus corpos foi marcante a força das relações de saber-poder, pois ela os investiu e os subjugou a práticas violentas marcadas por dominação, submissão, resistência e vigilância social<sup>167</sup>. Foi o que verificamos nos conhecimentos e rituais envolvidos em ações políticas dos universitários, como performances simbólicas em vigílias e comícios vigiados por militares. Ao analisar a relevância da vigilância na sociedade, entendemos com Michel Foucault que:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça<sup>168</sup>.

Ao longo da ditadura, a vigilância foi um relevante instrumento de produção de saber-poder para monitoramento social. Isso ocorreu de diferentes formas e, por meio da atuação de diversos agentes e órgãos, para moldar, conhecer minuciosamente e controlar pessoas e instituições opositoras à ditadura. Como os agentes sabiam que a organização dos estudantes e docentes da UFPE era fundamental para a resistência contra o regime, quanto mais a comunidade acadêmica estivesse desorganizada, mais fácil seria controlá-la. Daí, a continuidade da vigilância e do combate aos militantes universitários e às suas principais entidades representativas mesmo durante a abertura, quando agentes de

---

<sup>167</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*, pp. 25-26.

<sup>168</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*, p. 169.

segurança e informação estavam insatisfeitos com os rumos do processo político e buscavam apresentar-se como indispensáveis ao Estado.

## **2.1 Os labirintos do *modus operandi*: a atuação dos agentes de segurança e informação no *campus*.**

Com o golpe, implementou-se um sistema mais eficaz de informações e vigilância para dialogar com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento e para buscar consolidar a ditadura, sendo sua maior expressão a criação do SNI<sup>169</sup>. O chefe do órgão possuía *status* de ministro de Estado, o SNI chegou a possuir aproximadamente 2.500 funcionários, contando com a cooperação de pessoas que eram remuneradas ou atuavam de maneira espontânea. As principais atividades desenvolvidas pela agência central e pelas agências regionais (em 1980, havia oito) consistiam na construção de relatórios para autoridades de primeiro escalão e para a presidência da República. Esse trabalho ocorreu a partir das informações coletadas pelos agentes dessa instituição e das informações que eram difundidas pelas Divisões de Segurança e Informações (DSIs) ministeriais<sup>170</sup>.

O SNI possuía uma agência central no Rio de Janeiro e autonomia para abrir agências regionais em pontos estratégicos do Brasil. Em Pernambuco, funcionou no prédio dos Correios, na Avenida Guararapes, centro do Recife, onde foram violadas correspondências e realizados grampos e escutas clandestinas em redes telefônicas suspeitas<sup>171</sup>. Em Pernambuco, conforme destacado por Marcília Gama da Silva, a SSP/PE era o órgão hierarquicamente superior, por ser a entidade detentora do controle e vigilância social. Enquanto o DOPS/PE foi um órgão de operação, com as funções de administração, investigação, censura e repressão, além de recepção, produção e difusão de informações, sendo a informação uma das bases de sustentação da ditadura<sup>172</sup>.

O SNI atuava em cooperação com diversos órgãos governamentais, com destaque para os das Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Quanto à preparação dos

---

<sup>169</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001, pp. 39-40.

<sup>170</sup> FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), p. 178.

<sup>171</sup> NASCIMENTO, Dmitri Félix do. *O Serviço Nacional de Informações: Pernambuco vigiado*, 2013, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2013, p. 6; 76.

<sup>172</sup> SILVA, 2014, *Op. Cit.*, p. 144.

agentes de informação, Samantha Quadrat ressaltou que a conduta militar foi marcada por um grande grau de politização, devido à influência da doutrina de segurança nacional eles foram incentivados a acreditar que poderiam intervir nos destinos do Brasil. Eles se viram concomitantemente como administradores e militares<sup>173</sup>.

A documentação do DOPS/PE foi investigada no APEJE, que manteve a estrutura organizacional originalmente desenvolvida pelos agentes de segurança e informação: prontuários policiais temáticos foram criados para vigiar sujeitos e instituições considerados perigosos ao Estado. Os títulos foram variados, havendo casos de diferentes prontuários sobre o mesmo segmento social, como o movimento estudantil<sup>174</sup>, levando-se em consideração a datação, tipologia, localização e quantitativo de fontes. Em face do intenso fluxo comunicacional entre os órgãos, encontramos nesse acervo documentos oriundos do DOPS/PE, SNI, UFPE e outras instituições.

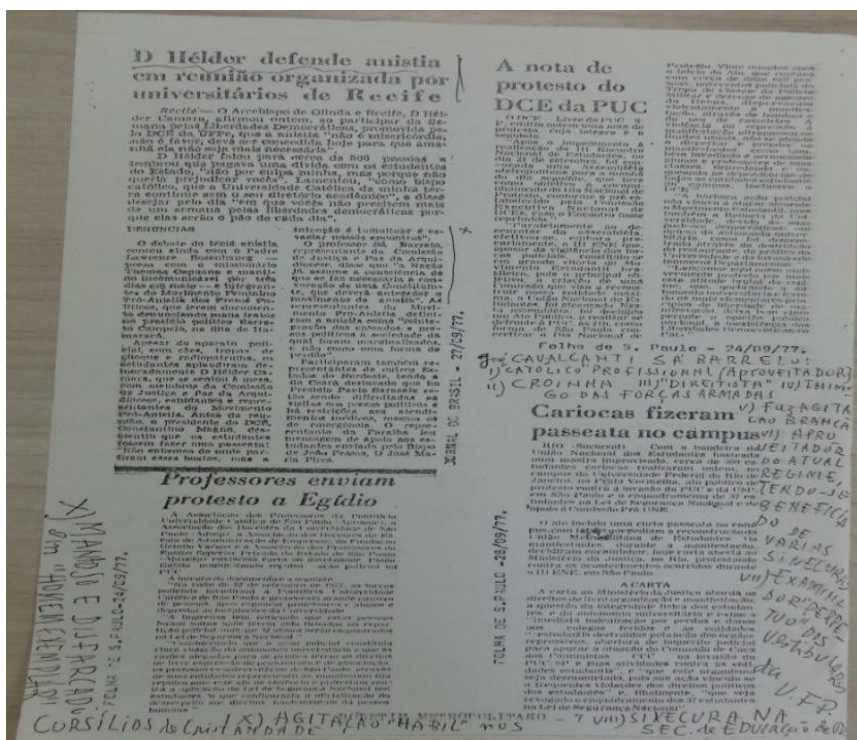


Imagem 1 Boletim Metropolitano, n° 1, outubro de 1977. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo n° 27778B.

<sup>173</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n° 47, 2012, p. 21.

<sup>174</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Prontuários Funcionais: Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Pernambuco - UFPE (6490), Diretório Acadêmico de Cursos - Anexos Medicina, Odontologia e Farmácia (27.051), Diretório Acadêmico de Engenharia (26.700), Diretório Demócrito de Souza Filho (5793), Diretórios Acadêmicos (1009), Infiltração Soviética no Meio Estudantil ou Infiltração Comunista no Nordeste (26.939), Inquéritos Estudantis (28.801), Inquéritos estudantis/ Estudantes/Inquéritos (29.096), Luta Estudantil (28.383), Movimento Estudantil (7458), Panfletos Estudantis (26.617), Recortes de Jornais/Movimento Estudantil - Greve (5491), SSP/Departamento de Ordem Social - Inquéritos Estudantis (431), Informações sobre atividade da UNE 04/1974 (30.468), Movimentos Estudantis (27778A) e Movimentos Estudantis (27778B).

O *Boletim Metropolitano* (imagem 1) foi produzido pelo movimento estudantil e coletado por agentes do IV Exército, sendo um dos doze anexos da informação confidencial nº2.326/1977. A fonte foi originária desse órgão e difundida para o SNI, DPF/PE, PM/PE, SSP/PE, ASI e MEC, com assunto “Movimento Estudantil (ME) em Recife”, expressando um grande fluxo informacional dentro e fora da universidade entre órgãos das esferas estaduais e federais.

Os títulos das matérias expressam a dimensão local e nacional dos fatos de 1977: a reunião de Dom Helder Camara<sup>175</sup> com os universitários do DCE/UFPE para discutir a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita aos presos políticos; a emissão de uma nota de protesto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) contra a proibição da realização do III Encontro Nacional dos Estudantes (ENE) em 1977, pelos militares; e a passeata estudantil no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contra a invasão da PUC/SP e da Universidade de São Paulo (USP) por forças policiais e em defesa dos discentes enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por integrarem a Comissão Pró-UNE. Nesse ano foram organizadas três versões do III ENE, em face do autoritarismo vigente: duas em São Paulo (USP e PUC/SP) e outra em Belo Horizonte, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)<sup>176</sup>.

Os discursos do documento apresentam denúncias dos arbítrios cometidos pela ditadura, bandeiras universitárias e as lutas dos jovens para reorganizar a sua principal entidade representativa estudantil, em um período de abertura política, quando a repressão ainda era utilizada pelo Estado contra os segmentos opositoristas, durante a sua busca por controle social.

O primeiro exemplar desse periódico foi publicado em outubro de 1977, pelos DA's e DCE da UFPE, DCE/UFRPE, *Movimento Década* da Unicap, DA de Ciências Médicas da FESP e DA do Instituto de Teologia do Recife (Iter)<sup>177</sup>. Segundo o texto escrito na capa do periódico, ele foi “fartamente divulgado nas universidades”, registrando o conhecimento dos agentes sobre a sua circulação na comunidade acadêmica.

<sup>175</sup> Esta é a grafia correta do nome do arcebispo, conforme informação prestada em 8 junho de 2020, por Newton Darwin de Andrade Cabral, professor da Pós-Graduação em Ciências da Religião da Unicap.

<sup>176</sup> <<http://www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/618>>, acessado em 17 abr. 2020.

<sup>177</sup> Funcionou inicialmente na Unicap, em 1968, mas devido aos impactos do AI-5 na universidade, foi transferido para a Fafire (agregada a UFPE) no ano seguinte. O Iter existiu até 1989, sediado na Arquidiocese de Olinda e Recife, contando com a participação de outras dioceses. A instituição foi responsável pela formação de seminaristas, havendo leigos/as, muitos deles envolvidos na militância estudantil. CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria. Recife: FASA, 2009, pp. 135-176.

O contexto de sua elaboração indica a significativa organização estudantil pelo quantitativo de órgãos representativos discentes envolvidos na construção de um instrumento de comunicação social de forte cunho político, conforme registraram os discursos das matérias veiculadas.

Na imagem 1 os grifos e escritos do agente apontam como o Estado logrou exercer um controle social, ao monitorar pessoas e segmentos considerados por ele como perigosos à manutenção da ordem ditatorial. Nesse caso em específico, destacou-se o arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Camara, um defensor do retorno à democracia articulado com o movimento estudantil universitário pernambucano.

Além disso, os textos escritos à mão pelo agente do IV Exército para nomear e desqualificar o professor José Cavalcanti Sá Barreto, ligado a Dom Helder e à Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, nos chamaram a atenção: “católico profissional/aproveitador”, “inimigo das forças armadas”, “direitista”, “aproveitador do atual regime”, “examinador ‘perpetuo’ da U.F.P.” e “croinha”. Os discursos marcados por um poder disciplinar referem-se à matéria “D. Hélder defende anistia em reunião organizada por universitários de Recife”, indicaram uma baixa escolaridade do espião pelos erros ortográficos, registraram o *modus operandi* da vigilância social e expressaram a visão político-ideológica do agente de informação em sintonia com mentalidade ditatorial, pautada na identificação e no combate dos tidos como inimigos da ordem.

Ao analisarmos essas práticas de vigilância dos militares à luz de Michel Foucault, acreditamos que “[...] o exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”<sup>178</sup>. Nesse sentido, o SNI assumiu um papel central na vigilância social e os órgãos articulados e subordinados diretamente a ele atuaram em distintos níveis e áreas da administração pública. Foi um trabalho complexo, porque a produção de informações era acompanhada geralmente de uma rotina muito regulamentada, ao classificar os documentos quanto à veracidade, rigidez, fidedignidade e sigilo informacional.

No âmbito público, foram considerados sigilosos os documentos vistos como indispensáveis à segurança do Estado e da sociedade. Eles eram classificados como: *ultrassecretos*, quando eram necessárias ações de segurança excepcionais; *secretos*, quando eram exigidas providências de segurança rigorosas; *confidenciais*, quando o

---

<sup>178</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*, p. 143.

conhecimento e divulgação deles poderiam ser tidos como prejudiciais aos interesses do Brasil; e *reservados*, aqueles que a população não deveria conhecê-los de imediato<sup>179</sup>.

No processo de produção, o informe (tido como dados e notícias relevantes para os agentes de segurança, funcionando como uma primeira descrição do vigiado) era o principal material para os órgãos militares. Após os agentes recolherem um informe, eles tinham condições de construir uma informação (concebida como o conhecimento de uma determinada situação ou fato, proveniente do processamento inteligente de todos os informes disponibilizados e associados a eles). Em seguida, cada informação era classificada segundo a sua confiabilidade e veracidade com letras e notas<sup>180</sup>.

A informação foi concebida como um poder disciplinar e os seus efeitos foram percebidos no dia-dia, nas práticas cotidianas de investigação, na realização dos interrogatórios policiais, na montagem e funcionamento dos registros dos arquivos, manifestando-se como um enunciado<sup>181</sup>. Nessa perspectiva, com base em Michel Foucault, ressaltamos que, para se descrever um enunciado, é preciso definir as condições em que se desenvolveu a emergência de vários signos em suas especificidades<sup>182</sup>. Assim, a estrutura do *modus operandi* dos órgãos e dos seus agentes foi condição *sine qua non* para sedimentar práticas de vigilância, controle e perseguição social.

E entre os órgãos subordinados ao SNI, destacamos as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), também conhecidas como ASI, criadas a partir de 1971, após a aprovação do Plano Setorial de Informações do MEC e extintas nos anos 1980. Elas existiram em diversas universidades brasileiras, como foram os casos da ASI/UFPE e ASI/UFRPE. Submetidos às reitorias, esses órgãos deveriam auxiliá-las quanto à segurança nacional e à informação no campo universitário, ressaltando que os seus discursos serviram de base para se estabelecer uma política de repressão no *campus*. As assessorias também foram um instrumento de controle sobre as reitorias, para que estivessem alinhadas às práticas e discursos autoritários da ditadura<sup>183</sup>.

A ASI/UFPE foi criada provavelmente, por volta de 1971, existindo até 1986, após o fim da ditadura. Segundo Dimas Veras, ao que tudo indica, nos anos 1980, o órgão foi perdendo força, pois as suas atividades passaram a ser dirigidas mais incisivamente

---

<sup>179</sup>FICO, 2001, *Op. cit.*, pp. 25-26.

<sup>180</sup> *Ibid*, p. 95.

<sup>181</sup> SILVA, 2014, *Op. cit.*, p. 20.

<sup>182</sup> FOUCAULT, 2009, *Op. cit.*, p. 123.

<sup>183</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informação das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, 2008, p. 36.

pela ASI/DEMEC/PE, pelo SNI/RE, pelo DSI/MEC e pelo gabinete da reitoria<sup>184</sup>. A ASI/UFPE funcionou em uma sala reservada na reitoria, no final do corredor do segundo andar, na qual existia uma sala secreta, onde ninguém poderia entrar sem autorização<sup>185</sup>.

Inicialmente, a ASI/UFPE foi chefiada por um “elemento chave” militar; mas, em 1971, passou a ser chefiada pelo civil Djair Barros Lima, militante estudantil de direita no DCE/UFPE. Djair foi presidente do Departamento Estudantil da Arena/PE no início dos anos 1960, interventor da UEP em 1964, ex-diretor da Divisão de Expediente Escolar, ex-aluno e docente da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE e chefe de gabinete de Marcionílio Lins (reitor de 1971 a 1975)<sup>186</sup>.

Para aprimorar o desenvolvimento de suas atividades, ele estagiou na Escola Nacional de Informações (ESNI) do SNI, entre os dias 27 de novembro e 15 de dezembro de 1972. Além dele, participaram Luiz Marcelo Pon-Gondry Ferreira (UFRPE) e mais 39 profissionais ligados a diferentes órgãos do MEC (a maioria de universidades de outros estados), do Ministério das Comunicações e do Ministério dos Transportes. Todos já estavam em atividade na área de inteligência, havendo civis e militares, sendo pelo menos quatro coronéis<sup>187</sup>. Assim, o estágio buscou complementar os conhecimentos que os agentes já tinham acumulado com a experiência na vigilância e espionagem social e logrou sistematizar, padronizar e racionalizar a sua atuação.

Nessa conjuntura, segundo Maria Antonia Amazonas Mac Dowell, pró-reitora (1970-1971; 1971-1975) e vice-reitora (1984-1988) da UFPE, o reitor Marcionílio Lins “[...] pôs naquela Assessoria um professor – [que] imagino [que] deveria ser ‘politicamente correto’, mas, no que dissesse respeito à Universidade, era um ‘cão fiel’: para ele, o que a UFPE fizesse, em princípio estava certo”<sup>188</sup>. Dessa forma, a nomeação de Djair de Barros Lima para a ASI/UFPE foi estratégica para a ditadura, pois o Estado precisava de um agente que apoiasse as arbitrariedades do regime, ao comungar com os seus ideais e tecer uma relação de cooperação com o reitor.

Nesse caso, o seu histórico de militância estudantil de direita como presidente do DCE/UFPE (1964-1965), a atuação como interventor da principal entidade representativa

---

<sup>184</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 96.

<sup>185</sup> COELHO, 2017, vol. II, *Op. cit.*, p. 237.

<sup>186</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 96.

<sup>187</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 87. MANSAN, Jaime Valim. A formação dos agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Hélder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (Orgs.). *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, pp. 79-98.

<sup>188</sup> SANTOS, 2012, *Op. cit.*, p. 244.



estadual discente (1964), a experiência docente na universidade e a ocupação de cargos administrativos de liderança na UFPE agregaram saberes e experiências úteis para as relações de poder que seriam marcantes na chefia da ASI/UFPE, contribuindo para arrefecer a oposição discente entre 1969 e 1974<sup>189</sup>.

Em 1974, ele foi nomeado pró-reitor de Assuntos Estudantis da UFRPE, tendo deixado esse cargo em 1975, para atuar na Associação Brasileira de Relações Públicas e como assessor de políticos, a exemplo do senador Cesar Cals (Arena), ministro de Minas e Energia (1979-1985)<sup>190</sup>. É simbólico como a partir do golpe de 1964, Djair Barros Lima cresceu rapidamente no campo universitário, pois, ao apoiar a ditadura, exerceu em poucos anos, cargos relevantes na UFPE, UFRPE e fora da universidade, tendo em vista as redes de relações políticas tecidas e a projeção do seu trabalho.

A ASI/UFPE atuou em cooperação com outros órgãos de segurança e informação na estrutura administrativa universitária e dentro do *campus*, produzindo e difundindo documentos que geraram efeitos de verdade e enquadraram pessoas e segmentos sociais, vigiando-os, espionando-os, incriminando-os e buscando interferir em diversas questões na universidade.

Entre essas intervenções, destacamos a contratação de funcionários, a definição de quem ocuparia cargos estratégicos, a vigilância das atividades políticas e culturais do movimento estudantil, o monitoramento da circulação de professores no exterior e o controle das relações políticas entre docentes e alunos, objetivando combater a infiltração comunista e criando um ambiente de medo e insegurança<sup>191</sup>. Neste capítulo discutiremos a contratação de docentes, a cooperação entre professores e estudantes e a infiltração dos agentes de segurança e informação no *campus* de diferentes formas.

## 2.2. “Nada consta”: a contratação de docentes.

Durante a ditadura, um dos aspectos do cotidiano universitário que concentrou o olhar interventivo dos agentes de segurança e informação foi a contratação de docentes. Buscou-se construir uma espécie de barreira ideológica, perante o clima de ampla

---

<sup>189</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 94.

<sup>190</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 95. <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho>>, acessado em 18 mai. 2020.

<sup>191</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória. Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, 2008, pp. 45-46.

suspeição no MEC quanto à circulação e admissão de professores<sup>192</sup>. Com o Decreto nº477/1969, vários docentes foram demitidos e com o surgimento das ASIs, em 1971, foi estruturada uma maneira de vetar contratos desses profissionais combativos ao regime: um “nada consta” emitido pelos agentes policiais, consulta comum também para a contratação de outros funcionários federais<sup>193</sup>.

Esse tipo de solicitação ocorreu em diversas universidades, como foram os casos da UFPE, UFES e UFF. Segundo Ludmila Gama Pereira, na UFF, “[...] se esta declaração não fosse apresentada à universidade ou se houvesse, por parte do DOPS, qualquer impedimento para o contrato do professor, este não teria o seu contrato efetivado”<sup>194</sup>. Dessa maneira, esse “nada consta” significaria que o docente não criticou a ditadura e não se identificou com movimentos de esquerda ou de oposição ao estado de exceção.

Semelhante a essa universidade do Rio de Janeiro, a UFPE fez constante uso dessa consulta para a contratação de seus funcionários do magistério ou para a ocupação de cargos estratégicos na instituição. Entretanto, o peso desse documento para as decisões da reitoria foi menor, pelas dinâmicas específicas das relações políticas na UFPE, perante situações de cooperação, adequação e resistências. Por isso, houve vários casos de contratação, mesmo diante da não recomendação policial. Essas informações sobre o histórico político e social dos sujeitos foram importantes para o controle universitário, mas foram utilizadas principalmente como vigilância, monitoramento e prevenção.

Na UFPE, o passado de militância no movimento estudantil, as relações políticas entre docentes e discentes na universidade, a participação no governo de Miguel Arraes antes e após o golpe de 1964, as ligações pessoais com o arcebispo Dom Helder Camara, as condutas tidas como moralmente desrespeitosas, as críticas irreverentes ao Estado, as experiências de estudos em países socialistas, as relações com partidos de esquerda e comunistas e a participação em movimentos grevistas foram alguns dos aspectos que pesaram negativamente para a contratação de professores.

Esse cenário constituiu alguns elementos da vigilância política e repressão social dos agentes de segurança e informação. As relações políticas estabelecidas na universidade foram complexas e se configuraram em situações de resistência, adesão, adequação e paradoxos ao longo da ditadura. Encontramos sete casos relacionados à contratação de professores na UFPE: Geraldo Gomes da Silva (1975), Juarez José Gomes

---

<sup>192</sup> UFES, 2016, *Op. cit.*, pp. 125-126.

<sup>193</sup> PEREIRA, 2016, *Op. cit.*, p. 224.

<sup>194</sup> PEREIRA, 2016, *Op. cit.*, p. 224.

(1975), Armia Escobar Duarte (1977), Ivanildo da Cunha Andrade (1978), Antônio Carlos Pavão (1979), Sílvio de Alencastro Pregolato (1980 ou 1981) e Paulo Rubem Santiago Ferreira (1980). Dessa lista, não houve nenhum caso de profissionais que não foram contratados pelo seu histórico político tido como negativo pelos militares.

No caso da mãe Armia Escobar Duarte, desde 1972, ela assumiu os cargos de coordenadora geral e docente dos cursos de Comunicação Social do Nordeste da UFPE, por meio de um convênio entre a UFPE, a Fafire e o Centro Educativo de Comunicação Social do Nordeste (Cecosne). Ela foi fundadora e dirigente do Cecosne, entidade educacional privada, sem fins lucrativos, de cunho educacional, cultural, de assistência social e beneficente, instituída pela Congregação de Santa Dorotéia do Brasil, ligada à Igreja Católica<sup>195</sup>.

Segundo os agentes do IV Exército, este centro teve a sede instalada na Igreja do Carmo, em Olinda, em 1974, a partir da atuação de intelectuais, como as mães Armia Escobar Duarte e Maria Denise Carvalho. Elas foram acusadas pelos militares de estarem envolvidas em “atividades subversivas”, termo genérico e incriminador para enquadrar qualquer atividade considerada perigosa para a manutenção da ordem ditatorial<sup>196</sup>. Um dos motivos dessa associação, é que no histórico elaborado a partir de um dossiê produzido por militares, mais especificamente, a informação nº 109, de 17 de fevereiro de 1977, do SNI/ARE, Armia Escobar Duarte foi enquadrada como uma pessoa que “pertence a linha Reformista-Progressiva seguida por uma parte do Clero Católico”<sup>197</sup>.

Segundo Renato Cancian, já na década de 1950, os segmentos reformistas da Igreja apoiaram abertamente o engajamento da instituição em problemas sociais do país. Ao longo dos anos, o crescimento do engajamento político-social do catolicismo no Brasil originou a Igreja popular, também conhecida como Igreja progressista. Os clérigos, bispos e leigos atuaram em defesa dos direitos humanos e em projetos de mudanças nas

---

<sup>195</sup> Segundo o documento “Histórico”, de Armia Escobar Duarte, em 1977, o Cecosne estava sediado na Fafire, instituição ligada à Igreja Católica, mas não descobrimos se a mudança do espaço foi a partir desse ano. E de acordo com o site do Cecosne, o centro foi instituído em 9 de janeiro de 1975 e, atualmente, está localizado na Rua José Osório, nº 124, Madalena, Recife. Essas informações indicam que o seu funcionamento em Olinda foi breve, assim como a sua regulamentação do ponto de vista burocrático. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. Histórico de Armia Escobar Duarte. <<http://www.cecosne.org.br/quemsomos.html>>, acessado em 17 dez. 2019.

<sup>196</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. Informação confidencial nº 002, de 1 de março de 1974.

<sup>197</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. Histórico de Armia Escobar Duarte.

estruturas sociais geradoras de injustiça e exclusão sociais, consolidando um novo padrão de militância católica que impulsionou os conflitos entre o Estado e a Igreja Católica<sup>198</sup>.

Em Pernambuco, uma das iniciativas foi a restauração do Engenho Três Marias, em Quipapá, para fins turísticos e educacionais pela fundação Cecosne, em 1975. A madre Armia Escobar Duarte esteve à frente dessa ação e relatou em entrevista que estampou a capa do jornal *Diario de Pernambuco*: “Nosso trabalho será iniciado dentro do setor médico, quando desenvolveremos amplo serviço de medicina preventiva”<sup>199</sup>, expressando a profusão dos seus discursos na grande imprensa local.

A atividade envolveu diferentes segmentos profissionais e atingiu visibilidade social e, segundo Armia Escobar Duarte, estaria sido bem recebida pelos moradores do pequeno e pobre município da zona da mata pernambucana. A repercussão do projeto atraiu a vigilância dos agentes do IV Exército, que coletaram o recorte da reportagem do dia 30 de abril de 1975 e o difundiu como anexo da informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978, para a agência do SNI do Recife. Tal fato se configurou como a produção e difusão de uma potencial prova criminal contra a militante política e registrou uma contínua vigilância social do Estado ao longo dos anos<sup>200</sup>.

O aumento da oposição da Igreja Católica para combater arbitrariedades do Estado e lutar por melhorias sociais impulsionou uma contínua vigilância dos agentes de informações sob essa instituição, seus membros e outros segmentos que ela se relacionou. Por isso, em 1977, o IV Exército recomendou a ASI/UFPE a não contratação de Armia Duarte pela universidade, influenciando também nesse cenário as suas relações políticas com Dom Helder Camara, com parlamentares do MDB/PE e com pessoas atuantes na área de ensino nomeadas genericamente pelos militares de esquerdistas e comunistas<sup>201</sup>.

Apesar dessas recomendações dos militares, os agentes de segurança e informação descobriram que, em 1977, Armia Duarte continuava atuando no curso de Comunicação Social do Nordeste, foi homenageada pelos alunos, participou de diversos eventos acadêmicos e culturais e foi editora-chefe da revista *A semana no Recife*, do Cecosne<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *Revista Angelus Novos*, São Paulo, v. 7, nº 2, 2016, pp. 107-114.

<sup>199</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978. Recorte do *Diario de Pernambuco*, 30/05/1975, Capa.

<sup>200</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978.

<sup>201</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. Informação confidencial nº 1470, de 29 de julho de 1977. *Curriculum Vitae* de 1973.

<sup>202</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0020310-1981. informação confidencial nº 266, de 26 de fevereiro de 1978. Recorte do *Diario de Pernambuco*, 21/12/1977.

Em 1978, criou uma emissora de rádio e compôs a equipe de professores que, após dez anos, conseguiu obter o reconhecimento do curso de Comunicação Social da UFPE/Cecosne pelo Conselho Federal de Educação (MEC). Em 1979, após desempenhar um conjunto de atividades de liderança na universidade, continuou vinculada à UFPE como professora visitante e coordenadora de curso. Mas por que isso ocorreu? Acreditamos que, muito possivelmente, enquanto profissional e militante politicamente engajada, Armia Duarte estabeleceu profícuas relações de cooperação com estudantes, docentes e com o reitor Paulo Frederico do Rego Maciel<sup>203</sup>.

No que se refere ao professor Sílvio de Alencastro Pregolato, em 1968, era militante da Ação Popular (AP) e precisou atuar na “clandestinidade”, saindo de Chuí/RS, em 31 de dezembro desse ano, para o Uruguai. Em setembro de 1969, exilou-se com a sua esposa Cyléia Rodrigues da Costa Pregolato na Bulgária, pouco tempo depois iniciou a sua carreira universitária na área de Matemática, na Universidade de Sófia<sup>204</sup>.

Em 1971, ambos foram condenados à revelia a suspensão de direitos políticos por cinco anos e três anos de reclusão, respectivamente, pela 1ª. Aud./2ª. Circunscrição Judiciária Militar (CJM). Sílvio Pregolato e Cyléia Pregolato retornaram ao Brasil apenas em 1980. Entretanto, segundo os agentes da Aeronáutica, “[...] apesar de ter feito curso superior em um país dito socialista, onde viveu dez anos, e dos seus antecedentes”<sup>205</sup>, ele foi contratado pouco tempo depois pela UFPE.

Por que isso ocorreu em um contexto de combate ao socialismo e ao comunismo nas universidades brasileiras? Os motivos da contratação não foram relatados, mas talvez, estejam associados à qualificação profissional de Sílvio Pregolato para atuar possivelmente no mestrado em Matemática. Entretanto, ele não permaneceu muito tempo na instituição, pois em 1981, foi efetivado como docente assistente da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

---

<sup>203</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/06/1970, Suplemento Feminino do Clube das Leitoras, p. 2. 02/09/1973, Primeiro Caderno, Esportes, p. 22. 17/10/1974, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 3. 27/07/1977, Educação e Cultura, p. 8. 03/08/1977, Diversões, p. 5. 30/08/1977, Educação e Cultura, p. 8. 09/09/1977, Roteiro, p. 7. 18/10/1977, Educação e Cultura, p. 8. 21/12/1977, Educação e Cultura, p. 8. 31/03/1978, Educação e Cultura, p. 8. 22/12/1978, Educação, p. 8. 30/09/1979, Gente, p. 6.

<sup>204</sup> Graduação (1971-1975) e mestrado (1975-1977). <<http://lattes.cnpq.br/0745096603684507>>, acessado em 06 out. 2018. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0138976-1981. Informe confidencial nº 010, de 15 de janeiro de 1981. Originário do CISA-RJ, classificação A-1 e difundido para o SNI/AC, CIE, CENIMAR, CI e DPF.

<sup>205</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0138976-1981. Informe confidencial nº 10, de 15 de janeiro de 1981.

Foi simbólica a contratação do professor Geraldo Gomes da Silva, nascido no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1940. Segundo agentes da ASI/UFPE, ele foi uma liderança atuante no movimento estudantil da UFPE, tendo sido eleito (1962) e reeleito (1963) presidente do DA da Faculdade de Arquitetura e tesoureiro do DCE (1963). Após o golpe, ainda enquanto aluno, foi preso várias vezes, ao ser associado a comunistas atuantes na gestão de Pelópidas Silveira e ao terem encontrado em sua residência, uma grande quantidade de materiais e livros tidos como subversivos<sup>206</sup>.

Chamou-nos a atenção as mudanças das práticas políticas de Geraldo Gomes, cuja trajetória de vida foi marcada pela militância estudantil de esquerda. Após o golpe de 1964, ele teria se desvincilhado dessas atividades para conseguir trabalhar em órgãos federais. Segundo o diretor da Escola de Artes da UFPE (não foi informado o seu nome no documento), que cooperou com informações prestadas aos agentes do SNI de Recife, em 1974, Geraldo Gomes da Silva foi selecionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde trabalhou por seis meses na restauração de monumentos históricos em São Paulo<sup>207</sup>.

Essa busca por informações sobre Geraldo Gomes da Silva ocorreu a partir de um pedido da própria agência do SNI do Recife (ARE/SNI), cujo documento foi difundido para a agência central do órgão (AC/SNI), pela possibilidade de o docente ser contratado pelo CAC/UFPE. Nesse período, a admissão poderia ocorrer sem ser por concursos públicos, situação comum as outras universidades brasileiras. No documento, os funcionários chegaram à seguinte constatação:

d. Parecer:

Verifica-se que o epigrafado parece ter se acomodado após a Revolução de 1964, não mais manifestando suas ideias anteriores. No entanto, pelos antecedentes registrados, verifica-se que o nominado não era um ‘inocente inútil’ e sim, um elemento que participou da pregação do comunismo com convicção, sabendo o que fazia e o que pretendia. Sua acomodação, após a Revolução de 1964, pode ser por conveniência própria ou de outros, esperando talvez uma nova oportunidade. Assim, esta Agência é de parecer que o mesmo não deve ser aproveitado para exercer o magistério superior na Universidade Federal de Pernambuco<sup>208</sup>.

---

<sup>206</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 56, de 28 de agosto de 1978, originária da ASI/UFPE.

<sup>207</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0038982-1982. Informação confidencial nº 1023, de 4 de outubro de 1974, originária da ARE/SNI.

<sup>208</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0038982-1982. Informação confidencial nº 1023, de 4 de outubro de 1974, originária da ARE/SNI. (grifos do documento).

Este tipo de caso foi comum em outras universidades. É provável que a sua ida a São Paulo esteja relacionada à falta de oportunidades de trabalho em Pernambuco, pelo histórico de militância de esquerda, daí a mudança de posicionamento, para sobrevivência. Na ótica dos agentes de segurança, a não atuação em movimentos de esquerda e a ausência de pronunciamentos em debates públicos se configurou em acomodação política, objetivando eliminar a possibilidade de o docente atuar na UFPE, por considerá-lo perigoso à ordem ditatorial.

Acreditamos que para existir uma situação de adequação ao regime, o professor teria que desenvolver outras estratégias de atuação, como: cooperar com as práticas de vigilância e repressão, se apropriar, produzir e disseminar discursos em defesa dos governos militares e obter benefícios profissionais em decorrência de relações políticas. Na documentação analisada sobre o docente não identificamos esses tipos de práticas.

No parecer é notório como o passado de Geraldo Gomes da Silva ressoou ao longo do tempo, sendo frequente a difusão de informações sobre o histórico político de professores e (ex)alunos para incriminá-los e/ou impedir a sua trajetória acadêmica, em uma espécie de barreira ideológica. Assim, o professor foi tido como suspeito e nocivo para o Estado, daí a recomendação dos militares para a UFPE em 1974.

Como estratégia de resistência a esse aparato coercitivo, em 1975, Geraldo Gomes prestou seleção para o cargo de Auxiliar de Ensino da UFPE, obtendo a aprovação em primeiro lugar<sup>209</sup>. Todavia, não foi contratado para exercer a função, tendo o reitor Paulo Maciel, primo de Marco Maciel, convocado os segundo e terceiro colocados na disputa<sup>210</sup>. Influenciou nessa prática arbitrária o histórico “político e ideológico” do docente, cujos dados foram obtidos a partir de uma investigação da ASI/UFPE, com a cooperação de diversos órgãos e agentes de segurança e informação de Pernambuco:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – REITORIA – ASI/UFPE. CONFIDENCIAL. [...]

ARE/SNI – CONFORME ENTENDIMENTO COM O CHEFE DO SNI/ARE, O MESMO REGISTRA ANTECEDENTES NEGATIVOS (INFORMAÇÃO PRESTADA POR TELEFONE, PELO CEL. JAIME).

II COMAR - R.P.B. Nº 209/A-2 DE 30.03/76, GERALDO GOMES DA SILVA. ENGENHEIRO ARQUITETO, FILHO DE MANOEL GOMES DA SILVA E ELOIHA [sic] MULLER DA SILVA.

\*1967 – O epigrafeado é elemento altamente subversivo, já tendo sido preso por diversas vezes, inclusive quando ainda estudante de Arquitetura. Sempre teve

<sup>209</sup> MOURA, 2018, *Op. cit.*, p. 38.

<sup>210</sup> <<https://marcozero.org/militares-vigiavam-ate-os-reitores-da-ufpe-durante-a-ditadura/>>, acessado em 18 dez. 2019.

em sua residência farta quantidade de material e livros de cunho subversivo. Ligado aos comunistas então existentes na Prefeitura Municipal do Recife.

SI/SR/DPF/PE – INFORMAÇÃO Nº 195/76 DE 08.04.76 - Geraldo Gomes da Silva, sem dados de qualificação, podendo tratar-se de homonímia, o qual segundo informe de 1970, juntamente com seu irmão Moyses Gomes da Silva, era suspeito de atividades subversivas, constando ainda que naquela ocasião encontrava-se preso em unidade do Exército em Recife.

IV EXÉRCITO – INFORMAÇÃO Nº 467/76 DE 31.03.76 - Geraldo Gomes da Silva, esta AI INFORMA SER TOTALMENTE DESACONSELHÁVEL PARA O ENSINO, POR REGISTRAR IMPLICAÇÕES DE MAIOR GRAVIDADE.

C.I. SSP/PE/PE – INFORMAÇÃO Nº 409/76 DE 07.04.76 - Geraldo Gomes da Silva, registra anotações no C.I.SSP/PE. Crime previsto no art. 342 do CPB, cometido nesta cidade em 30.01.1960 – Crime previsto no art. 10 na Lei de Segurança Nacional nesta cidade (Capital), tendo os autos sidos encaminhados à Justiça em 08.10.64. Fazia parte da Sociedade dos Amigos da União Soviética, conforme nota publicada no Jornal do Comercio [sic] de 03.06.1964. Foi processado pela Comissão de Investigação Sumária, sob nº 224.

Foi indiciado no IPM-UNE-UBES, instaurado pelo IV Exército.

Em 24.09.67, foi denunciado pela Promotoria da Justiça Militar por atividades subversivas.

RECIFE/PERNAMBUCO, EM 28 DE AGOSTO DE 1978<sup>211</sup>.

Com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), Geraldo Gomes foi enquadrado pelos militares como: “elemento altamente subversivo”, possuidor de “farta quantidade de material e livros de cunho subversivo” e “totalmente desaconselhável para o ensino, por registrar implicações de maior gravidade”. Os discursos produzidos e difundidos pelos militares buscaram eliminar a atuação do profissional na UFPE por motivações políticas.

Ao cruzarmos as informações do documento produzido pela ASI/UFPE com as do prontuário elaborado pela agência regional do SNI, composto por cinco páginas, verificamos que o professor estava sob a vigilância dos agentes de segurança e informação desde o período pré-golpe. Houve espionagem, produção e disseminação de documentos nas esferas estadual e federal e realização de ligações telefônicas entre os agentes. Pelo seu significativo histórico de atividades consideradas “subversivas”<sup>212</sup>, novamente ele não foi recomendado para ser contratado como professor da UFPE.

Os militares investigaram Geraldo Gomes da Silva, coletando, produzindo e difundindo diversos tipos de documentos sobre ele (TELEXs<sup>213</sup>, informes, informações, prontuário, fichas de distribuição e processamento de documentos, “ficha de

<sup>211</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 56, de 28 de agosto de 1978, originária da ASI/UFPE. (grifos do documento).

<sup>212</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife.

<sup>213</sup> Sistema internacional de comunicações utilizado até o fim do século XX, caracterizado pelo envio e recebimento imediatos de mensagens escritas entre terminais com endereçamento numérico.



qualificação” e recortes de jornais), cujos discursos materializaram-se em provas incriminadoras e argumentos para a sua não contratação.

Na “ficha de qualificação” elaborada pela DSI/MEC constaram vários dados para vigiar e controlar esse professor: nome, data e local de nascimento, filiação, número do RG, estado civil, cargo cogitado, endereços residenciais antigos e vigente, histórico de atividades profissionais (chamando-nos a atenção o hiato de 1968 a 1973, indício das dificuldades de contratação pela sua trajetória de militância política), registros anteriores nos órgãos de informação, escolaridade e “outros dados” (item que ficou em branco)<sup>214</sup>.

Segundo os agentes segurança, o reitor da UFPE, Paulo Maciel, decidiu contratá-lo pelo período de dois anos, sob o argumento de que, caso o professor recorresse à justiça, provavelmente ganharia o processo para assumir o cargo. Isso porque não existia no Regulamento Geral da Universidade um instrumento legal que legitimasse a decisão inicial do reitor de não contratar o profissional<sup>215</sup>. Assim, o reitor contratou Geraldo Gomes da Silva e afirmou se responsabilizar pelas atitudes desse professor, alegando que ele não estava envolvido em atividades políticas na universidade<sup>216</sup>.

Ao término do contrato, o reitor Paulo Maciel resolveu “renová-lo, alegando a eficiência profissional do professor GERALDO e seu completo afastamento de qualquer atividade política dentro da UFPE, durante o período de vigência do contrato anterior”<sup>217</sup>. A atitude foi de encontro, novamente, às recomendações dos agentes de segurança e informação, expressando o quanto as relações de cooperação da universidade eram complexas, dinâmicas e nem sempre seguiam aos ideais defendidos pela ditadura, em vista do peso das relações pessoais.

Nesse período, também foi publicada uma matéria da *Folha de S. Paulo*, cujo título foi “Denunciada a demissão ideológica na UFPE” - o correspondente do jornal em Recife registrou que a universidade teria dispensado Geraldo Gomes da Silva diante das pressões da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal, indicando outro aspecto da intervenção governamental na universidade. O texto é resultante de uma denúncia da jornalista e empresária Cristina Tavares, então candidata ao cargo de

---

<sup>214</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Informação nº 855, de 12 de setembro de 1978, originária da ASI/UFPE. Ficha de qualificação de Geraldo Gomes da Silva.

<sup>215</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife.

<sup>216</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0038982-1982. Prontuário de Geraldo Gomes da Silva, anexado no informe confidencial nº 251, de 9 de dezembro de 1982, originário da agência do SNI de Recife. MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 231.

<sup>217</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0007250-1980. Informe confidencial nº79, de 30 de agosto de 1979.

deputada federal pelo Movimento Democrático Brasileiro de Pernambuco (MDB/PE). Ela defendeu que Geraldo Gomes era um dos mais brilhantes arquitetos de Pernambuco e a demissão dele representava um ato arbitrário, um desrespeito ao direito à liberdade de expressão e à autonomia universitária<sup>218</sup>.

Entretanto, no prontuário do professor constou um pedido de busca<sup>219</sup> do Segundo Comando Aéreo (II COMAR), para confirmar a veracidade do fato publicado no periódico mencionado, sendo verificado que o docente não foi dispensado de lecionar no curso de Arquitetura da UFPE, ao ter o seu contrato renovado pelo reitor. Mas por que teria sido noticiada essa matéria?

A nossa principal hipótese é que, de fato, houve uma grande pressão por parte dos agentes de segurança e informação para que o reitor não renovasse o contrato. Talvez ele tivesse sido avisado sobre a iminência dessa situação ao professor, que se articulou com a jornalista e política Cristina Tavares. Provavelmente, Geraldo Gomes não conseguiu fazer essa denúncia nos principais jornais locais. Mas, uma matéria publicada na *Folha de S. Paulo* também era dotada de grande simbolismo, tendo em vista a visibilidade e dizibilidade dos discursos veiculados por esse periódico de projeção nacional.

O fato analisado foi representativo para refletirmos a respeito da complexidade das relações acadêmicas, permeadas por situações de resistência, adesão, adequação e paradoxos, em que o campo universitário foi marcado por disputas e conflitos políticos. Geraldo Gomes da Silva foi um dos diversos militantes do movimento estudantil universitário que fizeram carreira na UFPE e continuaram atuando politicamente na instituição, quando esse tipo de experiência trouxe aprendizagem e projeção acadêmica, conforme verificamos na pesquisa.

O caso do professor Antônio Carlos Pavão foi comparado ao de Geraldo Gomes da Silva pelos agentes de segurança e informação<sup>220</sup>. Antônio Carlos Pavão nasceu em 16 de abril de 1950, em Quintana/SP, foi contratado em 16 de março de 1979, pelo período de dois anos, para exercer o cargo de Professor Visitante Adjunto A no Departamento de Química, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPE<sup>221</sup>.

---

<sup>218</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1152749-1978. Recorte do Jornal *Folha de S. Paulo*, 4/07/1978.

<sup>219</sup> Era um documento “[...] por meio do qual um setor do sistema de controle solicitava, a um órgão específico, dados sobre um indivíduo, grupo, organização ou entidade. Observe-se que os pedidos de busca poderiam servir também para solicitar outros tipos de apoio, como em pedidos de colaboração entre diferentes segmentos da estrutura repressiva” (MANSAN, 2014, *Op. cit.*, p. 114).

<sup>220</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0039640-1979. Informação confidencial nº 924, de 11 de outubro de 1979.

<sup>221</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I004716-1979. Informação confidencial nº 406, de 20 de setembro de 1979.

Esse professor e sua esposa, Suzete Maria de Lima Pavão, eram membros de Coordenação Eleitoral da Convergência Socialista (CS) de Santo André/SP<sup>222</sup>. A CS era uma organização política de orientação socialista criada em 1978, originária de um grupo de militantes trotskistas e com um projeto de organização independente dos trabalhadores, anterior à formação do Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>223</sup>. Daí alguns dos motivos das contínuas espionagem e vigilância política das atividades realizadas por Antônio Carlos Pavão, conforme registrou uma gama de documentos, como a reportagem “Convergência acusa Ciex de ataque à imprensa”, publicada no *Jornal do Commercio*, de grande circulação e visibilidade em Pernambuco.

Essa matéria foi publicada logo após o docente ser contratado pela UFPE, quando, concomitantemente, ele era correspondente local do jornal *Versus*, publicação mensal da imprensa alternativa da CS. Na matéria Pavão criticou a perícia fazendária que o *Versus* sofreu, associando a ação a uma orientação do Centro de Informações do Exército (CIE), que na perspectiva dele, tinha como proposta “[...] o estrangulamento da Imprensa Alternativa através de pressões econômicas na forma de devassas fiscais, por exemplo”<sup>224</sup>. Verificamos nos discursos do professor uma estratégia de resistência contra os mecanismos coercitivos da ditadura. Essa prática foi realizada em uma conjuntura que, mesmo sendo comum docentes serem reprimidos pelo Estado por criticarem os órgãos militares, expressou o seu posicionamento político combativo ao *status quo*.

Destacamos que Antônio Carlos Pavão foi articulado com a comunidade universitária. Segundo os agentes de informação, ele foi contratado em 1979, “graças à omissão do reitor Paulo Maciel”, que não atendeu as recomendações deles para esse profissional não ser admitido pela universidade. Além disso, Antônio Pavão solicitou o afastamento docente para participar de pesquisas na Suécia e na Itália, entre 4 de janeiro de 1981 e 4 de abril de 1981, situação que na perspectiva da atuação policial, implicaria em uma renovação do contrato. De fato, ele não só continuou trabalhando na UFPE, mas por ser uma liderança docente, chegou a se candidatar ao cargo de reitor, em 1983, apesar de toda pressão contrária, como analisamos no capítulo 4.

---

<sup>222</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: E0011381-1979. Informe confidencial nº 381, de 25 de maio de 1979.

<sup>223</sup> <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>, acessado em 07 out. 2017. KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 168. (Partidos e movimentos após os anos 1960; v. 6)

<sup>224</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I004716-1979. Recorte do Jornal do Commercio, 15/05/1979. Anexo da informação confidencial nº 406, de 20 de setembro de 1979.

Dessa forma, constatamos na pesquisa que, apesar do histórico político “subversivo” dos professores pesar negativamente na contratação desses profissionais e dos agentes policiais tecerem suas recomendações durante as seleções, esses não foram fatores decisivos nas escolhas da reitoria, em vista de situações marcadas por paradoxos, cooperação e adequação. Nesse sentido, outros aspectos que atraíram a vigilância dos militares foram as relações de cooperação e os embates entre professores e estudantes.

### **2.3 Arena política: a cooperação e os embates entre professores e estudantes.**

A cooperação entre docentes e alunos ocorreu de diversas formas e foi combatida pelos agentes de segurança e informação na universidade, ao ser concebida como um perigo para a centralização, desenvolvimento e difusão de atividades nomeadas genericamente de “subversivas”, “terroristas” e “comunistas”. Foi o que registrou a informação confidencial nº 4, de 1979, originária da ASI/UFPE e concernente à atuação política do professor Waldemar Ladosky<sup>225</sup>.

Waldemar Ladosky foi professor titular, com dedicação exclusiva, chefe do departamento de Fisiologia e Farmacologia e coordenador do Mestrado em Fisiologia da UFPE, vindo transferido da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a convite do professor Nelson Chaves. Ele nasceu em 19 de abril 1931, em Salvador e residia em Recife.

Em 22 de outubro de 1975, consentiu que estudantes panfletassem em sua aula para acadêmicos de Medicina. Entendida como uma arte de fazer marcada por saberes e poderes, essa prática de comunicação foi muito comum de ser realizada entre os universitários, por ser uma tradicional atividade de militância, pela amplitude da construção e profusão de discursos políticos, pelo baixo custo e por ser dotada de estéticas próprias em cada material. Concomitantemente, a panfletagem também foi perigosa de ser realizada, pela sua proibição no *campus*, pela potencialidade política, pelos riscos de identificação e perseguição dos autores e pela significativa vigilância das ações contestatórias no *campus*, tornando-se uma estratégia de resistência contra a ditadura<sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup>Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0002434-1979. Informação confidencial nº 4, de 3 de janeiro de 1979, originária da ASI/UFPE e difundida para a ARE/SNI. Esse documento foi uma resposta ao Pedido de Busca nº 1013, da ARE/SNI, emitido em 11 de dezembro de 1978.

<sup>226</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0002434-1979. Informe confidencial nº 770, de 14 de dezembro de 1978, originário da ARE/SNI e difundido para SS/100.

O professor Luiz Alfredo Nunes Raposo também esteve sob a mira dos militares. Nascido em Teresina, em 1946, graduou-se em Economia pela UFPE (1969) e concluiu a Pós-Graduação em Teoria Econômica (1971) na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ). Realizou concurso público nacional, atuando como economista do Banco do Central do Brasil (1977) e, posteriormente, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 1977<sup>227</sup>. Ele atuou concomitantemente como professor de Economia I, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE, pelo menos, em 1977, quando foi produzido o seguinte informe a respeito dele:

1. [...] O enfoque tem-se conduzido de uma maneira estranha ao se referir ao Regime Político em vigor e ao analisar a atuação das Forças Armadas no cenário nacional. 2. Normalmente, se une a alguns alunos já formados em Engenharia e que cursam a Faculdade de Economia, para inculcar nas mentes dos demais alunos menos avisados, que as Forças Armadas são ‘as forças militares de segurança’ (englobando Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Bancária, etc) e que no contexto econômico nada produzem. 3. Alguns alunos que se arriscam a levantar a questão sobre o papel das Forças Armadas na proteção dos poderes constituídos, são ridicularizados pelo professor e pela sua claqué. Alega o Professor LUIZ ALFREDO que o papel das ‘Forças Militares de Segurança’ é de proteger o latifundiário, as multinacionais, etc. Ressalta que se o estudante contestar alguma coisa está fadado a prisão e é taxado de subversivo pelas forças armadas em questão. 4. O epígrafe não mede esforços em provar nas suas aulas de Produção e Consumo, que as “Forças de Segurança” não são consumidoras no sentido econômico, mas sim consumidoras da produção, em troca da proteção aos já poderosos. 5. O presente INFORME está sendo processado<sup>228</sup>.

Na perspectiva dos agentes de segurança e informação, o docente foi considerado perigoso e subversivo por se comportar “de uma maneira estranha”, ao contestar o papel dos militares no cenário político brasileiro. Esses discursos do professor têm a sua simbologia potencializada, por serem proferidos por um funcionário público na universidade, sob o risco de mobilizar os alunos.

Apesar de, a partir de 1977, o movimento estudantil ter se apresentado como um dos protagonistas para reconduzir a sociedade nas lutas em defesa dos direitos humanos e do fim da ditadura<sup>229</sup>, não existia um consenso político na UFPE. Segundo o informe,

<sup>227</sup> <<http://revistasera.ne10.uol.com.br/colaboradores/luiz-alfredo-nunes-raposo/>>, acessado em 10 out. 2017.

<sup>228</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0021829-1981. Informe confidencial nº061, de 01/05/1977. (grifos do documento).

<sup>229</sup> MÜLLER, 2016.

havia estudantes aderentes do regime que criticavam as práticas de Luiz Alfredo Nunes Raposo sob a alegação de que eram ridicularizados por ele e por discentes de esquerda.

A suposta ridicularização política simbolizou como o saber imprimia relações de poder, destacando a existência de conflitos internos no meio universitário, perante o clima de tensão e opressão no cotidiano acadêmico. Daí o fato de o IV Exército disseminar um informe ainda em processamento para a agência do SNI de Recife.

Nessa conjuntura, o professor não estava preocupado com uma possível censura ou outra penalidade na universidade ou se pronunciou apesar de saber dos seus riscos, pois os discursos proferidos pelo docente em seu magistério poderiam ser transformados pelos agentes de segurança e informação como uma prova criminal contra ele. Assim, essas ações ocorreram apesar de muitos funcionários públicos serem demitidos ou aposentados por motivações políticas. Não foi possível descortinarmos como essas informações sobre as aulas foram obtidas. É provável que um agente de informação tenha se infiltrado na turma, mas talvez algum aluno o denunciou, tendo em vista serem situações comuns, conforme verificamos na pesquisa.

Outro caso de cooperação estudantil vigiado pelos agentes de segurança e informação foi o do professor Antônio Carlos Pavão. Ele participou em 1979, na FDR, de um ato pela aprovação de uma lei da anistia ampla, geral e irrestrita para todas as pessoas que tiveram as liberdades democráticas cerceadas durante a ditadura. A sua presença em defesa dessa campanha política também foi marcante durante um ato do Comitê Brasileiro Pela Anistia, núcleo de Pernambuco (CBA/PE), em 10 de outubro de 1979, no DCE/UFPE<sup>230</sup>. Em Pernambuco, essa luta mobilizou muitos setores, como: familiares dos mortos, presos e desaparecidos políticos, membros da Igreja Católica e o movimento estudantil. Eles se organizaram por meio de instituições diversas, como o CBA e o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), atuando de várias maneiras, entre elas: passeatas, atos públicos, panfletagens e pichações<sup>231</sup>.

Para se ter uma dimensão da participação universitária nesse cenário, o CBA/PE foi lançado oficialmente no dia 18 de abril de 1979, no auditório do DCE/UFPE. O espaço ficou lotado e teve a participação de alunos e docentes de várias universidades, Marcelo de Santa Cruz Oliveira (irmão do desaparecido político Fernando Augusto de Santa Cruz

---

<sup>230</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0356864-1983. Informe confidencial nº 1795, de 27 de julho de 1983.

<sup>231</sup> SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, nº 17, 2016, p. 350-383.

Oliveira), Jarbas Vasconcelos (presidente do MDB), Eduardo Pandolfi (presidente do CBA/PE e irmão da historiadora Dulce Pandolfi) e Dorany Sampaio (presidente regional da Ordem dos Advogados Brasil - OAB), sendo um marco na luta pelas liberdades democráticas em Pernambuco<sup>232</sup>.

Nesse contexto, ressaltamos ainda que, em 21 de agosto 1979, poucos dias antes da lei da anistia ser sancionada pelo presidente João Figueiredo, a Adufepe organizou na UFPE, um encontro com estudantes, funcionários e os professores Jomard José Muniz de Brito<sup>233</sup>, Arnaldo Cavalcante Marques<sup>234</sup> e Amaro Soares Quintas (caso analisado no capítulo 1), afastados da universidade por atos de exceção da ditadura.

Ao vigiarem e espionarem o evento, os agentes da Polícia Militar de Pernambuco (PM/PE) verificaram que, durante os debates, os participantes relataram o seguinte: os intelectuais não estiveram alheios aos atos repressivos; a volta dos exilados retratou a vontade e a persistência das reivindicações dos brasileiros; e que o professor Paulo Freire retornaria ao país, em 28 de agosto, para debater a sua obra *Pedagogia do Oprimido*<sup>235</sup>. Dessa forma, a universidade se configurou como um campo de discussões e resistências políticas entre diferentes membros da comunidade acadêmica.

O referido livro foi escrito durante o exílio do autor no Chile, em 1968, foi proibido pela ditadura brasileira e permaneceu inédito no Brasil até 1974, problematizando as relações opressoras na sociedade e indicando caminhos para a sua transformação, na medida em que a educação possui forte conotação política<sup>236</sup>. Cada experiência no exílio foi única, mas, de um modo geral, ela foi marcada pela tentativa do Estado de eliminar da vida política todos aqueles considerados perigosos, simbolizando

<sup>232</sup> Encontramos alguns documentos sobre esse comitê de Recife, que teve forte ligação com o movimento estudantil universitário. Além disso, havia outros comitês semelhantes em outros estados brasileiros.

<sup>233</sup> Escritor, poeta e cineasta pernambucano, formou-se em Filosofia pela UR, integrou a equipe de Paulo Freire no SEC nos anos 1960 e foi um dos precursores do Tropicalismo em Pernambuco. Após o golpe de 1964, foi preso, dividindo cela com Gregório Bezerra e aposentado da universidade. Em 1969, foi impedido de lecionar na Universidade Federal da Paraíba, sendo reintegrado às duas instituições, após o AI-5. <[https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9237\\_JOMARD+MUNIZ+DE+BRITTO](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9237_JOMARD+MUNIZ+DE+BRITTO)>, <<https://www.diario.depernambuco.com.br/noticia/viver/2017/04/poeta-filosofo-e-cineasta-jomard-muniz-de-britto-completa-80-anos-nes.html>>, acessados em 18 dez. 2019.

<sup>234</sup> Professor e médico legista, foi preso três vezes entre 1964 e 1965 e os seus trabalhos científicos foram além de avaliações patológicas, pois analisaram a realidade social; situação malvista pelos investigadores do DOPS/PE, que o vigiou desde os anos 1930, pela atuação política. Devido à relevância das suas atividades acadêmicas, foi homenageado, nomeando a Policlínica e Maternidade Arnaldo Marques, localizada em Recife. CORREIA, Raphael Henrique Roma. *Presos em nome da ordem: prisões preventivas e a suposta solução à subversão pernambucana em 1964*, 2017, 143f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2017, p. 88; p. 125. <<https://rblh.fiocruz.br/pclh-policlinica-e-maternidade-professor-arnaldo-marques>>, acessado em 18 dez. 2019.

<sup>235</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0007493-1980. Informe confidencial nº 180, de 28 de agosto 1979.

<sup>236</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*: 50ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

o desenraizamento de referências que serviram de base para a identidade pessoal e política dos sujeitos, a interrupção de carreiras, as violências físicas e psicológicas, a ampliação de horizontes, as descobertas socioculturais e o contato com outras trajetórias de vida<sup>237</sup>.

Durante o evento ficou aprovado entre os presentes que, quando Paulo Freire retornasse a Pernambuco, os estudantes e docentes deveriam ter um posicionamento de maior participação durante as aulas, ao repudiarem o posicionamento bancário tão criticado pelo educador. Outra solicitação foi que, depois do reencontro, a Adufepe fizesse uma nota de apoio aos presos políticos<sup>238</sup>. Esses debates expressaram a cooperação entre os acadêmicos e estiverem em sintonia com as discussões e lutas em todo o país em defesa dos exilados e presos políticos, que ganharam visibilidade na opinião pública.

O retorno de Paulo Freire, após 15 anos de exílio, repercutiu na imprensa e lhe rendeu uma homenagem organizada pela comunidade acadêmica e por outros segmentos sociais: Adufepe, Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (Apenope), Sindicato dos Professores de Pernambuco, DCE/UFPE, DCE/Unicap, Setor Jovem do MDB, Diretório Regional do MDB, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)<sup>239</sup>, Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) e CBA/PE. O professor e pesquisador foi convidado a participar de um debate no dia 4 de setembro, no Centro de Educação da UFPE, instituição onde lecionou<sup>240</sup>.

Nessa data, Paulo Freire realizou um diálogo com a participação de mais de 1.000 alunos, agradeceu a homenagem e compartilhou a saudade do país e a sua experiência de vida no exílio do ponto de vista sociocultural, não adentrando no seu trabalho desenvolvido na África e nem no livro *Pedagogia do Oprimido*, sob a alegação de que naquele momento se sentia “incapacitado” para tal, mas apresentando-se disponível para outro momento de data indefinida<sup>241</sup>.

Segundo os agentes da DSI/MEC, em 13 de dezembro de 1984, o reitor George Browne concedeu a Paulo Freire o título de Professor Emérito e o convidou a reintegrar

---

<sup>237</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1999, p. 299.

<sup>238</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0007493-1980. Informe confidencial nº 180, de 28 de agosto 1979.

<sup>239</sup> Organização não governamental e sem fins lucrativos fundada em 1961, sediada no Rio de Janeiro. Nos anos 1960 o seu trabalho baseou-se no cooperativismo e associativismo, cujas ações foram redefinidas com o golpe de 1964. Nas décadas de 1970/80 teve como bandeiras a luta contra as desigualdades socioeconômicas, o trabalho infantil e a carestia, participando ativamente das campanhas pela anistia política e pelas Diretas Já. <<https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>>, acessado em 17 abr. 2020.

<sup>240</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 29/08/1979, Educação, p. 8.

<sup>241</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/09/1979, Local, p. 9.



o corpo docente da instituição<sup>242</sup>. O fato ocorreu em uma conjuntura de crise da ditadura, com a pressão social pela redemocratização da universidade, após muitas lutas da comunidade acadêmica para que houvesse essa reparação, perante grandes debates na UFPE sobre as liberdades democráticas, como: anistia política e eleições diretas para cargos estratégicos na instituição e para presidente da República.

A partir da documentação, verificamos que a realização de eventos acadêmicos de cunho político por professores e alunos foi mais uma atividade de cooperação entre eles. Em 29 de agosto de 1980, foi realizada uma reunião no auditório do DCE/UFPE, para se comemorar o 10º aniversário da morte de Leon Trotsky. Participaram, aproximadamente, 59 pessoas do evento, entre as quais, os agentes do SNI conseguiriam identificar: Antônio Carlos Pavão, Ana Maria da Hora, Paulo Sérgio de Barros Freire, Pedro Luiz de Orange Lins da Fonseca e Silva e Sandra Maria Orange. Antônio Pavão (já citado em caso anterior), professor da UFPE ligado à CS, atuou como coordenador dos trabalhos do encontro. Enquanto os demais eram estudantes secundaristas, expressando a articulação entre os movimentos universitário e secundarista na militância política.

Nesse dia, foram ouvidos vários oradores, mas seus nomes não foram mencionados. Eles sintetizaram os artigos publicados no periódico *O Trabalho*, que dedicou uma edição especial a esse líder político e intelectual europeu. Ademais, foi analisada a situação da Polônia, resultando no surgimento do Comitê Paritário pela reorganização da IV Internacional.

De acordo com os agentes de segurança e informação, o referido comitê estaria congregando as grandes forças do trotskismo no mundo e “[...] no BRASIL, a CS apoia o COMITÊ PARITÁRIO nas lutas contra a ‘ditadura’, através do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), no qual a classe operária enfrenta a burguesia, formando assim um partido sem patrão”<sup>243</sup>. Dessa forma, o evento foi finalizado com os participantes cantando o hino *A Internacional*, impresso em um panfleto distribuído no espaço, sendo a marcante presença de organizações de esquerda no movimento estudantil, que funcionou como uma espécie de guarda-chuva para eles<sup>244</sup>.

Por outro lado, as relações entre professores e alunos na UFPE não foram apenas de cooperação, havendo tensões e conflitos entre eles. Foi o que registraram os agentes

---

<sup>242</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0472311-1985. Informe confidencial nº 197, de 20 de abril de 1984.

<sup>243</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0012701-1980. Informação confidencial nº [sic], de 02/09/1980.

<sup>244</sup> KAREPOVS; LEAL, 2007, *Op. cit.*, p. 181.

de segurança do Departamento de Polícia Federal de Pernambuco (DPF/PE), por meio de um informe, cujo assunto foi “Situação geral do movimento estudantil em Pernambuco – Setembro/81”<sup>245</sup>. O documento foi um detalhado levantamento de informações sobre as atividades políticas discentes desenvolvidas em setembro de 1981, nas três principais universidades locais: UFPE, UFRPE e Unicap, recebendo maior vigilância a UFPE.

Entre os fatos registrados pelos agentes de informação, destacamos a greve dos estudantes de Geologia dessa universidade, iniciada em 27 de agosto de 1981. A paralisação esteve associada ao fato de a Comissão de Inquérito da universidade pedir o afastamento dos discentes José Gomes Bandeira e Hélio de Melo e Silva por 60 dias, período que implicaria na perda do semestre letivo para eles. Dessa forma, estaria seria uma punição *a priori*, antes mesmo de se obter apuração da investigação<sup>246</sup>.

O pedido de punição foi decorrente da solicitação dos docentes Pedro Gomes de Melo, responsável pelas disciplinas Fotogeologia e Desenho Geológico e Benjamin Bley, ministrante da cadeira Geologia do Brasil II. Ambos alegaram que os referidos graduandos estavam provocando problemas nas aulas, ameaçando-os, inclusive, de morte. Por isso, recusaram-se a continuar lecionando enquanto os referidos alunos estivessem presentes em sala.

Nessa situação, os alunos de Geologia, liderados por membros do DA, paralisaram as atividades em solidariedade aos companheiros de curso: situação estendida por muitos dias. Isso gerou um clima de tensão e embates no campo universitário, ao atrair a vigilância da polícia e influenciar as relações conflituosas entre alunos, docentes e George Browne do Rego, professor da área de Direito, membro do Conselho Universitário, Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos e futuro reitor da UFPE (1983-1987)<sup>247</sup>.

Perante o cenário de uma greve estudantil com duração de mais de quinze dias, em 15 de setembro de 1981, as Câmaras de Graduação, Admissão e Ensino Básico da universidade, durante uma reunião presidida por George Browne, decidiram suspender, temporariamente, as aulas das disciplinas ministradas por Pedro Gomes de Melo e Benjamin Bley, até a apuração das denúncias realizadas por eles. Todavia, o pró-reitor “[...] disse que espera a compreensão dos alunos no sentido que a greve seja suspensa,

---

<sup>245</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 331, de 30/09/1981.

<sup>246</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/09/1981, Geral, p. A-10.

<sup>247</sup> <<http://ufpe.trix.rocks/principal/ex-reitor-george-browne-recebe-titulo-de-professor-emerito-no-dia-3-t18y2rcx>>, acessado em 14 out. 2017. As informações sobre esse funcionário público foram extraídas dessa matéria, que foi publicada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFPE, em 26 abr. 2016.

sobretudo porque, com essa decisão, quem não comparecer as aulas levará falta”<sup>248</sup>. Expressando, assim, a possibilidade de uma medida coercitiva, em caso de continuidade da greve e, despertando possivelmente, o sentimento de medo entre os alunos diante dos seus discursos ameaçadores.

Anteriormente, George Browne também cooperou com os seus companheiros de ofício Pedro Gomes de Melo e Benjamin Bley, buscando com simbolismo dos seus discursos deslegitimar a resistência estudantil, ao defender que:

[...] deve ficar bem claro que não existe falta de professores no Curso de Geologia. O que existe é a recusa de dois professores de continuarem dando aulas caso permaneçam em classe dois alunos que os ameaçaram de morte porque queriam obter nota acima do merecido. Esses alunos estão há mais de 11 anos cursando Geologia e até hoje não chegaram à metade do curso <sup>249</sup>.

Ao levarmos em consideração o lugar de produção e enunciação dos discursos de George Browne, problematizamos que eles possivelmente tiveram um efeito de verdade em uma parcela significativa da sociedade. Isso tendo em vista o cargo exercido por ele na universidade e pelo formato das críticas tecidas ao movimento estudantil da UFPE, publicadas em um jornal de grande circulação e visibilidade.

Ressaltamos que a greve dos estudantes de Geologia foi contínua, longa e atraiu a vigilância dos agentes de informação do DOPS/PE. Durante o monitoramento desse cenário, identificou-se que, no dia 22 de setembro de 1981, os discentes reuniram-se em assembleia para avaliar o movimento grevista. Foi estabelecido que no dia 7 de outubro deveria haver alguma mobilização em defesa de melhorias para o curso<sup>250</sup>.

Na pesquisa não obtivemos maiores informações sobre os desdobramentos dessa assembleia e o desfecho da paralisação estudantil. Não sabemos especificamente quando e como a greve foi finalizada, mas constatamos que ela interferiu no calendário letivo. Por decisão das Câmaras de Graduação, Admissão e Ensino Básico da universidade, as atividades acadêmicas foram prorrogadas até o dia 9 de janeiro de 1982<sup>251</sup>.

Esse cenário de lutas também foi marcado por mais duas greves concomitantes na UFPE: a dos professores universitários e dos estudantes de Odontologia, que reivindicaram diversas questões, como: melhorias nas condições de ensino e pesquisa.

---

<sup>248</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 16/09/1981, Geral, p. A-7.

<sup>249</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/09/1981, Geral, p. A-10.

<sup>250</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 331, de 30/09/1981.

<sup>251</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 03/12/1981, Geral, p. A-11.

Essas paralisações foram estratégias de resistências, repercutindo significativamente na mídia jornalística e atraindo a vigilância dos agentes de segurança e informação<sup>252</sup>. Daí a relevância de descortinarmos como eles estiveram infiltrados na universidade.

#### **2.4 A infiltração dos agentes de segurança e informação no *campus*.**

Os agentes de segurança e informação estiveram infiltrados na universidade durante ações em defesa da ordem política e social, ao combaterem ideias e práticas associadas à subversão, ao terrorismo e ao comunismo. De acordo com a historiadora Mariana Joffily, isso ocorreu de diferentes formas, pois:

Os métodos de vigilância, detenção e obtenção de informações não eram convencionais. Os trabalhos normalmente se dividiam em tarefas de busca e captura de militantes políticos, interrogatório dos detidos e análise das informações coletadas. Os agentes não utilizavam farda ou carros oficiais, mesmo os militares eram instruídos a deixar de lado os elementos distintivos que os caracterizavam. Lançavam mão de disfarces variados, normalmente de funcionários de serviços públicos, como telefonia, recolhimento de lixo, saneamento básico ou manutenção da rede elétrica. Operavam frequentemente além da fronteira da legalidade, desrespeitando a legalidade da legislação autoritária erigida pelo próprio regime. Importa dizer que os métodos violentos nunca foram abertos e publicamente defendidos pela hierarquia militar, mas empregados de forma ampla, com o aval e sob direção da alta cúpula<sup>253</sup>.

Os agentes desenvolveram práticas violentas, complexas e variadas: vigilância social, coleta, análise e disseminação de informações, interrogatórios e prisões, burlando a legislação ditatorial e infiltrando-se nos espaços públicos e privados disfarçados de funcionários públicos, como foi o caso da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

---

<sup>252</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

<sup>253</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 165.

BRPEAPEJE, XIX DPE, FCM, F. 10.03.76

**ASSI/CELPE**

P. 039-N

Nome TEREZA MARIA DANTAS VILAR

Codínome \_\_\_\_\_


Endereço Anteriores: Av. Alfredo Maia, 72 - Afogados-Recife

Filiação Manoel Dantas Vilar e Alice Dantas Vilar

Data de Nascimento 18 Jul 47 Naturalidade Taperoá-PB

Profissão Engenheira Cadastrado em 04.03.76

**IDEOLOGIA POLÍTICA:** Em 1967/68 - Foi Secretário do Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Pernambuco.  
 Em 1969 - Foi indiciada em inquérito, instaurado / pelo DOPS/SSP/PE que apurou atividades subversivas.  
 Em 1970 - Foi presa pelo DOPS/SSP/PE acusada de desenvolver atividades subversivas (pixamentos, panfletagem, comícios, etc) (Ver INFE 001/76-ASSI/CELPE, de 27.02.76 em seu dossier)  
 Atualmente trabalha nas CENTRAIS ELÉTRICAS DE SÃO PAULO-CESP. Vem mantendo contatos com presos políticos recolhidos na Penitenciária Prof. BARIETO CAMPELO-Itamaracá-PE. Durante os pixamentos realizados nesta Capital a VIDE VERSO



**Imagem 2** Ficha de ex-estudante da UFPE produzida pela ASSI/CELPE. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fichário da ASSI/CELPE.

A ficha registrada na imagem 2 é uma das 798 que compõe um fichário específico da ASSI/CELPE<sup>254</sup> sobre pessoas de segmentos sociais variados, inclusive, fora de Pernambuco. Ele foi organizado pelo DOPS/PE em ordem alfabética e serviu para monitoramento da sociedade. A estrutura física possibilitou um manuseio prático e rápidos pelos agentes e a identificação do indivíduo vigiado por meio de dados pessoais, como: endereço, filiação familiar, nome, codinome (era comum militantes perseguidos pela ditadura usarem pseudônimo enquanto estratégia de resistência), fotografia, profissão, número de prontuário desse departamento e data do cadastro.

Também foi importante na suspeição, vigilância, investigação, censura e repressão a construção de um histórico do indivíduo, sendo montado a partir dele, um perfil de sua “ideologia política”, um relevante item do documento para as ações dos militares. No caso de Teresa Maria Dantas Vilar, entre os anos de 1967 e 1970, a então estudante foi secretária do DA da UFPE (não foi especificado qual). Ela foi indiciada por cometer atividades nomeadas de subversivas e presa pela autoria de pichações, panfletagens, comícios, entre outras atividades que serviram como um mecanismo de mobilização social pelo retorno das liberdades democráticas.

A ficha dela foi elaborada em 4 de março de 1976, constando ainda que após ter sido demitida pela Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba), em 11 de julho de 1977,

<sup>254</sup> Esta foi uma Assessoria de Informação da Celpe que tinha o serviço especializado de fornecer dados de investigação, segundo explicação fornecida em 17 de abril de 2020, pela professora da UFRPE Marcília Gama da Silva, que pesquisou no mestrado e no doutorado sobre o DOPS/PE.

a engenheira trabalhou nas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). Mesmo à distância, em São Paulo, teria mantido contato com presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, localizada na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco. Esse tipo de contato foi visto pelos agentes de segurança como algo pernicioso e deveria ser combatido.

Nessa complexidade, a infiltração de militares também poderia ocorrer a partir da cooperação civis, conforme é possível verificar na carta a seguir. Ela foi escrita pela mãe de uma discente do curso de Medicina da UFPE e enviada em 4 de abril de 1973 à SSP/PE, seção do IV Exército:

O motivo que me levou a escrever à V. Ex.<sup>a</sup> foi o seguinte: Tenho uma filha estudando na U.F.P. na turma de Medicina. Ontem quando os alunos saíam da Universidade foram distribuídos entre eles, por pessoa da faculdade, boletins, como este que segue em anexo. Como não quero que futuramente minha filha seja influenciada pelas idéias [sic] aqui expostas, venho por meio desta, alertar as autoridades para o foco pernicioso que ali está se instalando. Além da parte moral que é péssima, há agora mais um antro de propagandista contra o regime. Caso continue assim, não sei o que será dessa juventude desavisada [sic]. Em casa, nós os pais devemos defendê-los desse tipo de gente. Porém no ambiente da universidade é impossível. O cunhado de meu irmão conseguiu pegar um dos panfletos e mostrou a minha mãe. Era altamente subversivo. Chamava o presidente Médice [sic] de assassino, falava contra o ensino pago nas universidades, contra a transamazônica, contra o custo de vida, contra os militares e contra os americanos [...] o folheto era violentíssimo. Aconselhei a minha mãe a mostrá-lo a um capitão do exército vizinho dela e ele achou fortíssimo. Temendo coisas piores pela frente para o nosso Estado e nossa cidade, é que preocupada resolvi comunicar o fato às autoridades competentes. Como se trata de documento sigiloso e perigoso, não posso revelar a minha identidade, mesmo fazendo com respeito à minha filha, pois poderá sofrer consequências funestas, caso descobrissem que ela é minha filha e eu o denunciarei<sup>255</sup>.

O lugar e o formato de produção do documento indicam a descrição da ação como um mecanismo de proteção familiar: ele não foi assinado e, ao ser enviado à delegacia, a escritora diminuiu a sua exposição perante os militares, pois “temendo coisas piores pela frente”, ressaltou que “trata-se de um documento sigiloso e perigoso, não posso revelar a minha identidade”. A fonte foi elaborada em um momento de anticomunismo na universidade e de medo do crescimento das atividades oposicionistas discentes, quando em 1973, após alguns anos, lançou-se uma chapa de esquerda durante as eleições para o DCE/UFPE.

Também constatamos o alcance da mentalidade de informações no tecido social, nos discursos da autora foram utilizados diversos termos e expressões idênticos aos que

<sup>255</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fundo nº 29222. Carta anônima. *Apud* SILVA, 2014, *Op. cit.*, p. 84.

encontramos em documentos produzidos pelos militares, como: “foco pernicioso”, “moral”, “antro de propagandista contra o governo”, “juventude desavisada”, “altamente subversivo” e “assassino”. Ao descrever o teor do folheto estudantil em cooperação com um capitão do exército, a mãe da estudante apontou o texto como “violentíssimo”.

À luz de Pierre Bourdieu, constatamos que essa senhora inseriu-se em um campo marcado por violência simbólica, entendida como um tipo de violência invisível, um elemento estruturado e estruturante de comunicação e de conhecimentos, um viabilizador de práticas políticas de imposição e dominação social durante as sutis relações de força e de cumplicidade entre os sujeitos, contribuindo para a “domesticação dos dominados”<sup>256</sup>.

Nesse caso, a cooperação espontânea da civil com os militares ocorreu tanto por meio de informações sobre o cotidiano da atuação do movimento estudantil, quanto pelo fornecimento de um boletim produzido por ele. Salientamos que esse material de viés político poderia ser utilizado posteriormente pela polícia como um instrumento de prova para criminalizar os estudantes envolvidos.

Na carta também constam algumas das principais bandeiras desse segmento social, como: o combate à ditadura, ao ensino pago nas universidades, à construção da Rodovia Federal Transamazônica, à influência política estadunidense no Brasil e ao alto custo de vida para a população, em face da situação econômica do país. Esses discursos foram criticados pela autora da carta, perante a sua adesão ao regime e, ao levarmos em consideração esse cenário, discutiremos de forma mais específica a adesão de alunos e empresários à ditadura, tendo como fio condutor das análises o Projeto Guararapes.

#### **2.4.1. Entre estudantes de direita, empresários e militares: o Projeto Guararapes.**

Nessa conjuntura, destacamos também que a infiltração dos militares foi institucionalizada por meio do Projeto Guararapes, lançado em setembro de 1975, com sede na Avenida Conde da Boa Vista, nº 1424, Boa Vista, centro da capital

---

<sup>256</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 11.

pernambucana<sup>257</sup>. Ele teve seu estatuto aprovado em 23 de março de 1976, tornando-se uma entidade civil devido ao rápido crescimento, pela significativa adesão social<sup>258</sup>.

Segundo os agentes do SNI de Recife, ele se constituiu como uma “[...] entidade civil de natureza cultural e cívica que tem como finalidade proporcionar aos estudantes universitários e secundaristas conhecimentos extracurriculares da realidade nacional, nos campos social, econômico e político”<sup>259</sup>. A partir desse discurso e da análise do conjunto documental pesquisado, problematizamos que esse projeto foi fruto da adesão ao regime por estudantes e professores universitários e secundaristas de direita, empresários e órgãos federais e estaduais de Pernambuco. Por que isso ocorreu, tendo em vista que, com a abertura política, a ditadura estava em crise?

O contexto foi de construção e difusão ideais nacionalistas, por meio de atividades educacionais e culturais enfocadas no mundo do trabalho. A escolha do nome Guararapes foi representativa, pois faz alusão às Batalhas dos Guararapes (1648 e 1649), símbolos históricos da resistência pernambucana contra o domínio holandês no Nordeste. De acordo com Leandro Patrício, ao longo dos séculos, sobretudo, na ditadura, esses fatos foram utilizados por intelectuais e instituições culturais locais para a construção da identidade nacional, destacando-se a ideia de “pernambucanidade”, cujo mito fundador foi a construção de memórias acerca dos fatos sob diferentes e complexas interfaces<sup>260</sup>.

Inicialmente, o projeto foi coordenado pelo acadêmico de Direito da FDR Sílvio Tavares, eleito na gestão do estudante Edson Maranhão (1974-1975), cujo cargo foi mantido por Nicodemos Teles de Pontes Filho, que assumiu a presidência do DCE/UFPE em 1975<sup>261</sup> e tornou-se professor efetivo da UFPE em 1976 e da UFRPE em 1977<sup>262</sup>.

<sup>257</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/07/1976, Local e Estadual, p. 11. 29/04/1976, Local e Estadual, p. 2, Seção Periscópio, de Edmundo Morais. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação confidencial nº 103, de 01/01/1983. Disponível em: <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81003126\_d0001de0001>, acessado em 22 jan. 2020

<sup>258</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 29/04/1976, Local e Estadual, p. 2, Seção Periscópio, de Edmundo Morais. 15/05/1976, Educação e Cultura, p. 2.

<sup>259</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação confidencial nº 103, de 01/01/1983. Disponível em: <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81003126\_d0001de0001>, acessado em 22 jan. 2020.

<sup>260</sup> SILVA, Leandro Patrício da. “*Pernambucanidade na sua expressão representativamente política*”: a fabricação da cultura política da pernambucanidade (1964-1988). Tese (Doutorado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2019.

<sup>261</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 26/10/1975, Reportagem, p. 82. Matéria Projeto completa currículo escolar.

<sup>262</sup> A sua trajetória profissional mescla-se com a história da UFPE, onde cursou a graduação em Ciências Biomédicas (1975), mestrado em Patologia (1994) e doutorado em Nutrição (2003), ocupando cargos relevantes e estratégicos: docente da graduação em Ciências Biomédicas (1976-2003), coordenador do mestrado em Patologia (2008-2011) e diretor do Centro de Ciências da Saúde. Atualmente, mesmo



A ocupação desse tipo de cargo educacional ocorreu em um período que não existiam muitos mestres e doutores no país e foi recorrente docentes serem incorporados como funcionários nas universidades públicas brasileiras a partir de relações políticas e pessoais, porque os concursos públicos só se tornaram obrigatórios com a Constituição de 1988. Entretanto, não sabemos informar como Nicodemos Filho ingressou nessas instituições. Além disso, destacamos que em 1975, o DCE/UFPE estava sob a liderança de universitários de direita e alinhado à reitoria e à ditadura. Segundo o *Diário de Pernambuco*, o Projeto Guararapes foi:

[...] fruto do idealismo de jovens alunos da Universidade Federal de Pernambuco, e que tem como principal objetivo integrar a juventude com a realidade nacional e, mais precisamente, com a problemática regional. A ideia de se criar o movimento que propiciaria visitas às indústrias e excursões de caráter prático e objetivo aos universitários surgiu dos bate-papos realizados no Diretório Central dos Estudantes, nos quais os estudantes sempre tentavam encontrar a melhor maneira de ampliar seus conhecimentos, verificando na prática o que se aprende teoricamente nas faculdades<sup>263</sup>.

O discurso do jornal buscou desnaturalizar o cunho político da atividade, associando-a ao idealismo juvenil, à conexão com conjuntura educacional e econômica nacional e regional dos governos e à espontaneidade das conversas dos integrantes do DCE/UFPE, apresentados como contínuos interessados em promover melhorias acadêmicas. Para reforçar a importância do projeto, o título da matéria foi “Projeto completa currículo escolar”, denotando a incapacidade de a universidade sozinha formar os universitários de forma mais adequada, em face dos desafios de se operacionalizar as relações entre teoria e prática.

Ao analisarmos a sua formatação, acreditamos que o Projeto Guararapes foi baseado na Pedagogia Tecnicista, difundida ao longo da ditadura nos ensinos primário, secundário e superior. Segundo Dermeval Saviani, essa abordagem educacional foi incorporada em uma lógica capitalista na legislação educacional brasileira, sem uma reflexão política crítica e contestatória sobre os agentes educacionais (professores e alunos) e a sociedade. Ela foi baseada em princípios como produtividade, eficiência, racionalidade e neutralidade científica, objetivando o máximo de resultados a partir de

---

aposentado da UFPE desde 2003, é professor dos Programas de Pós-Graduação em Patologia e Biologia Aplicada à Saúde. <<http://lattes.cnpq.br/3688698316336628>>, acessado em 01 mar. 2020.

<sup>263</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 26/10/1975, Reportagem, p. 82. Matéria “Projeto completa currículo escolar”.

um mínimo dispêndio e valorizando a reorganização das instituições educacionais pela burocratização e penetração do capital privado<sup>264</sup>.

Além disso, verificamos na pesquisa que o *Diario de Pernambuco* foi um apoiador desse projeto, com a publicação de diversas matérias com discursos positivos sobre as suas atividades, parcerias e resultados. Foi o caso do *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária*, promovido por entidades representativas estudantis e realizado em 1975. Segundo agentes do IV Exército, a divulgação do evento recebeu o apoio desse periódico, do *Jornal do Commercio*, da *Rádio Olinda* e da *Rádio Repórter*, na medida em que:

Notas oficiais do DCE foram entregues e levadas ao ar pelas RÁDIO OLINDA e RÁDIO REPÓRTER convidando os estudantes a se inscreverem no IV CICLO DE ESTUDOS. [...] – O JORNAL DO COMÉRCIO [sic] e o DIÁRIO DE PERNAMBUCO [sic] noticiaram a realização do CICLO DE ESTUDOS. **Destacamos o D.P. pelo apoio constante que prestou em várias oportunidades, oferecendo aos seus leitores um resumo dos temas abordados [...]**<sup>265</sup>.

O fato simbolizou uma significativa adesão das imprensas escrita e falada locais para mobilizar a participação estudantil. Chamou-nos a atenção o destaque dado pelos militares ao contínuo apoio recebido pelo *Diario de Pernambuco*, veículo que, conforme constatamos na pesquisa e analisamos ao longo da tese, teve um posicionamento prevaiente de adesão à ditadura em suas linhas editoriais, entre 1973 e 1985. De acordo com os agentes do IV Exército, o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária* teve três objetivos principais:

- a. Forjar uma consciência voltada para o bem comum transmitindo às gerações, conhecimentos indispensáveis sobre o desenvolvimento do nosso País.
- b. Apresentar a um agrupamento humano selecionado, um consenso da evolução dos principais conceitos e idéia [sic] que envolvem a comunidade contemporânea.
- c. Proporcionar o contato entre estudantes e conferencistas ilustres, vinculados ao Movimento de Março de 1964, a oportunidade de transmitir realizações que os Governos Revolucionários estão realizando<sup>266</sup>.

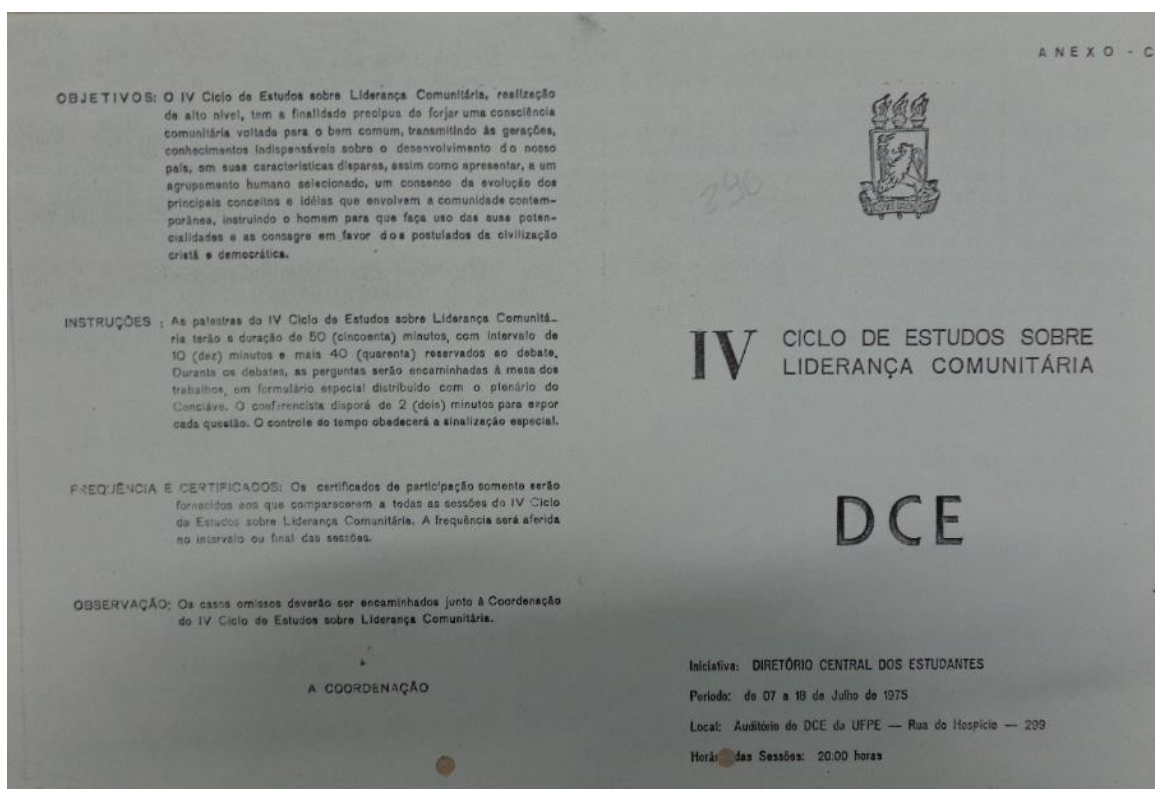
<sup>264</sup> SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas/SP: Autores Associados, 2008, pp. 9-13. SAVIANI, 2001, *Op. cit.*, p. 297.

<sup>265</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975. (grifos nossos).

<sup>266</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.

Eles estão em sintonia com a ditadura, ao lograrem potencializar o nacionalismo, narrar sob perspectiva militar o cenário político e social vigente e difundir as ações governamentais para os acadêmicos a partir de um simbólico lugar de enunciação dos seus discursos: conhecidos intelectuais apoiadores do regime, logrando legitimidade para o evento. Tudo isso direcionado aos estudantes, para que aderissem aos ideais do regime, tendo em vista ser um público estratégico, pelo poder de mobilização social.

O *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária* contou com a cooperação discente de direita em sua organização e divulgação, na medida em que os estudantes de oposição se recusariam a participar. O DCE/UFPE imprimiu e afixou cerca de 80 cartazes em várias faculdades, institutos e DAs e os participantes foram escolhidos estrategicamente, devido ao pré-requisito de apoiarem o golpe de 1964.



**Imagem 3** Frente do folder estudantil sobre o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária*, 1975. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

Os agentes do SNI de Recife coletaram um cartaz e um folder do evento. No folder (imagem 3), conhecemos alguns elementos do trabalho arquivístico dos militares: furos para o seu armazenamento e identificação documental como Anexo C, para a difusão e o conhecimento da agência central desse órgão. Constatamos que, a logomarca da universidade permanece a mesma e que o evento foi realizado em entre os dias 7 e 18 de

julho de 1975, com sessões às 20:00h, no auditório da sede do DCE/UFPE, localizado na Rua do Hospício, nº 299, centro do Recife.

A longa duração do evento - mais de duas semanas - denotou a sua relevância, a diversidade de temas a serem debatidos e coincidiu estrategicamente com o período de férias dos alunos da UFPE, UFRPE, Unicap, FESP e faculdades isoladas, para uma maior adesão discente<sup>267</sup>. No documento também foram apresentados os objetivos do Ciclo, instruções burocráticas a serem seguidas durante a sua realização e como a frequência deles seria controlada: para o recebimento do certificado deveria haver uma presença de 100%. Esse alto percentual expressou o quanto a presença discente foi valorizada.

De acordo com agentes do IV Exército, as inscrições custaram Cr\$10,00<sup>268</sup>, 299 alunos de todas as instituições superiores de ensino estiveram presentes, lotando todas as vagas disponíveis no auditório da UFPE e alguns professores “mais chegados ao D.C.E.” assistiram as conferências<sup>269</sup>. Essas informações expressaram a grande adesão e o entusiasmo da comunidade acadêmica com o evento.

---

<sup>267</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 01/07/1975, Educação, p. 7.

<sup>268</sup> Equivalente a R\$ 0,36, segundo o conversor de moedas <[https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=27000000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=27000000)>, acessado em 19 set. 2020

<sup>269</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.

TEMÁRIO	
<p>Segunda-Feira - 07/07 - A FORMAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL</p> <p>Conferencista: Dr. DIVALDO SURUAGY - Governador do Estado das Alagoas.</p>	<p>Segunda-Feira - 14/07 - A EVOLUÇÃO DA U. F. PE. Reforma Administrativa</p> <p>Conferencista: Prof. MARCIONÍLIO DE BARROS LINS Magnífico Reitor da U.F.PE.</p>
<p>Terça-Feira - 08/07 - A CRISE ATUAL DOS DIREITOS HUMANOS; A nossa Ordem Humana. A superação das Ideologias</p> <p>Conferencista: Prof. ADOLFO CRIPPA - U. S. P.</p>	<p>Terça-Feira - 15/07 - O ENSINO DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS NO NORDESTE</p> <p>Conferencista: Prof. HUMBERTO CARNEIRO Magnífico Reitor da U.F.R.PE.</p>
<p>Quarta-Feira - 09/07 - UNIVERSIDADE E SUAS DIFERENTES FUNÇÕES</p> <p>Conferencista: Prof. PAULO MACIEL - Pró-Reitor para Assuntos Regionais e I. Científico.</p>	<p>Quarta-Feira - 16/07 - SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO A Segurança Nacional e Desenvolvimento-Conceitos</p> <p>Conferencista: Coronel GABRIEL DUARTE Diretor do Colégio Militar do Recife</p>
<p>Quinta-Feira - 10/07 - A SUDENE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO NORDESTE</p> <p>Conferencista: Dr. JOSÉ LINS DE ALBUQUERQUE Superintendente da Sudene.</p>	<p>Quinta-Feira - <sup>16</sup>/<del>17</del>/07 - ENERGIA ELÉTRICA COMO FATOR DE PROGRESSO</p> <p>Conferencista: Dr. CEZAR CALS</p>
<p>Sexta-Feira - 11/07 - JUVENTUDE E DESENVOLVIMENTO</p> <p>Conferencista: Dr. TÚLIO BRANDÃO DE MATOS Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - F.I.E.PE.</p>	<p>Sexta-Feira - 18/07 - <sup>17</sup> NÃO FOI REALIZADA <i>ed</i> JUVENTUDE E POLÍTICA Política Nacional de Ensino Superior</p> <p>Conferencista: Senador JARBAS G. PASSARINHO</p>

**Imagem 4** Verso do folder estudantil sobre o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária*, 1975. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

A programação descrita no verso do folder (imagem 4) registrou uma variedade de temas inseridos no enfoque do Projeto Guararapes: formação política, as funções da universidade, desenvolvimento econômico do Nordeste, juventude, educação, ensino, segurança e progresso do país. O documento registrou que os conferencistas foram lideranças de prestigiadas instituições: UFPE, UFRPE, USP, Federação de Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Sudene, Eletrobrás, Colégio Militar do Recife, Senado e governo de Alagoas. A estrutura organizacional denotou ao evento um cunho de grandiosidade, prestígio político e acadêmico e complexidade logística e financeira, daí o seu atrativo para o público.

Entre os conferencistas, destacamos Paulo Maciel, pró-reitor para Assuntos Regionais e Intercâmbio Científico da UFPE e futuro reitor (1975-1979); Marcionílio de Barros Lins, reitor da UFPE; Humberto Carneiro, reitor da UFRPE; Túlio Brandão de Matos, presidente da Fiepe; Cezar Cals de Oliveira Filho, militar, engenheiro elétrico,

diretor de coordenação Eletrobrás e ex-governador do Ceará (1967-1971)<sup>270</sup>; Jarbas Gonçalves Passarinho, militar, ex-ministro da Educação (1969-1974) e senador pela Arena/PA<sup>271</sup>; e do coronel Gabriel Duarte, diretor do Colégio Militar do Recife.

Essas participações expressam o declarado apoio de reitores, empresários e militares ao evento, e, por conseguinte, ao Projeto Guararapes. Nesse cenário, ressaltamos a cooperação do *Diário de Pernambuco*, com a publicação de diversas matérias sobre o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária* antes e durante a sua realização<sup>272</sup>. Entre elas, nos chamou a atenção a divulgação da participação do pró-reitor Paulo Maciel no dia 9 de julho, na *Coluna do João Alberto*<sup>273</sup>, prestigiada coluna social ainda vigente, sendo um dos registros sobre as relações entre o periódico e lideranças da UFPE.

Ainda quanto à imagem 4, o texto “NÃO FOI REALIZADA” ao lado de uma rubrica e da programação do dia 18 de julho, é um indício da vigilância dos agentes de segurança e informação, ao destacarem o cancelamento da participação do senador Jarbas Passarinho. Segundo militares do IV Exército, o tema “Juventude e política” era o mais palpitante e o grande atrativo do evento estava sob a incumbência desse político. Ao analisarem essa ausência, eles associaram-na à:

[...] falta de ligação de nossa área, no momento oportuno. Hoje, sabe-se que inicialmente, a protelação era decorrente do estado de saúde de sua genitora, mas depois foi devido a informes que os incidentes havidos em SÃO PAULO, poderiam se repetir. [...] As condições existentes em RECIFE eram e são totalmente diferentes, tendo o Senador perdido uma excelente oportunidade de recuperar a sua imagem no meio estudantil<sup>274</sup>.

Portanto, diante do aumento da oposição à ditadura, Jarbas Passarinho criou a estratégia de resistência para evitar um provável conflito com o movimento estudantil pernambucano, tendo em vista o desgaste de sua imagem pública nos últimos anos, sendo um dos fatores das críticas a sua defesa do ensino pago. Todavia, os militares locais

<sup>270</sup> <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cesar-cals-de-oliveira-filho>>, acessado em 23 jan. 2020.

<sup>271</sup> <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>>, acessado em 23 jan. 2020.

<sup>272</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 09/07/1975, Feminino e Sociedade, Coluna do João Alberto.

<sup>273</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 01/07/1975, Educação, p. 7. 05/07/1975, Educação, p. 6. 08/07/1975, Local e Estadual, p. 3. 09/07/1975, Feminino e Sociedade, p. 7. 12/07/1975, Educação e Cultura, p. 6.

<sup>274</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.

acreditaram que o cenário era favorável para a sua vinda, devido à significativa adesão de alunos de direita ao regime.

Ao desnaturalizarmos o discurso do referido documento com base em outras fontes investigadas e na historiadora Maria Paula Araújo, destacamos que o movimento estudantil não foi um bloco homogêneo e nem passivo, havendo sim, a possibilidade de o senador ser criticado pelos discentes; daí a sua atitude. Isso porque, nesse período, o movimento estudantil empenhou-se bastante na luta pela reconstrução das suas entidades (centros e diretórios acadêmicos, entidades estaduais e UNE) e em defesa do retorno à democracia, incentivando a ação política dos discentes<sup>275</sup>.

Além da produção de um relatório sobre o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária* e da coleta e difusão dos documentos produzidos pelos membros do DCE/UFPE, os militares lograram exercer um controle social por meio das fotografias. A imagem a seguir é um registro de que, mesmo tratando-se de um evento em defesa dos ideais da ditadura, os militares infiltraram-se nele, vigiando-o e espionando-o.



**Imagem 5** Fotografias da conferência do reitor da UFPE, Marcionilo de Barros Lins, durante o *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária*, em 1975, na sede do DCE/UFPE. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

<sup>275</sup> ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 167. ARAÚJO, Maria Paula. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 336-337.

Os agentes de segurança e informação fotografaram os ouvintes e os conferencistas do evento, que contou com grande número de participantes, como foi o caso do dia 14 de julho de 1975, quando o reitor da UFPE, Marcionilo Lins, proferiu a sua fala sobre a “Evolução da UFPE – Reforma Administrativa”. Dessa maneira, o poder panóptico foi exercido para tentar controlar tanto aqueles que lutaram contra a ditadura, quanto aqueles que apoiaram o regime. Ao final do evento que tratou nessa data sobre a estrutura de funcionamento universitária, os militares avaliaram-no, buscando identificar os resultados obtidos, constatando que ele:

- a. Despertou um maior interesse pelos problemas brasileiros, especialmente os do Nordeste.
- b. Divulgação do PROJETO GUARARAPES e seu programa de visitas, aumentando grandemente o número de inscrições. (Anexo ‘D’).
- c. Possibilitou ao estudante tomar boa parte ativa nas atividades do D.C.E.
- d. Melhor relacionamento entre a Federação das Indústrias e representantes estudantis.
- e. Integração dos Universitários entre si e possibilidades de forjar novas lideranças<sup>276</sup>.

Verificamos o quanto a realização do evento foi estratégica para buscar legitimar e consolidar o projeto ditatorial, potencializar o interesse dos estudantes por temáticas relevantes para o Estado, divulgar o Projeto Guararapes, ampliar o quantitativo dos seus integrantes em pouco tempo, disseminar as atividades do DCE/UFPE, cujas lideranças estavam alinhadas à reitoria e à ditadura; fortalecer as relações entre empresários e universitários e promover a integração discente, para a formação de novos militantes.

Com encerramento do *IV Ciclo de Estudos Sobre Liderança Comunitária*, os agentes do IV Exército concluíram que a atividade foi eficaz para divulgar os programas e realizações governamentais para um público estratégico, cuja participação de alguns conferencistas foi importante nesse processo. Também verificaram que “a liderança democrática” se constituiu enquanto maioria no campo universitário, “necessitando apenas de estímulo e apoio”<sup>277</sup>. Na perspectiva dos militares, em 1975, predominou entre os estudantes da UFPE a adesão à ditadura, em que a reitoria em cooperação com

<sup>276</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.

<sup>277</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.



empresários, alunos de direita e membros da imprensa lograram potencializar essa adesão, por meio de ações como o referido evento e o Projeto Guararapes.

Segundo os agentes de segurança, “[...] a colaboração [da imprensa] se tornou mais efetiva e valiosa quando surgiu um colaborador espontâneo e bem posicionado no jornal”<sup>278</sup>, indicando relações identitárias entre projetos políticos de representantes da grande imprensa em Pernambuco e de militares.

Ainda quanto ao Projeto Guararapes, antes mesmo do seu lançamento, foram desenvolvidas diversas atividades. Ao vigiarem essas ações, os agentes do IV Exército produziram um relatório especial de informações em 29 de setembro de 1975, que foi difundido para órgãos das esferas estadual e federal, constando em seus anexos recortes de reportagens do *Diário de Pernambuco*, lista dos coordenadores do projeto, normas de inscrição, programas de visitas e organograma dos DAs da UFPE<sup>279</sup>.

**TABELA 4 - VISITAS DO PROJETO GUARARAPES (10/06/1975-19/09/1975)**

DATA	LOCAL VISITADO	COORDENADOR	TRANSPORTE
10/06/1975	Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte	Professor Antônio Barreto Campello	Ônibus CTU
05/07/1975	Cia de Tecidos Paulistas (Paulista/PE)	Eduardo Barreto Campello	Ônibus CTU
10/07/1975	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo) – Cabo de Santo Agostinho/PE	Sílvio Tavares de Amorim	Ônibus CTU
05/09/1975	Estação Experimental de Cana-de-Açúcar e Indústria Química Salgemas (Maceió/AL)	Zélio Furtado da Silva	Ônibus CTU
10/09/1975	Microlite S/A. (Jaboatão dos Guararapes/PE)	Sílvio Tavares de Amorim	Ônibus CTU

<sup>278</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 05-E/2-75. Documento sigiloso, originário do IV Exército e produzido em 23 de setembro de 1975.

<sup>279</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Documento confidencial, originário do IV Exército, produzido em 23 de setembro de 1975 e difundido para SNI/ ARE, II COMAR, DPF/PE e SSP/PE.

19/09/1975	ASA (Alumínio S/A) Brahma	Pró-reitor Barros Zenóbio	Djair Lima	UFRPE
<b>TOTAL</b>	Aproximadamente 200 estudantes, sendo uma média de 35 por ônibus. <b>Observação:</b> outras visitas podem ter acontecido nesse período.			

Fonte: Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Adaptado com complemento de informações.

A Tabela 4 registrou uma diversidade de espaços visitados em um intervalo de tempo relativamente curto, sendo dois públicos (Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte e Coperbo<sup>280</sup>) e quatro privados, expressando a significativa adesão empresarial. A maioria das atividades iniciais concentrou-se na região metropolitana do Recife, havendo visitas para o Rio Grande do Norte e Alagoas, com ênfase no mundo do trabalho. Em Maceió, os discentes foram assistidos pelo governador Divaldo Suruagy, quando conheceram a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar e a Indústria Química Salgemas, fato simbólico para representar o prestígio e a amplitude da adesão do projeto<sup>281</sup>.

Cinco dessas seis ações foram financiadas pela Companhia de Transporte Urbano (CTU), órgão municipal da capital pernambucana responsável pelo sistema de transporte público de passageiros durante os anos 1970<sup>282</sup>. Dessa forma, problematizamos que as visitas do Projeto Guararapes organizadas pelo DCE/UFPE receberam o apoio do poder público municipal e militar, pois o coronel José de Albuquerque, presidente da CTU, forneceu o transporte gratuitamente. Túlio Brandão de Matos, presidente da Fiepe, serviu como ele de ligação entre as empresas<sup>283</sup>.

O apoio logístico da UFRPE indicou como rapidamente o Projeto Guararapes se expandiu para outras universidades, em que destacamos o papel de Djair Barros Lima nesse processo. Nesse sentido, Paulo Maciel, reitor da UFPE, escreveu um ofício para o reitor da UFRPE Humberto Carneiro, para solicitar a cooperação desse funcionário:

<sup>280</sup> A empresa foi criada em 1965 e privatizada em 1982. Em 1996, foi renomeada de Petroflex, sendo adquirida em 2008, pela LANXESS. <<http://lanxess.com.br/pt/products-solutions-brazil/segments-brazil/arlanceo/cabo-de-santo-agostinho/fatos-e-curiosidades/>>, acessado em 30 jan. 2020.

<sup>281</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 06-E/2. Anexo A reportagem *DCE registra 150 alunos no programa de visitas a centro de desenvolvimento*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

<sup>282</sup> Em 1980, o Estado ficou delegado da gestão do transporte público, por meio da Empresa Metropolitana de Transportes Públicos (EMTU). <<https://www.recife.pe.gov.br/pr/servicospublicos/cttu/historico.php>>, acessado em 30 jan. 2020.

<sup>283</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 06-E/2. Anexo A reportagem *DCE registra 150 alunos no programa de visitas a centro de desenvolvimento*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Magnificência para solicitar mais uma colaboração. Nas reuniões de Pró-Reitores, Assessores e Diretores que vêm sendo processadas às sextas-feiras, ficou comprovada a falta de informação da maioria dos titulares, relativamente à representatividade estudantil. Acertou-se, então, um convite ao Professor Djair Barros Lima, Pró-Reitor dessa Universidade e reconhecido especialista no assunto, para falar sobre a matéria. É essa colaboração, que é pessoal, mas também, dessa co-irmã [sic] que ora solicito. Na oportunidade, apresento a Vossa Magnificência, meus protestos de consideração e apreço<sup>284</sup>.

O convite registrou o quanto o trabalho de Djair Lima na infiltração, espionagem e vigilância estudantil foi eficaz. Ele foi interventor da UEP, professor da FCE, chefe da ASI/UFPE, chefe de gabinete da reitoria da UFPE e pró-reitor da UFRPE e essa trajetória simbolizou como a adesão à ditadura foi um instrumento de rápida ascensão política e acadêmica. No excerto do documento verificamos uma contínua ação de cooperação política entre a UFPE e a UFRPE, as duas principais universidades pernambucanas, que estavam localizadas em bairros próximos do Recife, contribuindo para essa relação interlocutora profícua. Nessa conjuntura, a fonte expressou o quanto essas relações foram marcadas por aspectos pessoais, colaborativos e de “coirmandade”.

Quanto aos organizadores das visitas, a participação de Djair Barros Lima expressou o seu cunho potencializador para mobilização discente. A presença do professor Antônio Barreto Campello<sup>285</sup>, dos alunos da FDR Sílvio Tavares de Amorim<sup>286</sup> e Zélio Furtado da Silva<sup>287</sup> e do bacharel em Direito/FDR Eduardo Barreto Campello<sup>288</sup> representou a participação das classes docente e estudantil no projeto, com destaque para a sua adesão por membros da faculdade. Ao investigarmos a trajetória desses sujeitos, constatamos que, ao longo da ditadura e após o regime, eles ocuparam cargos políticos e profissionais relevantes e estratégicos.

<sup>284</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 06-E/2. Anexo C ofício nº 5023, de 13 de novembro de 1975.

<sup>285</sup> Foi procurador eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TER/PE), entre 06/11/2015 e 25/09/2017. <<http://www.tre-pe.jus.br/imprensa/noticias-tre-pe/2017/Setembro/procurador-eleitoral-antonio-carlos-barreto-campello-se-despede-do-pleno-do-tre-pe>>, acessado em 30 jan. 2020.

<sup>286</sup> Graduado em Direito pela FDR (1975-1980) e subchefe da Casa Civil do governo do Estado de Pernambuco (197-1983), com cargo comissionado nos governos de Marco Maciel e José Ramos. <<http://lattes.cnpq.br/9288044491348943>>, acessado em 30 jan. 2020.

<sup>287</sup> Bacharel (1972-1976), mestre (1996) e doutor em Direito (2003) pela FDR, onde tornou-se professor em 2005, aposentou-se em 2014 e é colaborador da pós-graduação em Direito. Em 1975, foi presidente do DA/FDR e orador da FDR nas comemorações dos 150 anos do *Diário de Pernambuco*. Foi assessor (1979-1982) e coordenador do Banco de Recursos Humanos do governo de Pernambuco (1983). <<http://lattes.cnpq.br/1283763035954592>>, acessado em 30 jan. 2020.

<sup>288</sup> Concluiu o bacharelado em Direito, na FDR, em 1975. Tornou-se professor de Direito da Unicap em 1977 e da UPE em 1999. Em 1992, recebeu a medalha do Projeto Rondon. <<http://lattes.cnpq.br/0105834453969614>>, acessado em 29 jan. 2020.

A tabela 4 também nos possibilitou refletir acerca de outros elementos das redes de relações políticas, acadêmicas e pessoais na UFPE. Pelos sobrenomes dos participantes é muito provável que o professor Antônio Barreto Campello, o bacharel em Direito Eduardo Barreto Campello, o professor e pró-reitor Comunitário da UFPE (1975-1978) Sebastião de Araújo Barreto Campello<sup>289</sup> sejam parentes de Francisco Barreto Rodrigues Campello (1888-1971), ex-docente de Direito da FDR, expressando a força das relações familiares na ocupação de cargos na universidade<sup>290</sup>.

Ainda quanto às visitas técnicas realizadas setembro em 1975, estavam programadas outras não citadas na tabela 4: Hidrelétrica de Paulo Afonso/BA, Projeto Bebedouro de Irrigação, em Petrolina/PE e Centro Industrial de Aratu, em Salvador/BA, expressando a sua abrangência interestadual e interinstitucional. As inscrições foram gratuitas e realizadas junto às coordenadorias do projeto distribuídas nas faculdades.

Edson Maranhão, presidente do DCE/UFPE, enviou um ofício aos reitores e diretores das unidades universitárias, para que o programa de visitas fosse considerado uma atividade extracurricular e os alunos inscritos tivessem suas faltas justificadas durante as visitas, objetivando um reconhecimento acadêmico e incentivando a adesão estudantil<sup>291</sup>.

Logo no início do projeto, as ações desenvolvidas expressaram a complexidade da sua estrutura: os universitários que o integraram não teriam custo para a participação e dispunham de uma diversificada e atrativa gama de possibilidades de contatos institucionais para a sua formação acadêmica e inserção no mundo do trabalho. Assim, “[...]o programa inclui visitas a indústrias localizadas na Região nordestina, hospitais,

---

<sup>289</sup> Militar formado em Engenharia Militar (1951), pelo Centro de Operações de Oficiais da Reserva (CPOR) do Recife. A sua trajetória de vida mescla-se com a história da UFPE, onde se graduou nas Engenharias Civil (1952), Mecânica (1953) e Elétrica (1959), foi professor de Engenharia Mecânica (1954-1987) e Pró-reitor Comunitário (1975-1978). Foi membro do Conselho Deliberativo da Sudene (1962-1963), Secretário de Obras da Prefeitura do Recife (1964-1965), assessor do Senado Federal (1983-1991) e fundador do Movimento Pró-Criança nos anos 1990, onde é diretor-presidente. <<https://www.movimentoprocrianca.org.br/sebastiao-barreto-campello-comemora-91-anos-com-missa-no-pro-crianca>>, <<http://www.clubedeengenhariadepe.com.br/campello.htm>>, acessados em 29 jan. 2020.

<sup>290</sup> Bacharel em Direito pela FDR, em 1911, onde tornou-se professor de Direito Penal em 1928. Ao longo da sua trajetória, exerceu cargos políticos estratégicos e outras funções públicas relevantes. Diante disso, o nome da Penitenciária Professor Barreto Campello (Ilha de Itamaracá/PE) e da Praça homônima, no bairro da Torre, em Recife, são homenagens a ele. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-barreto-rodrigues-campello>>, acessado em 29 jan. 2020.

<sup>291</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo A reportagem *DCE registra 150 alunos no programa de visitas a centro de desenvolvimento*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

órgãos de comunicação, projetos do governo já implantados ou em fase de implantação, além do ciclo de estudos com técnicos especializados, políticos e atividades diversas”<sup>292</sup>.

No fim de setembro, ocorreu um entendimento entre o DCE e as reitorias das universidades pernambucanas, para que os alunos participantes das visitas tivessem as faltas justificadas. Isso fortaleceu o reconhecimento científico e a institucionalização do projeto, simbolizando o seu crescimento e valorização.

Nesse período, a estrutura organizacional já estava avançada, pois o diretor geral do Projeto Guararapes era Sílvio Tavares de Amorim (FDR) e em outros cursos e instituições já existiam universitários como coordenadores. Na UFPE foram os casos de Zélio Furtado da Silva, Direito; Sílvia Maranhão, Comunicação; Ricardo Brindeiro<sup>293</sup>, Arquitetura; José Fernando Mesquita, Engenharia; Maria Fernanda Campelo de Melo, Medicina. Na Faculdade de Ciências Médicas, pertencente à FESP, foi Frederico de Barros Lima, possivelmente um familiar de Djair de Barros Lima<sup>294</sup>.

Na Unicap os coordenadores foram Adilson Figueiredo, Direito; Antônio José C. de Mello, Engenharia; George Emílio Bastos Gonçalves, Economia; Maria Eugênia Belo de Sousa, Educação. Na UFRPE foi Frederico Bahia Barreto Campelo, do curso de Agronomia; provavelmente outro parente do ex-professor de Direito da FDR, Francisco Barreto Rodrigues Campelo. Na Facho a coordenadora foi Jacira Pereira, da graduação em Pedagogia; enquanto Jacira Lima, esteve à frente da Faculdade de Formação de Professores de Olinda. Nessa conjuntura, coordenadores de outras instituições superiores de ensino estavam sendo selecionados, em face do objetivo de disseminar o Projeto Guararapes para todas as faculdades<sup>295</sup>.

De fato, o projeto se expandiu rapidamente, alcançando várias instituições e, ao vigiá-lo, os agentes do IV Exército identificaram os nomes de vários coordenadores. Entre os não citados anteriormente, destacamos na UFPE: Edson (Administração), Nicodemos Teles de Pontes Filho (Biociências), vice-dirigente do DCE/UFPE entre 1974 e 1975;

---

<sup>292</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo B reportagem *DCE dinamiza a atividade extracurricular de alunos com visitas às indústrias*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

<sup>293</sup> Militante de 23 anos, oriundo de família católica de classe média, integrante de grupos jovens da Igreja Católica e atuante no DCE/UFPE durante o apoio ou participação de chapas.

<<https://consciencia.net/ricardo-brindeiro-um-militante-amoroso/>>, acessado em 18 abr. 2020.

<sup>294</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo B reportagem *DCE dinamiza a atividade extracurricular de alunos com visitas às indústrias*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

<sup>295</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo B reportagem *DCE dinamiza a atividade extracurricular de alunos com visitas às indústrias*, do Diário de Pernambuco, 14/09/1975.

Eduardo Roberto Cavalcanti (Economia); Maria Jurandir da Silva (Enfermagem); José de Souza Leão (Nutrição), José Jacinto (Educação Física); Gilberto Antônio Maciel Duque Porto (Farmácia); e Albertina Maria Cezário Wanderley (Fafire). Na Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP), vinculada à FESP, foi Walter de Barros Carvalho<sup>296</sup>.

Nessa vigilância, chamou-nos a atenção a obtenção de informações sobre os coordenadores: nome completo, curso, instituição de ensino, número de telefone, endereço e locais de trabalho, dados que poderiam ajudar na sua identificação, monitoramento e na interlocução entre civis e militares. Entretanto, houve falha nessa vigilância, pois os agentes de segurança e informação só conseguiram identificar apenas o nome de alguns estudantes. Também não souberam quem estava na coordenação de algumas faculdades, salientando-se que, até 29 de setembro de 1975, nem todos ainda tinham sido selecionados, apesar da maioria dos coordenadores já ter sido definida.

Para o mês de outubro de 1975, estavam programadas 9 atividades. Entre elas, ressaltamos as dos dias 4 e 18 no Colégio da PM/PE – Seção Técnica de Ensino, em Recife, onde em cada data, 40 estudantes dos cursos de Pedagogia e Formação de Professores assistiriam a uma palestra sobre planejamento de ensino, processo avaliativo e aferição. Também no dia 4, no IV Batalhão de Comunicações de Tejipló, na capital pernambucana, 35 alunos de Jornalismo, Comunicação e Relações Públicas assistiriam “tudo sobre comunicação”<sup>297</sup>. Dessa maneira, os militares apresentaram-se enquanto sujeitos atuantes na educação dos universitários, por meio de espaços e formadores próprios, buscando disciplinar e controlar os jovens estudantes com seus discursos e práticas em um campo marcado por relações políticas.

Em 20 de novembro de 1975, os agentes do IV Exército fizeram outra avaliação do Projeto Guararapes. Nela, constataram que o resultado obtido foi positivo, porque ele contribuiu para divulgar as ações desenvolvimentistas governamentais e transcorreu de acordo com o plano original, fazendo pequenas adaptações com o objetivo de corrigir falhas para enfrentar eleições do DCE e DAs<sup>298</sup>. Configurando-se assim, em mais uma

---

<sup>296</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo C lista dos coordenadores do Projeto Guararapes.

<sup>297</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial nº 06-E/2. Anexo E Projeto Guararapes – Programa de Visitas.

<sup>298</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

estratégia adotada pela ditadura para tentar exercer um controle sobre a crescente oposição estudantil.

Os objetivos do trabalho também teriam sido atingidos pela grande demanda discente da UFPE, UFRPE e Unicap para participar do projeto como integrantes dos grupos visitantes e coordenadores, em face das atividades em indústrias da região metropolitana do Recife e das viagens para Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia e interior de Pernambuco<sup>299</sup>. Em poucos meses, houve coordenadores do projeto em todas as universidades e faculdades isoladas de Pernambuco, expressando a adesão estudantil a um projeto difusor dos ideais da ditadura e potencializando a integração dos alunos de direita. Diante disso, os militares chegaram a outras conclusões na avaliação:

- Devido às exíguas possibilidades de transporte, somente pequenas representações puderam compor as comitivas.
- Contatos com Adélio Andrade [,] Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) [,] Órgão da FIE/Pe responsável pelos convênios de Bolsas de Trabalho, já foram realizados e estão sendo encaminhados no sentido de, através do Projeto, serem oferecidas essas Bolsas.
- [...] Governo do Estado/Pe [...] prometeu estudar a possibilidade de oferecer, no período de férias, estágios nas diversas Secretarias de Estado.
- [...] – Os Reitores das Universidades Federal e da Rural de Pernambuco têm prestado apoio quanto ao empréstimo de ônibus para realizar viagens nos Estados vizinhos.
- Para se ter uma melhor avaliação dessa colaboração, a Universidade Federal de Pernambuco fretou um ônibus da PROGRESSO para que os estudantes não deixassem de cumprir uma programação de visita à BAHIA, nos dias 7, 8 e 9 de novembro<sup>300</sup>.

Verificamos que, apesar do apoio logístico com transportes para as visitas pela CTU, que exigiu apenas o ressarcimento dos gastos com o combustível e da cooperação das universidades, com a disponibilização dos ônibus para viagens, o quantitativo de veículos não foi suficiente para atender a demanda de alunos que quiseram participar do Projeto Guararapes. Foi simbólico o fato de a reitoria da UFPE contratar uma empresa de ônibus privada para a realização de uma visita na Bahia, entre os dias 7 e 9 de novembro, representando o poder da sua adesão ao projeto.

Outro fator da adesão dos universitários foi o leque de possibilidades para ampliar os conhecimentos acadêmicos, viajar para cidades de Pernambuco e de outros estados e ter contato com instituições de perfis variados. Por isso, foram fundamentais o apoio de

<sup>299</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

<sup>300</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

Túlio Brandão de Matos, presidente da Fiepe, instituição surgida em 1939 e a cooperação de Adélio Andrade, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), órgão criado em 1969, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o objetivo de aproximar os discentes das linhas de montagem por intermédio dos estágios supervisionados<sup>301</sup>.

Essas instituições eram consolidadas e prestigiadas socialmente e foi efetivado um convênio de estágio entre o governo estadual e a iniciativa privada, como verificaram os agentes do DOPS/PE. Foi o caso de Rosângela Tenório de Carvalho, estudante de Psicologia da Facho contratada como estagiária pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran/PE), entre 20 de setembro de 1976 e 20 de março de 1977, por meio do convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Ao término do contrato, ela integrou, em seguida, o Projeto Guararapes, continuando a estagiar no Detran/PE, por meio de um convênio entre esse órgão e o projeto<sup>302</sup>.

Todavia, Rosângela Tenório teve o seu contrato rescindindo em 24 de outubro de 1977, a pedido de Mozart Barros Mayer (Diretor da Divisão Médica do Detran/PE) ao Diretor da Divisão de Pessoal (cujo nome não constou no documento), sob a justificativa de que, “[...] segundo informações do seu Chefe Direto, a mesma tecia comentários na Divisão Médica a cerca [sic] de assuntos que fugiam a sua competência”<sup>303</sup>.

O argumento foi genérico, mas ao cruzarmos as fontes sobre o fato, descobrimos que os agentes do IV Exército difundiram a informação para a SSP/PE, (órgão que o Detran/PE estava vinculado) de que “[...] a nominada é amante do preso incurso na LSN – RHOLINE SONDE CAVALCANTI, com quem mantém contatos na Penitenciária”<sup>304</sup>.

É clara a motivação política e pessoal da vigilância e da punição (documento classificado pelos militares como pessoal e confidencial), porque a estudante contemplada com um projeto fruto dos ideais da ditadura foi vista como um perigo para a manutenção do regime, ao se relacionar com um preso político enquadrado na LSN. Por isso, ela teve a sua formação profissional impactada com a repressão estatal e não

<sup>301</sup> <<http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>>, <<http://fiepe.org.br/sobre-nos/>>, acessados em 31 jan. 2020.

<sup>302</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - BR PEAPEJE DPE. Ficha individual do Detran/PE. Documento de 1977, originário da SSP/PE-Detran/PE. Disponível em <BR\_PEAPEJE\_DPE\_PRT\_IND\_0\_02671\_d0001de0001>, acessado em 21 jan. 2020.

<sup>303</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - BR PEAPEJE DPE. CI/DM/353/1977, de 24 de outubro de 1977, originária do Detran/PE. Disponível em <BR\_PEAPEJE\_DPE\_PRT\_IND\_0\_02671\_d0001de0001>, acessado em 21 jan. 2020.

<sup>304</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco - BR PEAPEJE DPE. Informação pessoal e confidencial nº 1066, de 17 de novembro de 1978, originária do IV Exército e difundida para a SSP/PE. Disponível em <BR\_PEAPEJE\_DPE\_PRT\_IND\_0\_02671\_d0001de0001>, acessado em 21 jan. 2020.



podemos generalizar que todos os alunos que aderiram ao projeto fossem de direita. O discurso militar buscou deslegitimar e penalizar com uma questão moral a relação entre Rosângela Tenório de Carvalho<sup>305</sup> e Rholine Sonde Cavalcanti, militante estudantil alagoano do PCBR e preso político da Penitenciária Barreto Campelo (1970-2003)<sup>306</sup>.

Ainda quanto ao Projeto Guararapes, os agentes do IV Exército avaliaram o seu impacto nas eleições para os DAs dos Centros e faculdades isoladas em 1975. Os alunos ligados ao projeto foram vitoriosos na Faculdade de Educação Física e Reabilitação: Fernando Ferreira da Silva (presidente); Fafire: Maria do Socorro de Araújo Lucas; Centro de Ciências Biológicas: José Otávio de França da Silva (presidente) e Maria Cândida Leal Menezes (delegada); Centro de Ciências da Saúde: Maria de Fátima de Lima Andrade (terceira tesoureira), apesar do DA seguir uma orientação política de esquerda; Faculdade de Direito: Zélio Furtado (presidente) e George Emílio Bastos Gonçalves<sup>307</sup> (secretário geral), ambos coordenadores do projeto<sup>308</sup>.

Entretanto, como o movimento estudantil não era um bloco homogêneo, existiu oposição ao *status quo* e militantes discentes de esquerda conseguiram conquistar os seguintes DAs: Centro de Artes e Comunicação: Carlos Alberto como presidente; Centro de Ciências da Saúde, Pedro Israel Cabral de Lira<sup>309</sup> como presidente e Regis Alain

---

<sup>305</sup> Atualmente, é professora associada do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, onde é servidora efetiva desde 1994. <<http://lattes.cnpq.br/9030367663083004>>, acessado em 01 de fev. 2020.

<sup>306</sup> <<https://www.historiadealagoas.com.br/rholine-sonde-o-ultimo-presos-politico-da-ditadura-militar.html>>, acessado em 01 de fev. 2020.

<sup>307</sup> Entre 1972 e 1977, graduou-se em Direito (FDR) e em Ciências Econômicas (Unicap). Na UFPE, em 1973, estagiou na Pró-reitoria Extraordinária para Assuntos de Planejamento e Coordenação Geral, elaborando o Plano Global de Desenvolvimento da UFPE (1974-1977). Nela também foi professor substituto (1996-1998) e colaborador (1998-2000) do curso de Administração, docente de MBAs (1998-2004) e egresso do mestrado em Gestão Pública (2006). Atualmente, trabalha como analista de planejamento e orçamento do Ministério da Economia e docente da Escola Nacional de Administração Pública. O fato de ser membro do IAHP e do conselho consultivo do Movimento Pró-Criança, é um indício da continuidade das suas relações com Sílvio Tavares de Amorim e com o pró-reitor Sebastião de Araújo Barreto Campelo. <<http://lattes.cnpq.br/7282973754443441>>, acessado em 01 fev. 2020.

<sup>308</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

<sup>309</sup> Graduado em Medicina em 1977, tornou-se professor do curso de Nutrição da UFPE em 1980, onde atua como professor titular dos Programas de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Criança e do Adolescente. <<http://lattes.cnpq.br/8528629106397028>>, acessado em 18 abr. 2020.

Barbier<sup>310</sup> - francês não naturalizado - como primeiro tesoureiro; e Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Nilson Cortez Crócia de Barros<sup>311</sup> como presidente<sup>312</sup>.

Ao percorrermos os fios e rastros da documentação, descobrimos que desses quatro militantes, três conseguiram trilhar uma trajetória docente na UFPE, quantitativo simbólico para refletirmos sobre como militantes de esquerda conseguiram ocupar cargos relevantes durante a abertura política da ditadura. Como não descobrimos o sobrenome do estudante Carlos Alberto, devido às falhas na vigilância dos agentes de segurança e informação, não conseguimos mapear o seu percurso político e profissional.

Devido ao aumento da oposição estudantil contra a ditadura e a reitoria, em 1976, a chapa *Unidade* ganhou as eleições para o DCE/UFPE, significando uma mudança da conjuntura política juvenil e um crescimento das críticas ao Projeto Guararapes e das disputas internas no movimento estudantil. A nova gestão criticou os antigos dirigentes que estiveram à frente do DCE/UFPE, entre 1969 e 1975, combatendo-os em seus discursos, ao afirmar que eles “[...] empenharam-se em transformar a entidade em um mero apêndice da Universidade organizada numa estrutura tipicamente burocrática – que mais se assemelhava a empresa”<sup>313</sup>.

A nova gestão construiu negativamente o Projeto Guararapes, defendendo que ele “[...] possui uma visão incompleta da nossa verdadeira realidade social, tentando assim mostrar que tudo no País, e particularmente na nossa Região, vai às mil maravilhas”<sup>314</sup>. Os embates discursivos envolveram relações de saber e poder no campo universitário, quando entre os militantes discentes disputou-se os sentidos e *efeitos de verdade* sobre a configuração da realidade social do Brasil. Dessa maneira, como ressaltou Michel Foucault, saber e poder produzem efeitos recíprocos que circulam na sociedade, em que os sentidos de verdade são constitutivos das práticas e discursos dos sujeitos para justificar racionalmente as suas ações políticas<sup>315</sup>.

<sup>310</sup> Graduado em Fisioterapia (1977) e em Medicina (1982) pela UFPE, foi professor assistente do curso de Fisioterapia dessa universidade, entre 1980 e 1986. Posteriormente, atuou como palestrante e autor de artigos e livros nas áreas de Filosofia e Medicina. <<http://lattes.cnpq.br/5061354262178004>> e <<http://revistazena.com.br/camilaribas/materia/a-religiosidade-do-presente/>>, acessados em 18 abr. 2020.

<sup>311</sup> Na UFPE, graduou-se em Geografia (1976) e concluiu o mestrado em Geografia (1982), tornando-se docente efetivo em 1982. Atualmente, é professor titular, lecionando na graduação e nos cursos de mestrado e doutorado em Geografia. <<http://lattes.cnpq.br/5548178207204498>>, acessado em 01 mar. 2020.

<sup>312</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

<sup>313</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 23/07/1976, Educação e Cultura, p.7.

<sup>314</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 23/07/1976, Educação e Cultura, p.7.

<sup>315</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 231.

Mesmo com esse dissenso e críticas estudantis em relação ao projeto, ele continuou atuante durante toda a ditadura, com adesão de alunos de direita. Em 1981, por exemplo, um grupo de 23 estudantes composto por 3 secundaristas e 20 universitários da UFPE, UFRPE, Unicap e Faculdade de Direito de Olinda se articulou para se infiltrar e participar do XXXIII Congresso da UNE, em Cabo Frio/RJ.

Eles estiveram ligados ao IV Exército e ao Projeto Guararapes, obtendo transporte e ajuda de custo de empresários que historicamente apoiaram esse projeto. O grupo se intitulou de *Frente Nacionalista Estudantil* e aproximadamente 5 deles tiveram direito ao voto, fazendo propostas que formaram uma carta de princípios<sup>316</sup>. Dessa forma, o evento se configurou como um campo de disputas por espaços, ideias, saberes, poderes e posições sociais. Ao analisarem os resultados da atividade, os militares destacaram:

[...] o esforço desses estudantes, que tiveram suas atuações bastante prejudicadas no Congresso, não só pela inexperiência, como pelo ambiente hostil e de patrulhamento que funcionou a partir dos próprios estudantes de Pernambuco, que denunciaram o Grupo da ‘Frente Nacionalista Estudantil’, como fascistas e agentes do Governo. Na verdade a inexperiência do Grupo foi a principal causa do insucesso, como também a falta de adesão de outros grupos de outros Estados, que da mesma orientação democrática, lá não compareceram<sup>317</sup>.

Constatamos que o nome do grupo foi construído a partir de ideais nacionalistas, uma das bases da adesão à ditadura, sendo também simbólicos as relações políticas entre secundaristas e universitários durante a militância juvenil e o contínuo financiamento empresarial ao projeto, para manutenção do regime e controle discente. A pouca experiência dos militantes pesou negativamente no resultado da ação, sendo marcante o conhecimento que o movimento estudantil de esquerda tinha sobre a sua vigilância, durante uma estratégia de resistência contra a ditadura. Entretanto, nem sempre os universitários conseguiram impedir a infiltração dos agentes de informação e segurança.

Se, por um lado, os integrantes do Projeto Guararapes vigiaram atividades do movimento estudantil; por outro, os seus membros foram vigiados pelos agentes de informação durante e após a ditadura. Os participantes não constituíram um grupo homogêneo, pois em 21 de abril de 1985, surgiu o *Movimento de Construção Nacional* –

<sup>316</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação confidencial nº 804, de 17 de dezembro de 1981. Disponível em <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81003126\_d0001de0001>, acessado em 20 jan. 2020.

<sup>317</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Informação confidencial nº 804, de 17 de dezembro de 1981. Disponível em <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81003126\_d0001de0001>, acessado em 20 jan. 2020.

MCN 21 de abril, uma dissidência do projeto<sup>318</sup>. Também destacamos a contínua participação de Djair Barros Lima no projeto, pois em 3 de fevereiro de 1986, ele foi eleito presidente do seu Conselho Consultivo<sup>319</sup>.

#### 2.4.2. A infiltração com funcionários da/na universidade.

A infiltração no meio discente também ocorreu a partir de pessoas que trabalharam nas universidades. Em 1976, Jayme Alves da Rocha trabalhou na sede DCE/UFPE e declarou à Subcomissão Geral de Investigação de Pernambuco (SCGI/PE) uma série de atividades políticas desenvolvidas no local:

- O retrato do Presidente da República foi coberto por um papel.
- A Bandeira Nacional foi retirada do seu local habitual, não se sabendo o seu destino.
- Existem frases criticando o Governo e a Revolução escritas no banheiro.
- Foi retirada da parede da sala a Galeria dos Ex-presidentes do DCE.
- Um elemento chamado de EXPEDITO, que consta ter sido cassado, vem frequentando o recinto do Diretório. [...]
- Um casal, parecendo ser estrangeiro, tem comparecido ao Diretório, não sabendo esclarecer a sua procedência nem o que vem fazer<sup>320</sup>.

Essas informações foram obtidas com a cooperação de Geraldo Antonio Moreno da Silva, servente atuante no prédio e demitido por Fernando (sobrenome não mencionado na fonte), membro do DCE/UFPE. A demissão teria ocorrido porque os estudantes não confiavam em Geraldo em relação ao vazamento de informações sobre o que via e ouvia. A situação é um indício de que, provavelmente, houve um histórico de disseminação de informações sobre as atividades políticas do movimento estudantil e os militantes tinham conhecimento que estavam sendo vigiados. Assim, a vigilância era mútua e baseada em saberes cotidianos, pois “[...] quando [Geraldo] fazia faxina da ala onde fica o mimeógrafo sempre era acompanhado por um elemento do DCE”<sup>321</sup>.

<sup>318</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Documento confidencial Movimento de Construção Nacional - MCN 21 de abril. Disponível em <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_85006787\_d0001de0001>, acessado em 20 jan. 2020.

<sup>319</sup> Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Ofício circular nº 02, de 04 de fevereiro de 1986. Disponível em <BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86056447\_d0001de0001>, acessado em 20 jan. 2020.

<sup>320</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 106, de 22 de junho de 1976.

<sup>321</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 106, de 22 de junho de 1976.

As situações constantes de vigilância, medo, conflitos e desconfiança marcaram negativamente o cotidiano universitário. O cuidado com o mimeógrafo era estratégico, pois foi um instrumento das artes de fazer estudantil, possibilitando a elaboração e reprodução de panfletos, cartas, folders, cartazes e jornais<sup>322</sup>. Ainda quanto às atividades políticas do DCE elencadas na informação confidencial nº 106/1976, verificamos o quanto ela foi diversificada em um momento de ascensão das esquerdas na entidade.

A cobertura do quadro do presidente Ernesto Geisel e a retirada da bandeira do Brasil representaram uma crítica ao governo e ao nacionalismo, sendo as pichações, ações geralmente planejadas, arriscadas e com forte teor político, um instrumento de comunicação contra a ditadura, em face da vigilância, censura e repressão social vigentes<sup>323</sup>. A retirada da galeria dos ex-presidentes do DCE/UFPE simbolizou um momento de ruptura da diretoria da entidade, ao buscar apagar a memória de um passado recente marcado pela liderança de universitários alinhados ao regime e à reitoria. Além disso, a presença de Expedito, militante cassado pela ditadura e a presença de um casal de possíveis estrangeiros representou um perigo eminente da infiltração no meio juvenil de ideias e práticas consideradas subversivas pelo Estado.

Para se ter uma ideia da vigilância sob as relações internacionais dos universitários, em 1977, objetivando um controle social, a AESI/UFPE realizou um levantamento nominal dos professores estrangeiros em atividades na UFPE, totalizando 56 funcionários de continentes diversos, sendo a maioria contratada e originária da Europa. O quantitativo indica muitos estrangeiros, entretanto, apenas um foi oriundo de país socialista (Estônia, território da URSS) e um de comunista (China), sendo um indício da barreira ideológica contra as esquerdas no *campus*<sup>324</sup>.

Em 1983, Carlos Alberto Ferrerira Tatit, diretor da DSI/MEC, deu parecer desfavorável para que a UFPE revalidasse o diploma de graduação em Medicina de Aníbal de Oliveira Valença, egresso do Instituto Médico de Kiev, na URSS<sup>325</sup>. A justificativa foi em nome da “segurança nacional”, expressando como ainda no período da abertura política, combateu-se a penetração de ideais socialistas e comunistas na universidade sob a influência da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento.

---

<sup>322</sup> CERTEAU, 2008, *Op. cit.*

<sup>323</sup> SOARES, 2018, *Op. cit.*

<sup>324</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0021660-1981. Pedido de busca nº 43, de 07 de março de 1977.

<sup>325</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0348454-1983. Informação confidencial nº 142, de 25 de julho de 1983. Ofício nº 074, de 30 de junho de 1983.

Por outro lado, houve também a situação de funcionários dos órgãos de segurança e informação cooperarem com o movimento estudantil. Em 1977, foi o caso de José Rodrigues da Silva, 30 anos, identificador datiloscopista da SSP/PE e estudante do segundo ano de Direito da FDR. Segundo os agentes do IV Exército, ele:

2. [...] É apontado como o elemento que mais promoveu a campanha para eleições de PEDRO MUNIZ FILHO, para o Diretório da Faculdade de Direito da UFPE, comprovadamente da esquerda.
3. Durante as últimas manifestações estudantis na Rua do Hospício, quando se fez necessária a intervenção da polícia, o epigrafoado promoveu várias agitações, comandando vaias e proferindo palavras de baixo calão aos militares da Polícia Militar de Pernambuco.
4. Na faculdade é conhecido como de esquerda, devido ao comportamento contestador e por combater abertamente o atual governo. É sempre consultado nas decisões do Movimento Estudantil.
5. Exerce a função de Identificador Datiloscopista na SSP/PE, sendo responsável pelos prontuários. Devido à sua função é elemento de contato obrigatório, de agentes de Órgãos de Informação com o Gabinete de Identificação, para obtenção de dados.
6. A permanência do nominado na função que exerce, compromete a segurança dos Órgãos de Informação da Área e a própria autenticidade dos dados ali obtidos<sup>326</sup>.

Paradoxalmente, prevaleceu nesse sujeito a identidade estudantil em detrimento da de funcionário de um órgão militar. Durante e fora de seu ofício, militou em defesa das causas discentes de esquerda, ao participar de atividades como eleições para o DA/FDR e atos públicos. Ao mencionarem as últimas manifestações juvenis ocorridas no Centro de Recife, os militares destacaram que José Rodrigues da Silva combateu as ações interventivas da polícia “comandando vaias e proferindo palavras de baixo calão aos militares”. Assim, os discursos de cunho político e moral foram armas utilizadas pelos discentes, cujos poderes e símbolos eram desiguais se comparados às armas dos militares, baseadas no uso de equipamentos de repressão física.

Daí o enquadramento do líder universitário como “contestador”, um sujeito que “compromete a segurança dos Órgãos de Informação” e “comprovadamente de esquerda”, sendo essa última expressão indicativa de como os agentes de segurança coletavam, produziam e difundiam informações logrando construir efeitos de verdade, para eliminar pessoas e segmentos considerados perigosos para a manutenção da ditadura.

Ao refletirmos sobre o lugar de produção desses discursos, salientamos que o cargo público de José Rodrigues da Silva era estratégico para a militância estudantil, pois

---

<sup>326</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0023292-1981. Informação confidencial nº 2477, de 15 de dezembro de 1977, originária do IV Exército e difundida para PM/PE, CIE/SNI, CP/PE, ARE/DPF e II COMAR.

ele adequou-o à condição de funcionário de um órgão militar. Por isso, sua presença na SSP/PE foi considerada um problema pelos militares, que ao vigiá-lo, suspeitaram de irregularidades em seu trabalho, pois diversas vezes no arquivo da secretaria, a documentação foi extraviada ou teve páginas arrancadas dos índices nominais e folhas de registros, causando transtornos para o funcionamento institucional<sup>327</sup>.

Os agentes da SSP/PE constataram irregularidades em documentos de quatro pessoas: Ranússia Alves Rodrigues<sup>328</sup>, Milena Elizabeth Kulnig de Bragança, Ana Maria Gregório de Santana e Antônio Pereira de Souza Neto. Ao analisarem a situação, identificaram as possíveis e respectivas causas: as páginas foram realmente arrancadas, os documentos foram “desaparecidos”, provável falha na encadernação e ausência documental de material não encadernado.

Especificamente sobre o caso de Ranússia Alves Rodrigues, chamou-nos a atenção o fato da folha de registro nº 613.009 ter sido arrancada do livro nº 6131 dessa militante estudantil, que foi morta e desaparecida política desde 1973. Do que tratou esse documento? A fonte teria alguma informação relevante para descortinar o desfecho desse caso? Isso não conseguimos responder, sendo um dos muitos hiatos de informações sobre a ditadura.

Nessa conjuntura documental, José Rodrigues foi espionado e vigiado pela PM/PE. A sua fotografia e informações sobre a sua militância política foram difundidas para órgãos das esferas estadual e federal, para controle sobre as suas ações. Apesar do histórico contra a ditadura, que potencializou uma visibilidade e vigilância na universidade e na SSP/PE, como ele continuou atuando em um cargo público militar importante? Muito provavelmente pelas redes de cooperação tecidas nesses espaços e pelas suas estratégias e táticas de resistências contra o poder panóptico.

### **2.4.3. As atividades artístico-culturais discentes.**

As atividades artísticas e culturais realizadas por militantes estudantis também foram vigiadas por agentes de segurança e informação, que se infiltraram na sociedade para controlá-las, em face do seu viés político. Em 1976, na sede do DCE/UFPE, um

---


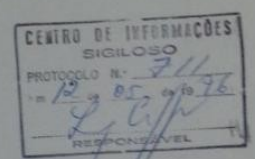
<sup>327</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0023292-1981. Informação confidencial nº 1138, de 06 de novembro de 1978.

<sup>328</sup> Militante universitária pernambucana do PCBR assassinada em 1973, durante uma chacina de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Atualmente, encontra-se como desaparecida política. <<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ranusia-alves-rodrigues/>>, acessado em 16 jan. 2020.

agente policial assistiu e analisou os discursos da peça teatral *Diário de um Louco*, de autoria de Nicholay Gogol e interpretada por Acyr Castro.

A vigilância ocorreu porque o espetáculo criticou o governador Francisco Moura Cavalcanti, ao denunciar que os funcionários públicos estaduais recebiam baixos salários se comparados aos servidores federais<sup>329</sup>. A apresentação ocorreu em um momento de crescente oposição estudantil de esquerda e o agente de informação realizou outro procedimento comum durante o trabalho de investigação policial: a coleta documental. No caso, foi um pequeno jornal entregue na portaria do DCE, sendo este um dos instrumentos organização e mobilização política discente<sup>330</sup>.

Quanto à vigilância dentro e fora dos *campi* universitários, o MEC também teve uma função marcante na “Operação Limpeza” desde o início da ditadura, articulando-se com diversos órgãos que serviram de apoio aos governos militares. A fonte a seguir é um registro desse cenário e outro tipo de documento produzido pelos agentes policiais.

ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Departamento de Ordem Política e Social Divisão de Informações				DATA 11 / maio / 76	
INFORMAÇÃO	PEDIDO DE BUSCA			Avaliação	
INFORME	ENCAMINHAMENTO	X	Nº 39	Confiância	
Assunto: SHOW DO MPB-4 EM RECIFE e DADOS SOBRE A ATUAL DIRETORIA EXECUTIVA DO DCE/UFPE/GESTÃO				Veracidade	
Origem: DINFO/DOPS					
Difusão: CI/SSE/PE					
Difusão anterior:					
Referência:					
Anexo: Cópia xerox					
<p>Esta DINFO encaminha a esse Centro de Informações, cópia xerox de Informação nº106/76, do Ministério de Educação e Cultura, de 04.05.76, e Informe nº042/76, do Ministério do Exército, de 28 de abril de 1976.</p>					
					
					

**Imagem 6** Encaminhamento sobre as relações entre o grupo MPB-4 e o DCE/UFPE. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

<sup>329</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Parte de serviços s/n, de 10 de maio de 1976.

<sup>330</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Parte de serviços s/n, de 10 de maio de 1976.



O encaminhamento (imagem 6) geralmente foi uma resposta a outro documento, como o pedido de busca<sup>331</sup>. Ele foi produzido para direcionar e encaminhar um documento e/ou informação para outras instituições, diante da atuação dos agentes de segurança do Estado baseada na informação e na burocracia. O processamento poderia ocorrer nas esferas local, interestadual e até internacional. Nesse documento sigiloso foi anexada a informação confidencial nº106/1976 do MEC, que registrou o caso de cooperação política entre o movimento estudantil da UFPE e o MPB-4.

Esse grupo de samba surgiu em 1964, na UFF, composto por Ruy, Miltinho, Aquiles e Magro, militantes no Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE desde o ano anterior. Tendo em vista o histórico de censura sofrido pelos seus membros na ditadura, em 1973, o grupo gravou algumas músicas com o nome de Coral Som Livre, para tentar driblar a coerção do Estado<sup>332</sup>.

Desde o dia 29 de abril de 1976, o MBP-4 se apresentou no Nosso Teatro, com o espetáculo musical *MPB-4 no Safari*, um trabalho de autoria dos seus integrantes, do teatrólogo Antônio Pedro e do cantor e compositor Chico Buarque. Isso ocorreu porque a atividade já tinha sido censurada anteriormente com o título de *República de Ugunga*, sob a acusação de possuir uma “linha contestatória de cunho irônico”<sup>333</sup>. De acordo com os agentes de segurança e informação, apesar dos cortes sofridos, o show continuou com a seguinte abordagem:

[...] 3) Intercalando os números musicais, é apresentada uma pequena peça, onde os componentes do conjunto representam um grupo de pessoas em plena selva de ‘Pitunga’, onde tudo é proibido pelo MAT (Movimento de Auxílio aos Talentos).

4) O texto do ‘show’ é rico em ‘palavrões’ e frases com duplo sentido, onde o desenrolar dos fatos não deixam pairar dúvidas quanto à intenção dos apresentadores, que é de contestação ao regime.

5) Parte dos ingressos vendidos nas bilheterias daquela casa de espetáculos, no dia 29/04/76, trazia o carimbo ‘CONVITE’, acrescentado por outro do Diretório Central dos Estudantes da UFPE, tudo fazendo crer que o dinheiro arrecado na venda daqueles bilhetes será, por certo àquele Órgão Estudantil.

6) Ademais, a claque presente ao espetáculo daquele dia, era composta, na sua grande maioria, por grupos de estudantes que, incansavelmente, aplaudiam o

<sup>331</sup> “Encaminhamentos e Informes referiam-se ao mesmo tipo de intencionalidade – a coleta de informações sobre indivíduos, grupos ou instituições, com o intuito de formar culpa para viabilizar estratégia de controle ou excluir riscos. [...] [Os] Pedidos de Busca iniciavam uma nova pesquisa, cuja resposta estava no Encaminhamento e/ou Informe que, se comprovada, culminava no registro do Prontuário, bem como na possível confecção de Boletins e Relatórios” (LONGHI, 2014, *Op. cit.*, p. 105).

<sup>332</sup> <<http://memoriasdaditadura.org.br/artistas/mpb-4/>>, acessado em 19 abr. 2020.

<sup>333</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº106/1976.

desenrolar dos fatos, sobretudo quando foram apresentadas músicas de protesto, entre outras: ‘RODA VIVA’, ‘GOTA-D’AGUA’, etc<sup>334</sup>.

A partir disso, conhecemos uma das formas de organização do movimento estudantil da UFPE e como ele atuou de forma articulada com outros segmentos sociais para combater a ditadura. O uso de metáforas foi uma das estratégias de resistência perante a censura às expressões artísticas, como foi o caso da “[...] selva da ‘Pitunga’, onde tudo é proibido”, uma provável alusão à censura sofrida pelo conjunto musical e por outros artistas brasileiros.

Os discursos dos integrantes do espetáculo foram combatidos pelos agentes de segurança devido ao uso de simbologias políticas e morais, na medida que metáforas foram utilizadas como armas. O público em sua maioria foi constituído por estudantes, nomeados pejorativamente de claque, ao serem vistos pelos militares como aliciados.

No decorrer do espetáculo os universitários aplaudiram diversas passagens da apresentação, com destaque para as músicas de oposição à ditadura *Roda Viva* e *Gota D’Água*, de Chico Buarque de Hollanda<sup>335</sup>. Daí o combate ao espetáculo, porque na visão dos militares, a educação dos jovens era tida como algo relevante, ao serem vistos como vulneráveis às “doutrinações” que estariam expostos<sup>336</sup>. Dessa forma, as práticas de censura inserem-se no:

[...] complexo aparelho montado por aqueles que detêm o poder, para controle da sociedade. Aparelho que, de posse do conhecimento muitas vezes profundo dos valores presentes na consciência coletiva, recria a verdade a seus moldes e segundo seus interesses e necessidades<sup>337</sup>.

O espetáculo musical *MPB-4 no Safari* continuou sob a mira coercitiva do Estado, na medida em que permaneceu a vigilância, o monitoramento e a produção burocrática

<sup>334</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

<sup>335</sup> *Roda Viva* foi composta em 1967 e apresentada no III Festival da Música Popular Brasileira, organizado pela TV Record. Em 1968, o autor foi censurado, porque a peça que tinha o mesmo nome dessa canção foi invadida por membros do CCC, que depredaram as instalações e violentaram fisicamente os seus integrantes, em face dos discursos contra a ditadura. Enquanto *Gota D’Água* foi um teatro musical escrito por ele em coautoria com Paulo Pontes em 1975, influenciados pela tragédia grega *Medéia*, de Eurípedes (431 a. C.) e pela obra homônima de Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha). No trabalho destacaram criticamente temas sociais: direito à moradia, exploração das camadas pobres e manutenção do poder por meio do capitalismo. SILVA, Suéllen Rodrigues Ramos da; MAGALHÃES, Luiz Antonio Mousinho. Feições do povo brasileiro em Gota D’Água. *Revista Linguas e Letras*, Cascavel, v. 14, n. 27, 2013, p. 1. <<http://www.chicobuarque.com.br/vida/vida.htm>>, acessado em 18 abr. 2020.

<sup>336</sup> FICO, 2001, *Op. cit.*, p. 187.

<sup>337</sup> BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos/SP: EDUFSCAR, 2002, pp. 53-54.

de documentos sobre ele para controlá-lo. O DCE/UFPE obteve significativa participação financeira nas arrecadações da atividade artístico-cultural, pois o primeiro show ocorreu em 29 de abril de 1976 e vários ingressos teriam sido distribuídos como convites, sendo o valor das entradas vendidas no Nosso Teatro repassado aos alunos.

Além disso, o show de encerramento foi destinado aos estudantes e realizado no dia 9 de maio, tendo os ingressos sido cedidos ao diretório por Cr\$15,00<sup>338</sup>, que os revendeu por Cr\$20,00<sup>339</sup>. Provavelmente os valores arrecadados foram utilizados posteriormente para o desenvolvimento de atividades políticas e culturais discentes, como: panfletagem, cartazes, eventos e publicação de jornais, por serem comuns durante a militância universitária e possuírem baixo custo e grande eficácia nas artes de resistências.

As relações políticas entre os próprios estudantes nas universidades também foram combatidas pelos militares. Segundo os agentes do IV Exército, Orlando Mindelo (ex-presidente do DCE/UFPE em 1976) estaria se articulando com alunos da UFPE que não tinham sofrido punições disciplinares da reitoria<sup>340</sup>. Na perspectiva dos militares, o objetivo seria construir uma lista de candidatos às eleições dos órgãos colegiados da universidade e os alunos sem envolvimento nas atividades políticas eram vistos como passivos e vulneráveis à cooptação dos militantes opositores à reitoria e à ditadura; daí a vigilância social.

Acreditamos que a ação do Orlando Mindelo pode ser entendida como uma estratégia de resistência ao aparato coercitivo do Estado, que durante as atividades de espionagem conseguiu identificar essa lista de alunos oriundos de vários cursos. Além disso, as relações entre estudantes de Pernambuco e de outros estados estiveram sob investigação policial, chamando-nos a atenção o detalhamento de informações:

[...] 2) No dia 17/03/76, movidos pelo noticiário da grande imprensa do dia anterior ('Jornal da Bahia'), o Diretório Central dos Estudantes da UFPE expediu, destinado ao DCE/UFBA, na Agência Central da ECT/Recife, às 19:00 horas, o telegrama cuja cópia segue em anexo (ANEXO 01).

<sup>338</sup> Equivalente a R\$ 0,54, segundo o conversor de moedas <[https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=27000000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=27000000)>, acessado em 19 set. 2020.

<sup>339</sup> Equivalente a R\$ 0,72, segundo o conversor de moedas <[https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=27000000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=27000000)>, acessado em 19 set. 2020. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial nº 114, de 13 de maio de 1976. Produzida pela ARSI/DSI/MEC/NE e difundida para a DSI/MEC, ARE/SNI, SR/DPF/PE, IV EX, II COMAR e CI/SSP/PE.

<sup>340</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe Confidencial nº 045, de 14 de abril de 1977, avaliado em C-3, originário do IV Exército e difundido para a ARSI/DSI/MEC/NE, ASI/UFPE, SNI/ARE E SSP/PE.

- 3) Em data de 26/03/76, encontra-se fixado no ‘mural’ do DCE/UFPE/UFPE, o panfleto ‘Carta aos Estudantes Baianos’ (ANEXO 02).
- 4) Referido panfleto, encabeçado pelo DCE, acompanhado por mais seis DDAA da UFPE, bem demonstra a evolução do ME que, numa escala incessante, lidera, tanto o DCE/UFPE, como os demais DDAA signatários da referida ‘Carta’.
- 5) Segundo o Informe (F-6) a citada carta foi redigida para ser enviada a todos os jornais de Recife e correspondentes locais.
- 6) Presume-se que a falta de publicação, até a presente data, está relacionada com a liberdade dos estudantes baianos VALDÉSIO SANTOS SILVA e FREDERICO TORRES, posta em prática pelo DOPS mineiro, perdendo, com isso, a oportunidade da notícia. [...]
- 10) O panfleto ‘MANIFESTO SOBRE O CRÉDITO EDUCATIVO’ foi fartamente distribuído, em data de hoje (29/03/76), em diversas unidades da UFPE e UFRPE.
- 11) Há necessidade de uma campanha esclarecedora sobre o ‘Crédito Educativo’, no sentido de corrigir as distorções que estão sendo apresentadas aos menos avisados (que são maioria) [...], que originam o primeiro passo para a realização de um boicote<sup>341</sup>.

O olhar vigilante da polícia política registrou nesse documento aspectos marcantes do movimento estudantil de Pernambuco. Esse processo ocorreu por meio da espionagem no âmbito universitário recifense e da análise do conteúdo de um jornal baiano de grande circulação e repercussão. Na pesquisa, verificamos que o monitoramento de notícias veiculadas em outros estados sobre estudantes pernambucanos foi uma prática comum pelos agentes de informações, resultando em uma expressiva massa documental de recortes de jornais e outros tipos de fontes nos acervos consultados.

A “carta aos estudantes baianos” não foi publicada pela mídia local e por seus correspondentes, mas essa possibilidade já era tida como algo perigoso, sendo um registro da organização e cooperação de alunos de diferentes instituições e estados. Outra ação estudantil combatida pelos policiais foi a distribuição do “manifesto sobre o crédito educativo” na UFPE e UFRPE, pois os seus discursos criticaram a privatização das universidades públicas, bandeira de resistência acadêmica levantada ao longo da ditadura.

O panfleto de 27 de março de 1976 resultou de uma reunião realizada no dia 20 desse mês, no auditório do DCE/UFPE, com a participação de estudantes da UFPE, UFRPE, Unicap, Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e FESP. O discurso do documento é uma crítica ao cenário educacional nacional, diante da diminuição gradativa das verbas destinadas às universidades públicas desde o início da ditadura (conforme os dados citados na fonte) e do incentivo à criação e expansão de universidades privadas.

<sup>341</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial e urgente nº 72, de 29 de março de 1976.

Criticou-se e apontou-se as consequências do ensino pago e, diante disso, os militares destacaram no item 11 da informação nº 72<sup>342</sup> a “necessidade de uma campanha esclarecedora sobre o ‘Crédito Educativo’”, para evitar um boicote ao sistema de financiamento educacional. Nesse cenário, o discurso foi um campo de saber e práticas, expressando disputas políticas, porque estudantes e agentes de segurança e informações buscaram construir e difundir efeitos de verdade, a partir dos seus lugares de enunciação.

Em 1978, os agentes do IV Exército infiltraram-se na sede do DCE/UFPE, para acompanhar o evento *Calourada 78*, realizado entre os dias 24 e 27 de janeiro, sob a organização dessa entidade, do DCE/UFRPE, do DCE/Unicap e da Comissão de Alunos da FESP, denotando a articulação e cooperação estudantil pela sua formatação<sup>343</sup>. A partir de observações sobre a programação, os militares destacaram a existência de “- Show de Música Popular Nordestina (todas de protesto); - Grupos teatrais; - Debates sobre cultura popular, humor e universidade”<sup>344</sup>. Assim, verificamos mais um caso de vigilância das relações entre política e expressões artístico-culturais no meio discente.

Ao mapearmos as notícias do evento, repercutido significativamente no *Diário de Pernambuco* antes e durante a sua realização, verificamos que ele recebeu apoio financeiro do consagrado cantor, compositor e violinista pernambucano Geraldo Azevedo. O artista realizou o show *Veneza Americana*, no dia 20 de janeiro, às 21:00h, na sede do DCE, cujos fundos foram revertidos para a *Calourada*<sup>345</sup>.

Para uma maior compreensão das dimensões dessa prática, contextualizamos as relações entre Geraldo Azevedo e a ditadura. Ele integrou o grupo *Quarteto Livre*, composto também por Naná Vasconcelos, Franklin da Flauta, Nelson Ângelo (do Clube da Esquina) e Geraldo Vandré (por um tempo). Com o recrudescimento do regime, logo depois do AI-5, o grupo entrou na clandestinidade e se desfez. Em 1969, provavelmente pelas relações que tinha com artistas perseguidos pelo regime, Geraldo Azevedo foi preso e torturado com a esposa Vitória, passando respectivamente 41 e 80 dias na prisão<sup>346</sup>.

<sup>342</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação confidencial e urgente nº 72, de 29 de março de 1976.

<sup>343</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 8 de fevereiro de 1978, originária do IV Exército e difundida para DPF/PE, SSP/PE, SNI/ARE, 7ª RM/DE e PM/PE. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/01/1978, Local, p. 6.

<sup>344</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978.

<sup>345</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/01/1978, Viver, p. 2.

<sup>346</sup> <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/04/foi-na-cadeia-que-descobri-que-queria-viver-de-musica-diz-gerald-azevedo.shtml>>, <<https://geraldazevedo.com.br/biografia/anos60/>>.

Em 1975, ele foi preso e torturado novamente, após uma denúncia em que a sua identidade foi trocada pela de outra pessoa. Nesse ano, durante a exibição da novela *Gabriela, Cravo e Canela*, da Rede Globo, quando tocava a sua música *Caravanas*, os militares o colocavam para cantar durante uma simbólica ação de violência física e psicológica. Ao recordar sobre a tortura, o artista narrou: “[...] ficava encapuzado, nu e eles em volta: ‘canta, canta’. Aí começavam a bater e eu cantava, né? Chegava um mais atrevido e dizia ‘agora canta e dança’. Eu ficava lá rodando feito um otário”<sup>347</sup>. Dessa forma, o corpo do artista constituiu-se como um corpo político e a sua voz tornou-se um instrumento de resistência e apoio ao movimento estudantil.

Ainda em relação à programação da *Calourada 78*, o primeiro dia do evento ocorreu na quadra coberta do Colégio Padre Abranches, expressando um diálogo entre universitários e secundaristas. Os demais dias foram realizados na sede do DCE/UFPE, cuja programação foi: 25 de janeiro – peças *Mocambolopes*, encenada por um grupo de estudantes recifenses; e *Liberdade, Liberdade*, uma adaptação do texto do escritor, dramaturgo, caricaturista, poeta e jornalista carioca Millôr Fernandes, que entre os periódicos em que atuou, destacamos: *O Cruzeiro*, *Pif-Paf* e *O Pasquim*<sup>348</sup>.

No dia 26 foi a vez da exibição do filme *Os Condenados*, dirigido pelo cineasta cearense Zelito Viana, parceiro do cineasta Glauber Rocha, também atingido pela censura<sup>349</sup>. A obra foi uma adaptação do conto de Oswald de Andrade e tratou de traição e prostituição, temas espinhosos para o período, conseguindo ser aprovada e financiada pela Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme)<sup>350</sup>.

Enquanto no dia 27, quando o evento foi encerrado, constaram na programação a participação de músicos universitários e “feras” (calouros), jogral e teatro-jornal, registrando uma variedade de atividades político-culturais. O discurso dos integrantes do DCE/UFPE, organizadores do evento, foi que a *Calourada 78* “[...] procura a integração dos veteranos e calouros, ao lado de uma discussão sobre a realidade brasileira, principalmente do ponto de vista educacional”<sup>351</sup>. Expressaram como as atividades

<<https://geraldoazevedo.com.br/biografia/anos70/>>, <<https://rd1.com.br/geraldo-azevedo-lembra-tortura-na-epoca-da-ditadura/>>, <<https://farofafa.com.br/2019/05/17/o-sobrevivente/>>, acessados em 14 jan. 2020.

<sup>347</sup> <<https://rd1.com.br/geraldo-azevedo-lembra-tortura-na-epoca-da-ditadura/>>, acessado em 14 jan. 2020.

<sup>348</sup> <<https://www.escriitoriodearte.com/artista/millor-fernandes/>>, acessado em 15 de jan. 2020.

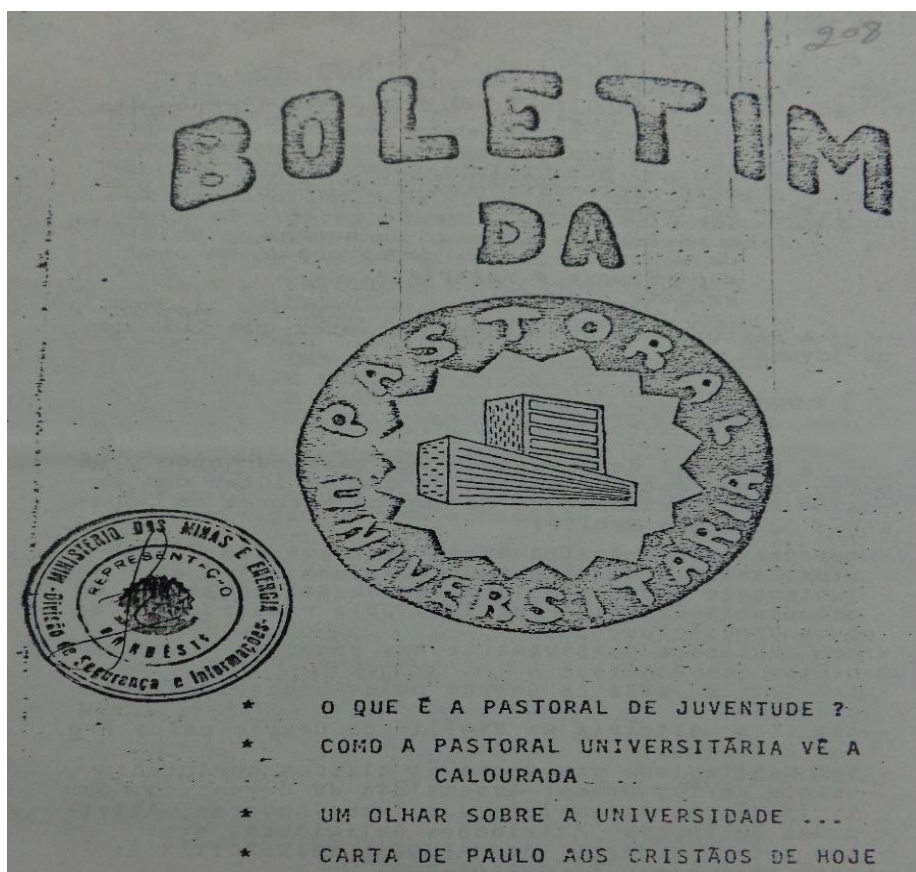
<sup>349</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/01/1978, Educação e Cultura, p. 8.

<sup>350</sup> PAULA, Betse de. *Zelito Viana: histórias e causas do cinema brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, pp. 167-168. <<https://www.filmesnocinema.com.br/filmes/os-condenados>>, acessado em 15 de jan. 2020.

<sup>351</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/01/1978, Educação e Cultura, p. 8.

desenvolvidas possuíam uma dimensão socioeducacional, podendo ser um potencial passo inicial para a formação de novos militantes universitários. O discurso de despolitização proferido pelos organizadores pode ser interpretado como uma estratégia para fugir das malhas da vigilância e repressão do Estado.

Todavia, durante a atuação no evento, os agentes do IV Exército identificaram a distribuição do *Boletim da Pastoral Universitária* e do *Jornal do Fera*. Além disso, observaram “[...] ainda vários elementos conduzindo esqueletos de papelão afixados a pedaços de pau com a mão na pala (fazendo continência), diziam eles apontando para as fotografias do General Figueiredo que aquilo era uma réplica”<sup>352</sup>. Dessa forma, o trabalho de espionagem, vigilância e infiltração permitiu descortinar como estratégias de resistência estudantis foram realizadas de forma criativa, satírica e organizada. Destacaram-se também esses dois documentos coletados pelos militares e disseminados para outros órgãos conhecerem os fatos, objetivando um controle social.



**Imagem 7** Boletim da Pastoral Universitária, 1978.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B.

<sup>352</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978.

O periódico (imagem 7) produzido pela Pastoral da Juventude, órgão ligado à Arquidiocese de Olinda e Recife, foi lançado durante a Calourada 78 e distribuído aos universitários, por meio de seus DAs<sup>353</sup>. Ele foi outro instrumento de politização dos calouros, ao introduzir para os leitores o que é a Pastoral da Juventude, como a Pastoral Universitária concebe o evento, as relações entre Igreja Católica e a universidade e um texto baseado na bíblia, para refletir sobre luta por justiça, educação, prazeres mundanos e desigualdades sociais.

O material expressou a missão da pastoral, tida como a continuidade do trabalho de Jesus Cristo, ao destacar a importância da “[...] missão de libertar os homens de todas as formas de opressão, espirituais e materiais, grupais e sociais”, em defesa das liberdades democráticas e da luta contra o autoritarismo estatal. Além disso, informou que há bastante tempo a instituição tem sido solidária às lutas discentes e de outros segmentos sociais pernambucanos, na medida em que:

- [...] - tem protestado contra as intervenções nos Diretórios Centrais da UFPE e UFRPE;
- juntamente com Dom Hélder Câmara tem apoiado os estudantes da UNICAP na luta pela reabertura de seus Diretórios;
- tem tomado parte na Semana Pelas Liberdades Democráticas;
- tem sido solidária na Vigília de Oração pelos Presos Políticos;
- tem manifestado seu apoio às classes oprimidas, usando vários meios: Assembléia [sic] de Juventude, participação na Assembléia [sic] dos Trabalhadores, Atividades Culturais, Atividades Religiosas, etc.
- tem criado o depto. de PASTORAL UNIVERSITÁRIA;
- está apoiando a CALOURADA-78<sup>354</sup>.

A partir desse documento com forte cunho político e educativo, ao ingressarem na universidade, estudantes conheceram as marcas da repressão nas principais instituições de ensino superior do estado, algumas das principais bandeiras políticas vigentes (liberdades democráticas, solidariedade aos presos políticos em face da campanha pela anistia e a luta pelo fortalecimento e reorganização das entidades estudantis), o posicionamento crítico da Igreja Católica contra a ditadura e a favor das classes sociais oprimidas e a realização da *Calourada 78*.

Esse apoio expressou uma credibilidade ao evento, visto pelos militantes católicos como relevantes para “despertar” a “[...] importância da luta pelos seus direitos”, proporcionando “encontro, troca de experiências, conhecimento, confraternização e

<sup>353</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 15/02/1978, Educação, p. 8.

<sup>354</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978. Boletim anexo.



unificação dos esforços em uma luta comum” e contribuindo para a mobilizar e potencializar a militância política juvenil.

Outro documento coletado pelos agentes do IV Exército foi o *Jornal do Fera*, edição de janeiro de 1978, publicação organizada pelos DCEs da UFPE, UFRPE, Unicap e Comissão de Alunos da FESP (imagem 8). Segundo um recorte do jornal *Movimento*, de 23 de janeiro de 1978, também coletado pelos militares durante a vigilância social, o *Jornal do Fera* não recebeu verba governamental, foi totalmente autofinanciado pelos diretórios e publicou 20.000 exemplares, quantitativo significativo sobre a organização discente<sup>355</sup>. Levando em consideração esses números, a diversidade de instituições envolvidas e que um jornal geralmente é lido por mais de uma pessoa durante a sua circulação, a publicação deve ter alcançado um público maior de leitores.



Imagem 8 Boletim da Pastoral Universitária, 1978.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B.

<sup>355</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 227, de 08 de fevereiro de 1978

No que diz respeito ao *Jornal do Fera* (imagem 8), verificamos um diálogo entre arte, cultura, jornalismo e política, pela criatividade e simbologia dos discursos e da estética do material, em que a linguagem é dialógica, juvenil, informativa quanto a questões do mundo acadêmico e, sobretudo, incentiva o leitor a participar do evento: “Você sabe porque tanta gente não vai conseguir entrar na universidade?”, “Onde você vai buscar o resultado do vestibular”, “Vestibulando: vais para o trono ou não vais?” e “Comece participando Calourada-78”.

Os discursos também foram marcados pelo humor satírico e pelo simbolismo de metáforas. No primeiro quadrinho da história “Vestibulando: vais para o trono ou não vais?” o canal de televisão do apresentador é o de nº 477, uma menção ao decreto coercitivo, cuja referência poderia suscitar um debate político sobre esse aparato legal presente no campo universitário. Nos terceiro e quarto quadrinhos são tecidas críticas à pobreza, à desigualdade social do país e à negligência do Estado perante essa situação, com a pergunta ao vestibulando: “Sabendo-se que no Brasil morrem anualmente 180.000 crianças antes de completarem um ano ... como foi que você conseguiu passar no teste de mortalidade infantil e classificar-se entre os vivos?”.

O material foi apoiado por empresas privadas locais ligadas ao universo artístico-educacional: RELER, Livraria Livro 7, Livraria Síntese e a AKY Discos, de abrangência regional, com unidades em Recife, Maceió e João Pessoa e patrocinadora de outras publicações estudantis. Houve um espaço para elas divulgarem os seus produtos, endereços e contatos telefônicos, para potencializar possíveis vendas para um público estratégico, situação entendida como contrapartida para cooperar com a publicação.

Tal fato representou uma articulação estudantil, que teve outros jornais discentes da UFPE marcados por parcerias: *Programa DCE* (06/1976), financiado pela Livraria Moderna<sup>356</sup>; *Caminhada* (10/1976), do DCE, patrocinado pela AKY Discos<sup>357</sup>; *Tempo Nublado* (1976), do DA de Ciências Humanas, apoiado pela Livraria Livro 7<sup>358</sup>; *Travessia* (1977), do DA do Centro de Ciências da Saúde, patrocinado pela D. Quixote Livros,

<sup>356</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

<sup>357</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.

<sup>358</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Panfletos estudantis. Fundo nº 26617. Data: 1976 a 1979. 91 documentos.

Quilombo Livraria e Editora, Editora Guanabara Koogan S.A, Edições Artes Médicas<sup>359</sup> e *Jornal do DCE* (1980), pela Livraria Livro 7 e AKY Discos<sup>360</sup>.

Esse fato também contribuiu para pensarmos como e porque os agentes de segurança e informações estiveram infiltrados, ao longo da ditadura, em eventos acadêmicos e culturais promovidos pelo movimento estudantil da UFPE ou que contaram com a participação de universitários pernambucanos e de outros espaços. Esse foi um enfoque simbólico das ações que envolveram práticas de espionagem, vigilância e censura, como foram os seguintes casos na UFPE: II Mostra Universitária de Fotografia (1976)<sup>361</sup>, Seminário de Arquitetura Contemporânea: coerência e contradições (1977)<sup>362</sup>, VI Encontro Nacional de Estudantes de Administração (1979)<sup>363</sup> e II Encontro Nacional de Estudantes de Direito (1980)<sup>364</sup>.

## 2.5 Considerações

Analisamos neste capítulo como o governo federal interviu no *campus* da UFPE, entre 1974 e 1979, por meio de diferentes práticas de vigilância social. O *modus operandi* dos agentes de segurança foi baseado na produção, coleta e difusão de informações entre diversas instituições militares e a universidade. As informações de cunho político, social, cultural e educacional foram abordadas na pesquisa como um saber disciplinar, cujos efeitos de poder foram visualizados nas práticas coercitivas e nas resistências cotidianas.

O Estado buscou exercer um controle sobre a comunidade acadêmica, ao identificar e eliminar práticas contestatórias, para enquadrar, punir e incriminar os sujeitos nomeados de subversivos, comunistas, esquerdistas e que fossem considerados perigosos para a manutenção da ordem ditatorial.

Nessa mentalidade os militares buscaram interferir na contratação de docentes, tendo como principal discurso para recomendação do veto o passado de militância política

<sup>359</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Anexo da informação confidencial nº 2427, de 07 de dezembro de 1977.

<sup>360</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Anexo da informação confidencial nº 755/1980.

<sup>361</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Fontes diversas.

<sup>362</sup> Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 5369-B. Universidade Federal de Pernambuco. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 2364, de 30 de novembro de 1977.

<sup>363</sup> Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 27420. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Data: 1970 a 1981. 97 documentos. Informe confidencial nº 59, de 21 de julho de 1980.

<sup>364</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Pasta da UFPE. Fundo nº 5369-A. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informe confidencial nº 199, de 19 de maio de 1980.

oposicionista ao golpe de 1964 e à ditadura, por ser apontado como nocivo para o funcionamento da universidade. Como especificidade da UFPE, em todos os casos pesquisados as práticas e discursos interventivos não interferiram na decisão da reitoria de admitir os profissionais de esquerda, situação diferente de outras instituições, como foi o caso da UFF. Os fatos estão inseridos no contexto nacional, porque durante o período da abertura política, as possibilidades de resistência à ditadura foram ampliadas pela maior organização e força dos movimentos sociais, crise governamental e atuação dos militares para exercer um controle da sociedade. Diferentemente dos anos anteriores, a vigilância enquanto prática de violência foi a principal forma de intervenção repressiva na universidade.

Outra dimensão do cotidiano universitário que esteve sob a mira do Estado foi a cooperação entre docentes e alunos, que foi estabelecida de diferentes formas: permissão de panfletagem nas aulas, críticas à ditadura nas salas e organização e participação de eventos na UFPE, sendo alguns deles apoiados pela reitoria, como foi o caso do encontro realizado após o retorno de Paulo Freire do exílio. Entretanto, houve também conflitos políticos entre professores e estudantes e disputas internas entre os discentes, em face de posicionamentos conflitantes entre esquerda e direita.

Houve também a infiltração dos agentes de segurança e informação com a cooperação de civis, empresários, estudantes de direita, funcionário da UFPE e dirigentes acadêmicos, sendo marcante nesse cenário o Projeto Guararapes.

Como as atividades artístico-culturais dos estudantes geralmente tinham forte simbologia de resistência política, os militares se infiltraram no *campus* para controlá-las e eliminá-las. Em face da complexidade dessas relações no campo da UFPE, analisaremos no capítulo seguinte, sob a ótica dos agentes de segurança e informação e do *Diário de Pernambuco*, como ocorreu o crescimento da oposição estudantil de esquerda na UFPE, após um período que lideranças discentes de direita ocuparam posições estratégicas na universidade. O fio condutor da narrativa será a reorganização das suas principais entidades representativas locais: DCE/UFPE e UEP.

### **3. REMANDO CONTRA A MARÉ: ADESÃO E OPOSIÇÃO ESTUDANTIL A PARTIR DAS ELEIÇÕES DE SEUS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS (1973-1980).**

Apesar das adversidades, os três primeiros anos do governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) foram relevantes para ampliar as bases do movimento estudantil, em face da sua atuação mais efetiva contra a ditadura e da reestruturação das suas entidades representativas. O processo de reestruturação começou pelos DCEs, cenário favorável para que ressurgissem as entidades estaduais estudantis e, posteriormente, fosse reconstruída a UNE<sup>365</sup>. Em Pernambuco isso ocorreu de forma semelhante à conjuntura nacional, mas com as suas especificidades. A ordem organizacional foi outra, ocorrendo primeiramente os DCEs, em seguida a UNE e depois a UEP.

Entre 1973 e 1980, houve um crescimento da oposição estudantil contra lideranças discentes de direita que ganharam força na UFPE desde o golpe de 1964, culminando em conquistas pelas liberdades democráticas. Assim, o fio condutor da narrativa acerca desse período foi a realização de eleições para o DCE/UFPE e para a UEP, principal órgão representativo estadual.

Ao levarmos em consideração o cenário social, problematizamos a vigilância dos agentes de segurança e informação sobre os fatos, cujas disputas políticas ganharam cada vez mais visibilidade e dizibilidade nos discursos da grande imprensa local, em especial, no *Diário de Pernambuco*. Também analisamos os embates internos entre os estudantes, os conflitos entre os discentes e a reitoria, o apoio entre alunos da UFPE e de outras universidades, a reorganização do DCE/UFPE e da UEP, as relações políticas entre as correntes estudantis e as lutas contra a ditadura.

#### **3.1 O DCE/UFPE**

O DCE foi e ainda é a principal entidade representativa dos estudantes de graduação das universidades públicas no país, congregando discentes de outros órgãos acadêmicos, objetivando organizar e dar voz às demandas e pautas estudantis. Historicamente ele se constituiu enquanto um espaço de debates, lutas e disputas

---

<sup>365</sup> MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, pp. 90-91.

políticas democráticas em defesa dos alunos e de melhorias da sociedade, tendo como bandeiras constantes os problemas do âmbito universitário e da conjuntura política, social, econômica e cultural nacional. Além disso, o DCE foi espaço de atuação de alunos de direita, que aderiram aos ideais da ditadura e apoiaram as ações da reitoria.

As reivindicações do órgão foram lançadas dentro e fora das universidades, como reitorias e espaços públicos e privados da cidade, por meio de contestação, mobilização social e apresentação de diferentes ideias, propostas, reivindicações e experiências de vida, contribuindo para a integração da comunidade acadêmica. Logo após o golpe de 1964, o DCE/UFPE foi alvo de repressão e controle por parte do Estado, que interferiu diretamente em sua estrutura de funcionamento, buscando retirar autonomia e potencialidade política, ao submetê-lo ao MEC.

Segundo Dimas Veras, o DCE e os DAs da UFPE resistiram aos Decreto nº228/1967<sup>366</sup> e nº477/1969, mas foram indiciados criminalmente e dissolvidos entre os anos de 1968 e 1969. Somente em 1970, houve um retorno às eleições das entidades estudantis, data marcada por um alinhamento político de direita com a reitoria e por lideranças discentes aderentes à ditadura. Em um cenário de combate à “indisciplina” e à “baderna”, em 1970 e 1971, as eleições do diretório ocorreram em chapa única. Foi a primeira vez que isso aconteceu, perante a falta de interesse e mobilização estudantil<sup>367</sup>. Quanto à situação específica do DCE/UFPE durante o período auge da repressão, de acordo com Angélica Müller:

Na UFPE, em 1969, foram fechadas todas as entidades estudantis e reabertas no formato permitido pelo regime. Diferentemente do caso [do DCE] mineiro, os grupos de esquerda se negaram a participar dessas entidades, que acabaram sendo ocupadas por ‘elementos que estavam mais preocupados em corresponder aos desejos da reitoria’. Entretanto, a partir de 1973 esses grupos começaram a concorrer com as primeiras chapas de oposição. O ano de 1976 tornou-se importante para o movimento dentro da UFPE, pois, apesar de as eleições continuarem indiretas, houve vitória da oposição<sup>368</sup>.

---

<sup>366</sup> Conhecido como Decreto Aragão, reformulou a estrutura organizacional de representação discente e esteve vigente até 1979, quando foi revogado pela Lei nº 6.680. Entre as determinações do decreto, destacamos: a suspensão de acadêmicos e a dissolução de órgãos representativos discentes que participassem, apoiassem ou estimulassem atividades político-partidárias e a falta às aulas, extinção de entidades estudantis estaduais e eleição indireta dos DCEs, por voto indireto de um colegiado formado por membros do DA e o mandato dos membros do DA deveria ser de um ano, sem possibilidade de reeleição para o mesmo cargo. Assim, por meio de um aparato legal, o Estado logrou controlar politicamente órgãos representativos e membros da comunidade acadêmica: alunos, integrantes do Conselho Universitário, diretores de departamento e reitores. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-publicacaooriginal-1-pe.html>>, acessado em 22 nov. 2018

<sup>367</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, pp. 225-227.

<sup>368</sup> MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, p. 125.

Neste capítulo vamos analisar as eleições para o DCE entre 1973, quando foram lançadas as primeiras chapas de oposição, até 1979, ano em que realizaram-se as primeiras eleições diretas para a entidade, menos de dois meses antes do congresso de reconstrução da UNE, em Salvador. A história eleitoral do DCE/UFPE se cruza com a história do movimento estudantil no estado e na esfera nacional.

### 3.1.1 Direita, volver: a crescente oposição das esquerdas (1973-1975).

Nos últimos anos as pesquisas sobre as eleições têm se tornado um campo cada vez mais profícuo para os historiadores, devido às múltiplas possibilidades de se estudar a política, sobretudo, com um enfoque sociocultural. As eleições expressam a estrutura e o funcionamento das instituições, a opinião pública, além dos anseios, embates e comportamentos sociais. Cada sufrágio deve ser entendido no seu contexto de produção, levando em consideração esses aspectos.

As eleições de 1973 no DCE/UFPE tiveram a mesma estrutura de funcionamento das anteriores em uma situação vigente até 1979. Eram indiretas, com mandatos anuais, ocorridas na reitoria e as chapas eram inscritas inicialmente em editais da Divisão de Expediente Escolar e, posteriormente, no Departamento de Assuntos Estudantis<sup>369</sup>. Vejamos maiores detalhes no edital a seguir:

**Ministério da Educação e Cultura  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÕES DA COMISSÃO  
EXECUTIVA DO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES  
(DCE)**

O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da UNIVERSIDADE e na conformidade do Decreto lei n.º 228, de 28.2.67, Portaria n.º 79/72 desta Reitoria e do Regimento do Diretório Central dos Estudantes, torna público, para conhecimento dos interessados, que pelo presente EDITAL fica convocado o Conselho de Representantes do referido Diretório, para eleger a sua DIRETORIA, com observância dos prazos e normas seguintes:

I – Até às 13,00 horas do dia 19 de junho próximo, instruído com a ata da eleição que comprove a qualida-[sic] apresentar o pedido de registro da chapa devidamente de [sic] delegado, fornecida pelo Diretório Acadêmico representado, visado pelo secretário da Unidade Universitária respectiva.

II – No dia 26 de junho, das 9,00 (nove) às 12,00 (doze horas), serão procedidas as eleições, mediante escrutínio secreto, no Auditório JOÃO ALFREDO, na sede da Reitoria, na Cidade Universitária.

<sup>369</sup> Esse departamento foi subordinado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, dirigida pelo policial e professor Armando Samico, entre 1972 e 1975. Ele supervisionou as eleições discentes, expressando a ocupação de um cargo estratégico por um cientista que era militar e aderiu aos ideais políticos da ditadura. VERAS, 2018, *Op. cit.*, p. 228.

III – A apuração será imediatamente após o término da votação asseguradas a exatidão dos resultados e a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, até às 13,00 (treze) horas do dia 28 de junho subsequente.

IV – No dia 27 de junho, às 9,00 (nove) horas, os eleitos serão empossados pelo Magnífico Reitor, em seu Gabinete.

V – O pleito será acompanhado em todas suas fases, pelo Professor Zildo Sena Caldas, como representante do Conselho Universitário, designado na forma do art. 6.º, letra “F” do Decreto lei n.º 228/67.

VI - Ao requererem o registro da chapa, deverão os candidatos comprovar sua elegibilidade, na conformidade do Regimento do D.C.E. e demais normas aplicáveis.

Recifê, 26 de maio de 1973.

a) MARCIONILO DE BARROS LINS

Diretor<sup>370</sup>

É visível como procedimentos burocráticos limitavam as possibilidades de representação estudantil pelo sistema eleitoral indireto, porque poderiam concorrer ao pleito estudantes de quaisquer unidades de ensino da UFPE, desde que não nunca tenham recebido punição disciplinar<sup>371</sup>. Essa estrutura de funcionamento buscou controlar o processo, baseado em um amparo legal público sob o sufrágio em todas as suas etapas. Foram marcantes também o poder vigilante de Zildo Sena Caldas, docente designado pelo Conselho Universitário; a impossibilidade de a votação ser suspensa e o cunho secreto do voto, que permitiu os eleitores exercerem o direito com liberdade.

No *Diario de Pernambuco* foram divulgadas poucas matérias sobre esse processo eleitoral, sendo basicamente referentes aos trâmites burocráticos das eleições e aos nomes dos componentes das duas chapas, sem detalhes a respeito das pautas políticas defendidas e de como foram as disputas eleitorais<sup>372</sup>. Mas o porquê desses silêncios editoriais? À luz de Michel Foucault, problematizamos que os silêncios dos documentos não são entendidos na pesquisa como a ausência de discursos. Pelo contrário, eles estão associados ao controle, seleção, organização e distribuição de quem e do que se pode falar, cujas práticas de autorização, interdição e exclusão marcam os lugares e sujeitos de produção e disseminação dos discursos<sup>373</sup>.

Os silêncios do periódico estão relacionados provavelmente a diferentes fatores: o posicionamento de adesão à ditadura, para não divulgar a organização estudantil oposicionista; a não disseminação das bandeiras políticas discentes; a ausência de

<sup>370</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 26/05/1973, Primeiro Caderno, Nacional, p. 7. (grifos do documento).

<sup>371</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 29/05/1973, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 7.

<sup>372</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 20/06/1973, Primeiro Caderno, Educação, p. 7. *Diario de Pernambuco*, 24/06/1973, Primeiro Caderno, Educação, p. 8.

<sup>373</sup> FOUCAULT, 2006, *Op. cit.*, pp. 8-9.



maiores informações sobre o processo eleitoral ou a censura de informações recebidas, para os discursos da matéria não incentivarem a mobilização discente contra a ditadura e a favor da redemocratização da universidade. Todavia, destacaremos no decorrer da tese, que esse posicionamento que se modificou nos anos seguintes, pelo expressivo aumento de reportagens sobre os sufrágios discentes em suas diferentes etapas e dimensões, quando o movimento estudantil ganhou cada vez mais espaço na grande imprensa local e nacional.

Ambas as chapas foram nomeadas apenas com uma numeração, sem fazer menção a nenhum grupo ou bandeira política<sup>374</sup>, indicando aspectos de sua embrionária estruturação e constituição identitária, além de uma possível censura existente, pela possibilidade de os títulos dos grupos expressarem discursos políticos contra o estado de exceção. Consideramos simbólico o fato de a segunda chapa, tida como opositora, ser formada basicamente por mulheres, situação a contrapelo do universo político geralmente liderado por homens no DCE/UFPE<sup>375</sup>.

Nas disputas, a chapa vencedora para o mandato de 1973-1974 foi a primeira, presidida por Paulo Fernandes de Barros Lima. Pelos seus sobrenomes acreditamos que talvez ele seja parente do interventor Djair Barros Lima, o que implicaria em simbolizar a força de sua liderança política e das relações familiares no campo da UFPE. Verificamos o alinhamento da chapa com os agentes do DOPS/PE e com a ditadura pelo discurso do ofício abaixo, enviado ao secretário de segurança pública de Pernambuco pelo presidente e primeiro secretário do diretório, logo no dia seguinte a sua posse:

DO: Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPE  
 AO: Secretário de Segurança Pública do Estado de Pernambuco  
 ASS.: **COMUNICAÇÃO (Faz)**

Temos a grata satisfação de comunicar a V. Excia. que foi eleita e empossada, nos dias 26 e 27 do mês em curso, respectivamente a Nova Comissão Executiva do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco, para reger os destinos deste órgão central, durante o período 1973/1974. [...] Neste ensejo, estaremos ao inteiro dispor de V. Excia., de quem esperamos merecer os valiosos préstimos, a fim de que possamos dar continuidade às nossas metas de trabalho, pautados sempre na dinâmica progressista do país.

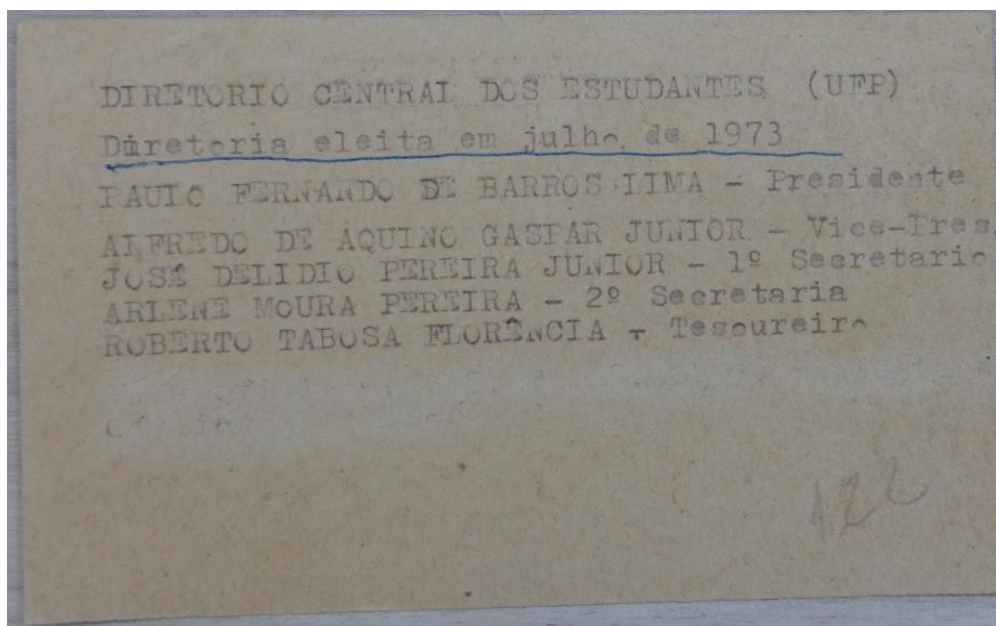
<sup>374</sup> A primeira chapa foi composta por Paulo Fernandes de Barros Lima (presidente), Alfredo de Aquino Júnior (vice-presidente), José Delídio Pereira Júnior (primeiro secretário), Arlene Moura Pereira (segunda secretária) e Roberto Barbosa Florêncio (tesoureiro). Enquanto a segunda foi constituída por Severina Delgado Santos Moreira (presidenta), Maria José Maia de Oliveira (vice-presidenta), Antônio Fernandes Ferreira Gomes (primeiro secretário), Antônia Maria Borges (segunda secretária) e Eloísa Maia Moreno Koniz (tesoureira).

<sup>375</sup> De 1946 a 1973, a UR/UFPE teve apenas duas mulheres presidindo o DCE: Lígia de Sá Leitão, do curso de Filosofia (1948-1949) e Carmem Chaves, acadêmica de Medicina (1967-1968). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/05/1975, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 8.

## SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

José Delídio Pereira Júnior      Paulo Fernandes de Barros Lima  
1ª Secretário                              Presidente do DCE/UFPE<sup>376</sup>

Houve uma continuidade do trabalho desenvolvido anteriormente no diretório por lideranças estudantis de direita. Assim que assumiram o poder, José Delídio Pereira Júnior (1º secretário) e Paulo Fernandes de Barros Lima (presidente do diretório) apresentaram-se à disposição dos militares para cooperar politicamente com eles em defesa da “dinâmica progressista do país”. O discurso esteve em sintonia com a doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, que serviu de base para o golpe de 1964 e manutenção da ditadura, apesar de naquela conjuntura existirem práticas autoritárias dentro e fora da universidade<sup>377</sup>. Entretanto, mesmo o DCE/UFPE alinhado à ditadura, ele foi vigiado por agentes do DOPS/PE, conforme o documento a seguir:



**Imagem 9** Ficha com os nomes dos integrantes da chapa do DCE/UFPE eleita em 1973.

Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A.

Por que um grupo de aderente à ditadura foi vigiado por agentes do DOPS/PE? No período o Estado logrou vigiar todos os sujeitos e segmentos sociais de diferentes posicionamentos políticos, sendo a informação um poder-saber fundamental nesse

<sup>376</sup> Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 27778-A. Movimentos Estudantis. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. OF. Nº DCE 045/73, de 28 de junho de 1973.

<sup>377</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Direito à verdade e à memória: luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010. COELHO, 2017, *Op. cit.*

processo de identificação a partir de dados, que no caso dessa ficha (imagem 9) foram: entidade discente, universidade, nomes e cargos dos militantes, acontecimento narrado e data em que ele ocorreu. Assim, a informação teve os seus efeitos visualizados no cotidiano universitário, por se constituir enquanto saber calculado, construído e disseminado durante as ações de espionagem<sup>378</sup>. Essa prática dos agentes de segurança e informação continuou ao longo dos anos e de outras formas, como foi o caso da produção de informes e da coleta e difusão de materiais produzidos pelo movimento estudantil.

Outra característica dessa gestão estudantil foi a ausência de discussões políticas combativas à ditadura, conforme constatamos no conteúdo das reportagens do *Diário de Pernambuco*, entendido como mais um mecanismo de silêncio dos discursos e do posicionamento pró-ditadura. As atividades registradas consistiram basicamente em eventos acadêmicos e culturais sem clara conotação política, mas com sentido social:

luta pelo abatimento do valor da entrada nos estádios de futebol, melhorias no atendimento dos discentes pela CTU para a compra dos passes estudantis, solicitação de bolsas para alunos carentes em cursos pré-vestibulares e emissão de carteiras estudantis. Todavia, o final do mandato foi turbulento e interferiu diretamente nas eleições de 1974.

Desde o final de 1973, o DCE/UFPE e outros órgãos colegiados funcionaram sem representantes discentes, tendo a universidade descumprido as determinações da Lei nº

5540/1968. Isso ocorreu porque o mandato da chapa eleita em 1973 expirou em novembro, pois todos os seus integrantes concluíram a graduação. Diante disso, Paulo Barros Lima, presidente do diretório, encaminhou um ofício para a reitoria solicitando novas eleições. No documento ele relatou o seguinte: “A omissão, além de contrariar dispositivo legal está ocasionando transtornos à classe estudantil, que continua sem voz e voto nas eleições dos órgãos colegiados”<sup>379</sup>. Assim, a omissão da reitoria foi entendida como um silêncio, cujo discurso apresentou o seu posicionamento contra a reivindicação discente. O militante universitário também relatou que as decisões dos conselhos dos colegiados poderiam ficar sem efeito pela ausência de representantes estudantis, destacando os impactos da prática do reitor.

Como o pedido do ofício não surtiu efeito, isso gerou um conflito com a reitoria e uma repercussão na mídia impressa local, proporcionando a difusão dos discursos estudantis para uma maior parcela da população. Perante essa pressão a reitoria convocou eleições, mas dando apenas um curto prazo de 37 horas para a inscrição das chapas, ação

---

<sup>378</sup> SILVA, 2014, *Op. cit.*

<sup>379</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07/02/1974, Educação, p. 2.

entendida como uma tentativa de controle e desmobilização estudantil. Esta foi uma decisão paradoxal à portaria assinada pelo reitor Marcionilo Lins anteriormente, pelo curto espaço de tempo e pelo sufrágio estar programado para um período de férias acadêmicas. Diante disso, o diretório entrou com um recurso contra a convocação das eleições, simbolizando as fissuras internas das relações de cooperação estabelecidas anteriormente entre a reitoria e os integrantes do DCE<sup>380</sup>.

O professor Rômulo Maciel, reitor em exercício, alegou esse prazo porque de acordo com o artigo nº 118 Estatuto da UFPE, as eleições deveriam ser realizadas na segunda quinzena de maio de cada ano, convocadas vinte dias após a publicação do edital. Em vista dessas irregularidades e da arena de disputas políticas na universidade baseadas no campo jurídico, as eleições foram adiadas para o dia 5 de março<sup>381</sup>

Diferentemente da eleição anterior, houve a nomeação das chapas, conferindo a simbologia das suas pautas de lutas e a formação de uma identidade estudantil mais consistente para os grupos. A chapa de esquerda *Debate e Ação* foi uma oposição aos alunos apoiados pela reitoria e a sua denominação expressou o objetivo de conquistar espaço político para dar mais voz à comunidade discente. O discurso foi o desejo de agir politicamente para mudar a conjuntura autoritária na universidade e aumentar a oposição estudantil na UFPE.

O grupo foi constituído por Nilson Cortez Crocia de Barros (Geociências - presidente); Orlando José Gomes Mindelo (Artes – vice-presidente), Maria Carolina Pontual (Engenharia – 1ª secretária), Antônio Luiz Filho (Ciências Sociais – 2º secretário) e Helena Elizabeth de Bragança (Ciências Sociais – tesoureira)<sup>382</sup>. Entre as suas “metas”, o *Diário de Pernambuco* destacou:

1. Lutar pelo controle do aumento das taxas cobradas pela Universidade, no sentido de proteger os alunos de condições econômicas menos favorecidas, que constituem grande parte do corpo discente.
2. Lutar pelo estabelecimento de transporte de circuito interno no campus da universidade, e de melhorias de transporte de acesso da cidade para a Universidade e vice-versa.
3. Lutar pelo controle da taxa do restaurante, pois os que dele se utilizam são exatamente os estudantes dotados de menores recursos.
4. Lutar pela ampliação da Casa do Estudante para ampliar o alojamento de estudantes com atestado de pobreza, provenientes do Interior e de outros Estados.
5. Lutar pela criação de um sistema assistencial de saúde.

<sup>380</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/02/1974, Capa.

<sup>381</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 13/02/1974, Capa.

<sup>382</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 03/09/1974, Primeiro Caderno, Geral, p. 6.

6. Lutar pela diminuição da taxa cobrada para carteiras de estudantes e unificação de seu preço, identificação que se apresenta com diversos custos no momento: de acordo com as deliberações isoladas dos diferentes DA.
7. Lutar para garantir eleições abertas e democráticas pelos Diretórios Estudantis, bem como órgãos colegiais das escolas e da Universidade.
8. Colocar em funcionamento os departamentos do DCE.
9. Colocar em funcionamento o conselho de representantes.
10. Realizar conferências e seminários para a difusão cultural e científica, assim como fazer o jornal do DCE e diversos murais para divulgar atividades escolares e informes culturais, a fim de dinamizar a vida universitária.
11. Fundar um serviço de assistência jurídica para os estudantes da Universidade.
12. Estimular práticas esportivas nos meios universitários, colaborando na promoção de torneios e competições<sup>383</sup>.

As bandeiras expressaram demandas e lutas discentes que acompanharam a trajetória do movimento estudantil ao longo da ditadura, não se restringindo a esse grupo e nem a esse momento, conforme discutiremos ao longo da tese. Essas bandeiras de esquerda foram variadas: estabelecimento de transporte de circuito interno (conquista concretizada recentemente), melhoria no transporte público de acesso a UFPE (pauta ainda vigente), elaboração de um jornal do DCE (uma conquista da gestão de 1976), melhores condições de funcionamento do Restaurante Universitário (RU) e da Casa do Estudante (reivindicações atuais), o combate às taxas universitárias e à privatização da universidade, a promoção de atividades culturais e a luta por uma representação política discente democrática, livre e sem restrições de funcionamento, que ganhou força nesse período. Na época essa representação era relativa a doze mil alunos na universidade<sup>384</sup>.

Além da *Debate e Ação*, outras duas chapas concorreram ao DCE/UFPE. Entretanto, não encontramos nenhum documento sobre as suas bandeiras nos arquivos pesquisados, sendo um indício da ausência de vigilância policial sobre os grupos e do posicionamento do *Diário de Pernambuco*: apoiou implicitamente a *Debate e Ação*, optou por não divulgar as bandeiras (menos provável) ou não obteve informações sobre as pautas discentes, nossa principal hipótese.

A chapa *Independência e Trabalho* foi apoiada pela diretoria vigente do diretório<sup>385</sup> e a nomenclatura fez alusão ao mundo do trabalho, tema forte na Pedagogia Tecnista, uma das marcas da ditadura. A referência à independência na prática foi uma

<sup>383</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/09/1974, Primeiro Caderno, Diversos, p. 2.

<sup>384</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/09/1974, Primeiro Caderno, Diversos, p. 2.

<sup>385</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 29/08/1974, Primeiro Caderno, Diversos, p. 3.

falácia, por ser a continuidade de um grupo que se aliou à reitoria e aderiu a ditadura. Ele foi formado por Edson de Albuquerque (presidente), Nicodemos Teles de Pontes Filho (vice-presidente), Paulo Cavalcanti (primeiro secretário), Inácio Moraes (segundo secretário) e Antônio Batista (tesoureiro)<sup>386</sup>.

Enquanto a terceira chapa não teve nome de identificação, ao ser constituída por apenas um candidato de posicionamento político de direita: Zélio Furtado da Silva, acadêmico do curso de Direito que se tornou, posteriormente, coordenador do Projeto Guararapes em 1975 e professor adjunto da FDR em 2005<sup>387</sup>. Acreditamos que um dos objetivos dessa chapa individual foi tentar ampliar as possibilidades de votos para as chapas alinhadas à reitoria, para enfraquecer a crescente oposição estudantil.

O sufrágio ocorreu na procuradoria da UFPE, sob a presidência do procurador Newton Siqueira, apoiado pelos diretores do Departamento de Assuntos Estudantis. Votaram 42 delegados de 21 diretórios acadêmicos. Na disputa a *Independência e Trabalho*<sup>388</sup> foi vitoriosa para comandar o diretório na gestão 1974/1975, apresentando uma vantagem de seis votos em relação à *Debate e Ação*, tendo a chapa de Zélio Furtado recebido apenas 4 votos. O novo presidente eleito declarou “[...] que o seu trabalho à frente daquele órgão seguirá as diretrizes do reitorado do professor Marcionílio Lins. A chapa vencedora era apoiada pela antiga diretoria do DCE”<sup>389</sup>. Assim, os discursos do líder estudantil simbolizaram abertamente o apoio à reitoria e, por conseguinte, à ditadura, sendo uma continuidade do posicionamento político do DCE/UFPE.

Durante a solenidade de posse Edson de Albuquerque anunciou “[...] que proporrá ao futuro governador do Estado, uma participação efetiva de colaboração dos jovens no processo desenvolvimentista do País”<sup>390</sup>. Manteve-se a continuidade de um grupo discente de direita à frente do DCE, ratificando a sintonia com os ideais da reitoria e da ditadura, ao apresentar-se alinhado ao governador de Pernambuco Eraldo Gueiros Leite (Arena) e ao discurso da doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. Nesse momento solene, Edson de Albuquerque apresentou as metas do diretório:

<sup>386</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 03/09/1974, Primeiro Caderno, Geral, p. 6.

<sup>387</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 03/09/1974, Primeiro Caderno, Geral, p. 6.

<sup>388</sup> Ao divulgar os resultados, o jornal nomeou a chapa de *Liberdade e Tradição*. Talvez seja um erro de informação, pois este foi o único documento que encontramos com essa identificação ao grupo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/09/1974, Primeiro Caderno, Geral, p. 6.

<sup>389</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/09/1974, Primeiro Caderno, Geral, p. 6.

<sup>390</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 13/09/1974, Avisos e Editais, p. 24.

Nenhuma atitude isolada será tomada pelo DCE. Todas as decisões a respeito dos problemas de classe serão analisadas com a participação dos Diretórios Acadêmicos, através de debates em que seja efetiva a opinião de todos os representantes do corpo discente da Universidade [...]. A nova diretoria executiva do DCE vai pleitear ajuda do Ministério da Educação e Cultura e de outros órgãos, a fim de fazer funcionar normalmente os gabinetes médico, odontológico e o de análise clínica, dentro do programa de assistência aos alunos. [...] Uma das reivindicações a serem logo encaminhadas pelo DCE diz respeito ao abatimento nos ingressos para estádio de futebol<sup>391</sup>.

O discurso foi associado à democracia, à união discente e à cooperação com o governo, com uma postura de interlocução com o MEC e outros órgãos para angariar recursos para beneficiar a comunidade acadêmica, ressoando provavelmente de forma positiva em uma parcela significativa dos universitários. Nessa conjuntura, os debates tidos como democráticos pela direita deveriam estar em sintonia com o regime.

Ao compararmos essas bandeiras com as da *Debate e Ação*, identificamos como pontos em comum a assistência estudantil e a promoção de atividades culturais, assim como a falta de uma referência direta à luta contra a ditadura. Como aspecto distinto, verificamos na *Independência e Trabalho* a ausência de uma discussão política crítica a respeito das limitações de representação estudantil na universidade, tendo em vista a sua adesão à reitoria e ao regime político vigente.

Ao compararmos essa eleição com a anterior, constatamos um aumento de chapas na disputa: três em vez de duas e, antes de 1973, apenas uma participante. Também foi significativo como novidade em relação ao ano anterior, a nomeação das duas chapas, o que contribuiu para a construção da identidade discente, ao apresentar as propostas e caracterização dos grupos. Outro fato marcante nesse contexto eleitoral de 1974 foi a reabertura de todos os DAs durante a gestão do reitor Marcionilo de Barros Lins<sup>392</sup>, contribuindo para a reorganização do movimento estudantil.

Entretanto, em 7 de abril de 1975, Marcionilo de Barros Lins afirmou que a escolha dos representantes discentes para os vários colegiados da universidade não deveria ser feita por meio de eleições, mas por escolha do DCE. O discurso era de que a medida fortaleceria o diretório e reduziria o trabalho da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários, pois perante a Reforma de Ensino, precisava fazer eleições semestrais. Mas na prática, era uma forma de exercer um controle sobre as entidades estudantis em

---

<sup>391</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07 e 08/09/1974, Educação, p. 28 (duas edições publicadas no mesmo dia).

<sup>392</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07 e 08/09/1974, Educação, p. 28 (duas edições publicadas no mesmo dia).

um momento de crescente oposição à reitoria. O reitor reforçou a busca por controle universitário no documento a seguir:

Ele [Marcionilo] disse ainda ser a favor da volta dos Diretórios Acadêmicos, porém como órgãos setoriais que formariam o corpo de representantes do DCE, com um único regimento. ‘Marcharíamos, assim, para uma maior integração com o corpo discente, motivando inclusive a sua participação nas reuniões onde são discutidos os problemas da Universidade’. – Com a incorporação dos antigos Diretórios Acadêmicos ao DCE haveria também melhor distribuição de verbas, pois o orçamento seria global, cabendo ao DCE apresentar seu plano de aplicação. Dessa maneira, não veríamos um Diretório luxuosamente instalado, e outro que não dispõe nem de cadeiras. Nenhum deles seria autônomo, agindo sempre de comum acordo com o DCE<sup>393</sup>.

A entrevista foi concedida ao *Diário de Pernambuco*. Interpretamos o espaço concedido pelo jornal como uma prática de cooperação com o posicionamento político do dirigente. Marcionilo Lins apresentou-se como democrático, logrando disseminar efeitos de verdade para os leitores, ao justificar as limitações de funcionamento dos DAs e do DCE da UFPE. As restrições foram associadas a questões que poderiam ser vistas como positivas pela população: melhorias na distribuição de verbas para esses órgãos, necessidade do DCE desenvolver um plano de aplicação dos recursos financeiros e eliminação das discrepâncias de estrutura física das entidades, pois na ótica do reitor, havia “um diretório luxuosamente instalado”, enquanto outro não tinha nem cadeiras.

Dessa forma, os discursos de Marcionilo lograram receber apoio acadêmico e social e subjetivamente incitaram conflitos entre os estudantes, pelas distintas situações em que se encontravam as entidades estudantis. Possivelmente, essa proposta ocorreu pelo crescimento do movimento de oposição política estudantil na universidade e pelo histórico de apoio das gestões do DCE.

A historiografia caracteriza o período da abertura política por um paradoxo, maiores possibilidades de resistência política sob a busca de controle social do Estado. Se por um lado o reitor permitiu a reabertura dos DAs, por outro, visou posteriormente, retirar-lhes a autonomia de sua estrutura de funcionamento e a força de sua representação, com o objetivo de submetê-los ao DCE.

As eleições de 1975 foram marcadas por um caráter *pro tempore*, em decorrência dos problemas ocasionados pelas enchentes de 17 de julho de 1975, quando todas as atividades da UFPE foram interrompidas, porque o *campus* foi alagado e a estrutura das

---

<sup>393</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/04/1975, Avisos e Editais, p. 24.



edificações afetadas. Isso resultou na prorrogação dos mandatos de todos os DAs e do DCE eleitos em 1974 por até 90 dias, para fins de regularização<sup>394</sup>.

Segundo Luiz Nascimento, essa foi a maior enchente da história do Recife, quando foi inundada quase toda a planície aluviônica em volta do Rio Capibaribe<sup>395</sup>. Ao longo de 48 horas foram 107 mortos e 350 mil desabrigados, impactando também o *campus* da UFRPE<sup>396</sup>. Houve a interdição de rodovias que davam acesso à cidade, surtos epidêmicos, blecautes em vários bairros e Recife ficou isolada por alguns dias.

Nesse cenário, o DCE/UFPE entrou em um acordo com o reitor Marcionilo para definir a escolha da próxima gestão, apresentando-lhe cinco listas sêxtuplas, mesmo com a repetição de candidatos. O DCE reuniu-se com os diretores dos DAs no dia 5 de setembro para a definição dos nomes. Os candidatos ao pleito deveriam fazer parte das diretorias executivas dos DAs vigentes e precisariam apresentar declarações dos diretores dos departamentos que estavam ligados<sup>397</sup>. Assim, a representação estudantil se formou sob um contínuo controle de grupos de direita. O edital para mandato suplementar foi publicado no dia 17 de setembro, estabelecendo o seguinte:

I - [...] ficam convocados os membros do Conselho de Representantes dos Diretórios Acadêmicos junto ao D.C.E., ainda com mandato em curso, para elegerem a Diretoria Executiva daquela entidade estudantil por um mandato suplementar de até noventa (90) dias, a contar da data de posse dos representantes eleitos, e, que será substituída pela diretoria a ser eleita, oportunamente, para um mandato de um (1) ano, tão logo sejam constituídos os Diretórios Acadêmicos dos Centros recém-instalados.

II – Até as 12:00 horas do dia 22 do corrente mês os representantes dos Diretórios Acadêmicos que ainda estão com o mandato em vigor, deverão dar entrada no protocolo do Departamento de Assuntos Estudantis (D.A.E.), a seguinte documentação:

a) – cópia da ata de reunião do Diretório Acadêmico em que foram escolhidos os que representam junto ao D.C.E., devidamente visada pelo Diretor ou Secretário da respectiva Unidade;

b) – para os que foram candidatos ao mandato suplementar, o documento exigido na letra “a”, deverá ser acrescido do requerimento de inscrição o qual poderá ser chapa ou individual<sup>398</sup>.

<sup>394</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/09/1975, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 6.

<sup>395</sup> NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. *Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975). Sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins*. 2004, 449f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2004, p. 189.

<sup>396</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>397</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/09/1975, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 6.

<sup>398</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/09/1975, Segundo Caderno, Avisos e Editais, p. 13.

O trâmite burocrático expressou a busca da reitoria pelo controle sobre o diretório, cuja inscrição dos candidatos avulsos ou em chapa deveria seguir um metódico procedimento que seria validado com a anuência dos órgãos e autoridades competentes. A conjuntura atraiu a vigilância dos agentes do DOPS/PE, que foram informados sobre o cotidiano de todo o processo eleitoral pela AESI/UFPE, por meio do fluxo comunicacional entre essa assessoria e a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Isso porque o pró-reitor e militar Armando Samico enviou para esse órgão a lista dos candidatos inscritos ao pleito e a relação dos delegados para o colégio eleitoral<sup>399</sup>.

Estiveram aptos a concorrer os representantes dos DAs de Comunicação, Nutrição, Educação, Arquitetura, Filosofia e Ciências Humanas, Biociências, Enfermagem, Administração, Artes, Química, Engenharia e Física<sup>400</sup>. As eleições foram realizadas no dia 29 de setembro, das 8:00h às 10:00h, no auditório da reitoria da UFPE. O sufrágio foi presidido por uma comissão designada pelo reitor, sendo constituída por Nildo Carneiro Leão (procurador chefe e presidente), Marcílio José Gonçalves Pereira (diretor da Divisão de Assistência ao Estudante) e Miguel Freitas Monteiro (chefe da seção de bolsas do Departamento de Assuntos Estudantis)<sup>401</sup>.

Concorreram duas chapas. *Participação e Luta*, opositora à gestão atual, cujo título ressaltou a relevância da participação estudantil na luta por melhorias na universidade; enquanto a outra foi constituída por candidatos isolados, entre eles destacamos Nicodemos Teles de Pontes Filho (Biociências, presidente), candidato anteriormente ao cargo de vice-presidente da chapa *Independência e Trabalho*, nas eleições do DCE em 1974<sup>402</sup>.

Segundo Armando Samico, o sufrágio transcorreu com tranquilidade, faltando apenas os candidatos Nicodemos Filho e Aurora Dornelas, não sendo obrigatória a presença dos concorrentes no momento. As disputas foram acirradas, conforme expressam os resultados<sup>403</sup> e, diante do empate para dois cargos, com base no artigo nº21

---

<sup>399</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial e urgente nº 017, de 23 de setembro de 1975.

<sup>400</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial e urgente nº 017, de 23 de setembro de 1975.

<sup>401</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial nº 020, de 29 de setembro de 1975.

<sup>402</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial e urgente nº 017, de 23 de setembro de 1975.

<sup>403</sup> Presidente (Nicodemos Teles de Pontes Filho com 11 votos e Mário Souza com 10), vice-presidente (Robert Lyra e Maurício Araújo empatados com 10), primeiro secretário (Maria Lola com 11 e Orlando Mindelo com 10), segundo secretário (Edmundo Leal e Cristina Calado empatados com 10) e tesoureiro (Oswaldo Fonseca com 11 e José Leão com 10). Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis.

do Estatuto do DCE, marcou-se um novo escrutínio. Ele ocorreu no dia 2 de outubro, tendo como vencedores Robert Carlos Lyra para o cargo de vice-presidente e Edmundo da Cunha Leal para o de segundo secretário<sup>404</sup>.

Conforme vimos no capítulo 2, segundo agentes do IV Exército, durante as eleições de 1975 para os DAs, em face da influência do Projeto Guararapes na universidade, os candidatos estudantis ligados a esse projeto saíram vitoriosos nas eleições para os DAs dos Centros de Ciências da Saúde e Ciências Biológicas e das Faculdades de Direito, de Filosofia do Recife e Educação Física e Reabilitação<sup>405</sup>. Dessa forma, esse é um dos fatores que explica a continuidade das direitas na liderança de diversos diretórios acadêmicos da UFPE.

Nesse contexto também ocorreram as eleições indiretas<sup>406</sup> para o cargo de reitor da UFPE e da UFRPE. Especificamente sobre a UFPE, segundo o *Diário de Pernambuco*, o professor Paulo Maciel<sup>407</sup> já tinha recebido apoio declarado do DCE/UFPE e seu nome figurava como o mais cotado entre os docentes, alunos e reitores de outras universidades antes mesmo do lançamento da lista sêxtupla dos candidatos, expressando a força das relações políticas de cooperação na universidade<sup>408</sup>.

Quando o Conselho Universitário lançou essa relação, ele foi o mais votado. No final de setembro, a indicação do professor Paulo Maciel pelo ministro da Educação e

---

Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial nº 020, de 29 de setembro de 1975.

<sup>404</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício confidencial nº 025, de 03 de outubro de 1975.

<sup>405</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Relatório especial confidencial nº 07-E/2, de 20 de novembro de 1975.

<sup>406</sup> “Antes do regime militar, a escolha dos dirigentes universitários se fazia por meio de listas tríplices elaboradas pelos órgãos colegiados (conselhos universitários e congregações de faculdades). As listas eram submetidas ao governo federal, que escolhia um dos nomes para o cargo. Depois do golpe de 1964, a única mudança formal no processo foi aumentar a lista para seis nomes, ampliando as chances de o governo encontrar alguém ‘adequado’”, MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 347.

<sup>407</sup> Nasceu em Recife, em 1924, em decorrência de um enfarto. “[...] Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife [...]. Foi professor da [...] Universidade Católica de Pernambuco; [...] da Faculdade de Filosofia do Recife [...] e da [...] Faculdade de Ciências Econômicas da UFPE. Ocupou cargos de coordenador do Centro Regional de Pós-graduação Norte/Nordeste do Ministério da Educação e Cultura; diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco); primeiro presidente do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe); presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), secretário de Estado para os Negócios da Fazenda (Pernambuco); deputado federal [Arena]; Pró-Reitor para Assuntos Regionais e Intercâmbio Científico”. <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=757%3Apaulo-maciel&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=757%3Apaulo-maciel&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1)>, acessado em 12 jan. 2019.

<sup>408</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 01/08/1975, Primeiro Caderno, Educação e Cultura, p. 7.

Cultura Ney Braga ao presidente Geisel gerou uma significativa repercussão no meio universitário e o apoio de Humberto Carneiro, reitor da UFRPE<sup>409</sup>.

Paulo Maciel assumiu a reitoria em 16 de outubro de 1975, função ocupada até 1979. A solenidade de posse ocorreu no salão nobre da FDR, ele saudou alunos, docentes, pesquisadores e funcionários da universidade com o discurso de convocá-los “[...] para um esforço de integração cultural e de unidade moral”. Assim, apresentou-se em sintonia com o discurso da ditadura estabelecida e mantida sob valores morais e ideais de coletividade. Também ficou expressa a sua relação de cooperação com a direção do DCE, quando nesse dia, ele relatou ser tratado como um amigo por Nicodemos Filho, buscando apresentar uma imagem positiva sobre a sua relação com o meio estudantil<sup>410</sup>.

Dias antes desse evento, integrantes do DCE reuniram-se com Ernesto Geisel no Palácio Campo das Princesas, em Recife. Eles trataram de problemas estudantis, como foi o caso do desemprego na área tecnológica, por haver poucas indústrias de grande porte na região e as de pequeno não absorviam os egressos. O encontro foi mais um registro da adesão estudantil à ditadura e da força da articulação política dos estudantes de direita da UFPE, ao conseguirem um encontro com o presidente da República para discutir as suas demandas socioeducacionais na sede do governo estadual.

Nesse momento Ernesto Geisel afirmou que a política governamental privilegiava o desenvolvimento nacional e Pernambuco não estaria de fora. Entretanto, expressou “[...] ser favorável à participação dos estudantes na vida política da Nação, com a condição de que não atuem dentro da Universidade”<sup>411</sup>. Assim, como forma de controle social, o discurso de cunho nacionalista logrou combater às crescentes atividades políticas de oposição juvenil na universidade, que tinham como bandeiras centrais a exigência de melhorias educacionais e as lutas em prol da democratização das entidades representativas estudantis e da estrutura universitária.

Por outro lado, o fato registrou como nesse período o Estado buscou legitimidade e negociou com a oposição, incorporando algumas reivindicações que não contrapusessem ao entendido como de segurança nacional, para ampliar as bases de

---

<sup>409</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 27/09/1975, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 2. 28/09/1975, Primeiro Caderno, Educação e Cultura, p. 9.

<sup>410</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/10/1975, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 3.

<sup>411</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/09/1975, Primeiro Caderno, Local, p. 2.

sustentação governamental<sup>412</sup>. Entretanto, a oposição ao governo e à reitoria só aumentou nos anos seguintes no meio estudantil, sendo as eleições e a reestruturação das entidades discentes algumas das possibilidades de resistências.

### 3.1.2. “Nem sempre o DCE cumpriu a sua função”<sup>413</sup>: a vitória das esquerdas (1976-1978).

Com o início do governo de Ernesto Geisel, foi marcante o crescimento de correntes de oposição à ditadura no movimento estudantil em todo o país. Nesse período aumentou a oposição discente na UFPE, que desde 1976 obteve sucessivas vitórias eleitorais no DCE, passos importantes na caminhada para a queda do regime.

Para se ter uma dimensão dessa conjuntura nas universidades, em 1976, houve eleições para o DCE Livre da USP, primeira entidade discente nas mãos das esquerdas a se rearticular desde 1968, tornando-se uma referência para o movimento estudantil no Brasil. Em 1976, os estudantes também conseguiram a retomada do DCE da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a reabertura do DCE da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a criação do DCE da Universidade Federal do Piauí (UFPI), a primeira eleição direta do DCE da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a primeira vitória das esquerdas durante as eleições indiretas para os DAs e DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) desde 1968<sup>414</sup>.

Na UFPE, em 8 de janeiro de 1976, publicou-se o edital de convocação das eleições para a diretoria do DCE, documento divulgado inclusive na imprensa local<sup>415</sup>. Como nas edições anteriores, o pleito foi indireto e contou com a participação restrita aos membros das diretorias executivas dos DAs. Cada DA indicou dois representantes

<sup>412</sup> SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007, 248f. Dissertação (Mestrado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007, p. 160.

<sup>413</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. *Jornal Programa D.C.E.*, junho de 1976, p. 2.

<sup>414</sup> NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. *Do fragmento à organização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)*. 2015, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2015, p. 4. CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, educação superior e sociedade em Sergipe, (1950-1985)*. Maceió: EDUFAL, 2017, p. 488. VALE JÚNIOR, 2010, *Op. cit.*, p. 77, p. 89. MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, p. 125. UFRN. *Comissão da verdade da UFRN: relatório final*. Natal: EDUFRN, 2015, pp. 277-285.

<sup>415</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 11/01/1976, Primeiro Caderno, Política e Governo, p. 6.

para formar o Conselho dos Representantes do DCE, responsável pela escolha dos integrantes do diretório.

Nesse ano houve uma alteração importante, devido à reestruturação ocorrida em setembro na UFPE, as Unidades isoladas foram aglutinadas em Centros. Na época a universidade passou a ser constituída por oito Centros e três Unidades (Fafire, Educação Física e Direito), existindo onze diretórios e não mais doze, como em 1975<sup>416</sup>. As eleições foram agendadas para 11 de fevereiro e, como vigilância, policiais realizaram um histórico dos candidatos ao diretório, constatando poucos dias antes da eleição que não havia registros contra eles nos arquivos da SSP/PE.

A informação foi difundida para a AESI/UFPE, atendendo a um pedido de busca emitido anteriormente por essa assessoria, registrando as relações de cooperação entre a universidade e a polícia política<sup>417</sup>. Quanto aos candidatos e suas propostas, a chapa *Unidade*, cujo título expressou a relevância da união e coletividade estudantil, apresentou como plataforma da sua campanha:

[...] a participação aberta dos estudantes nas entidades de representação, voltadas realmente para os problemas dos cursos e da universidade, e realizando promoções culturais e artísticas, enfim propondo uma dinamização da vida universitária. Dentro dessa perspectiva, os componentes da chapa **Unidade** já vinham atuando através de alguns diretórios, realizando a pesquisa sobre a cobrança de taxas e a implantação do ensino pago na universidade, movendo campanha contra o jubramento, pela reabertura do restaurante universitário do centro (situado na Rua Gervásio Pires) e pela manutenção das casas de estudantes, além de realizar promoções culturais, como os ciclos de debates sobre os problemas nordestinos, filmes, Mostra Universitária de Fotografia e o Parangolé, promoção cultural com filmes, slides, teatro, música, exposição de artes plásticas e debates<sup>418</sup>.

É notório o cunho político das bandeiras defendidas pelos membros do diretório, ao reivindicarem uma atuação mais democrática e autônoma das suas entidades representativas, atividades voltadas para problemas da UFPE e dos seus cursos, conforme algumas ações já desenvolvidas por DAs de oposição à gestão vigente e à reitoria. Os discursos discentes combateram várias questões apoiadas pela ditadura: taxas universitárias, privatização universitária e jubramento de alunos resistentes ao regime.

<sup>416</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 09/02/1976, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 2.

<sup>417</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Ofícios da UFPE e SSP/PE. Fundo nº 7272. Data: 1977 a 1979. 84 documentos. Informação confidencial nº 166, de 05 de fevereiro de 1976. Documento originário do CI/SSP/PE, difundido para a AESI/UFPE e resultante do pedido de busca nº 22/76, oriundo da AESI/UFPE.

<sup>418</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 09/02/1976, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 2. (grifo do documento).

Os alunos da chapa *Unidade* também defenderam a reabertura do RU do centro do Recife, melhorias estruturais na Casa do Estudante e a promoção de atividades artísticas e culturais, que na prática, iriam além do entretenimento, pela sua potencialidade política. Conforme verificamos na pesquisa, essas bandeiras levantadas continuaram sendo pautas estudantis nos anos seguintes.

Nesse histórico de lutas, segundo Luiz Machado, uma das contribuições do DA da EEP nos anos de 1974 e 1975 foi suscitar um debate sobre a retomada do DCE por segmentos com um enfoque mais político. Esse foi um dos aspectos que contribuíram para que a gestão eleita possibilitasse uma maior participação discente nas questões políticas da universidade<sup>419</sup>. Assim, houve um incremento das ações estudantis em um movimento de oposição à reitoria e à ditadura.

A outra chapa foi a *Vanguarda Independente Reformista (VIR)*, alinhada à reitoria e à gestão do DCE vigente, cuja designação buscou apresentá-la como vanguardista, à frente das lutas universitárias em uma linha independente e reformista. Mas, destacamos que, em 1964, uma chapa homônima, com histórico de fraude eleitoral e alinhada à reitoria assumiu o DCE, tendo como presidente o interventor da UEP Djair de Barros Lima<sup>420</sup>. Na disputa eleitoral de 1976, a chapa *Unidade* foi vencedora, conseguindo 11 dos 18 votos dos seis Centros e das três Unidades Independentes da UFPE<sup>421</sup>.

O quantitativo está relacionado ao fato de apenas dezoito delegados participarem do pleito, pois quatro delegados da *Unidade* ligados aos Centros de Saúde e Exatas foram impugnados sob a alegação de irregularidades na documentação. Situação entendida pelos candidatos como um ato arbitrário cometido pela *VIR* e apoiado pelo DCE. Mais um fato simbólico sobre as efervescentes disputas políticas entre estudantes de esquerda e direita, tendo como base discursiva um aparato legal<sup>422</sup>.

Após essa disputa interna entre os universitários, a nova diretoria tomou posse no auditório reitor João Alfredo, em 12 de fevereiro, um dia após o sufrágio. Além dos estudantes eleitos, compareceram Severina Maria Queiroz de Lima, o pró-reitor Comunitário Sebastião de Araújo Barreto Campello e o reitor Paulo Maciel, que “[...]”

<sup>419</sup> MACHADO, 2008, *Op. cit.*, pp. 110-111.

<sup>420</sup> VERAS, 2018, *Op. cit.*, pp. 88-89.

<sup>421</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/02/1976, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 2. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Jornal *Programa D.C.E.*, junho de 1976, p. 2.

<sup>422</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/02/1976, Primeiro Caderno, Local e Estadual, p. 2. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Jornal *Programa D.C.E.*, junho de 1976, p. 2.

preferiu breves palavras [,] concitando os estudantes eleitos a se unirem em torno da causa comum e do progresso da UFPE”<sup>423</sup>. O discurso objetivo buscou persuadir a nova diretoria do DCE a se unir em defesa do desenvolvimento coletivo da universidade, denotando um aviso para que os militantes oposicionistas não se envolvessem em atividades políticas no *campus*, logrando desmobilizar a resistência estudantil.

Esta eleição foi um marco político durante a ditadura, porque foi o retorno de lideranças de esquerda ao DCE/UFPE, após vários anos com acadêmicos de direita no poder. Ao tomar posse, a nova gestão desenvolveu atividades políticas e culturais em sintonia com as propostas de campanha: combate às taxas universitárias, defesa do RU e realização de ações artísticas e culturais<sup>424</sup>. No jornal *Programa D.C.E.* a nova diretoria teceu um panorama sobre os significados da vitória para o DCE:

Nem sempre o DCE cumpriu a sua função. Foi o que aconteceu de 1969 a 1975. Nesse período, as diretorias que ocuparam esta entidade puseram em prática os seus objetivos anti-estudantis, esvaziando o DCE de sua real função, transformando-os numa empresa e num mero apêndice da burocracia da Universidade. Essas diretorias instaladas e deslumbradas na ‘grande sede’ com suas salas de espera, de lazer, de comemoração, preocuparam-se somente com o funcionamento burocrático da entidade, longe dos estudantes. Limitavam-se a realizar promoções tipo ‘Festa da Rainha dos Estudantes’ e cursos que tinham a finalidade de desviar os estudantes dos problemas que os afligem na Universidade. Servindo sempre aos interesses da Reitoria, essas diretorias, deixando de se posicionar em defesa dos estudantes, deixaram que nossos problemas fossem se agravando. [...] Podemos comprovar, a posição do DCE de antes, através das declarações de um ex-presidente que, em entrevista ao JORNAL DA CIDADE (agosto de 75), disse que sua intenção era dar uma estrutura de empresa ao DCE. E no JORNAL DO BRASIL, de 20.07.75: ‘o presidente do DCE de Pernambuco defendeu a existência do Decreto-Lei 477, pois, segundo ele, ‘os estudantes atarefados com suas universitárias já não podem admitir política nas faculdades e o 477 garante a manutenção de um clima de tranquilidade no campus’. [...] A partir de 1974 começou a ressurgir na UFPE as atividades estudantis para a retomada das suas entidades das mãos dos pelêgos [sic] e reabertura das que estavam fechadas. Em setembro daquele ano lançamos a primeira Chapa de Oposição (DEBATE E AÇÃO) às eleições do DCE, através de quatro diretórios: Arquitetura, Artes, CEFCH e Geociências. Apesar de termos o apoio de mais cinco diretórios, isso não foi suficiente para ganharmos, pois eles ainda contavam com maioria (12 DAs) e o resultado foi de 24 votos contra 18. Foram esses poucos diretórios que em oposição ao DCE, assumiram a defesa dos estudantes, ao nível da Universidade, posicionando-se contra: AUMENTO DAS TAXAS, FECHAMENTO DAS CASAS DE ESTUDANTES, JUBILAMENTO, ENSINO PAGO (pesquisa feita em 1975) e realizando promoções culturais: PARANGOLÉ, MOSTRA

<sup>423</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Termo de posse dos candidatos eleitos pelo DCE/UFPE em 12/02/1976, de 23 de junho de 1977 de 1975. Documento emitido pela ASI/UFPE e cópia do original.

<sup>424</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 536-B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Panfletos Estudantis. Data: 1976 a 1979. 91 documentos. Diretórios Acadêmicos. Fundo nº 1009. Data: 1966 a 1981. 38 documentos. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos.



UNIVERSITÁRIA DE FOTOGRAFIAS, FILMES, CONFERÊNCIAS E OUTRAS. Com a reestruturação da Universidade quase todas as faculdades foram transformadas em Departamentos, agrupados em oito Centros, e, com isto, os diretórios foram diminuindo de 21 para 11. Essa medida veio dificultar ainda mais a representação dos estudantes, que antes tinham o seu diretório por curso<sup>425</sup>.

Os discursos do documento buscaram ressoar um efeito de verdade no leitor sobre o passado das gestões anteriores do DCE/UFPE (1969-1975), associando-o a uma série de questões negativas: “anti-estudantis”, esvaziado de suas reais finalidades, desviante dos problemas da universidade, servente aos objetivos da reitoria, apêndice burocrático da UFPE e formato de empresa. A produção de um periódico próprio da nova gestão do diretório estudantil foi uma conquista, pois ao se organizar, ela teve um espaço específico para a construção e difusão dos discursos entre a comunidade acadêmica. Assim, uma matéria como essa dificilmente seria publicada em um jornal da grande imprensa, devido ao seu formato crítico de elaboração.

Ainda sobre essa edição do *Programa D.C.E.*, nela foram citadas as declarações do presidente do DCE/UFPE Nicodemos Filho ao *Jornal da Cidade* e ao *Jornal do Brasil*, em 1975. Nesses veículos o jovem defendeu a “estrutura empresarial” do DCE e a aplicação do Decreto nº 477/1969 em militantes estudantis. Houve uma adesão do discente à ditadura e ressaltamos que a referida estrutura empresarial do diretório se inseriu na dinâmica de funcionamento do recém-criado Projeto Guararapes.

O *Programa D.C.E* traçou um breve histórico do movimento estudantil na UFPE, tecendo na narrativa a sua versão da “verdade” sobre o passado das gestões anteriores. As práticas e discursos objetivaram conscientizar o leitor, mobilizar os universitários em defesa de suas bandeiras, criticar os alunos de direita e destacar como a conquista da nova gestão foi resultante da crescente oposição juvenil, que conseguiu a partir de 1974, a reabertura dos DAs atingidos pela repressão no *campus*.

Nessa oposição, diversas bandeiras de cunho político, artístico e cultural foram levantadas e serviram de base para a vitoriosa campanha da chapa *Unidade*. Também nos chamou a atenção no periódico que a recente reestruturação da UFPE (quando a maioria das faculdades foram transformadas em departamentos, reunidos em 8 Centros) culminou na diminuição de 21 para 11 DAs. O fato foi mais um obstáculo às possibilidades de representação discente, pois, anteriormente, os diretórios estavam

---

<sup>425</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. *Jornal Programa D.C.E.*, junho de 1976, p. 2.



Os jornais estudantis divulgaram informações relevantes, representaram estéticas variadas e foram produzidos de acordo com as condições existentes, sendo impressos ou mimeografados. O formato físico, periodicidade, nome, teor e quantitativo de edições variaram de acordo com cada grupo político, conjuntura histórica, financeira e espacial, daí a sua potencialidade política e complexidade de elaboração<sup>427</sup>.

Em face do posicionamento crítico e combativo do DCE/UFPE quanto aos problemas universitários, a entidade foi pressionada pela reitoria e criou-se um cenário de medo e tensão perante a difusão de “boatos” sobre o órgão. Ele foi associado pela mídia local (rádio e televisão) à desorganização e à irregularidade na emissão e entrega das carteiras estudantis. A situação foi denunciada por outro jornal discente, o *Movimento no DCE*, publicado em 1976, composto por duas páginas e vendido a Cr\$ 5,00<sup>428</sup>. O periódico preocupou-se com os efeitos de verdade dos discursos sobre o DCE, atraindo a vigilância policial sobre os discentes:

1. PRESIDENTE: ORLANDO JOSÉ GOMES MINDELO. Nascido em 11 Ago 53, matriculado na UFPE, NPD nº 417204345. Anteriormente foi presidente e tesoureiro do antigo Diretório Acadêmico de Artes, também presidente do Centro de Artes e Comunicação. É aluno de desenho industrial. Aparece ser um elemento tímido e bastante manobrado pelo grupo esquerdista universitário. Isto foi comprovado quando das reuniões do grupo de oposição, antes das eleições para o DCE e que eram feitas na Escola de Artes sem que ele as presidisse, embora realizadas na sua própria escola. Nos contatos realizados com outros membros do DCE/UFPE, nota-se que ele pouco manda, aparentando que os verdadeiros líderes são os alunos: MARCELO, de Medicina, RUBEM MONTEIRO FILHO, de Engenharia, ANTÔNIO ACIOLI (TONHÃO), de Comunicação Social, EXPEDITO (ex-seminarista), aluno de Direito, ao que tudo indica, um dos intelectuais do grupo e, mais, alguns outros elementos do setor teatral do DCE/UFPE.
2. VICE[-]PRESIDENTE: LUCINDA MARIA FREIRE DA ROCHA<sup>429</sup>, nascida em 23 Set 51, aluna do curso de Psicologia. NPD 317321174, Secretária Geral do DA do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Sua posição política não está definida.
3. 1º SECRETÁRIO. Foi candidato da chapa vitoriosa o aluno de Física do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, MÁRIO EVERALDO DE SOUZA, NPD 217404936. Sua representação foi nula por irregularidades na ata. Há possibilidade de tomar posse nessa função e o [sic] candidato da chapa contrária, SÔNIA BELTRÃO, da Faculdade de Educação e pertencente ao Projeto Guararapes.

<sup>427</sup> PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. *Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 1970. 1997*, 282f. Dissertação (Mestrado em História) - UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997, p. 182.

<sup>428</sup> Equivalente a R\$ 0,18, segundo o conversor de moedas <[https://pt.coinmill.com/BRC\\_BRL.html#BRC=27000000](https://pt.coinmill.com/BRC_BRL.html#BRC=27000000)>, acessado em 19 set. 2020  
Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Jornal *Movimento no DCE*, 1976, p. 2.

<sup>429</sup> O nome correto da militante é Lucinda Maria da Rocha Macedo, graduada em Psicologia (1977) e doutora em Serviço Social (2007) pela UFPE, onde ingressou como professora efetiva em 1979, apenas com a graduação. <<http://lattes.cnpq.br/6365660202638881>>, acessado em 21 abr. 2020.

4. 2º SECRETÁRIO: ASTANILSEN DUARTE LIMA, aluno de Comunicação Social e 1º Secretário do DA do Centro de Artes e Comunicação ASTANILSEN substituiu, de última hora, ANDREY BARBOSA BRUSKY do DA do Centro de Ciências da Saúde, por ter havido irregularidades no edital de convocação para as eleições. Não é conhecida a atuação política de ASTANILSEN.

5. TESOUREIRO: RUBEM FERNANDO MONTEIRO FILHO, nascido em 18 jul 54, cursa Engenharia Elétrica, NPD 217320333 – é bastante atuante, eleito antes, delegado do Centro de Tecnologia a que pertence junto ao Conselho Departamental. Mostra-se revoltado e gosta de ironizar os professores. Dentro da Diretoria parece ser o principal líder<sup>430</sup>.

Constatamos, portanto, o levantamento de vários tipos de informações: número de matrícula na universidade, curso vinculado, filiação familiar, idade, histórico político, cargos exercidos nas entidades estudantis. Havia até mesmo uma análise comportamental, algo comum na mentalidade de informação do meio militar, por ser pautada na desconfiança, dúvida e suspeição<sup>431</sup>. A polícia atentou-se em identificar quem assumia papéis de liderança, intelectualidade e ironia política, cujas práticas foram opositoras à ditadura. Assim, tratou-se de um grupo com perfil plural e jovem, na faixa dos vinte e poucos anos, situação comum ao movimento estudantil.

Para se ter uma ideia da dimensão dos impactos da vitória da chapa do DCE/UFPE *Unidade* em 1976, os agentes da DSI/MEC difundiram uma informação urgente e confidencial para alguns órgãos, entre eles a ASI/UFPE, relatando o seguinte: “O Movimento Estudantil, a partir das últimas eleições estudantis ocorridas no âmbito da UFPE, reassume, gradativamente, uma posição de destaque junto às lideranças estudantis de Pernambuco”<sup>432</sup>.

Dessa maneira, verificamos como os agentes de segurança e informação acompanharam o crescimento da oposição discente de esquerda na universidade, constatando o protagonismo juvenil da UFPE perante os demais movimentos discentes do estado. A partir da análise dessa fonte e do conjunto documental sobre a militância universitária em Pernambuco, constatamos que os estudantes da UFPE assumiram um

<sup>430</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 042, de 28 de abril de 1976, com assunto “dados sobre a atual diretoria executiva do DCE/UFPE, gestão 76/77”. Documento avaliado em nível A-1, produzido pelo IV Exército e difundido para o DOI/CODI/IV Ex, SNI/ARE, ARSI/DSI/MEC/NE e SSP/PE.

<sup>431</sup> SILVA, 2014, *Op. cit.*, p. 87.

<sup>432</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informação urgente e confidencial nº 072/76, originária da DSI/MEC e difundida para o IV Ex, II COMAR, SR/DPF/PE, CI/SSP/PE e ASI/UFPE, cujo assunto foi “movimento estudantil em Pernambuco”.

papel de liderança. A partir de 1976, a oposição e reorganização estudantil continuou crescendo, conforme mostram as eleições seguintes.

A eleição de 1977 ocorreu no auge de atuação do movimento estudantil em nível nacional, por estar em evidência a luta pelo retorno à democracia ao Brasil, ao mobilizar outros segmentos sociais no combate à ditadura, com destaque para a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita<sup>433</sup>.

Esse contexto repercutiu na imprensa pernambucana, havendo, inclusive, um debate sobre a militância discente entre os vereadores de Recife, na Câmara Municipal<sup>434</sup>. O deputado Rui Codó (MDB-SP) defendeu que o MDB e a Arena deveriam se unir e começar um diálogo para “[...] promover o desenvolvimento econômico e a tranquilidade política do país”, perante a força das manifestações estudantis no Brasil<sup>435</sup>. Assim, o crescimento da oposição discente ganhou mais visibilidade na grande imprensa e potencializou o debate e a atuação política de setores conservadores para tentar controlar as práticas de resistências universitárias.

Foi nesse cenário que as eleições para o DCE/UFPE estiveram inseridas, sendo marcante a intervenção sofrida por essa entidade em fevereiro pela reitoria. O fato ocorreu quando o professor e pró-reitor de Assuntos Comunitários Sebastião Barreto Campelo instaurou um inquérito administrativo contra a entidade, alegando a irregularidade de que o mandato da diretoria encerrou dia 12 do mês corrente e ela continuou desenvolvendo as suas atividades. Além disso, a reitoria recebeu denúncias contra o diretório, acusando-o de alugar uma sala da entidade sem a autorização da reitoria e de apropriação indébita das verbas da instituição quanto à realização de exames de sangue e à emissão de carteiras estudantis<sup>436</sup>.

Todavia, como o mandato já tinha sido prorrogado pela reitoria, não era obrigatória naquele momento a prestação de contas pelo DCE, expressando mais uma prática coercitiva dos dirigentes universitários para coagir e desestruturar o movimento estudantil opositor. O autoritarismo da medida coercitiva de intervir no diretório ficou mais explícito quando o reitor Paulo Maciel instituiu em 3 de março, uma “comissão especial” para substituir a diretoria vigente até o mês de maio, antes mesmo de ser concluído o inquérito.

---

<sup>433</sup> RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 91.

<sup>434</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/05/1977, Política, p. 3.

<sup>435</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/05/1977, Política, p. 2.

<sup>436</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/02/1977, Local, p. 2.

Foram nomeados para essa comissão Félix Geraldo de Vasconcelos Mota, Ricardo Brindeiro (ligado ao Projeto Guararapes), Alba de Freitas, Andréa de Miranda Bastos e Maria Cândida Leal Menezes. Eles eram membros dos Conselhos Universitário, Administrativo e de Coordenação de Ensino e Pesquisa, além de integrantes dos DAs de Ciências Biológicas e de Direito. A situação de prorrogação de mandato consentido já vinha sendo articulada pela reitoria antes mesmo do inquérito e amparada na portaria normativa nº 1 da UFPE<sup>437</sup>.

Novamente, a repressão ao movimento estudantil de esquerda fundamentou-se em um aparato legal e a comissão alinhou-se politicamente à reitoria, tendo como membros estudantes de direita<sup>438</sup>. A cooperação existiu desde o início do mandato do DA, pela dissociação de atividades políticas críticas à ditadura, conforme a entrevista concedida por Ricardo Brindeiro, representante discente junto ao Conselho Universitário: “[...] a filosofia da comissão é a de fazer um diretório comunitário, através de promoções de treinamentos, de núcleos de assistência e o encaminhamento para estágios. Também deverá ser incentivada a parte cultural”<sup>439</sup>.

O trâmite burocrático foi o mesmo de eleições anteriores, primeiro foram escolhidos os representantes estudantis e delegados nos colegiados das unidades e centros da UFPE, ação programada para 12 de abril. Em seguida, os delegados teriam trinta dias para escolher os representantes do corpo discente juntos aos órgãos superiores da universidade<sup>440</sup>. O voto era obrigatório, sendo suspenso por trinta dias o discente que faltasse o pleito sem atestado médico, pois era o exercício do sufrágio diante de situações de coação e medo de penalidades<sup>441</sup>.

Em meio a esse processo, dias antes da data programada para a realização das novas eleições para o DCE, os integrantes da gestão anterior Orlando José Gomes Mindelo, Astanilson Duarte de Lima, Lucinda Maria da Rocha Macedo (futura professora efetiva da UFPE em 1979) e Rubens Fernando Monteiro Filho pediram o arquivamento do processo. Eles foram amparados na ação pelos advogados Eduardo

---

<sup>437</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/03/1977, Local, p. 6.

<sup>438</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/03/1977, Local, p. 7, 21/04/1977, Educação, p. 5, 01/05/1977, Local, p. 30, 03/05/1977, Cheia, p. 7, 05/05/1977, Local, p. 7, 06/05/1977, Educação e Cultura, p. 12, 07/05/1977, Educação e Cultura, p. 12, 11/05/1977, Educação e Cultura, p. 10.

<sup>439</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 10/03/1977, Educação e Cultura, p. 2.

<sup>440</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/03/1977, Educação e Cultura, p. 10.

<sup>441</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 06/05/1977, Educação e Cultura, p. 12.

Chaves Pandolfi, Paulo Henrique Muniz Maciel e Clávio de Melo Valença. Os profissionais defenderam o arquivamento do inquérito, porque:

[...] o seu caráter sigiloso foi violado pelas notícias divulgadas no DIARIO DE PERNAMBUCO, procedentes da Pró-reitoria de Assuntos Acadêmico. [...] É ponto pacífico que a sindicância é ato realizado no interesse da Administração pública e o inquérito administrativo é ato realizado para fixar as responsabilidades dos fatos investigados na sindicância. Como a sindicância tornou-se conhecida publicamente, mediante publicação na imprensa, os fatos objeto de inquérito administrativo foram desvirtuados, o que provocou também um desvirtuamento da Comissão de Inquérito que terminou por estender sua investigação a fatos que não foram objeto da Portaria do reitor Paulo Maciel. [...] [O], DCE não fez a prestação de contas porque simplesmente seu mandato estava prorrogado como reconhece Vossa Magnificência (o reitor Paulo Maciel) na Portaria 104. Ainda não é época de prestação de contas [...]. Não houve uso indevido de bens, nem houve uso indevido de recursos entregues à entidade. [...] Quanto ao fato do DCE alugar o prédio ao SIEU, afirmam os advogados que já data de gestões anteriores. [...] Requerem os acusados, caso não seja o processo arquivado por nulidade, sejam os mesmos absolvidos, ‘uma vez que a suposta infração investigada, embora existente, não constitui [sic] ilícito administrativo, civil ou penal’<sup>442</sup>.

Constituiu-se na universidade uma arena de disputas, sendo o discurso jurídico um instrumento de resistência política e controle social. A reitoria criou uma série de situações para destituir o DCE opositor e punir os seus integrantes, mesmo eles estando respaldados em um aparato legal. Também foi comum no período o apoio de advogados aos estudantes punidos por atividades políticas, como foram os casos de pichações<sup>443</sup>.

Como e porque o *Diario de Pernambuco* noticiou dados sigilosos? Provavelmente, o periódico obteve a informação a partir de algum funcionário da universidade. Em 1977, o movimento estudantil ganhou mais visibilidade na imprensa e matérias como essas poderiam potencializar as vendas no jornal, sendo relevante ressaltar que essa notícia contribuiu para o fortalecimento da resistência discente, ao ser um instrumento para reivindicar o cancelamento do inquérito.

Tendo em vista o prazo de tramitação dessa medida legal, a comissão estudantil conseguiu concluir o mandato. No dia 14 de maio a comissão prestou contas das atividades desenvolvidas pela diretoria no auditório do DCE, momento em que também divulgou um programa de ação comunitária, exibiu um filme sobre o incêndio no edifício

<sup>442</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 08/05/1977, Educação e Cultura, p. 15

<sup>443</sup> SOARES, 2018, *Op. cit.*

Joelma (em São Paulo), promoveu a palestra *Operação Enchente Capibaribe 77* e a apresentação do grupo Flor de Cactus<sup>444</sup>.

O programa criado voltou-se para o levantamento socioeconômico das endemias de Região Metropolitana de Recife, após os problemas ocasionados pela enchente. Todavia, o mandato do diretório vigorou até o dia 20 de junho, havendo conflitos internos na gestão, conforme o esclarecimento do DCE ao *Diário de Pernambuco*, pois um dos seus integrantes emitiu uma nota divulgada dias antes como se o pensamento dele representasse o consenso do grupo<sup>445</sup>. Mais uma vez, o jornal noticiou atividades e embates políticos discentes, cujas informações alcançaram muitos leitores.

Quanto à eleição da nova diretoria, os agentes do IV Exército já vigiavam a movimentação interna estudantil antes mesmo da publicação do edital eleitoral, ao constatarem que, Orlando Mindelo, presidente do DCE/UFPE em 1976, estaria articulando uma lista de possíveis candidatos às eleições nos órgãos colegiados, tomando o cuidado para que os alunos não tivessem um histórico de punição disciplinar. Essa foi uma estratégia de resistência perante o aparato coercitivo e, diante disso, no mês de abril, os militares realizaram uma lista desses prováveis candidatos por curso, para vigiá-los<sup>446</sup>.

O edital do sufrágio foi publicado na imprensa em 24 de maio e afixado nos principais espaços públicos da UFPE, para divulgação entre a comunidade acadêmica<sup>447</sup>. Os estudantes tiveram até o dia 10 de junho para registrar as suas chapas e o período de mandato foi o mesmo dos anos anteriores: um ano<sup>448</sup>. Como forma de controle exigiu-se que a nova diretoria eleita apresentasse ao Conselho de Administração da UFPE um novo estatuto do DCE adaptado à reforma universitária no prazo de 120 dias<sup>449</sup>.

Foram inscritas duas chapas. A *Reconstrução* buscou vincular a sua imagem à renovação discente e foi constituída por representantes de 8 dos 11 DAs: Centro de Artes e Comunicação, Saúde, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Tecnologia, Direito, Ciências Sociais Aplicadas e Educação. A chapa concorrente (não nomeada na reportagem e um registro das falhas na obtenção de informações) foi formada por Constantino Magno Pimentel de Oliveira (presidente, Arquitetura), Jarbas Barbosa da

---

<sup>444</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 14/05/1977, Roteiro, p. 7.

<sup>445</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 23/05/1977, Local, p. 3.

<sup>446</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 045, de 14 de abril de 1977. Documento originário do IV Exército e difundido para ASI/UFPE, SNI/ARE, ARSI/DSI/MEC/NE e SSP/PE.

<sup>447</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 24/05/1977, Avisos e Editais, p. 22.

<sup>448</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 26/05/1977, Local, p. 10.

<sup>449</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 02/06/1977, Educação, p. 8.



Silva Júnior (vice-presidente, Medicina)<sup>450</sup>, Cecy Helenize Prestrello Bezerra (primeira secretária, Serviço Social), Aparecida (segunda secretária, Ciências Sociais) e José Severino da Silva Filho, conhecido como Surubim (tesoureiro, Direito)<sup>451</sup>.

A chapa presidida por Constantino Oliveira foi vencedora e a realização das eleições após a intervenção foi tida como uma vitória estudantil de esquerda na luta pelas liberdades democráticas<sup>452</sup>. A diretoria eleita foi vigiada pelos agentes de segurança e informação, que acessaram as fichas individuais de todos os integrantes. Esses documentos foram emitidos pelo Departamento de Assuntos Estudantis da UFPE, constando várias informações úteis para a vigilância social: fotografia 3x4, nome completo, filiação, endereço, estado civil, número do RG, dados de nascimento, endereço residencial, número de matrícula na universidade e curso vinculado<sup>453</sup>.

Segundo os militares, a diretoria do DCE, principalmente o presidente Constantino Oliveira, participou de todos os acontecimentos sociais e políticos ocorridos em julho, em Recife, aproximando-se de diversos segmentos combativos ao governo que “aflorem em Pernambuco”. Ao analisarem os fatos investigados, os agentes consideraram que o movimento estudantil da UFPE foi o dirigente do movimento estudantil no estado. Entre os fatos narrados, chamou-nos atenção que:

[...] 3. Sem autorização da Reitoria, o DCE programou e executou uma sequência de eventos ligados ao teatro, ao cinema e aos assuntos atuais, em sua sede na Rua do Hospício, cobrando, inclusive, para a entrada na sessão teatral. [...] Deixou de cumprir o estabelecido nos § 1º e 2º Art. do Dec.-Lei nº 228, de 28 de Fev 67 e os estatutos da UFPE.

4. O Presidente CONSTANTINO MAGNO compareceu ao I ENCONTRO DO SETOR JOVEM DO MDB – ÁREA METROPOLITANA, em OLINDA/PE, realizado nos dias 8 e 9 de Jul 77, apresentando-se e tomando assento à mesa dos trabalhos como Presidente do DCE, portanto figura jurídica (ANEXO A). Respondeu a uma pergunta sobre a recusa dos estudantes de PERNAMBUCO de atenderem ao diálogo com o Sr Ministro da Educação e fez críticas ao governo de Pernambuco. Incorreu em falta grave cominada no Art 11, § único, do Dec-Lei nº 228, de 28 de Fev 67. [...]

5. Apresentou-se o Presidente do DCE na ‘Vigília de Solidariedade ao Padre ROMANO’, patrocinada pela Arquidiocese de OLINDA e RECIFE, realizada na quadra descoberta do Colégio MARISTA (Av Conde da Boa Vista), apoiando o movimento exótico ali empenado. Distribuiu um panfleto

<sup>450</sup> Atualmente, é professor adjunto do curso de Medicina da UPE e vice-diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. <<http://lattes.cnpq.br/2139690530294427>>, acessado em 01 mar. 2020.

<sup>451</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação confidencial nº 1998, de 06 de outubro de 1977. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 2432, de 07 de dezembro de 1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/06/1977, Educação, p. 8.

<sup>452</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 23/06/1977, Política, p. 3.

<sup>453</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 2432, de 07 de dezembro de 1977.

(ANEXO C) onde contesta o governo e acusa a Reitoria da UFPE de ter violentado a organização que dirige, ao ter realizado intervenção no órgão, em Fev do ano em curso. Viola mais uma vez o contido no Art 11, § único, do Dec-Lei nº 228, de 28 de Fev 67 [...] <sup>454</sup>.

Dessa forma, na gestão do DCE/UFPE de 1977, continuou a oposição estudantil ao *status quo*, com a distribuição de panfleto para denunciar a repressão exercida pela reitoria e com a realização de eventos artísticos e culturais na sede da entidade sem a autorização do reitor, em que o valor cobrado pelas entradas seria utilizado provavelmente para ações de pichações, colagens, panfletagem e confecção de jornais.

O presidente da entidade, Constantino Oliveira, participou da vigília ocorrida na noite de 20 de julho de 1977, no Colégio Marista, tradicional instituição de ensino católica do centro do Recife. O ato foi em solidariedade ao padre suíço Romano Zufferey, assistente eclesiástico de 67 anos, que atuou na Ação Católica Operária (ACO) <sup>455</sup> nesta cidade desde 1962, evangelizando trabalhadores com uma abordagem política <sup>456</sup>.

O protesto ocorreu porque esse clérigo com histórico de perseguição política <sup>457</sup> respondeu a um inquérito da Polícia Federal, ao ser acusado de produzir na ACO “publicações marxistas e violadoras da Lei de Segurança Nacional” <sup>458</sup>, com destaque para o documento *1º de Maio*, onde “[...] conclama os cristãos para defender os interesses da classe operária inspirados no amor. E considera que a verdadeira luta de classes tem

<sup>454</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0022536-1981. Informação confidencial nº 1508, de 03 de agosto de 1977, assunto: “ATIVIDADES DO DCE/UFPE”.

<sup>455</sup> Essa pastoral da Igreja Católica foi criada em 1962 e “[...] tinha a preocupação de aprofundar a fé dos militantes engajados em atividades nas favelas e nos sindicatos. Com atuações firmes, mais explícitas após o golpe militar em 1964, a ACO levantou a bandeira de luta ao lado da classe operária que resistia à sua exploração. A ACO assumiu a tarefa de denunciar as injustiças e perseguições, de clamar contra o desemprego, o arrocho salarial, a fome e a falta de liberdade”. JESUS, Paulo Sérgio de. A Cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). *Projeto História*, São Paulo, n.33, 2006, p. 366.

<sup>456</sup> A chegada sacerdotes europeus e estadunidenses na América Latina, principalmente nos anos 1950/60, no Nordeste do Brasil, esteve associada a diversos fatores no cenário de Guerra Fria, como: aumentar o quantitativo de padres, considerado insuficiente para o número de fiéis; combater o avanço do comunismo e do protestantismo e propagar a fé católica. Em Pernambuco, outro atrativo para os missionários foi intensão de trabalhar com o arcebispo Dom Helder Camara, onde o contato com os movimentos sociais potencializou a sua atuação política, daí o fato de muitos padres viverem e trabalharem com os pobres, como uma espécie de operários de Cristo. Nas décadas de 1970/80 ganhou força a Teologia da Libertação, no campo de atividades político-religiosas. Para um aprofundamento do tema, consultar: MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

<sup>457</sup> Em 1964, ele foi preso por uma noite, quando a sede da ACO foi vasculhada pela polícia, enquanto em 1969, foi alvo de investigação, quando os militares aprenderam com livros e publicações suas. Em 1971, foi interrogado pela polícia federal pela elaboração do documento *Nordeste: o Homem Proibido*, onde analisou que as condições dessa região não possibilitam que o operário consiga ser um homem integral. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/07/1977, Local, p. 3.

<sup>458</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 24/07/1977, Capa.

como objetivo o respeito e a afirmação daqueles que constroem o mundo”<sup>459</sup>. Dessa forma, as críticas às precárias condições de vida e trabalho e a mobilização dos proletariados para melhorá-las foi considerada pelo Estado como uma ação ilegal e perigosa, devendo ser eliminada, pela sua potencialidade política.

A vigília ocorrida de 20 de julho de 1977 combateu o processo policial que pedia a expulsão do padre Romano Zufferey do Brasil e contou com a participação de aproximadamente 2.000 pessoas, entre estudantes, trabalhadores, freiras, padres, domésticas e o senador Marcos Freire (MDB/PE). Eles repetiram o discurso proferido pelo arcebispo Dom Helder Camara: “Queremos que o padre Romano não seja expulso do Brasil” e 30 padres subiram no palco da quadra, apresentando-se um por vez, em defesa dos operários e dos estadunidenses padre Laurence Edward Rosenbaugh e menonita Thomaz Capuano<sup>460</sup>. Ao final da vigília, o DCE/UFPE distribuiu uma nota oficial em apoio ao padre Romano Zufferey e à Arquidiocese de Olinda e Recife<sup>461</sup>.

Esse fato constituído por ritos é de grande simbolismo, porque expressou como durante a abertura política no governo Ernesto Geisel, a perseguição política por meio de um aparato legal ainda foi uma constante nos conflitos entre Estado e Igreja Católica, em uma conjuntura de maiores possibilidades de resistências e participação social em defesa da democracia. A participação de lideranças como o senador Marcos Freire e Dom Helder Camara e a circulação de um documento produzido pelo DCE/UFPE ampliaram a legitimidade do evento marcado pelo cunho político e religioso, quando o movimento estudantil foi uma das lideranças.

---

<sup>459</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/07/1977, Capa.

<sup>460</sup> Durante os trabalhos pastorais, esses missionários viveram com mendigos e outros marginalizados do Recife. Em 15 de maio de 1977, foram abordados por policiais devido à aparência: roupas velhas e a barba por fazer, quando puxavam uma carroça com alimentos para preparar sopa, que seria distribuída para moradores de rua. Os estrangeiros explicaram que faziam um trabalho social, apresentaram documentos pessoais e bom domínio da língua portuguesa, mas foram detidos por três dias, ao serem tachados como comunistas e violentados fisicamente e psicologicamente, pesando depois o histórico de relações com dom Helder Camara. O fato repercutiu na imprensa, suscitou debates políticos e envolveu a embaixada norte-americana, em um período que o Jimmy Carter, presidente dos EUA, defendia os direitos humanos. Ao final do caso, os policiais foram inocentados e em 21 de julho de 1977, Thomaz Capuano foi expulso do Brasil e, nos Estados Unidos, denunciou as torturas sofridas no jornal *New York Times*, de projeção internacional. Em 1979, o padre Laurence Edward Rosenbaugh foi preso e espancado novamente pela polícia, por combater a violência militar contra uma pessoa bêbada. Estes casos simbolizaram a força da repressão social, do anticomunismo, dos conflitos entre Estado e Igreja Católica e o aumento das tensões entre o Brasil e os EUA, durante o período da abertura política. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/07/1977, Capa. MORAES, Márcio André Martins de. PRENDÊ-LO. EVITEM: as ruas de Recife como palco para a repressão policial sobre o padre Laurence Edward Rosenbaugh. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, n° 16, 2017, pp. 6-12.

<sup>461</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/07/1977, Local, p. 5.

Durante o andamento do processo judicial, o padre foi defendido pelo experiente advogado de presos políticos Eduardo Pandolfi e também recebeu o apoio de operários, outros membros religiosos, professores, diplomatas suíços, do periódico suíço *Journal de Sierre et du Valais Central*<sup>462</sup> e do *Diario de Pernambuco*, que publicou diversas reportagens positivas sobre o caso, garantindo visibilidade/dizibilidade ao fato<sup>463</sup>. Mas por que o apoio no jornal local? Possivelmente, pela forte rede de apoio social ao sacerdote. Entre o conjunto de matérias, destacamos duas:

#### **ACO diz que padre é inocente**

Os integrantes da Ação Católica Operária do Recife evocaram para si as responsabilidades pelas publicações atribuídas ao padre Romano Zufferey, consideradas pelas autoridades como ‘subversivas e ofensivas à Segurança Nacional’, segundo consta no inquérito movido contra o religioso, que pode culminar com a sua expulsão do país. A decisão foi emitida através de Nota Oficial da entidade e anexada à peça de defesa do religioso, entregue ontem [...], à Superintendência Regional da Polícia Federal. A partir de agora o processo irá tramitar na esfera do Ministério da Justiça, de onde se aguardará a sentença absolvendo o sacerdote ou estipulando um prazo para que deixe o Brasil<sup>464</sup>.

#### **Nota é anexada à defesa do padre**

[...] ‘A presente nota quer apenas definir a nossa posição diante do fato, assim como reafirmar o *sentido verdadeiro sobre o nosso trabalho*. [...] *Essas publicações não podem ser chamadas de ‘panfletos’, como fez a acusação*. Constituem livros e folhetos, assinados e assumidos por nosso movimento, três dos quais tiveram a honra de um lançamento público presenciado por cerca de mil pessoas. Em vista da acusação feita a tais trabalhos, *parece-nos necessário resumir aqui cada um deles, acompanhando-os de breves considerações*. [...] Recife, 25 de julho de 1977<sup>465</sup>.

Como ato de cooperação com a Igreja Católica, o *Diario* publicou na íntegra um documento produzido pela ACO para defender a instituição e o seu membro, quando a nota foi anexada no processo da polícia federal. O caso está imerso na mentalidade da doutrina de segurança e desenvolvimento, ocorrendo disputas políticas entre o Estado e os segmentos apoiadores do padre Romano Zufferey.

Foram produzidos, apropriados e difundidos discursos sobre a inocência e a criminalização do missionário, objetivando disseminar efeitos de verdade na sociedade, com base no burocrático e complexo campo jurídico, que ao longo dos anos, serviu de

<sup>462</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 30/07/1977, Local, p. 7.

<sup>463</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 16 e 17/07/1977, Local, p. 5. 19/07/1977, Capa. 20/07/1977, Capa e Polícia p. 15. 22/07/1977, Local, p. 5. 23/07/1977, p. 5, entre outras.

<sup>464</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 25/07/1977, Capa. (grifos do documento).

<sup>465</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 26/07/1977, Polícia, p. 15. (grifos do documento).

base para a institucionalização e manutenção da ditadura no Brasil e para a defesa de militantes, quando encontravam brechas legais, perante as acusações sofridas.

Nesse contexto de dimensões nacional e internacional, defender a liberdade do padre Romano Zufferey simbolizou lutar pela justiça e autonomia social, perante a crescente oposição da Igreja Católica e das suas pastorais à ditadura, quando instituições como a ACO mobilizaram a classe trabalhadora, em um momento que lideranças e sindicatos eram reprimidos pelo Estado.

Ao contrário do que aconteceu com outros missionários estrangeiros, o padre Romano Zufferey não foi expulso do país e continuou desenvolvendo suas atividades políticas e religiosas nos anos seguintes<sup>466</sup>, simbolizando uma conquista para as lutas pelas liberdades democráticas, que contou com a participação de diferentes segmentos sociais, entre os quais, ressaltamos o movimento estudantil da UFPE.

Ainda quanto à vigilância de Constantino Oliveira, presidente do DCE/UFPE, em 1977<sup>467</sup>, os militares destacaram que, pelo posicionamento contrário à ditadura, ao se recusar a dialogar com o ministro da Educação e ao criticar o governador Francisco Cavalcanti, “incorreu em falta grave cominada no Art 11, § único, do Dec-Lei nº 228, de 28 de Fev 67.”. Por isso e pela participação no I Encontro do Setor Jovem do MDB, em um momento de crescente aproximação entre esse partido e os universitários<sup>468</sup>, Constantino foi enquadrado no Decreto Aragão, que proibia os alunos participarem, apoiarem e estimularem atividades político-partidárias.

O apoio partidário recebido pelo movimento estudantil pernambucano preocupou os militares e, segundo o levantamento dos agentes do SNI, no primeiro semestre de 1977, esse segmento recebeu o apoio de 84 políticos do MDB, cujos nomes foram listados na informação confidencial nº 447, documento em que também constou uma relação dos “estudantes ativistas” e as suas atividades desenvolvidas<sup>469</sup>. Assim, a gestão do DCE eleito em 1977 foi marcada por uma maior atuação, articulação e resistência política, em sintonia com o crescimento de movimentos de oposição no cenário nacional.

---

<sup>466</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 20/08/1977, Capa. 25/08/1977, Capa. 03/08/1980, Geral, p. 15

<sup>467</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0022536-1981. Informação confidencial nº 1508, de 03 de agosto de 1977, assunto: “ATIVIDADES DO DCE/UFPE”.

<sup>468</sup> FERREIRA, Rafael Leite. *Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)*, 2018, 460f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

<sup>469</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A1063066-1977. Informação confidencial nº 443, de 05 de julho de 1977.

A eleição de 1978 ocorreu no contexto de reorganização discente no Brasil, houve o IV ENE em São Paulo, culminando na aprovação da comissão Pró-UNE; fundou-se o DCE/Unicamp e foi reaberto o DCE/UFES<sup>470</sup>. Em Pernambuco, Rubem Gondim Lóssio, reitor da Unicap, de maneira arbitrária ao movimento estudantil, ordenou por meio de uma portaria, a localização dos DAs e DCE para fora do *campus*. Isso ocorreu devido ao crescimento da oposição estudantil, que exigiu a revogação da medida, liberdades democráticas e melhores condições de ensino e pesquisa<sup>471</sup>.

Perante a situação de despejo, 20 alunos da Unicap iniciaram uma vigília na sede do DCE, em 16 de janeiro, alegando falta de segurança. A vigília foi uma prática de resistência simbólica, definida como um estado de consciência cuja ação é o militante estar desperto durante muito tempo para refletir, expressar o pensamento e posicionar-se politicamente perante um fato, defender uma causa. Nesse ato de abdicação de questões pessoais, como sair momentaneamente do lar e da convivência familiar, os corpos dos sujeitos se configuram como corpos políticos tomados por um saber-poder disciplinar e vigilante, construindo, produzindo e proferindo discursos. O conhecimento do potencial simbólico da ação política foi uma forma de fortalecer o poder da resistência<sup>472</sup>.

Diante disso, o reitor cedeu duas casas aos estudantes para o funcionamento do diretório e se recusou a dialogar com eles e a receber a imprensa. As medidas autoritárias fizeram com que os DCEs da UFPE e da UFRPE e a Comissão de Estudantes de Pernambuco emitissem uma nota de apoio aos companheiros universitários como uma forma de cooperação política<sup>473</sup>. Como os alunos não aceitaram a proposta de mudança de endereço, as entidades funcionaram sem sede<sup>474</sup>.

Passados tantos dias, reivindicações e perante uma maior organização, articulação e luta discente, em 9 de março, ocorreu uma conquista estudantil: a primeira assembleia na Unicap, após dez anos. O objetivo foi discutir a localização das sedes do DCE e DA, o pagamento de mensalidades, a aprovação de um regime interno e a proposta de reformulação do estatuto do diretório<sup>475</sup>. Os estudantes não conseguiram retomar a

---

<sup>470</sup> PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo a manhã*: história do Diretório Central da Unicamp. 2006, 292f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, 2006, p. 62. UFES, 2016, Op. cit., p. 139.

<sup>471</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 01/01/1978, Local, p. 13.

<sup>472</sup> BOURDIEU, 1989, *Op. cit.* FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*

<sup>473</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 17/01/1978, Capa e 19/01/1978, Educação e Cultura, p. 8.

<sup>474</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 15/02/1978, Educação, p. 8.

<sup>475</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Panfletos estudantis. Fundo nº 26617. Data: 1976 a 1979. 91 documentos. Boletim DCE UNICAP, nº 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/03/1978, Educação e Cultura, p. 8

sede antiga, tendo o DCE funcionado fora da universidade. Por retaliação política, em menos de seis meses o espaço foi arrombado e as ações foram associadas pelos alunos a pessoas ligadas aos órgãos de repressão<sup>476</sup>.

No DCE/UFPE, a partir de sua maior organização, atuação e articulação, ganhou força a luta por eleições diretas na entidade e os militares estiveram cada vez mais vigilantes e combativos às ações políticas estudantis. Eles descobriram um encontro planejado para ocorrer na sede do DCE/UFPE, nos dias 18 e 19 de fevereiro, quando representantes dos diretórios do Nordeste se reuniriam para unificar o movimento e adotar as medidas para 1978<sup>477</sup>.

Ao analisarem a “situação atual de subversão” em Pernambuco, em agosto de 1978, os agentes do SNI identificaram a atuação de partidos e organizações comunistas, destacando a força do PCR no meio estudantil, atuante nos DCEs e DAs da UFPE, UFRPE e Unicap. Nesse cenário foi preso o estudante de Ciências Sociais da UFPE e militante do PCR, Edval da Silva Nunes, caso de repercussão nacional e no exterior<sup>478</sup>. Nesse ano também ganharam força os debates sobre o fim do AI-5, para controlar a oposição governamental, ampliando as possibilidades de organização e resistência social; sendo marcantes as mobilizações em torno da campanha pela anistia e as lutas pela reforma partidária, que aprovada em 1979, extinguiu o bipartidarismo, mas os partidos comunistas continuaram ilegais pela LSN<sup>479</sup>.

Em 13 de setembro de 1978, ocorreram as eleições para os representantes dos órgãos colegiados da UFPE. Apenas no Centro de Ciências Sociais Aplicadas não houve eleições, pela ausência de candidatos. Uma chapa inclusive tentou concorrer, mas foi impugnada sob a alegação de ter se inscrito fora do prazo. Em outros Centros da universidade o panorama foi o seguinte:

O Centro de Ciências da Saúde concorreu com chapa única – ‘Participação’ – tendo sido registrado um elevado índice de votos nulos. O Centro de Artes também apresentou chapa única – ‘Unidade e Ação’ – assim como o Centro de Ciências Humanas, cuja chapa denominava-se ‘Participação’. Nesse último Centro houve um plebiscito antes da eleição, no qual seria decidido se os estudantes anulariam os votos ou não, tendo a maioria decidido que participaria do pleito, pois queria representação no colegiado. Tecnologia tinha duas chapas, uma da situação e outra da oposição, mas esta foi

<sup>476</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 25/10/1978, Polícia, p. 15.

<sup>477</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Universidade Federal de Pernambuco. Fundo nº 5369B. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Informação urgente e confidencial nº 274, de 17 de fevereiro de 1978.

<sup>478</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0019719-1981. Informação confidencial nº 681, de 01 de agosto de 1978.

<sup>479</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

impugnada por problemas na documentação. Direito também teve chapa única, de modo que nas eleições da UFPE praticamente os estudantes tiveram duas opções: ou anular o voto ou votar em candidatos ‘avulsos’. Os estudantes que defendiam a anulação dos votos, em boletim distribuído na Universidade, afirmavam, que ‘O Colegiado nunca levou nem levará qualquer luta estudantil. Suas reuniões são de, no mínimo, cinco burocratas para cada estudante. E esses colegiados foram criados para manter o movimento estudantil sob controle’. Outro boletim, que também defendia o voto nulo, explicava: ‘Por que lançar candidatos para os órgãos colegiados? A nossa participação nos órgãos colegiados é, sem dúvida, bastante limitada! Devemos, por isso, deixar de participar desses órgãos? Claro que não! Não podemos assumir uma posição moralista, julgando que participar de órgãos colegiados significa, necessariamente, compactuar com a burocracia universitária’<sup>480</sup>.

Nessa conjuntura eleitoral a universidade se constituiu um campo de forças políticas marcadas por estratégias, conflitos e propostas de atuação estudantil. Houve anulação de inscrições no pleito, impugnação de uma chapa, poucas chapas nas disputas e discussões sobre a representação política dos órgãos colegiados na UFPE, por serem limitadas as possibilidades de representação discente. Apesar de insatisfeitos, muitos estudantes integraram esses órgãos como uma estratégia de resistência e apropriação de saberes e poderes na instituição.

Os eleitores tiveram poucas opções para se identificar, reverberando nos debates em torno da anulação dos votos, na insatisfação com o burocrático sistema político-eleitoral, nos conflitos internos entre os discentes durante o plebiscito e na produção e circulação de boletins para se discutir os rumos do movimento estudantil. Daí a desmotivação política de muitos alunos para participar do pleito, pois vários não se sentiam representados com as decisões tomadas pelas chapas e órgãos colegiados.

Ainda quanto ao documento analisado, constatamos uma mudança de posicionamento político editorial do *Diário de Pernambuco*, porque ele publicou passagens de dois boletins estudantis, cujos discursos simbolizaram críticas à estrutura de funcionamento das entidades universitárias e suas limitações democráticas. Em reportagens como essa, o movimento estudantil conseguiu ampliar o alcance dos seus debates políticos para a população em um momento de crescente oposição ao regime.

Nas disputas estudantis, houve a participação de três tendências, sendo duas de esquerda: *Correnteza e Atuação e Luta*, e uma de matiz político não identificado: *Regulamentação*. Segundo Renato Echia, as tendências discentes eram agrupamentos de militantes políticos ligados a uma corrente de pensamento de esquerda, podendo ser em

---

<sup>480</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/09/1978, Educação, p. 24.



nome de um partido, negando a condição de um partido ou sob a condição de organização revolucionária. A atuação geralmente era local ou regional, buscando conter ações não planejadas, organizar o movimento estudantil com o trabalho coletivo; formar politicamente os militantes com debates que não se limitavam às questões discentes<sup>481</sup>.

Angélica Müller destacou que, com o início da abertura política, as referências aos partidos e correntes políticas ficaram mais explícitas e a retomada das grandes mobilizações discentes esteve associada ao processo de reagrupamento político no movimento estudantil, daí a importância das tendências. As tendências também foram um espaço propício para o recrutamento de militantes, porque nesse espaço de formação e engajamento havia a possibilidade de uma inserção flexível, paulatina e menos visível e reprovada que um partido político. Cenário favorável para que os partidos (muitos deles na ilegalidade) atuassem nelas para implementar seus programas, valendo salientar que, as tendências não se restringiram ao movimento estudantil e continuaram existindo após a ditadura<sup>482</sup>. Em 1978, a *Correnteza* teve como plataforma eleitoral a defesa das:

[...] liberdades democráticas como palavra de ordem geral, anistia ampla, geral e irrestrita, ensino público e gratuito, melhores condições de ensino, melhoria das condições materiais do Cefich [sic] [...], contra a implantação do curso de Estudos Sociais [...]. Defende também a reconstrução da União Nacional dos Estudantes, prestou apoio ao IV Encontro Nacional de Estudantes, realizado ontem, em São Paulo<sup>483</sup>.

As bandeiras contemplaram lutas nacionais e locais: defesa das liberdades democráticas, reorganização da UNE, anistia ampla, geral e irrestrita aos atingidos pelos arbítrios da ditadura, ensino público, gratuito e de qualidade, crítica à implantação do curso de Estudos Sociais<sup>484</sup> e reivindicação de melhorias na estrutura física do prédio do CFCH, onde os elevadores funcionavam precariamente (problema atual), culminando,

<sup>481</sup> VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e o seu papel*. 2011, 411f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011, p. 55; pp. 60-61.

<sup>482</sup> MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, pp. 102-103.

<sup>483</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 4/10/1978, Educação, p. 8.

<sup>484</sup> Com a Lei nº 5.692/1971, História e Geografia integraram uma única área de ensino no 1º grau: Estudos Sociais. Os conteúdos e métodos eram controlados autoritariamente pelo Estado, a partir de abordagens cívicas e nacionalistas, despolitizando as disciplinas. O fato gerou resistências e a retomada da autonomia das disciplinas nos currículos escolares ocorreu apenas em 1986. Em 1980, alunos e professores da UFPE criticaram a matéria e o curso de Licenciatura em Estudos Sociais, alegando a fragmentação do conhecimento científico. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 13/11/1980, Educação e Cultura, p. 7. NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado Nascimento. A ditadura militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. *Estação Científica (UNIFAP)*, Macapá, v. 6, n. 3, 2016, p. 34.

inclusive, em uma greve discente em setembro de 1979. Enquanto a chapa *Atuação e Luta* teve como proposta eleitoral:

[...] lutar para organizar o movimento estudantil pelas ba[ses]; por mais verbas para a educação; pela democratização das decisões da Universidade; por melhores condições de ensino; além de apoiar a integração do estudante na luta dos trabalhadores e a transformações do Crédito Educativo em Bolsas Gratuitas<sup>485</sup>.

Como pontos em comum com a *Correnteza*, verificamos a luta pela reorganização estudantil, melhores condições de ensino, educação gratuita e com mais recursos financeiros. As liberdades democráticas foram abordadas quanto à maior representatividade dos universitários no funcionamento da UFPE, com a ocupação de posições e cargos de saber-poder. Não mencionou diretamente a campanha pela anistia, mas trouxe à tona uma questão de classe socioeconômica, pelo incentivo aos discentes envolverem-se na luta dos trabalhadores e reivindicarem que, em vez de receberem crédito educativo para financiar os estudos, fossem contemplados pelo governo com o recebimento de bolsas gratuitas. As discussões são atuais e acreditamos que políticas públicas educacionais como o *Programa Universidade para Todos (Proune)*<sup>486</sup> são resultantes de debates como esses, que precedem o período ditatorial.

A tendência *Regulamentação* teria como base de militância apenas o Centro de Ciências Biológicas e as suas bandeiras não foram divulgadas pelo jornal, exceto a defesa de “eleições livres para o Diretório Central dos Estudantes”<sup>487</sup>, ponto em comum entre todas as chapas concorrentes. Apenas com essas informações não conseguimos identificar o posicionamento político da *Regulamentação*, pois ela poderia ser a favor de eleições diretas pela oposição à ditadura e à reitoria ou de centro ou apoio, ao perceber que o formato indireto era insustentável pela conjuntura política na universidade e objetivou estrategicamente ocupar uma posição de liderança juvenil.

Na eleição a tendência *Correnteza* foi a vencedora. Elegeu-se a em cinco centros com as seguintes chapas: Filosofia e Ciências Humanas (*Nova Ação*), Educação (*Chamada*), Tecnologia (*É Tempo*), Artes e Comunicação (*Correnteza*) e Ciências Sociais Aplicadas (*Argumento*). Enquanto a tendência *Atuação e Luta*, representada pela

<sup>485</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 4/10/1978, Educação, p. 8.

<sup>486</sup> Criado em 2004, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, e ainda vigente, oferta bolsas de estudo, totais ou parciais (50%), em instituições de ensino superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Os bolsistas precisam ser brasileiros que não tenham diploma de nível superior. <[http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php#conhecendo](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo)>, acessado em 06 jun. 2020.

<sup>487</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 4/10/1978, Educação, p. 8.

chapa *Travessia*, venceu em três Centros: Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e em Ciências Exatas e da Natureza, onde no último foi chapa única<sup>488</sup>. Na matéria onde foram divulgados os resultados não foi mencionada a tendência *Regulamentação*, possivelmente, porque não ganhou em nenhum centro.



*Não houve contestação de nenhuma chapa, e a apuração de votos foi feita calmamente, seguindo-se a posse dos eleitos.*

**Imagem 12** Votação para os representantes dos órgãos colegiados da UFPE, em 1978.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 5/10/1978, Educação, p. 8.

Na imagem 12 verificamos a estrutura manual da votação, com a participação de eleitoras. Chamou-nos a atenção a repercussão do sufrágio no *Diario de Pernambuco*, foram publicadas várias reportagens sobre ele, inclusive com fotografia, entendida como um simulacro e recorte da realidade com discursos associados e repletos de intencionalidades. A legenda do documento informou ter sido tranquila a eleição, seguida da posse dos vencedores. Dessa forma, o trâmite de funcionamento poderia ressoar no leitor um efeito de verdade, quando a eleição foi noticiada com aparência de normalidade democrática na UFPE.

Após os resultados eleitorais, na manhã do dia 19 de outubro, houve uma assembleia geral no Centro de Artes e Comunicação. O objetivo foi discutir a viabilidade de eleições diretas para o diretório, diante da previsão da publicação do edital para eleições indiretas para a entidade pela reitoria no dia 22 do mês corrente. A luta pela

<sup>488</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 5/10/1978, Educação, p. 8.

escolha direta para o DCE foi uma bandeira levantada pela *Correnteza* e pelos dois movimentos concorrentes: *Argumento e Atuação e Luta*, unidos pela mesma causa, registrando o crescimento da oposição juvenil na UFPE. Segundo as lideranças discentes, esse era o momento ideal para mudança, pois “depois será mais difícil realizá-lo”<sup>489</sup>, diante de uma maior autonomia estudantil nos últimos anos.

A militância estudantil pernambucana ganhou cada vez mais espaço na grande imprensa local e nacional. No período pesquisado, foi a primeira vez que o *Diário de Pernambuco* publicou uma matéria com duas páginas completas sobre o movimento estudantil no estado. A primeira matéria intitulou-se “Os estudantes e seu pensamento político”<sup>490</sup>, enquanto a segunda foi nomeada de “O movimento estudantil em Pernambuco (final)” (imagem 13)<sup>491</sup>, expressando a maior visibilidade e dizibilidade do movimento e uma mudança no posicionamento político do periódico quanto a esse segmento social, durante uma ditadura em crise.



**Imagem 13** Reportagem sobre as principais tendências estudantis em Pernambuco, 1978. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/12/1978, Entrevista, pp. 4-5.

<sup>489</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/10/1978, Local, p. 6.

<sup>490</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 24/12/1978, Entrevista, pp. 6-7.

<sup>491</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/12/1978, Entrevista, pp. 4-5.

O eixo da reportagem foram os depoimentos de presidentes dos DCEs da UFPE, UFRPE, Unicap e FESP, para que eles falassem sobre as lutas discentes e a situação política no país. As entrevistas foram realizadas pelo repórter Jonas Melo durante o segundo semestre de 1978, quando o jornalista foi interlocutor entre o *Diário de Pernambuco* e as lideranças estudantis opositoras das principais universidades pernambucanas<sup>492</sup>. Esse fato nos possibilitou entender como diversas informações e documentos discentes foram obtidos e publicados pelo periódico.

Os discursos do jornal destacaram como o movimento estudantil do estado foi um segmento plural, marcado por disputas internas e engajado nas mobilizações políticas nacionais, apresentando-se como um dos vanguardistas da luta pelas liberdades democráticas:

[...] gestão e o desenvolvimento das tendências políticas com a formação das chapas para os diretórios. Em todas elas há uma nítida preocupação de se situar na vanguarda dos movimentos políticos a nível nacional, mesmo quando se estabelecem confrontos inconciliáveis entre os que defendem o voto na Oposição e os que defendem o voto branco como única forma de protesto<sup>493</sup>.

O posicionamento juvenil local esteve em consonância com a atuação de universitários de outros estados do Brasil<sup>494</sup>. A matéria foi dividida em blocos temáticos específicos para que as tendências estudantis de cada universidade tivessem um espaço próprio para apresentar ao leitor as suas memórias e narrativas sobre o campo universitário. As divisões textuais foram: *Como nasceram “Correnteza” e “Atuação e Luta”*, *“Na Federal Correnteza” é majoritária, Na Católica “Construção” detém o DCE, Na Rural “Caminhando” fez maioria nas eleições e Na FESP “Unidade e Ação” luta pelo desatrelamento*.

Houve um espaço na reportagem para a publicação de uma fotografia onde foram retratados jovens universitários em um momento de descontração e materiais de militância, como cartazes político-eleitorais utilizados para mobilização discente. O que essa imagem poderia simbolizar para o leitor? Uma das possibilidades é que o movimento estudantil de esquerda cresceu em todas as universidades pernambucanas em termos de organização e lutas dentro e fora do *campus*, atuando com mais liberdade em

<sup>492</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/12/1978, Entrevista, p. 4.

<sup>493</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 31/12/1978, Entrevista, p. 4.

<sup>494</sup> LACERDA, 2015, *Op. cit.*

um clima menos tenso, podendo ser um momento profícuo para captar novos militantes e obter apoio da população na luta contra ditadura e em defesa de melhorias educacionais.

Matérias como essas são entendidas como mais um instrumento da luta contra a ditadura e um marco das paulatinas e contínuas mudanças dos discursos do *Diário de Pernambuco* sobre o movimento estudantil, estando em conexão com a conjuntura política de muitos periódicos da grande imprensa nacional. Assim, sobretudo, a partir 1977, a grande imprensa deu ampla cobertura ao movimento estudantil. Segundo Marcos Napolitano, por meio das notícias publicadas pelos jornais nos anos 1970/1980, algumas delas aparentemente neutras, os veículos expressaram o seu posicionamento político, suas escolhas editoriais e contribuíram para que as discussões em torno da democracia obtivessem maior circulação e legitimidade social<sup>495</sup>.

Quanto ao surgimento das tendências *Correnteza e Atuação e Luta*, a reportagem a seguir narrou a história e a memória acerca das tendências do movimento estudantil da UFPE na segunda metade dos anos 1970, sob a ótica da militância juvenil de esquerda, apresentando ao leitor como elas se originaram, desenvolveram e atuaram e expressando as próprias dinâmicas de funcionamento desse segmento social:

‘- O Movimento Estudantil na UFPE, começou a se reorganizar em 1974. Existia um grupo que propunha a reorganizar e reabrir algumas entidades fechadas pela repressão em 1968. Esse grupo começou a reabrir realmente algumas entidades, como Geologia, Engenharia e Ciências Humanas. - Em 1975 se tentou formar uma chapa, mesmo sabendo que perderia, para concorrer às eleições para o DCE contra a pelegagem. Perdemos, mas mesmo assim demarcamos as nossas posições. - Em 1976 o DCE volta então para a mão do estudante, porque até então estava na mão do pessoal de cabresto da Universidade que era o Edson Maranhão junto com o Projeto Guararapes. - Em 1976 é que se começa diante do próprio desenvolvimento do Movimento estudantil, tanto local como nacionalmente, a se sentir formação de embrião de tendências. [...] - Mas, ainda não tínhamos nos organizado como tendências. Éramos dois grupos. Um tinha, na forma, o que hoje é ‘Atuação e Luta’ que delineava ‘meio vanguardista’ na maneira de levar as proposições. [...] - A gente começou a se diferenciar da seguinte forma: o pessoal de ‘Atuação e Luta’ começou a nos considerar como ‘moderados’, exatamente porque o fortalecimento das entidades não era suficiente para emprendermos certas posições. [...] No fim de 1976, ‘Atuação e Luta’ começou a se organizar para valer, como tendência. Mas, só em 1977 é que as posições se demarcaram cada um com sua programação política, e culminando com ‘Correnteza’ sendo majoritária no seio do estudante. [...] - O programa das duas tendências da UFPe., é um pouco vasto [,] mas, da mesma forma que na Rural e na Católica, eles estão unidos em torno da luta pela melhoria do ensino, pela reconstrução das entidades estudantis UNE, UEE e DCE livres; a luta contra o Decreto-lei 477, e de nº 228<sup>496</sup> [...]’.

<sup>495</sup> NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)*. Curitiba: Juruá Editora, 2006, p. 146.

<sup>496</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 31/12/1978, Entrevista, p. 4.

Cabe destacar que não foi informada a identidade do/a estudante entrevistado/a na reportagem e acreditamos que a omissão está relacionada à sua proteção na universidade, pois a censura e a repressão ainda presentes no *campus* e as relações de cooperação política entre discentes e a imprensa local, expressas de forma implícita.

O ano de 1974 é considerado pela historiografia como um marco nacional na reorganização desse segmento. Segundo Daniel Aarão Reis, quando iniciou o governo do presidente Ernesto Geisel, houve diante do seu projeto de distensão lenta, gradual e segura, condições relativamente favoráveis para um reflorescimento das esquerdas na sociedade, entre elas, destacamos o movimento estudantil<sup>497</sup>.

Em Pernambuco, como verificamos nos conjuntos documentais analisados ao longo deste capítulo, paulatinamente as lideranças juvenis de direita foram perdendo força na universidade, houve uma maior organização e atuação dos discentes opositoristas. Assim, o movimento estudantil da UFPE foi plural, dinâmico e atuante, relacionando-se com universitários de outras instituições (a exemplo da UFRPE e Unicap) em defesa de bandeiras em comum, como a reconstrução de suas entidades (DCEs, UNE e UEP) e do fim do coercitivo Decreto nº 477/1969.

Em face desse cenário, a vigilância da atuação do movimento estudantil permaneceu em todo o Brasil. Os agentes de segurança e informação descreveram a sua situação geral na conjuntura nacional e específica em cada universidade. No informe confidencial de 6 de dezembro de 1978, o assunto era “a penetração do comunismo no Brasil através da universidade”, indicando a vigilância das ideias e práticas de esquerda no campo universitário. Nesse documento eles constataram o seguinte:

[...] a – a subversão está presente em todas as áreas de ensino;  
 b – o PCB orienta, hoje, o maior número de DCE, bem como possui meios de divulgação de sua ideologia nos organismos estudantis de todos os níveis: para os DA, DCE, para conselhos regionais e de âmbito nacional;  
 c- existem posições que, não sendo possível atingir por uma organização única, são montadas frentes da atuação para assegurar a presença nas deliberações de maior profundidade. A chapa Construção, que dirige a UEE/SP é um exemplo de frente.  
 6. A seguir, um glossário através do qual se observará o grau da infiltração da subversão nos órgãos estudantis universitários:  
 [...] UFPe  
 DCE-Livre ..... (Frente).....(?)  
 Liberdade..... PCB  
 Alternativa e Luta..... OCML-PO  
 Atuação e Luta ..... MR-8 [...]  
PUBLICAÇÕES ORIENTADAS PELA OCML-PO

<sup>497</sup> REIS, Daniel Aarão. *Dictadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 8.

[...] ALTERNATIVA DE LUTA – UFPE [...]  
PUBLICAÇÕES ORIENTADAS PELA TNAOE [...]  
 ATUAÇÃO E LUTA ..... UFPE [...]  
 (\*) REFORMANDO ..... UFRPE [...]  
 (\*) Não confirmado como POI ou POC. [...]  
PUBLICAÇÕES ORIENTADAS PELO MR-8 + APML [...]  
 LIBERDADE ..... UFPe [...]  
PUBLICAÇÕES ESTUDANTIS NÃO IDENTIFICADAS QUANTO À  
FILIAÇÃO, EMBORA SEJAM DE LINHA TROTSKISTA  
 RECONSTRUÇÃO E LUTA ..... UFPe (?)<sup>498</sup>.

Na UFPE, em 1978, os militares verificaram a presença das seguintes organizações no DCE: *Liberdade* (PCB), *Alternativa e Luta* (Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária, OCML-PO) e *Atuação e Luta* (Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8). Os nomes dos grupos expressaram a importância da liberdade e da luta discente enquanto alternativas para mudanças na estrutura de funcionamento universitária e por melhorias sociais, em um momento de crescente combate à presença do comunismo na universidade e em outros espaços públicos e privados do Brasil.

É provável a existência de outros grupos de esquerda na UFPE, mas as prováveis falhas na vigilância social não permitiram identificá-los nesse momento, como foi o caso da ausência de informações sobre qual grupo político-partidário estaria à frente do DCE-Livre/UFPE. A existência de publicações do movimento estudantil que contaram com a participação de grupos de matriz comunista representa uma maior atuação e organização universitária, pelas maiores possibilidades de militância durante o período de abertura política, devido à menor repressão no *campus*. Durante a pesquisa, a documentação não nos permitiu mapear detalhadamente a ação dessas tendências políticas no movimento estudantil da UFPE no período investigado<sup>499</sup>.

No final dos anos 1970 ganhou força a bandeira em defesa de eleições diretas para as entidades representativas discentes. Em meio a embates políticos, em 1978, não houve o sufrágio para a diretoria do DCE/UFPE, como esperava a reitoria; pois, ocorreu

<sup>498</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0019719-1981. Informação confidencial nº 681, de 01 de agosto de 1978. (grifos do documento).

<sup>499</sup> Isso ocorreu pela possibilidade de essas fontes terem sido destruídas e por essas atividades não repercutirem na imprensa local, tendo em vista o perfil editorial do *Diário de Pernambuco*. O movimento estudantil da UFPE não possui um arquivo institucional próprio, daí a dificuldade de historicizar a atuação discente pela própria ótica dos universitários. Acreditamos que um trabalho com a história oral poderá, futuramente, elucidar algumas dessas lacunas. Com o intuito de apresentarmos ao leitor as informações obtidas sobre as tendências estudantis da UFPE, elaboramos uma tabela no Apêndice II, ressaltando que esta lista foi montada a partir de indícios, podendo ser completada com estudos futuros.



apenas a escolha dos representantes dos órgãos colegiados. O ano de 1979 foi um divisor de águas na UFPE, pela realização de eleições diretas para o DCE, após dez anos.

### 3.1.3 1979: o retorno das eleições diretas.

1979 foi um ano de muitas movimentações políticas nos âmbitos nacional e local, marcando o cenário de militância estudantil inclusive com a realização de eleições diretas para o DCE/UFPE. Em janeiro foi extinto o AI-5, ao longo do ano os parlamentares do MDB e da Arena dividiam-se em torno das propostas sobre a anistia e ganharam força as discussões a respeito da reforma partidária, culminando no fim do bipartidarismo<sup>500</sup>. O movimento estudantil esteve à frente juntamente com outros segmentos sociais em defesa da campanha pela anistia, ocorrendo o lançamento do CBA/PE na sede do DCE/UFPE, em 18 de abril<sup>501</sup>.

Extinguiram-se os Decretos nº 477/1969 e nº228/1967, uma conquista contra as medidas autoritárias nas universidades, possibilitando as entidades se organizarem no formato de DCEs, espaços de disputas entre as tendências estudantis<sup>502</sup>. Em maio ocorreu o XXXII congresso da UNE, em Salvador, um marco para a retomada da entidade. No Rio Grande do Sul, houve pela primeira vez, eleições diretas para os DCEs da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) e da Universidade de Passo Fundo (UPF), além do reinício das mobilizações estudantis na Universidade Vale dos Sinos (Unisinos)<sup>503</sup>. Na Universidade Federal do Ceará (UFC) ocorreu a reabertura do DCE<sup>504</sup> e na UFRN, após os embates em torno da intervenção da reitoria e da ASI/UFRN, realizaram-se eleições diretas para o DCE, situação que não ocorria desde 1964<sup>505</sup>.

Em Pernambuco, foi fundada a Adufepe, em face de uma maior organização política dos professores, aumentando a luta por melhorias educacionais e liberdades democráticas dentro e fora dos muros da UFPE<sup>506</sup>. Em 1979, ocorreram também várias greves: médicos-residentes (22/05 e de 03/06 a 19/06), professores da rede particular

<sup>500</sup> GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, pp. 215-216.

<sup>501</sup> SOUZA, Jonathan Soares de. *A esperança equilibrista: a campanha pela anistia política*. 2018, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018, p. 68.

<sup>502</sup> NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 261.

<sup>503</sup> Atualmente, a sigla Unisinos significa Universidade do Vale do Rio dos Sinos. VECHIA, 2011, *Op. cit.*, pp. 255-273.

<sup>504</sup> PORTUGAL, Niedja Lima Torres. *Estudantes em movimento: (Fortaleza, 1969-1979)*, 2008, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – UFC, Centro de Humanidades, 2008, p. 11.

<sup>505</sup> UFRN, 2015, *Op. cit.*, pp. 286-287; p. 295.

<sup>506</sup> MOURA, 2018, *Op. cit.*, p. 12.

(30/05 a 05/06), docentes da rede oficial (30/05 a 04/07), motoristas e cobradores de ônibus (31/05 a 01/06), caminhoneiros (21/08 a 24/08) e eletricitários da Celpe (29/10 a 13/11) e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) - (31/10 a 04/11)<sup>507</sup>.

É perceptível o apoio do movimento estudantil aos grevistas e o reconhecimento do fortalecimento das lutas dos trabalhadores pernambucanos e brasileiros nos últimos anos em defesa de melhorias de trabalho, qualidade de vida, justiça e democracia, conforme registrou o *Informativo DCE UFPE*, publicado no mês de julho:

Este é um momento pleno de vitalidade na História do Brasil e, mais particularmente, aqui em Pernambuco. De setores que, há 15 anos, viviam excorçados [sic] e marginalizados da vida política do país. [...] Ouve-se o grito dos professores pernambucanos, dos motoristas de ônibus e dos médicos residentes. Todos eles estão reivindicando salários dignos e melhores condições de vida e trabalho, através de movimentos grevistas, arma forte de que dispõem os trabalhadores. [...] A todos damos nosso integral apoio e nos unimos na luta por melhores condições de vida, trabalho e na construção de uma sociedade mais justa e democrática<sup>508</sup>.

É nesse contexto de cooperação estudantil com diversas categorias profissionais que se fortaleceu a luta para a realização de eleições diretas para o DCE/UFPE, em meio a disputas, resistências e conquistas políticas. O edital de convocação de eleições diretas foi divulgado no dia 19 de março e o sufrágio foi planejado para ocorrer nos dias 5 e 6 de abril, podendo participar do pleito todos os alunos regularmente matriculados na universidade. Nesse processo os estudantes poderiam votar das 8:00h às 22:00h nas Escolas ou Centros da universidade<sup>509</sup>.

As normas para participação foram as seguintes: registro prévio da chapa na sede do DCE em 25 de março, votação em escrutínio secreto, através de cédula única e votos contados por chapas. A apuração deveria ser realizada logo após o término do sufrágio, sendo eleita a chapa mais votada, cuja posse seria efetuada no primeiro dia útil depois do referendun dos DAs, em 9 de abril. Diferentemente das eleições anteriores, a de 1979 foi coordenada por uma comissão constituída por delegados dos DAs, uma conquista discente para uma representação democrática na universidade<sup>510</sup>.

---

<sup>507</sup> FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: EDUFPE, 2012, p. 31. CAVALCANTE, Jannaiara Barros. *Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática*. 2010, 115f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010, p. 54.

<sup>508</sup> Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_103\_0130. Informativo DCE UFPE, ano 1, nº 3, julho de 1979.

<sup>509</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/04/1979, Educação, p. 8.

<sup>510</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 20/03/1979, Educação, p. 8.

Concorreram duas chapas. A *Travessia* teve como presidente Humberto Sérgio Costa Lima e vice-presidente Expedito José de Albuquerque Luna, ambos acadêmicos de Medicina<sup>511</sup>. No cartaz da chapa apreendido pelos agentes do DOPS/PE (imagem 14) constam as suas principais bandeiras: redemocratização dos diretórios da universidade, melhores condições de ensino, apoio às lutas dos trabalhadores, contra os atos repressivos da ditadura e fortalecimento do movimento estudantil pelas bases, sendo marcante a defesa da reconstrução da UNE e da realização do congresso da UNE em Salvador. O cartaz foi um instrumento de propaganda político-eleitoral, pois geralmente era afixado em locais com grande circulação de transeuntes, a dimensão física era maior que outros tipos de documentos, como foi o caso do panfleto; possibilitando um maior espaço para a construção e disseminação de discursos.

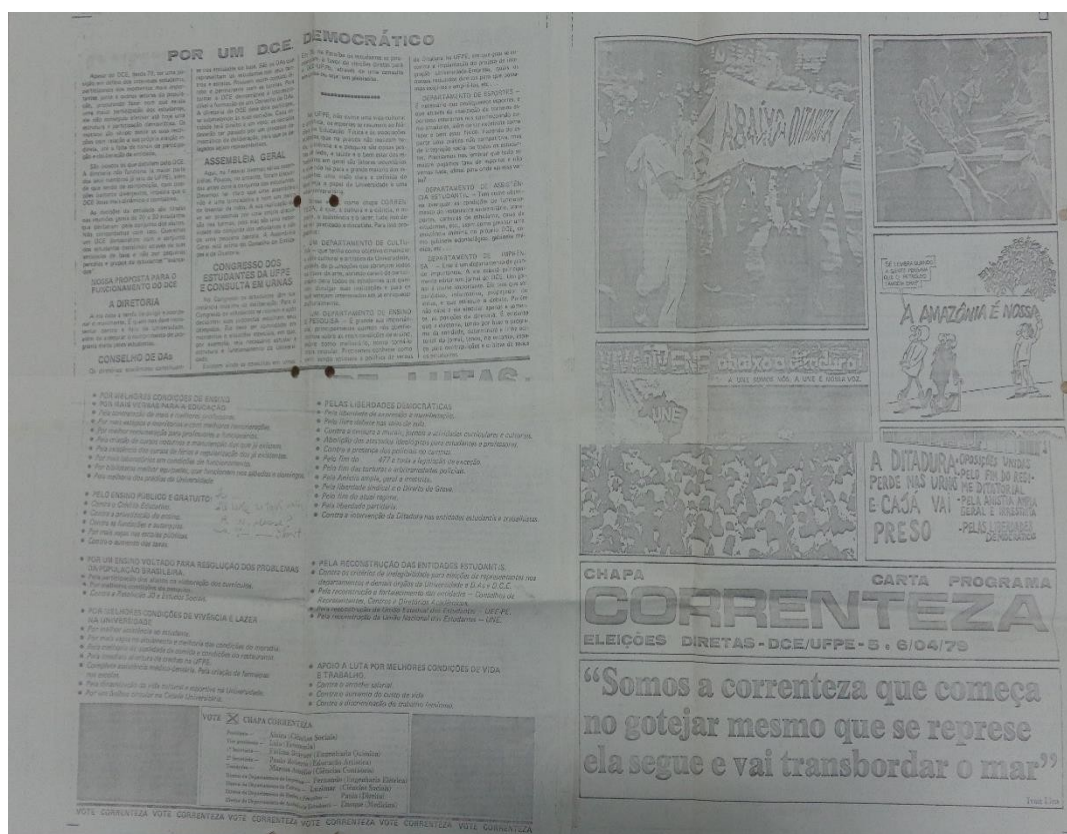


**Imagem 14** Cartaz da chapa Travessia sobre as eleições diretas para o DCE/UFPE, em 1979. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

A chapa opositora foi a *Correnteza*, presidida por Alzira José de Siqueira Medeiros, acadêmica de Ciências Sociais e com vice-presidência de Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão, conhecido como Lula, estudante de Economia e futuro

<sup>511</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 70, de 05 de abril de 1979. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/04/1979, Educação, p. 8.

secretário geral da UNE (1981)<sup>512</sup>. A partir do cartaz coletado por agentes do DOPS/PE (imagem 15), identificamos as principais bandeiras da chapa: ensino voltado para resolução dos problemas sociais, melhores condições de ensino, mais verbas para a educação, defesa do ensino público e gratuito, de melhores condições de vivência e lazer na universidade, das liberdades democráticas, do apoio à luta por melhores condições de vida e de trabalho e da reconstrução das entidades estudantis nos âmbitos local (UEP) e nacional (UNE).



**Imagem 15** Cartaz da chapa Correnteza sobre as eleições diretas para o DCE/UFPE, em 1979. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B.

Chamando-nos também a atenção nesse instrumento de propaganda política estudantil o uso de fotografias de atos em defesa das liberdades democráticas e da charge sobre a defesa da Amazônia como linguagens mobilizadoras e construtoras da identidade discente, sendo um dos pontos a reconstrução da UNE. Ao vigiar essas atividades, os agentes policiais constaram a existência de “[...] um sincretismo de organizações

<sup>512</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 70, de 05 de abril de 1979. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/04/1979, Educação, p. 8. LACERDA, 2015, *Op. cit.*, p. 114. Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346. Data: 1977. Panfleto.

clandestinas em sua retaguarda”<sup>513</sup> no meio estudantil, como é o caso do PCR, registrando a busca pelo controle das ações políticas discentes em um momento em que muitos militantes ainda atuavam na clandestinidade e infiltrados entre os jovens alunos.

Em meio a uma discussão sobre a possibilidade de eleições diretas para governador, as eleições diretas para o DCE/UFPE ganharam visibilidade e dizibilidade, ao estamparem a capa do *Diário de Pernambuco* (imagem 16) e outra matéria na mesma edição. A fotografia registrou um momento do primeiro dia de votação, ocorrido em 5 de abril, em um espaço da universidade onde alunos dos ciclos básicos e geral do Centro de Ciências Exatas e da Natureza puderam exercer o direito de escolher seus representantes discentes de forma direta. Na legenda da fotografia o periódico ressaltou a tranquilidade do sufrágio, marcado pelo fim das medidas restritivas de representação estudantil do Decreto nº 228/1967 e do Regimento Interno da UFPE. Com esses discursos a manifestação foi apresentada ao leitor de forma positiva, sendo um implícito incentivo para a população apoiar e participar do sufrágio.



Imagem 16 Reportagem sobre o primeiro dia das eleições diretas para o DCE/UFPE, 1979.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 06/04/1979, Capa.

A eleição não recebeu recursos financeiros da reitoria, que forneceu apenas as urnas e as listas dos universitários, pois tratou-se de um momento em que ela perdeu

<sup>513</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 70, de 05 de abril de 1979.

poder político com o crescente movimento estudantil oposicionista. Apesar de a votação não ser obrigatória, houve participação de muitos alunos e alguns universitários consideraram o fato de o reitor Paulo Maciel ter aceitado os novos rumos das entidades estudantis como o indício da abertura governamental. Como de fato representou na conjuntura da abertura política do governo do presidente João Batista Figueiredo.

A apuração da votação iniciou-se às 20:00h do dia 6 de abril, sendo concluída durante a madrugada, na sede do DCE. A mudança do espaço em relação às eleições anteriores revela uma maior autonomia e protagonismo juvenil, quando 10.103 discentes compareceram às urnas, correspondendo a 64% do quantitativo total de alunos da UFPE. A *Correnteza* foi vencedora do sufrágio com 5.948 votos, contra 3.038 da *Travessia*, expressando uma ampla vantagem de 2.910 votos. Houve 720 nulos e 397 em branco, contexto que explicita uma participação significativa dos alunos na escolha dos seus representantes, apesar de um considerável número de acadêmicos faltosos e de votos nulos e brancos: possíveis indicativos de uma parcela eleitoral que não se identificou com os candidatos e propostas apresentadas e até mesmo com o formato direto do sufrágio<sup>514</sup>.

A reconstrução do DCE/UFPE compreende uma série de significados, porque simbolizou a retomada da representação do movimento, o desenvolvimento da luta pela democracia e a apresentação de diferentes propostas em disputa, cujas pautas políticas estiveram em movimento<sup>515</sup>. Essa foi uma importante conquista estudantil, assim como a realização do congresso da UNE e a reorganização dessa entidade enquanto bandeira comum entre os integrantes do diretório. Diante disso, vejamos como foi a reconstrução da UEP, pauta concomitante a essas campanhas e um dos desdobramentos desses fatos.

### 3.2 “VIVA A U.E.P. !!!”<sup>516</sup>: a reconstrução da entidade em 1980.

Conforme vimos ao longo do trabalho, durante a ditadura, com destaque para o período da abertura política, o movimento estudantil brasileiro lutou pela reconstrução das suas entidades representativas, como foi o caso da estadual de Minas Gerais, reaberta durante o congresso de 1979, em Ouro Preto<sup>517</sup>. Em Pernambuco, a defesa pelo retorno

<sup>514</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07/04/1979, Capa, 08/04/1979, Capa.

<sup>515</sup> MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, p. 121.

<sup>516</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346. Data: 1977. Panfleto.

<sup>517</sup> SILVEIRA; Marco Antonio; MAIA; Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de; SILVA, Camilla Cristina. *Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região*. Ouro Preto: EDUFOP, 2018, p. 302.

da legalidade da UNE foi concomitante à luta pela reabertura da UEP, era um contexto de reorganização e fortalecimento dos DAs e DCEs das principais universidades do estado. Nesse cenário se consolidou o processo de reestruturação da UEP, em 1980.

Em 4 de setembro houve uma passeata que partiu da Pracinha do Diário, às 17:40h, em direção a outros espaços do centro do Recife, como foi o caso da FDR, totalizando duas horas de protesto estudantil, longa duração que expressa a sua força. O aparato policial foi menos ostensivo que nas mobilizações anteriores, com o uso de radiopatrulhas e volks, em vez de caminhões “espinha-de-peixe”, perante um histórico de mobilizações discentes, apoio social e crise da ditadura. Durante esse ato da greve de alunos da UFPE criticou-se a carestia e exigiu-se saúde e educação enquanto direitos sociais<sup>518</sup>. Foi simbólica a distribuição de uma “carta” conclamando a população a apoiar a reconstrução da UEP, cujo congresso estava programado para ocorrer entre os dias 26 e 28 daquele mês<sup>519</sup>. Assim, os instrumentos de luta dos alunos eram desiguais se comparados aos dos militares em termos de força e representação.

No dia 10 de setembro, quando foi encerrada a greve de professores da UFPE, houve um debate sobre a situação da UNE e da UEP com os diretores das entidades discentes<sup>520</sup>. No dia 13 de setembro, com o fim da greve dos estudantes da UFRPE, os alunos do DCE dessa instituição distribuíram para a comunidade acadêmica o regimento do congresso da UEP, devido à preparação do evento, cuja comissão executiva foi formada pelo DCE/UFPE, DCE/UFRPE, DCE/Unicap, DA/Fafisa e DA/Ciências Médicas. A comissão de recepção e alojamento ficou a cargo do DCE/Unicap e houve uma cooperação política entre estudantes de diferentes universidades<sup>521</sup>. Dessa forma, alunos e órgãos representativos discentes das principais universidades do estado uniram-se em defesa de uma bandeira em comum.

No contexto de reconstrução da UEP, ocorreram em 18 de setembro, eleições livres e diretas para o primeiro DCE da FESP, onde antes funcionavam apenas os DAs. Participaram todas as instituições ligadas à FESP: Escolas de Recife e as Faculdades de

---

<sup>518</sup> Quinze mil alunos da UFPE iniciaram uma greve em 01 de setembro de 1980, com o apoio de docentes da universidade, diante da crise econômica que agravou a instituição. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/09/1980, Capa.

<sup>519</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/09/1980, Geral, p. 10.

<sup>520</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 10/09/1980, Geral, p. 10.

<sup>521</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/09/1980, Geral, p. 10.

Formação de Professores de Nazaré da Mata, Garanhuns e Petrolina, congregando universitários das regiões Agreste, Sertão e Região Metropolitana do Recife<sup>522</sup>.

Concorreram as chapas *União e Luta* e *Todos Juntos*, que tinham como bandeiras em comum a reconstrução da UEP, o fortalecimento da UNE, a luta contra o aumento abusivo das mensalidades e a defesa de mais verbas para a educação e da existência de um órgão atuante, combativo e livre. Ambas se apresentaram como de oposição, mas na documentação não encontramos nenhuma filiação partidária ou de tendência estudantil, o que não significa que não tiveram, por ser comum no período. A *Todos Juntos* inclusive, afirmou que um dos seus “princípios filosóficos [era o] apartidarismo político<sup>523</sup>.

As denominações das chapas denotaram um discurso da união discente, mas, paradoxalmente, na semana eleitoral ocorreram ameaças e discórdias entre os universitários. Durante a apuração parcial dos votos, em um clima de tensões e embates, interrupção da contagem por várias vezes em meio a ameaças entre os discentes, a *Todos Juntos* conseguiu a impugnação de uma urna favorável à sua opositora *União e Luta*<sup>524</sup>.

Concomitantemente à eleição do DCE/FESP ocorreram eleições para o DCE/Unicap, com a participação de quatro chapas: *União e Luta* (mesmo nome da chapa concorrente ao DCE/UFPE), *Faz a Hora* (apoiada pelo presidente do DCE/UFPE), *Consciência e Novação*. Os títulos simbolizaram discursos de união, conscientização, luta e ação estudantil. A *Faz a Hora* foi a vitoriosa do pleito, com 1.856 votos, 58 a mais que a adversária *União e Luta*; enquanto *Consciência* angariou 1290 e *Novação* 454. Assim, as disputas foram acirradas perante a pequena diferença de votos entre as duas primeiras colocadas e existiu uma expressiva quantidade de grupos concorrentes, ampliando-se as possibilidades de representação discente e de escolhas dos eleitores.

A *Faz a Hora* apresentou um recurso de impugnação à Junta Eleitoral composta por professores, alegando fraudes na apuração, em que o direito se constituiu como um campo em que o efeito de verdade dos discursos foi palco de disputas. O mandato da gestão anterior foi encerrado sem a definição de quem assumiria o comando do diretório. Depois de um plebiscito estudantil, a chapa *União e Luta* foi vitoriosa oficialmente nas eleições para o DCE/Unicap e DA do curso de Direito, após uma eleição suplementar

---

<sup>522</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/09/1980, Educação e Cultura, p. 15. 18/09/1980, Geral, p. 10.

<sup>523</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/09/1980, Educação e Cultura, p. 15. 18/09/1980, Geral, p. 12.

<sup>524</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/09/1980, Educação e Cultura, p. 15. 18/09/1980, Geral, p. 10. 20/09/1980, Geral, p. 4.



realizada em 9 de outubro, tendo como presidente Adelson Borba, do curso de Sociologia<sup>525</sup>.

Como planejado, o congresso de reconstrução da UEP foi iniciado no dia 26 de setembro de 1980, no auditório da Fafire, centro do Recife, reunindo 2.500 universitários. Ele recebeu apoio social, como foi o caso da moção de reconhecimento de intelectuais participantes do II Congresso Nacional de Sociologia realizado na FESP<sup>526</sup>, repercutindo na grande imprensa e atraindo a atenção dos agentes de segurança e informação.

Durante o primeiro dia do congresso de reconstrução, Candido Pinto de Melo participou como presidente de honra da instituição em um ato simbólico. A reunião de abertura contou com a presença de diferentes segmentos sociais e organizações políticas: Ricardo Zaratinni (Unidade Sindical), Jarbas Vasconcelos (PMDB), ex-ministro Oswaldo Lima Filho (Partido Democrático Trabalhista - PDT), João Roberto Nascimento (PT), o discente Edval Nunes da Silva, conhecido como “Cajá” (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife) e Enilson Simões, nomeado de “Alemão” (PMDB). O ex-governador Miguel Arraes enviou a seguinte carta para o evento:

A Sociedade brasileira continua viva e mobilizada. A unidade do povo será o instrumento para construirmos, de forma autônoma, o nosso destino. Vocês estão aqui, agora, para concretizando isso. Que o amplo e livre debate das ideias e pensamentos resulte numa unidade de ação com objetivos comuns<sup>527</sup>.

Ele destacou a força da mobilização social e a relevância da união e do livre debate em defesa das causas em comum. Como Miguel Arraes foi a maior liderança política de Pernambuco desde 1964 e retornou do exílio em 1979, o seu contato simbolizou prestígio ao encontro e incentivou a militância discente a reorganizar a sua principal entidade representativa local e lutar contra a ditadura.

Os discursos de Ricardo Zaratinni e Enilson Simões foram os mais aplaudidos e o seu teor político foi registrado pela Polícia Federal, que os intimou a prestar depoimento, sob a alegação de que eles chamaram o governo de fascista e pediram o fim da ditadura. Além disso, a sede do PMDB foi cercada por viaturas policiais<sup>528</sup>. Dessa forma, durante

---

<sup>525</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/09/1980, Geral, p. 10. 20/09/1980, Geral, p. 4. 25/09/1980, Educação e Cultura, p. 19. 15/10/1980, Educação e Cultura, p. 17.

<sup>526</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 27/09/1980, Geral, p. 10, Últimas Notícias, p. 12.

<sup>527</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 27/09/1980, Últimas Notícias, p. 12.

<sup>528</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 01/10/1980, Capa.

o período da abertura política, houve maiores possibilidades de mobilização política e resistência de alguns setores, como os agentes de segurança e informação.

Como conquista do congresso, foram estabelecidas eleições para diretoria da UEP para os dias 12 e 13 de novembro, em paralelo com as eleições dos dirigentes da UNE, sendo inscritas cinco chapas no pleito pela entidade estadual: o quantitativo registrou uma variada possibilidade de representação discente, diferentes opções para a escolha dos eleitores e uma efervescente disputa no meio discente.

A *Faz a Hora* teve como candidato a presidente Francisco Vitória, o “Chico” (Engenharia Civil e ex-presidente do DCE/Unicap) e vice Marcelo (Engenharia Química/UFPE), apoiando a chapa *Viração* (PCdoB)<sup>529</sup> na disputa pela UNE. Enquanto a chapa *Mobilização Estudantil* teve como líder Túlio de Araújo, sendo constituída por duas tendências: *Liberdade e Luta (Libelu)* e *Ponto de Partida/Novo Rumo*<sup>530</sup>.

A chapa *Unidade* foi encabeçada por Carlos Roberto (Direito, DCE/Unicap), tendo como vice Valdemar de Oliveira Neto<sup>531</sup> (Direito, UFPE), enquanto a *Reconstruindo* teve como presidente Humberto Sérgio Costa Lima (Coordenador de Saúde do DCE/UFPE) e a *Viração* com candidato à presidência Pedro Laurentino, aluno da UFRPE que dirigiu o DCE e integrou a diretoria da UNE<sup>532</sup>. Dessa forma, verificamos que muitos candidatos à ocupação de cargos estudantis possuíam experiências políticas.

Segundo o *Diario de Pernambuco*, essas chapas foram divididas em dois blocos de tendências. O primeiro composto por tendências políticas tidas como mais radicais, por defenderem questões como greve geral por tempo indeterminado para obtenção do congelamento de anuidades. O segundo constituído por tendências cujos discursos são associados ao diálogo, abaixo-assinados e outras manifestações semelhantes. Todavia, as chapas concorrentes à UEP e a UNE tinham como pontos em comum a defesa de 12% do orçamento da União para a educação, conforme determinações das Constituições de 1946 e de 1967, porque na época o índice vigente era de apenas 4,8%<sup>533</sup>.

<sup>529</sup> VECHIA, 2011, *Op. cit.*, 56.

<sup>530</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 31/10/1980, Educação, p. 15.

<sup>531</sup> Cofundador do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), em 1981 e cofundador do Centro Cultural Luiz Freire, em Olinda/PE, na década de 1980, organização voltada para a defesa dos direitos humanos. <<http://www.investirparatransformar.org.br/palestrantes/valdemar.php>>, <<https://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/pessoa/valdemar-de-oliveira-neto-22595>>, <<https://gajop.org/sobre-o-gajop/>>, <<http://cclf.org.br/sobre/>>, acessados em 22 abr. 2020.

<sup>532</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 31/10/1980, Educação, p. 15, 12/11/1980, Educação e Cultura, p. 15.

<sup>533</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 12/11/1980, Educação e Cultura, p. 15.

Nesse contexto eleitoral, os acadêmicos da UFRPE, além de votarem nas eleições para a UEP e UNE, participaram da eleição da diretoria do seu DCE Livre. Pela primeira vez, desde a reabertura dessa entidade, concorreu uma chapa de oposição, havendo também uma renovação dos DAs da universidade<sup>534</sup>. Se compararmos a UFRPE e a UFPE, essa informação representa um forte indício de que os estudantes de direita dessa primeira universidade estiveram à frente dos órgãos representativos discentes por mais tempo que a segunda, sendo necessário um estudo específico sobre os impactos da ditadura na UFRPE, sobre a qual há pouca historiografia sobre esse período, apesar de identificarmos na pesquisa uma farta e diversificada gama de documentos.

Nas disputas eleitorais pela entidade máxima de representação estudantil estadual, com o objetivo de angariar recursos para a UEP, a chapa *Viração* promoveu em 5 de novembro, o *Forró da Mocidade*, na Casa dos Festejos, com ingressos no valor de Cr\$ 100,00<sup>535</sup>, expressando como a militância política poderia ser exercida por um viés artístico-cultural. Como a propaganda político-eleitoral das chapas expressaram as suas bandeiras e ideologias, ela foi alvo de vigilância policial. O panfleto a seguir foi de autoria da chapa *Unidade* e coletado por agentes do DOPS/PE:

#### UNIDADE E DEMOCRACIA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A gloriosa U.E.P. deve ressurgir a partir das necessidades reais das bases do movimento, a partir de um processo de discussão e aprofundamento do debate sobre toda a problemática que atinge a Universidade Brasileira. Deve ser resultado de um processo de entendimento sobre a importância de nos organizarmos e lutarmos por mais verbas para educação, por melhores condições de ensino, pela redemocratização da Universidade e da sociedade em geral. [...] Registramos aqui nosso protesto contra o modo pelo qual vem sendo encaminhado este Congresso, principalmente com relação à recente eleição dos delegados, tendo em vista, que os estudantes da U.F.P. saíram das férias de julho, entrando após duas semanas de aulas, em greve geral – 18.000 estudantes - agora, no curto período de cinco dias, estão escolhendo delegados para representa-los num Congresso que pretende reconstruir nossa entidade máxima estadual. Ademais, os estudantes da UNICAP, aproximadamente 12.000, por sua vez, só tiveram férias em agosto, iniciando as aulas do 2º semestre em setembro (20 dias atrás), e enfrentaram eleições para o D.C.E. e D.As., também recentemente. Toda essa situação, pouco foi levada em consideração, só aí temos, cerca de 30.000 estudantes elegendo delegados sem que tivessem participado de um processo de ampla informação e discussão. Por fim, conclamamos todos os estudantes pernambucanos a participarem ativa e maciçamente do Congresso de reconstrução da nossa U.E.P., pois, só assim, conseguiremos neutralizar a nefasta prática antidemocrática das vanguardas cupulistas, para que possamos reconstruir uma entidade estadual verdadeiramente combativa, forte e democrática!

<sup>534</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/11/1980, Educação e Cultura, p. 15.

<sup>535</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/11/1980, Educação e Cultura, p. 15.

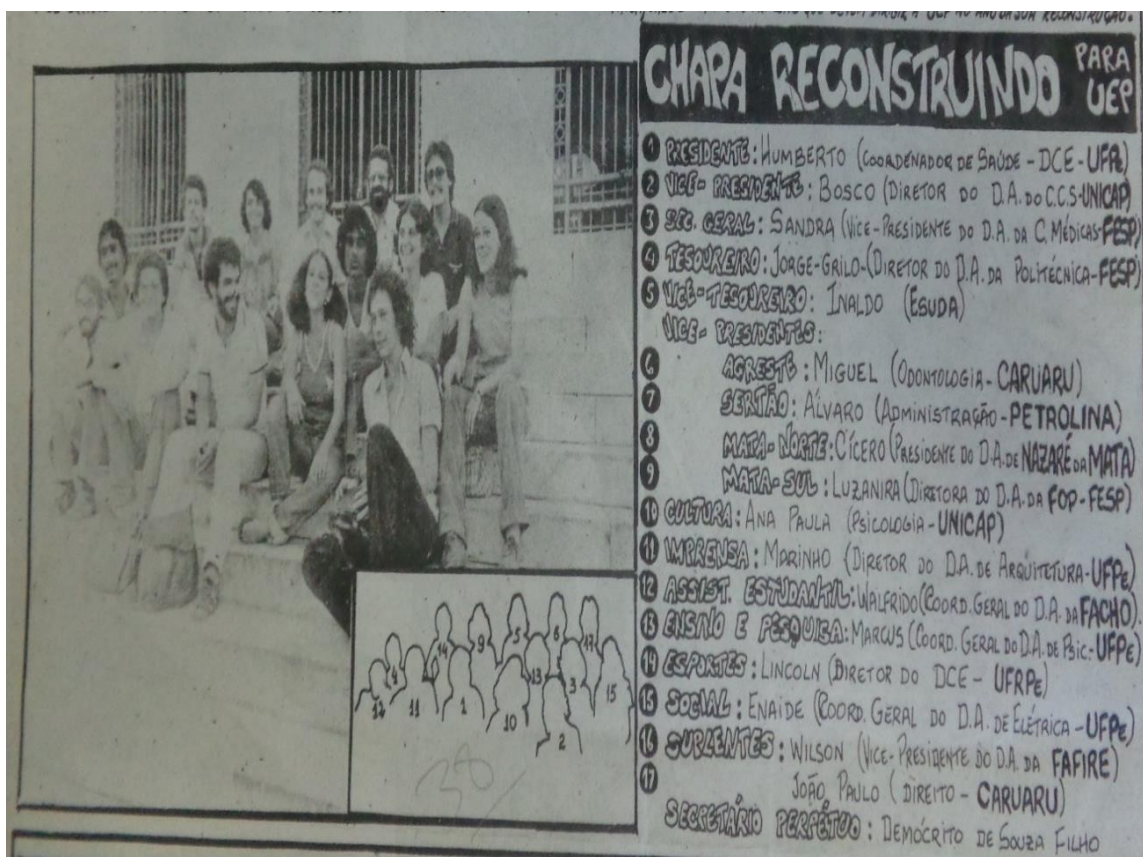
VIVA A U.E.P. !!!<sup>536</sup>.

A partir desse documento produzido pelos jovens universitários, expressou-se a necessidade de organização, fortalecimento e luta discente em defesa de mais recursos para a educação, melhoria na qualidade ensino e redemocratização na universidade. Os discursos da militância oposicionista buscaram neutralizar a direita estudantil ainda presente na universidade, representada como “nefasta”, “antidemocrática” e “cupulista”, para angariar apoio social. Assim como ocorreu no congresso da UNE, no da UEP não houve um consenso discente quanto ao período e formato de realização, expressando fissuras internas no meio estudantil: “Toda essa situação, pouco foi levada em consideração, só aí temos, cerca de 30.000 estudantes elegendo delegados sem que tivessem participado de um processo de ampla informação e discussão”.

Os discursos buscam desmobilizar os jovens a participarem do congresso da UEP: “[...] só assim, conseguiremos neutralizar a nefasta prática antidemocrática das vanguardas cupulistas, para que possamos reconstruir uma entidade estadual verdadeiramente combativa, forte e democrática”. Neles foi marcante a simbologia política da linguagem, que logrou disseminar efeitos de verdade, ao combater os alunos de direita, enquadrando-os pejorativamente como “antidemocráticos” e “vanguardas cupulistas”, para a construção de uma “verdadeira”, “combativa”, “forte” e “democrática” entidade estudantil, em um período de lutas sociais pela redemocratização do Brasil.

---

<sup>536</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346. Data: 1977. Panfleto. (grifos do documento).

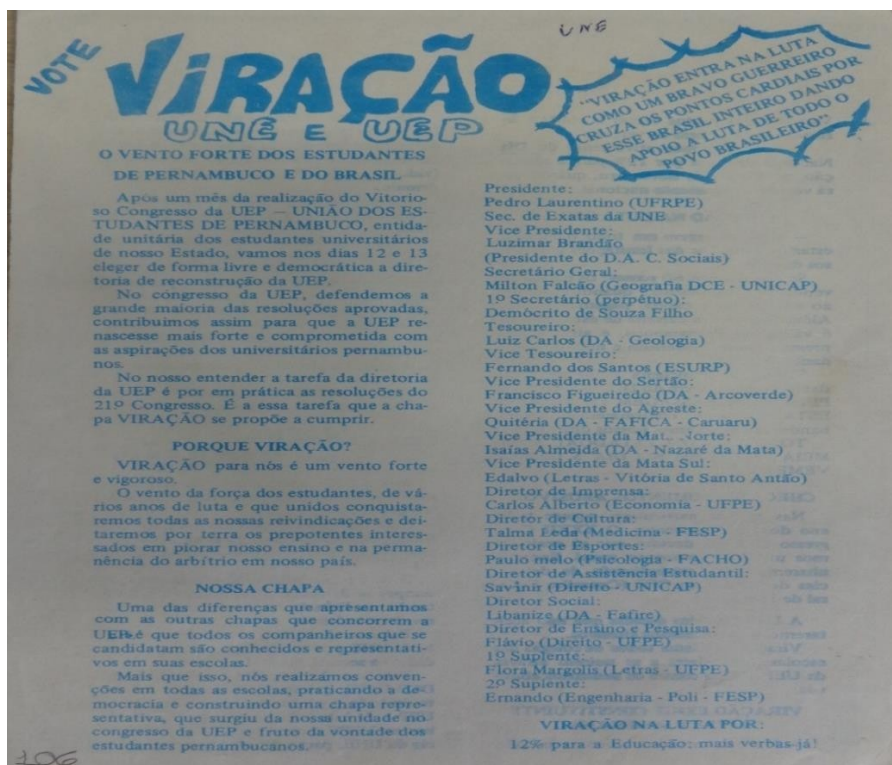


**Imagem 17** Cartaz da chapa *Reconstruindo*, durante o congresso de reconstrução da UEP, 1980. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Panfletos estudantis. Fundo nº 30471.

No cartaz da chapa *Reconstruindo* (imagem 17) há uma fotografia com cada um de seus integrantes e um perfil diversificado de lideranças estudantis, abrangendo as principais IES públicas e privadas do estado (UFPE, UFRPE, Unicap, FESP, Fafire e Facho) e de todas as regiões (capital, Agreste, Sertão, Mata Sul e Mata Norte), tendo como secretário emérito Demócrito de Souza Filho (1921-1945), militante estudantil da FDR durante o Estado Novo, em um simbólico ato de memória. Se por um lado, o documento serviu para apresentar os candidatos ao eleitor, por outro, a sua coleta por policiais potencializou a identificação e vigilância dos membros.

Entre as bandeiras defendidas por esse grupo constaram a luta contra o ensino pago e a defesa do ensino público e gratuito para todos, da gestão democrática na universidade, de eleições diretas para todos os cargos de direção, da ampliação da participação discente nos órgãos colegiados, do fim dos regimes internos repressivos e do fim do controle ideológico e da presença dos agentes de segurança internos na

universidade<sup>537</sup>. Assim, os debates acerca da luta pelas liberdades democráticas ganharam cada vez mais visibilidade e dizibilidade no movimento estudantil.



**Imagem 18** Panfleto da chapa *Viração*, durante o congresso de reconstrução da UEP, 1980. Acervo do DOPS-PE/APEJE. União Nacional dos Estudantes. Fundo nº 1346.

O panfleto da chapa *Viração* (imagem 18) registrou a sua significativa articulação política, por concorrer concomitantemente às eleições da UNE e da UEP. O slogan de sua campanha faz alusão aos símbolos da bravura, da amplitude geográfica e da coletividade para abarcar as lutas sociais no país. Assim como a chapa *Reconstruindo*, ela fez uso do passado da militância de Demócrito de Souza Filho, atribuindo-lhe o cargo de primeiro secretário perpétuo, em referência à memória e à história como elementos constituintes da identidade discente. O nome UNE escrito com caneta azul na parte superior da fonte registrou a vigilância policial e a indicação temática para a composição de um prontuário específico sobre a entidade durante o desenvolvimento do trabalho arquivístico.

Ao acompanhar os resultados do sufrágio, os agentes do SNI relataram que as eleições da UEP foram realizadas nos dias 12 e 13 de novembro, na UFPE, em um clima de abstenção. Esse contexto de abstenção influenciou a atuação do *Movimento Livre Estudantil* (MLE), que foi constituído por alunos de direita da Unicap, possuía poucos

<sup>537</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Panfletos estudantis. Fundo nº 30471. Cartaz.

adeptos e teve como um dos seus fundadores o concluinte do curso de Direito José Carlos Ramalho. O segmento surgiu em 1980, lançando um manifesto em 9 de abril contra a decretação da greve estudantil pelo DCE/Unicap, que combateu o aumento de 50% nas mensalidades da universidade<sup>538</sup>.

Para se ter uma dimensão do histórico de atuação do MLE, os membros Francisco Teobaldo, Fred Ramalho e Paulo Malta foram apontados como os agressores do estudante grevista Luiz Tenório de Almeida, em 10 de abril<sup>539</sup>. Atribuiu-se ao movimento as pichações realizadas em 14 de abril nos muros do DCE/Unicap e edifícios vizinhos. As frases escritas em vermelho acompanhadas do símbolo marxista tiveram como discursos: “abaixo a greve”, “fora comunistas”, “fora marxistas”, simbolizando o posicionamento político contra as esquerdas<sup>540</sup>.

Após o fim da greve estudantil, o MLE continuou atuante, mas não encontramos documentos sobre as suas ações após o congresso da UEP de 1980, indício da sua provável dissolução. Em 12 de novembro, panfletou contra as eleições da UEP e da UNE, mobilizando os estudantes para boicotá-las. Nesse dia, integrantes do movimento foram à UFRPE e à Escola Politécnica de Pernambuco da FESP para criar um clima de medo e tensão, ao ameaçarem estar armados durante as eleições. Ocorreu entre os discentes de direita e esquerda agressões verbais, ameaças de violência física e a retirada de panfletos fixados nas paredes<sup>541</sup>. Dessa forma, o movimento estudantil foi um segmento plural e dinâmico, havendo conflitos e fissuras internas em seus núcleos.

Durante o sufrágio, foram colocadas urnas em todos os cursos da UFPE, UFRPE, Unicap, FESP e de algumas faculdades isoladas, tendo as reitorias apoiado as eleições com a disponibilização das listas nominais dos discentes. Em uma mesma cédula, os universitários votaram para as eleições da UNE e da UEP, com exceção da UFRPE, que além dessas duas instituições, escolheu os dirigentes do seu DCE e DAs. Dessa forma, o cenário político-eleitoral foi dinâmico. Para o DCE/UFRPE concorreram as chapas *Viração* e *Gente Nossa*, enquanto para o DA de Agronomia *Viração*, *Gente Nossa* e

---

<sup>538</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 10/04/1980, Geral, p. 8. 12/11/1980, Educação e Cultura, p. 15.

<sup>539</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/04/1980, Geral, p. 8. 18/04/1980, Geral, p. 7.

<sup>540</sup> SOARES, 2018, *Op. cit.*, p. 140.

<sup>541</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 13/11/1980, Capa. Educação e Cultura, p. 17.

*Renovação* e para o DA Veterinária a chapa única *Vamos à Luta*<sup>542</sup>, quantitativo indicativo da significativa participação de grupos nas disputas.

A apuração dos votos ocorreu na sede do DCE/UFPE, espaço com histórico de várias atividades políticas estudantis da UFPE em articulação com outros setores da sociedade. Foi alto o número de abstenções, porque dos 60.000 alunos aptos a votar, apenas 18.000 exerceram esse direito, tendo muitos deles decidido em quem votar de última hora<sup>543</sup>. Alguns motivos podem explicar a situação: o clima de tensão provocado pelo movimento de direita discente MLE, divisões estudantis, a descrença no movimento em decorrência de uma onda de greves, o distanciamento de alguns alunos de suas entidades representativas e o não reconhecimento de suas lideranças e das bandeiras defendidas pelas chapas.

A chapa *Viração* foi a vencedora da UEP com uma ampla vantagem, ao conseguir 10.133 votos, com o apoio do PMDB, DCE/UFRPE, DCE/Unicap, de alguns DAs da UFPE e dos líderes estudantis Alzira José de Siqueira Medeiros, Luiz Antônio Alencar Marinho Falcão (Lula) e Edval da Silva Nunes (Cajá). Enquanto a *Reconstruindo* obteve 6.857, *Unidade* 1.499, *Faz a Hora* 1.488 e *Mobilização Estudantil* 1.244<sup>544</sup>. Salientamos que em Pernambuco, a chapa *Viração* também foi vitoriosa nas disputas eleitorais da UNE e do DCE/UFRPE. A diretoria da UEP foi empossada em 28 de novembro, na sede do DCE/UFPE, objetivando como uma de suas primeiras medidas, após conseguir uma sede provisória, recuperar a sua antiga sede, localizada na Rua Gervásio Pires, centro do Recife, em uma luta simbólica pelo seu representativo espaço de memória perdido com a intervenção da ditadura<sup>545</sup>.

### 3.3 Considerações.

A partir da análise documental, verificamos que o processo de reconstrução da UEP foi a ressonância de um histórico de lutas e experiências políticas acumuladas ao longo de toda a ditadura, sobretudo, na segunda metade dos anos 1970, com a

---

<sup>542</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 13/11/1980, Educação e Cultura, p. 17.

<sup>543</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/11/1980, Educação e Cultura, p. 15. 15/11/1980, Educação, p. 17.

<sup>544</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0015040-1980. Informação confidencial nº 390, de 01 de dezembro de 1980.

<sup>545</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/11/1980, Educação e Cultura, p. 17. 28/11/1980, Geral, p. 7.



reconstrução dos DCEs e DAs das instituições de ensino superior pernambucanas e da UNE em âmbito nacional, durante o crescimento da militância estudantil de esquerda. Assim, foram diversas as práticas de resistências contra o aparato legal coercitivo do Estado, que logrou exercer um controle social sobre a comunidade acadêmica.

O retorno da legalidade da UEP e o restabelecimento de eleições diretas para o DCE/UFPE simbolizaram a defesa das liberdades democráticas, de melhorias educacionais para o país e do fim da ditadura, devido ao fortalecimento do movimento estudantil enquanto segmento protagonista dessa militância, sendo significativa a liderança juvenil da UFPE.

Todavia, no campo universitário também ocorreram fissuras internas no movimento estudantil em torno de disputas por saber-poder, divergências ideológicas e diferenças das propostas de atuação. Existiu, inclusive, uma pequena parcela de alunos de direita contra a reorganização das suas principais entidades representativas. No próximo capítulo analisamos a militância política e as lutas de alunos e professores em defesa das liberdades democráticas dentro e fora do *campus*.

#### 4. DO *CAMPUS* ÀS RUAS: MILITÂNCIA POLÍTICA E LUTAS POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS (1977-1985).

O ano de 1977 é simbólico para se pensar a atuação do movimento estudantil durante a transição democrática, por ser o ápice de sua ebulição política em todo o Brasil. Isso porque os discentes ganharam destaque nas lutas contra a ditadura, influenciando outros movimentos sociais na defesa da bandeira pelas liberdades democráticas, nas ruas das principais cidades do país<sup>546</sup>. Assim, nesse momento, as lideranças estudantis conseguiram com que as massas discentes retomassem os protestos de rua, situação que não ocorria desde 1968<sup>547</sup>.

As passeatas lideradas pelos alunos foram resultantes de articulações e tensões acumuladas ao longo das experiências políticas na ditadura, ultrapassando, naquele momento, os limites dos *campi*, ao ocupar espaços estratégicos das urbes, como ruas centrais e praças públicas<sup>548</sup>. Apesar da repressão ainda existente, os discentes continuaram militando e se articulando devido ao surgimento da Comissão Pró-União dos Estudantes, à organização do III ENE e a realização de diversas passeatas, atos públicos, cultos ecumênicos e publicações em torno das campanhas pela anistia e pela Constituinte<sup>549</sup>.

Os docentes universitários também ocuparam um espaço de destaque nas críticas contra o autoritarismo do Estado, sendo importante a participação deles nos encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1976 e 1977<sup>550</sup>. Na UFPE, o fechamento da FDR pelo reitor Paulo Maciel, em 1977, por ele ser contra a realização de uma vigília cívica programada para 10 de agosto, impulsionou resistências da comunidade acadêmica e críticas de políticos contra essa medida repressiva, como foi o caso do deputado Roberto Freire (MDB)<sup>551</sup>.

Roberto Freire refutou o discurso proferido pelo reitor no dia 12 de agosto, no Palácio do Governo, quando o dirigente da UFPE afirmou que a sua atitude não seria

---

<sup>546</sup> LACERDA, 2015, *Op. cit.*, p. 91.

<sup>547</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 330.

<sup>548</sup> NAPOLITANO, 2014, *Op. cit.*, p. 258.

<sup>549</sup> FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, pp. 113-117. MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 331.

<sup>550</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 332.

<sup>551</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/08/1977, Política, p. 3. Matéria *Deputado refuta reitor*.

autoritária<sup>552</sup>. Destacamos o apoio do governador Joaquim Francisco de Moura Cavalcanti (Arena) ao autoritarismo na universidade, devido aos cargos estratégicos que ele e o reitor ocuparam para apoiar a ditadura.

Nesse contexto, teve repercussão em todo o país a greve dos estudantes da UnB, em 1977, em vista da forte repressão sofrida pelos estudantes e da resistência juvenil contra o autoritarismo<sup>553</sup>. Em solidariedade aos alunos da UnB e em apoio aos diretórios acadêmicos da UFRPE e Unicap fechados pela repressão universitária, os integrantes do DCE e dos DAs da UFPE convocaram uma assembleia geral no dia 23 de agosto, em frente à Escola de Engenharia da UFPE. O protesto inseriu-se nas mobilizações discentes para o III Dia Nacional de Luta e agentes do DOPS/PE apreenderam o panfleto de sua divulgação<sup>554</sup>.

Durante o evento, em uma assembleia geral com a participação de aproximadamente 1.500 pessoas, alunos da UFPE, UFRPE, FESP e Unicap decidiram pela realização da Semana Pelas Liberdades Democráticas no *campus* da UFPE<sup>555</sup>. O fato repercutiu fora de Pernambuco, ao ser noticiado pelo periódico de visibilidade nacional *Jornal do Brasil*, por meio da reportagem “Pernambucanos quebram silêncio de dez anos”, expressando o apoio do veículo ao movimento estudantil durante o marco dessa manifestação política, aberta ao som da música *Para não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, utilizada nos protestos juvenis desde 1968<sup>556</sup>.

#### **4.1 A Semana Pelas Liberdades Democráticas de 1977: debates, tensões e presença militar no *campus*.**

A Semana Nacional Pelas Liberdades Democráticas ocorreu nos dias 21, 22, 23, 26 e 27 de setembro de 1977, na UFPE, evento que atraiu a vigilância dos agentes do DOPS/PE e repercutiu significativamente na imprensa local, em face da grande publicação de reportagens e da sua simbologia política.

---

<sup>552</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/08/1977, Política, p. 3. Matéria *Deputado refuta reitor*. 13/08/1977, Local, p. 5. Matéria *Faculdade fechada induz professor à imolação didática*. 13/08/1977, Capa. Matéria *Protesto contra a Faculdade de Direito do Recife*.

<sup>553</sup> UNB. *Relatório final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade*. Brasília: UnB, 2015, p. 180.

<sup>554</sup> Acervo do DOPS-PE – APEJE. Prontuário Funcional nº 5369-B. Universidade Federal de Pernambuco. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Panfleto.

<sup>555</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Panfleto “Como foi a ASSEMBLÉIA”.

<sup>556</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Recorte do *Jornal do Brasil*.

Os estudantes planejaram uma assembleia de organização para o dia 16 de setembro, na UFPE. Entretanto, na véspera de sua realização, o evento que tinha na programação a participação de diferentes segmentos sociais, como o setor operário da Igreja Católica, foi proibido por meio de uma nota oficial publicada no *Diario de Pernambuco*, que apoiou o autoritarismo da reitoria ao dar visibilidade aos seus discursos. O texto foi assinado pelo reitor Paulo Maciel, pelo vice-reitor Geraldo Lafayette Bezerra e pelos pró-reitores Ruy João Marques, Rubens de Souza, Leonides Alves, Theophilo Benedito de Vasconcelos e Sebastião Barreto Campelo. Eles justificaram que não ocorreu nenhuma solicitação prévia e que não tinham informações sobre a representatividade e responsabilidade dos conferencistas<sup>557</sup>.

No documento eles afirmaram: “Tal determinação visa a evitar o envolvimento da comunidade universitária em realizações que poderiam conturbar o ambiente de tranquilidade necessário ao desenvolvimento das suas atividades acadêmicas”<sup>558</sup>. Dessa forma, é notória a coerção a quaisquer tipos de atividades com conotação política no *campus*, com a finalidade do controle social dos universitários, para deslegitimar a relevância do evento perante a população, ao associá-lo ao perigo da desordem.

Enquanto ato de resistência, a assembleia ocorreu em 16 de setembro, na UFPE e contou com a participação de aproximadamente 700 alunos, um quantitativo expressivo de militantes. O clima foi tenso devido à presença de cavalarianos da PM/PE, para intimidar e reprimir os universitários. Ao noticiar o evento, o *Diario de Pernambuco* associou-o pejorativamente: “Estudantes fazem assembleia em clima de tumulto”, sem problematizar no título da reportagem a coercitividade da polícia, denotando o seu apoio ao Estado<sup>559</sup>. Diante disso, destacamos que no capítulo 3, identificamos matérias desse jornal com discursos aparentemente mais progressistas sobre os estudantes nas eleições para o DCE/UFPE. Neste capítulo, constatamos um posicionamento diferente, ao apoiar à reitoria e criticar a militância discente na Semana Nacional Pelas Liberdades Democráticas. Provavelmente, isso ocorreu porque o evento foi uma atividade política mais incisiva na luta contra a ditadura, cuja realização foi combatida pelo reitor.

Em contrapartida, o diretório distribuiu uma carta aberta, conclamando a população a apoiá-lo e a refletir sobre o autoritarismo na universidade: “Hoje – [...] a repressão abate-se a qualquer manifestação que conteste a atual situação, mostrando-nos

---

<sup>557</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 18/09/1977, Capa.

<sup>558</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 18/09/1977, Capa.

<sup>559</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 17/09/1977, Capa.

que as nossas reuniões, debates e reivindicações só estarão garantidos se nos mantivermos organizados e fortes para fazermos frente a esses atos”<sup>560</sup>. A produção e difusão de um documento produzido pelos alunos para denunciar a coerção na UFPE e mobilizar os estudantes para lutar contra essa conjuntura foi uma estratégia de resistência. Nela os discursos foram armas e alvos de disputas por efeitos de verdade entre os jovens e os dirigentes universitários, devido à força das relações políticas na universidade.

Em face dessa situação, estudantes e integrantes do DCE e dos DAs da UFPE reuniram-se em assembleia, em 19 de setembro, no pátio da Escola de Economia, para deliberarem sobre a realização da Semana Nacional Pelas Liberdades Democráticas. Depois da assembleia que contou com mais de 100 alunos, decidiu-se pela realização do evento<sup>561</sup>.

Em vista dessa resistência política, após receber os militantes estudantis, o reitor autorizou a sua realização sob a condição de que as atividades ocorressem em dias alternados, para “não prejudicar as aulas”, exigindo a informação dos nomes dos conferencistas. Perante o mecanismo de censura e controle social, os universitários não aceitaram essa condição. Em seguida, reuniram-se cerca de 300 alunos sob uma árvore próxima à Faculdade de Economia, para discutir a situação, ao serem proibidos de se reunirem em qualquer prédio da universidade<sup>562</sup>. Assim, como destacou Michel Foucault, a disciplina procede a distribuição dos sujeitos no espaço, para a estabelecer a vigilância e tentar combater comunicações perigosas, buscando construir um espaço útil<sup>563</sup>.

A deliberação gerou o documento “Comunicado aos estudantes, professores, parlamentares, instituições democráticas e população em geral”, assinado pelos participantes da assembleia, representados pelos DAs e DCE da UFPE<sup>564</sup>. O comunicado foi distribuído à população e coletado por agentes do DOPS/PE. Nele, os jovens denunciaram as práticas repressivas cometidas pela reitoria e pelo Estado e defenderam a relevância da Semana, objetivando o apoio social.

O contexto simbolizou a articulação estudantil e o quanto a ditadura buscou se institucionalizar por meio de um aparente diálogo, encobrindo o cunho repressivo da

---

<sup>560</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/09/1977, Capa.

<sup>561</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Comunicado de 20 de setembro de 1977.

<sup>562</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 20/09/1977, Capa. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Comunicado de 20 de setembro de 1977.

<sup>563</sup> FOUCAULT, 2007, Op. Cit., pp. 121-123.

<sup>564</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Comunicado de 20 de setembro de 1977.

proibição. A universidade se constituiu como um campo marcado por relações políticas. Nela, espaços e instrumentos de comunicação com a comunidade acadêmica foram utilizados como formas de resistência. Nesse cenário, os alunos decidiram continuar enfrentando a reitoria, promovendo o evento no dia 21. Às 19:00h, um dos oficiais da reitoria entregou uma nota a Constantino Oliveira, presidente do DCE/UFPE, onde constava que essa entidade representativa se responsabilizaria pelo evento, com base na Lei nº 5.540/1968<sup>565</sup>. Diante disso, verificamos como práticas de repressão e resistência foram institucionalizadas por instrumentos legais.

Logo em seguida, às 20:30h, iniciou a Semana Pelas Liberdades Democráticas no auditório do DCE, com a temática “O movimento estudantil e as liberdades democráticas”, destacando o protagonismo discente perante os debates em torno da democracia. Mais de 1.000 alunos participaram da abertura, lotando o espaço e expressando a organização e significativa adesão universitária. Um dos acadêmicos tocou violão e cantou a música do Geraldo Vandré, *Para não dizer que não falei de flores* e a canção *À flor da pele*, de Chico Buarque, sendo aplaudido pela plateia<sup>566</sup>. Assim, verificamos as relações entre cultura e política no meio estudantil, com o uso de músicas repletas de simbolismos, que foram cantadas em diversos protestos ao longo da ditadura, potencializando os sentimentos de identidade e a mobilização social.

Em uma conjuntura de medo e tensão, o presidente do DCE foi aplaudido pelos participantes, ao pedir a todos que o evento fosse pacífico e que não reagissem às provocações. Posteriormente, os fotógrafos da imprensa tiveram cinco minutos para trabalharem e, na sequência, foi lido o documento encaminhado pelo reitor, havendo uma longa vaia ecoada pelos universitários<sup>567</sup>.

Houve uma relação de cooperação entre estudantes e imprensa na divulgação das atividades políticas no *campus*, em que a matéria produzida poderia atrair leitores. As vaias simbolizaram a resistência por meio de discursos que representaram negativamente a imagem do dirigente acadêmico. Além disso, leu-se um documento sobre a participação dos discentes em todos os “movimentos de libertação” do Brasil e uma nota de apoio à realização do III ENE, dissolvido no dia anterior, em São Paulo, ocorrendo aplausos em

---

<sup>565</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/09/1977, Capa. 22/09/1977, Capa.

<sup>566</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 16, de 30/09/1977. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/09/1977, Capa.

<sup>567</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/09/1977, Capa.

pé de todos os presentes<sup>568</sup>. Os militantes universitários se engajaram em lutas locais e nacionais e os seus os corpos foram investidos por um saber-poder, pois a performance política foi constituída por símbolos e ritos calculados, em que os sujeitos tinham conhecimento de suas representações.

Apesar de autorizado pela reitoria, o primeiro dia da Semana Pelas Liberdades Democráticas foi marcado pela presença, desde às 19:00h, de diversos camburões e um caminhão com tropa de choque aparelhada com cães de guarda, capacetes e escudos do lado de fora do auditório do DCE, simbolizando a vigilância e a ameaça de práticas autoritárias na UFPE, potencializando um sentimento de medo. O secretário de segurança pública Rinaldo Cisneiros estava presente, mas não quis dar nenhuma declaração, falando ironicamente: “Estou de folga. Só estou aqui olhando as vitrines, escolhendo um par de sapatos”<sup>569</sup>. As atividades do dia terminaram às 23:00h, tendo como culminância a cantoria do hino nacional, gesto marcado por uma simbologia nacionalista<sup>570</sup>. Os participantes saíram em grupos de dez pessoas, para que a polícia interpretasse não ser uma passeata, objetivando manter a segurança dos militantes.

É notório o quanto o *campus* configurou-se um espaço coercitivo, com presença militar e marcado por estratégias e táticas de resistências. As atividades foram vigiadas por agentes do DOPS/PE, que, ao se infiltrarem no evento para espioná-lo, coletaram documentos e produziram informações detalhadas sobre ele. O Centro de Informações (CI) da SSP/PE escreveu um informe minucioso sobre o período que ele ocorreu, constituído por 12 páginas e difundido para a ASI/UFPE e outros órgãos<sup>571</sup>. Além disso, os agentes Deusomar, Roberto e Raimundo (não há o sobrenome deles e os documentos foram escritos pelo trio) elaboraram informes diários sobre a Semana, que foram enviados ao diretor do CI (não identificado)<sup>572</sup>. Chamando-nos a atenção a identificação dos agentes informantes, que geralmente são ocultados, para um maior sigilo do trabalho.

---

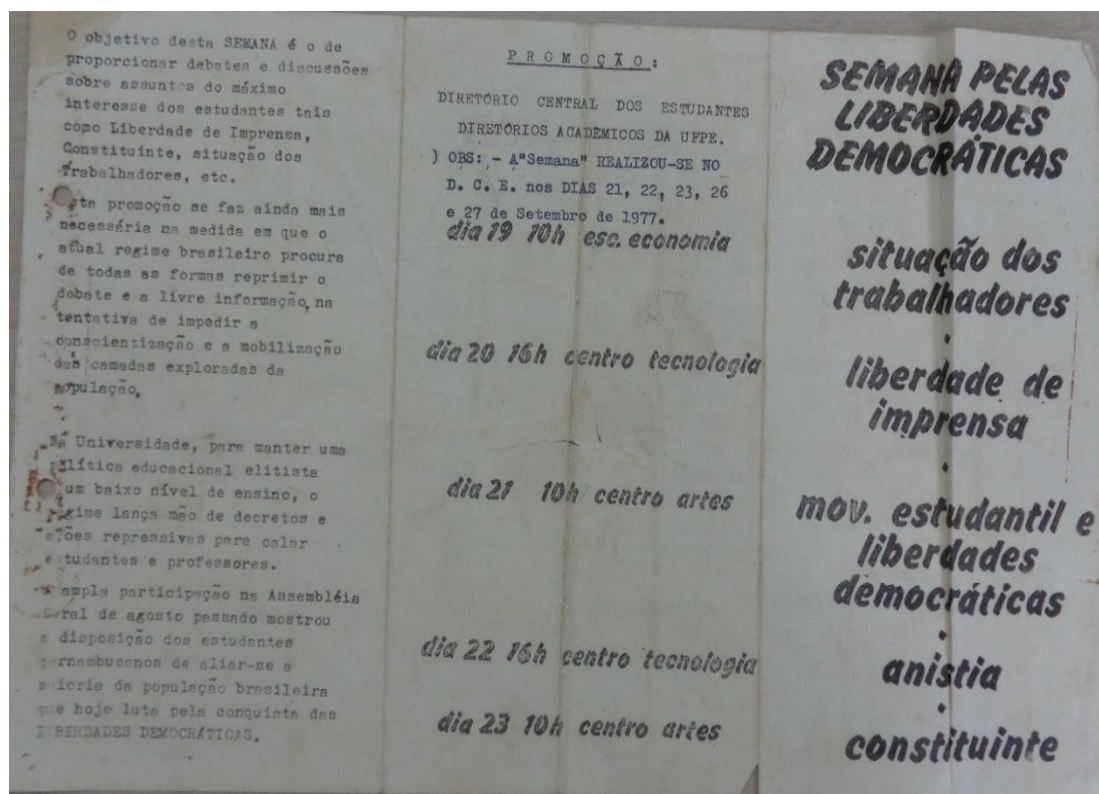
<sup>568</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/09/1977, Capa.

<sup>569</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 22/09/1977, Capa.

<sup>570</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*

<sup>571</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/08/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informe confidencial nº 16, de 30/09/1977. Originário do CI da SSP/PE e difundido para ASI/MEC/NE, PM-PE, DPF/PE, 7ª RM/ME, IV Exército, SNI/ARE e II COMAR.

<sup>572</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Informes dos dias 22, 23, 26 e 27 de setembro de 1977.



**Imagem 19** Frente do folder com a programação da Semana Pelas Liberdades Democráticas de 1977. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A.

A imagem 19 é de um *folder* elaborado pelo movimento estudantil. Esse tipo de documento foi um instrumento de propaganda política, pela disseminação de ideias e atividades para um grande público, pelo formato compacto, fácil produção e baixo custo, cujas partes dividem e organizam geralmente do ponto de vista didático os conteúdos do material, que nesse caso foram: identificação do evento, objetivos, programação geral e programação específica por dia e turno.

No folder o discurso discente foi direcionado ao leitor para expressar a relevância da realização Semana Pelas Liberdades Democráticas, ao destacar temas como: liberdade de imprensa, situação dos trabalhadores, anistia, movimento estudantil e Assembleia Nacional Constituinte, denunciando também as práticas coercitivas da ditadura: “Esta promoção se faz ainda mais necessária na medida em que o atual governo brasileiro procura de todas as formas reprimir o debate e a livre informação, na tentativa de impedir a conscientização das camadas exploradas da população”<sup>573</sup>.

Identificamos no material o *modus operandi* da polícia política, com a digitação das mudanças nos dias e locais de realização do evento e com o arquivamento do

<sup>573</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Folder.



documento em pasta, pela existência de dois furos do lado esquerdo do *folder*. Isso porque a informação foi uma das bases de sustentação do regime, durante a sua busca pelo controle político da comunidade acadêmica. Dessa forma, a existência desse tipo de fonte era interpretada pelos agentes de segurança como a materialidade do fato e poderia ser utilizada como prova contra “os inimigos da ordem”.

No primeiro dia da Semana Pelas Liberdades Democráticas ocorreu um evento à parte na universidade: Paulo Maciel foi homenageado por um grupo de alunos da pós-graduação, devido “[...] à maneira como vem conduzindo o problema estudantil”<sup>574</sup>, expressando a existência de universitários de direita que aderiram aos ideais da ditadura e ao autoritarismo do reitor, mesmo no contexto de abertura e do histórico de repressão política no *campus*. Nesse fato identificamos aspectos que constituem o campo universitário: ritos de consagração, prestígio, valorização de títulos, força das posições e cargos na universidade e a realização de eventos acadêmicos com conotação política.

O reitor “[...] afirmou esperar que tudo ocorra bem até o final do Encontro, e que os universitários limitem seus debates às salas do DCE, para evitar problemas desagradáveis com a polícia”<sup>575</sup>, reforçando em discursos ameaçadores a possibilidade de atuação militar na UFPE e relembrando as ações policiais ocorridas recentemente na FDR com intuito de intimidar os opositores. Ao analisar a atuação do movimento estudantil, Paulo Maciel expressou o seguinte:

Acho que ele atualmente está fazendo uma espécie de teste prévio da sociedade que aspira em relação a que foi formado. Não nego, no entanto, que aí se registra uma manipulação política, partindo dos intelectuais para descaracterizar as classes médias, como elementos das situações, que passam a agir com preocupação paternal. Isso tem criado um clima de movimentação, através do qual é possível chegar à classe dos trabalhadores<sup>576</sup>.

O discurso do reitor veiculado pelo *Diario* na reportagem “Reitor vê direito do estudante” pode ressoar um efeito de verdade no leitor, onde a atuação do movimento estudantil está vinculada aos símbolos de “manipulação política” dos “intelectuais” (podendo ser incluídos os professores universitários críticos à ditadura), jogada contra às classes médias, vistas como “descaracterizadas”. Essa conjuntura fez com que se agisse de maneira “paternal”, remetendo aos valores familiares.

<sup>574</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23/09/1977, Capa.

<sup>575</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23/09/1977, Capa. Matéria *Reitor vê direito do estudante*.

<sup>576</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23/09/1977, Capa. Matéria *Reitor vê direito do estudante*.

No segundo dia do evento, o tema foi “Liberdade de Imprensa”, congregando aproximadamente 800 participantes. Inicialmente, houve a fala de um representante do jornal *Movimento* a respeito da censura nesse periódico criado em 1975, a partir de um racha do jornal *Opinião*, ao defender uma maior interlocução com os movimentos sociais emergentes, para se desvencilhar da pauta política apresentada pelo governo<sup>577</sup>. Posteriormente, enfatizou-se a ausência de representantes da grande imprensa na mesa de discussões. Segundo os integrantes da mesa diretora, apenas a imprensa alternativa compartilhou com os discentes os debates sobre as liberdades democráticas<sup>578</sup>.

Ao noticiar o fato, o *Diario de Pernambuco* ressaltou que “[...] poucos estudantes se manifestaram para debater os problemas que estavam sendo levantados e o clima geral do encontro foi frio. Não houve nenhum problema com a polícia”<sup>579</sup>. Acreditamos que, dificilmente, uma temática política tão relevante não suscitaria um debate estudantil com a participação de aproximadamente 800 pessoas. Essa foi uma maneira de deslegitimar o evento, que teceu ácidas críticas à grande imprensa, como o próprio periódico. Chamando-nos também a atenção a ausência de repressão da polícia, presente na universidade para vigiar possíveis ações de “desordem”.

O terceiro dia da Semana Pelas Liberdades Democráticas atraiu um grande público. Na noite de 23 de setembro, durante mais de duas horas, aproximadamente 800 pessoas participaram das discussões organizadas pelo DCE/UFPE, cujo tema foi “Os problemas socioeconômicos enfrentados pelos trabalhadores rurais da região”, contando com a presença de líderes sindicais. A sessão iniciou-se com a leitura de uma carta escrita pelo Diretório Onze de Agosto, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). No texto, os discentes paraibanos contaram como ocorreu a invasão policial na universidade. Em seguida, foi lida uma nota de solidariedade aos participantes do III ENE, dispersados pela polícia, em São Paulo, demonstrando uma articulação e solidariedade estudantil em nível interinstitucional e interestadual quanto a lutas locais e nacionais<sup>580</sup>.

Ainda nessa data, as ruas ao redor do DCE/UFPE tiveram um policiamento reforçado, limitando-se à vigilância como um violento mecanismo de controle da reitoria

---

<sup>577</sup> NAPOLITANO, 2006, *Op. cit.*, p. 159.

<sup>578</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23/09/1977, Capa. Matéria *Imprensa é debatida no DCE*.

<sup>579</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 23/09/1977, Capa. Matéria *Imprensa é debatida no DCE*.

<sup>580</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 24/09/1977, Últimas Notícias, p. 16.

e da ditadura. Quanto aos debates tecidos entre as lideranças sindicais, refletiu-se acerca da participação dos sindicatos nas discussões oficiais, dos índices de mortalidade no campo, da política salarial, da assistência médico-sanitária e dos problemas habitacionais<sup>581</sup>.

Tendo em vista o final de semana, o evento foi retomado na segunda-feira, 26 de setembro, continuando com o quantitativo aproximado de 800 pessoas, número indicativo de sua significativa adesão pelos acadêmicos. A temática “Dia da Anistia” contou com as seguintes participações: “Dr. Montenegro” e o professor universitário Sérgio Barreto (representantes da Comissão de Justiça e Paz, ligada ao clero católico), quatro mulheres (não identificadas) parentes de presos políticos (representantes do MFPA), Ricardo Luna (aluno da Escola de Artes), um participante não nomeado (representante do Centro de Direitos Humanos da UFPB)<sup>582</sup> e o arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Camara, que proferiu o seguinte discurso:

Ai do povo cuja juventude perdeu a chance quando os jovens estavam amedrontados, aniquilados – o que não é brincadeira. [...] Vocês, jovens, enfrentam o 477. O que fariam vocês, se não quisessem lembrar dele? Esvaziariam as universidades para comemorar uma Semana das Liberdades Democráticas? Se existissem liberdades democráticas no Brasil, não haveria necessidade<sup>583</sup>.

Verificamos falhas na vigilância policial na identificação dos participantes<sup>584</sup> e um diálogo entre os estudantes e outros setores ligados à defesa dos direitos humanos. No caso de Dom Helder Camara, o líder religioso e político incentivou abertamente a luta pelas liberdades democráticas, perante a sua supressão durante a ditadura, por meio de mecanismos legais de repressão, havendo um clima de medo entre os jovens. A presença de Dom Hélder também conferiu legitimidade e visibilidade à Semana, pela sua representatividade nas esferas nacional e internacional, compondo o título da matéria “Dom Hélder fala no DCE a 800 estudantes sobre a anistia”. Nessa conjuntura, a direção do DCE emitiu uma nota à imprensa:

A partir de 64, as liberdades foram duramente restringidas. [...] Hoje, o Brasil é um dos maiores exportadores de métodos de tortura. A gestão de repressão

<sup>581</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 24/09/1977, Últimas Notícias, p. 16.

<sup>582</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Lista de participantes elaborada pelo DOPS/PE.

<sup>583</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 27/09/1977, Últimas Notícias, p. 16.

<sup>584</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Lista de participantes elaborada pelo DOPS/PE.

no Brasil não se evidencia somente nas prisões, torturas, expulsão do País, etc. Ela também está presente nas incontáveis aposentadorias compulsórias, as ‘intervenções em sindicatos e entidades estudantis, na censura aos meios de comunicação, na abolição do direito de greve, que têm sido, repetidamente, denunciados, sob a égide de atos e leis de exceção, o desrespeito aos mais elementares direitos humanos são uma constante nos últimos anos [...]. Funcionários públicos, professores, estudantes[,] operários, lavradores [,]cientistas, políticos[,] intelectuais[,] integrantes do povo brasileiro, são os personagens da cena dolorosa de um País mutilado em sua própria vida e história. Historicamente o advento de uma anistia, coincide muitas vezes com uma mudança no sistema político<sup>585</sup>.

Diante disso, problematizamos: quais as relações entre o movimento estudantil e a imprensa? Conforme apresentado ao longo da tese, essas relações foram complexas e paradoxais: interlocução, crítica, apoio e (in)visibilidade de discursos e práticas. Nesse caso, o periódico noticiou o evento, levando em consideração os discursos dos próprios alunos, ressoando-os para os leitores como denúncias ao autoritarismo militar. Por isso, interpretamos o posicionamento do *Diario de Pernambuco* nesse momento como de implícito apoio aos universitários opositores e ao arcebispo Dom Helder Camara, ao dar notoriedade positiva a eles. Entretanto, anteriormente quanto ao mesmo evento, as notícias publicadas inicialmente eram críticas. Por que ocorreu a mudança? Possivelmente, pelo significativo apoio da população à *Semana*, que durante a sua realização ganhou visibilidade e dizibilidade social em suas pautas.

Dessa forma, na referida nota a bandeira em defesa das liberdades democráticas foi levantada em tom de críticas à ditadura, expressando como a comunidade acadêmica e outros setores da sociedade estavam sofrendo, desde o golpe de 1964, com a violação de direitos humanos, inclusive por agentes do Estado. Buscou-se conscientizar a população a aderir a luta contra a repressão, com destaque para a campanha pela anistia, cujas discussões no momento eram fervorosas, tendo em vista a crise política da ditadura e maior crescimento e organização de segmentos sociais, como o estudantil.

A publicação desse documento do DCE/UFPE no *Diario de Pernambuco*, em 27 de setembro, gerou um conflito entre os discentes e os dirigentes da UFPE. Dois dias depois, seguindo as recomendações do reitor Paulo Maciel, o professor Sebastião Barreto Campello, pró-reitor de Assuntos Acadêmicos, enviou um ofício para Constantino Magno de Oliveira, presidente do DCE, solicitando que ele respondesse, no prazo de 24 horas,

---

<sup>585</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 27/09/1977, Últimas Notícias, p. 16. Matéria *Dom Hélder fala no DCE a 800 estudantes sobre a anistia*.

se o diretório era o responsável pelo texto<sup>586</sup>. No prazo exigido pelo dirigente, o líder estudantil respondeu-o em ofício assinado por ele e pelos diretores dos DAs:

[ ] 1. O DCE não emitiu NOTA À IMPRENSA sobre a matéria jornalística em referência; 2 – O referido ofício, seguindo a rotina de expedição de outros anteriores, endereçados ao DCE com a finalidade de intimidar, pressionar nossa entidade máxima de representação, traz, mais uma vez, a marca do autoritarismo, pois estipula o prazo de resposta em 24 horas e nem sequer são dados os ‘motivos’ do que pretende obter. Assim, só podemos interpretá-lo como mais uma tentativa de fazer silenciar as nossas entidades, diante dos problemas que afligem o país, os quais, evidentemente, atingem também a todos nós, estudantes. 3 – Quanto à questão de quem assume responsabilidades, vale salientar que nós sempre responsabilizamos pelas posições que assumimos, como registra a NOTA OFICIAL de 21.09.77, do DCE, a respeito do ofício, daquela data, em que essa Reitoria, ao mesmo tempo em que, ocasionalmente, nos ‘lembrou’ a finalidade do DCE como órgão de ‘congregação do corpo discente dessa Universidade’, se eximiu de qualquer responsabilidade pelo que com ele ocorresse durante a SEMANA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, nele realizado, num momento em que esta entidade de representação de todos nós, estudantes da UFPE, sofria ostensivo rodeio policial. [ ] Assumimos, igualmente, as denúncias dos atos de repressão feitos durante a SEMANA, o que, de resto, não é privilégio das nossas entidades – que ora se manifestam em segunda mão– pois inúmeras outras entidades e personalidades brasileiras de renome nacional e internacional, expressando o pensamento e a luta dos setores majoritários e oprimidos do país, têm se manifestado sobre o problema, cujo registro podemos verificar nos anais das casas legislativas de todo o país, e em edições de vários jornais e revistas de âmbito nacional. Com o entendimento de que o ofício de 29.09.77, acima citado, tem finalidade intimidativa, apresento-lhes nossas Cordiais Saudações [ ]<sup>587</sup>.

O fato simbolizou a força da grande imprensa nos debates e conflitos políticos do campo universitário, tendo em vista as suas ressonâncias na população, potencializando as disputas pelo controle, produção e difusão dos discursos entre os sujeitos e as instituições envolvidas. Os estudantes resistiram à intimidação do pró-reitor, que produziu um documento oficial da UFPE cujo prazo de resposta para os alunos foi curto. A ação foi interpretada pelos discentes como um posicionamento que buscou “[. ] silenciar as nossas entidades, diante dos problemas que afligem o país, os quais, evidentemente, atingem também a todos nós, estudantes”, relacionando a militância juvenil às conjunturas local e nacional.

A resistência estudantil ocorreu com a denúncia de omissão da reitoria durante o cerco policial no *campus* e com a negação da emissão da nota à imprensa, para que os

<sup>586</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício nº 185, de 29 de setembro de 1977.

<sup>587</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Ofício especial s/n, de 30 de setembro de 1977 (grifos do documento).

alunos não sofrerem possíveis sanções disciplinares da UFPE. Em seus discursos, os jovens buscaram legitimar o evento, ao associá-lo à luta de renomadas instituições brasileiras e estrangeiras para expressar “[...] o pensamento e a luta dos setores majoritários e oprimidos do país [...], cujo registro podemos verificar nos anais das casas legislativas de todo o país, e em edições de vários jornais e revistas de âmbito nacional”. Assim, os lugares de produção e enunciação dos discursos contra o autoritarismo foram relevantes na elaboração do documento estudantil. Diante disso, abordamos a UFPE como um microcosmo social, para analisar os impactos da ditadura no país<sup>588</sup>.

Após essa resposta do DCE, o pró-reitor e professor Sebastião Barreto Campello abriu um processo na UFPE, em 4 de outubro, contactando o reitor Paulo Maciel para relatar o ocorrido, defendendo que “[...] a fim de esclarecer esses pontos, chamamos o Presidente do DCE a nossa presença e o informamos de que não toleraríamos ofensas às instituições nacionais, sob a pena de severas sanções disciplinares”<sup>589</sup>. A ameaça registrou que o reitor e funcionários de cargos estratégicos comungavam com os ideais autoritários do regime, ao vigiar e punir quem fosse contrário ao *status quo*. Assim, os embates internos na universidade foram constituídos por lutas marcadas por embates discursivos no campo jurídico, materializados em documentos oficiais da instituição, perante o fortalecimento da militância estudantil durante a abertura política.

Ainda quanto ao evento, em 27 de setembro, último dia de sua realização, houve debates sobre o tema “Constituinte”. O título da reportagem “DCE conclui Semana ouvindo tese do MDB” registrou a articulação do movimento estudantil da UFPE com o MDB, partido com crescente e incisiva oposição à ditadura, por defender o retorno da democracia<sup>590</sup>. Os conferencistas foram o deputado Roberto Freire, os jornalistas paulistas João Batista e Antônio Carlos Ferreira e o advogado Sérgio Longman. A noite de debates continuou lotada, com cerca de 800 participantes, ecoando a tese de se convocar uma Assembleia Nacional Constituinte<sup>591</sup>.

Ao ser finalizado o evento no auditório do DCE/UFPE, os movimentos estudantis *Atuação e Luta* (UFPE) e *Transformando* (UFRPE) distribuíram uma carta aberta a favor da criação de uma Comissão Pró-Organização da União Metropolitana de Estudantes, explicitando o apoio entre discentes de duas universidades para a reorganização de uma

---

<sup>588</sup> BOURDIEU, 1983, *Op. cit.*

<sup>589</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778B. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Processo nº 54433/77, de 04 de outubro de 1977.

<sup>590</sup> FERREIRA, 2018, *Op. cit.*, p. 437.

<sup>591</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/09/1977, Últimas Notícias, p. 16.

de suas entidades representativas. O fato foi noticiado pela imprensa local<sup>592</sup> e atraiu os agentes do DOPS/PE, que coletaram e arquivaram esse documento<sup>593</sup>. A data também foi marcada pela presença de agentes da PM nas ruas próximas ao DCE, não ocorrendo nenhuma ação repressiva contra os participantes<sup>594</sup>. Todavia, o fato registrou a presença militar no *campus*, em nome do controle e vigilância da reitoria e do governo.

Dessa forma, em 1977, quando, nacionalmente, os estudantes assumiram um papel de liderança política no enfrentamento à ditadura nas ruas, a Semana Pelas Liberdades Democráticas foi um evento relevante enquanto experiência de tentativa de redemocratização da UFPE, quando a reitoria tentou proibi-la com ações autoritárias. A partir da resistência, organização e articulação estudantil com outros movimentos sociais, os universitários conseguiram promover o evento para problematizar a democracia sob diferentes interfaces e mobilizar a população em defesa dessa bandeira política.

Portanto, a universidade configurou-se como um campo marcado por disputas políticas, havendo presença da PM, vigilância, recuo do autoritarismo, mecanismos de controle da UFPE e lutas sociais. Acreditamos que essa experiência foi de suma importância para as reflexões sobre a conjuntura política, para as expressões acerca dos ideais democráticos e para maior organização e atuação do movimento estudantil nas mobilizações posteriores, como foi o caso da greve estudantil de 1978, em defesa da liberdade do estudante Edval da Silva Nunes Cajá.

#### 4.2 “Queremos Cajá de volta, já!!!”<sup>595</sup>.

Durante a ditadura, as greves estudantis foram um importante instrumento de resistência política em defesa das liberdades democráticas e de melhorias educacionais. Essas manifestações foram um registro das bandeiras defendidas pelos universitários e de como a reitoria e o governo combateram-nas, possibilitando-nos refletir sobre como os jovens discentes reagiram às intervenções da ditadura na UFPE. Neste tópico,

---

<sup>592</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/09/1977, Últimas Notícias, p. 16. 29/09/1977, Esporte, p. 34.

<sup>593</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Movimentos Estudantis. Fundo nº 27778A. Data: 29/09/1975 a 03/12/1985. 471 documentos. Carta.

<sup>594</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 28/09/1977, Últimas Notícias, p. 16. 29/09/1977, Esporte, p. 34.

<sup>595</sup> Arquivo pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá. Panfleto assinado pelo DA do CCS/UFPE, Movimento Atuação e Luta da UFPE e pelo DCE/UFRPE. 1978.

analisaremos especificamente as lutas em defesa da liberdade do aluno Edval Nunes da Silva Cajá, que teve a greve como uma das estratégias de resistência discente.

Cajá era graduando em Ciências Sociais da UFPE, nasceu em 6 de dezembro de 1950, em Bonito de Santa Fé, Paraíba. Participou da mobilização pela reabertura da UNE, integrou a Pastoral da Juventude Católica, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, o Setor Jovem do MDB e militou pelo PCR. Por ser uma liderança política, esteve sob a vigilância e repressão dos militares.

Em 12 de maio de 1978, quando estava na Fafire, Cajá foi sequestrado por agentes da Polícia Federal e, em seguida, preso e torturado, ficando incomunicável por alguns dias. A alegação do Estado foi o seu enquadramento na LSN (Decreto-Lei nº898/1969), por ser acusado de organizar o PCR, tido pela ditadura como um inimigo da soberania do país. Segundo funcionários da ASI/MEC, nesse partido, ele “[...] desempenhava atividades de aliciamento, assistência e orientação ideológica marxista-revolucionária, nos meios estudantil, operário e, ainda, no clero”<sup>596</sup>, expressando como o movimento estudantil estava articulado politicamente com outros segmentos sociais e sob a vigilância dos agentes de segurança e informação.

Desde 14 de maio, a sua prisão repercutiu na grande imprensa local, de outros estados e até internacional, estampando várias matérias de destaque<sup>597</sup>. O fato atraiu a vigilância dos militares e mobilizou estudantes e professores universitários em defesa de sua libertação. No dia seguinte, houve discussões sobre a sua liberdade na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a partir das denúncias do deputado Roberto Freire (MDB). Na mesma data, às 16:00h, realizou-se uma assembleia geral organizada por alunos de Ciências Sociais no CFCH da UFPE, com a participação do diretor do Centro, Paulo César Miranda, considerado “elemento de tendência esquerdista” pelos militares<sup>598</sup>.

Durante a assembleia foi decretada uma greve, a partir das 13:00h, do dia 16 de maio, exigindo o fim da incomunicabilidade de Cajá e a sua libertação. Os alunos enviaram um ofício ao reitor Paulo Maciel, reivindicando que ele constituísse e liderasse uma comissão para visitar Cajá. Diante disso, o reitor, o pró-reitor Theóphilo Benedicto Vasconcelos e o professor Paulo da Silva Miranda se comunicaram com o preso.

---

<sup>596</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0021064-1981. Informação confidencial nº 172, de 14 de junho de 1978.

<sup>597</sup> Arquivo pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá. *El Universal*, 30/06/1978. *Folha de S. Paulo*, 19/05/1978. *Jornal do Brasil*, 21 de maio de 1979. Além de uma grande quantidade de reportagens locais nos periódicos *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Diário da Noite*.

<sup>598</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0021064-1981. Informação confidencial nº 172, de 14 de junho de 1978.



A assembleia foi vigiada por agentes do DOPS/PE, que lograram gravar a atividade, mas o transmissor teve um defeito técnico<sup>599</sup>. Entretanto, eles identificaram que o evento durou das 16:00 horas até as 17:15 horas e contou com a participação de aproximadamente 350 pessoas. Entre as instituições presentes, ressaltamos os DAs da UFPE e UFRPE, o MFPA/PE, OAB/PE e a Associação dos Sociólogos de Pernambuco. Desde o início da greve geral a adesão universitária foi grande. Quase todos os cursos da UFPE paralisaram as suas atividades, com a participação do CAC, do CFCH, de uma parte do Centro de Tecnologia e Geociências (CTG), bem como dos mestrados em Desenvolvimento Urbano, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Economia e das Pós-Graduações em Física e Educação<sup>600</sup>.

Em Pernambuco, vários segmentos defenderam a liberdade do jovem, ao repudiarem as circunstâncias da prisão e alegarem a sua inocência: Arquidiocese de Olinda e Recife (com destaque para Dom Helder Camara), Diocese de Afogados da Ingazeira, Pastoral da Juventude, Ação Católica Rural (ACR), ACO, DA de Direito da FDR, DA do Iter, alunos da graduação e pós-graduação em Física da UFPE, DCE/UFPE, DCE/UFRPE, DCE/Unicap, MFPA/PE, Ceas, Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Pernambuco, Associação dos Sociólogos de Pernambuco e Setor Jovem do MDB/PE<sup>601</sup>.

A solidariedade se estendeu a outros estados: DAs de Letras e Ciências Econômicas da UFMG, DCE/UFPB, alunos do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades) – RJ, alunos de Filosofia da PUC-Campinas, graduandos e pós-graduandos da PUC-RJ, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Rio Branco (AC), DCEs da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), CA de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Cúria Diocesana de Campina Grande, Arquidioceses de Curitiba e de Maceió, Paróquia Nossa Senhora Mãe de Igreja (SP) e Câmara dos Deputados<sup>602</sup>.

<sup>599</sup> Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório s/n de 16 de maio de 1978, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

<sup>600</sup> Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Relatório confidencial s/n de 18 de maio de 1978, oriundo do Prontuário Individual do DOPS de Cajá.

<sup>601</sup> Arquivo pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá. Manifesto de repúdio da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, de 15 de maio de 1978. Manifesto do DA da FDR, de 18 de maio de 1978. Nota de protesto do Iter, de 17 de maio de 1978. Manifesto dos alunos da graduação e pós-graduação em Física da UFPE, de 17 de maio de 1978. Nota de protesto de 16 de maio de 1978, assinada por diversos segmentos sociais.

<sup>602</sup> Arquivo pessoal de Edval da Silva Nunes Cajá. Documento assinado pela Coordenação Pastoral da Arquidiocese da Paraíba, em 16 de maio de 1978. Cartas de repúdios assinadas pelas Faculdades de Letras e Ciências Econômicas da UFMG, em 16 de maio de 1978. Texto produzido pela Cúria Diocesana de Campina Grande, em 17 de maio de 1978. Nota de Solidariedade do DCE/UFPB, 1978. Texto produzido pela Arquidiocese de Curitiba, em 19 de maio de 1978. Texto escrito pela Arquidiocese de Maceió, em 20

Verificamos fortes ressonâncias de apoio à greve, pela sua adesão e repercussão em várias partes do país. Esta foi a primeira greve estudantil da UFPE desde 1969, tornando-se um marco das lutas estudantis em defesa das liberdades democráticas. Ainda quanto ao seu desdobramento, segundo agentes da ASI, no dia 17 de maio ocorreu mais uma assembleia discente, dessa vez no prédio dos Institutos Básicos da UFPE. Nesse cenário foram marcantes a incorporação de novas instituições e outros cursos de mestrado e a mobilização por mais apoio estudantil, com destaque para a atuação da professora do CFCH Geni Pinheiro Miranda nesse processo<sup>603</sup>.

Durante essa assembleia organizada pelo DCE/UFPE, foram distribuídos vários panfletos, entre eles “ENTREVISTA DE D. HÉLDER”. O reitor Paulo Maciel participou do evento acompanhado de Paulo Miranda e outras pessoas, informando os grevistas sobre a sua visita ao Cajá, ao declarar que o acadêmico estava bem, sem indícios de tortura. Diante dos discursos falaciosos, o reitor foi vaiado pelos manifestantes, ato simbólico com o objetivo de criticá-lo perante a comunidade acadêmica. Acreditamos que o dirigente foi para o presídio devido às pressões dos universitários, apresentando-se como preocupado com o caso, para desmobilizar a paralisação.

Quanto à tortura de Cajá, o laudo da perícia traumatológica realizada logo após a prisão confirmou a lesão corporal (escoriações) por instrumento contundente, mas não “[...] constatou lesões que indicassem violência física”<sup>604</sup>. Discursos dissonantes dos depoimentos de Cajá e de uma mulher que o acompanhou na prisão: “[ele] estava sendo barbaramente torturado desde o dia que foi preso, a intervalo de quatro em quatro horas”<sup>605</sup>. No governo Geisel, o autoritarismo e as graves violações de direitos humanos continuaram sendo praticados pelo Estado com base em um discurso médico-legal. As torturas só cessaram quando a população tomou conhecimento do caso, sendo importante nesse processo a combativa e influente atuação de Dom Helder Camara<sup>606</sup>.

---

de maio de 1978. Discurso proferido na Câmara dos Deputados por Jarbas Vasconcelos (MDB-PE), em 20 de maio de 1978. “Manifestação” dos alunos do Ibrades, Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1978. Texto do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Rio Branco (AC), de 07 de junho de 1978. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0019641-1981. Informe confidencial nº 30, de 04 de dezembro de 1978.

<sup>603</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0021064-1981. Informação confidencial nº 172, de 14 de junho de 1978.

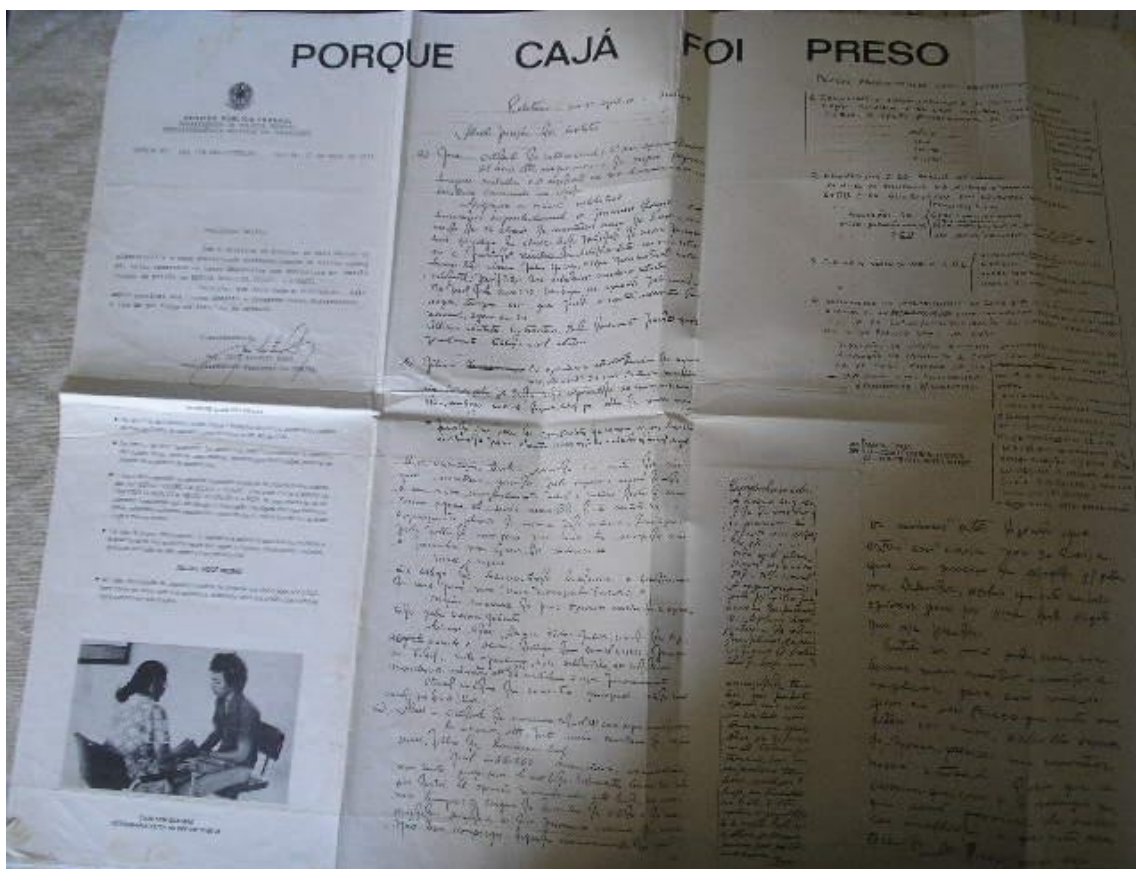
<sup>604</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0019641-1981. Laudo da perícia trumatológica do IML-PE do estudante Edval da Silva Nunes Cajá. 1978.

<sup>605</sup> SANTOS; *et. all.*, 2020, p. 98 (prelo).

<sup>606</sup> <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/13/interna\\_vidaurbana,571048/vidas-tocadas-por-dom-helder.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/13/interna_vidaurbana,571048/vidas-tocadas-por-dom-helder.shtml)>, acessado em 14 mai. 2015.

Entretanto, segundo Evson Santos, Paulo Maciel foi criticado pela ASI/UFPE, por não ter sido mais austero com a greve discente, ao ser visto como conciliador, para obter apoio da comunidade acadêmica. Na perspectiva dos agentes desse órgão, ele deveria ter, pelo menos, pedido o fim da greve, explicitando tensões, interesses e conflitos internos na universidade<sup>607</sup>.

Posteriormente, foi realizada uma série de protestos em defesa da libertação de Cajá, como: pichações na UFPE e pela cidade, colagens de cartazes, discursos em salas de aula, procissões e missas, tendo os alunos da Unicap aderido ao movimento grevista<sup>608</sup>. Perante uma efervescente arena de embates políticos dentro e fora dos *campis* das universidades pernambucanas, José Antônio Hahn, superintendente regional do DPF/PE, buscou desmobilizar a greve estudantil. A ação foi por meio de discursos com base jurídica, para incriminar esse acadêmico de Ciências Sociais, quando ele encaminhou Ofício nº 001, de 17 de maio de 1978 (imagem 20) para o reitor da UFPE, cujos anexos buscaram evidenciar “as razões legais para a prisão”.



**Imagem 20** Ofício nº 001, de 17 de maio de 1978, produzido pelo DPF, para incriminar o Cajá. Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá.

<sup>607</sup> SANTOS, 2020, *Op. cit.*, pp. 34-35 (prelo).

<sup>608</sup> SANTOS, 2020, *Op. cit.*, pp. 69-70; p. 98 (prelo).

José Antônio Hahn destacou no ofício: “Solicito, que seja dada a divulgação mais ampla possível aos corpos docente e discente dessa Universidade, a fim de que todos se inteirem da verdade”<sup>609</sup>. Teria o reitor Paulo Maciel difundido o documento? Não temos uma resposta precisa a esse questionamento, mas é provável que sim, pela posição estratégica do dirigente frente ao regime e pelo histórico de interlocução entre a UFPE e o DPF/PE, conforme apresentamos nas fontes analisadas ao longo da tese.

O acesso da comunidade acadêmica ao referido material e a formação da opinião da população a partir dele foi uma estratégia de controle social pelos militares, perante as relações de saber-poder na produção de um conjunto documental respaldado pelo DPF, atuante com base em evidências políticas e científicas. O lugar de produção e enunciação do discurso da fonte é marcado por forte simbolismo, pois a elaboração de um ofício da DPF com “documentos que demonstram as razões da prisão” representa a ação do Estado por meio de um órgão federal voltado para a apuração de crimes e infrações penais. Pelo fato de um sujeito ser investigado pela polícia, ele já é tido como suspeito e a existência de documentos sobre as suas infrações potencializam a sua criminalização e condenação pela sociedade. No ofício são apresentados os motivos da prisão de Cajá:

#### **PORQUE CAJÁ FOI PRESO**

No dia 8 de abril passado foram presos 4 foragidos da justiça, condenados a apenas de mais de 3 anos de reclusão, como incursos no art. 43 da LSN.

No interior de seus ‘aparelhos’ foi apreendida vasta documentação, armamento, identidades falsas, material para assaltos, material para falsificações, material de disfarce para a prática de assaltos, etc.

Entre a documentação apreendida figuravam relatórios de próprio punho elaborados por EDVAL NUNES DA SILVA – ‘CAJÁ’, prestando contas à direção do PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO – PCR, de suas atividades de aliciamento (recrutamento), assistência e orientação ideológica marxista-revolucionária, referentes a diversas pessoas dos meios estudantil, operário e de outras áreas onde o mesmo atuava.

Tal tipo de prova (documental) é necessária e suficiente para a sua incriminação e enquadramento nos estatutos legais que regem a matéria, dispensando, inclusive, qualquer confissão ou até mesmo prova testemunhal.

#### **JULGUE VOCÊ MESMO**

Ao lado, reprodução de pequenos trechos de documentos elaborados por CAJÁ, bem como de outro com sua assinatura, elaborado após a sua prisão, que à simples vista comprovam sua autoria<sup>610</sup>.

É impressionante como a imagem de Edval da Silva Nunes Cajá foi construída pelos agentes do DPF/PE, ao ser associado a: ligação com 4 foragidos da justiça,

<sup>609</sup> Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. Ofício nº 001, de 17 de maio de 1978, produzido pelo Departamento de Polícia Federal.

<sup>610</sup> Ofício nº 001, de 17 de maio de 1978, produzido pelo DPF, para incriminar o Cajá. Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá.

enquadramento na LSN, “aliciação” de estudantes, operários e outros segmentos de “ideologia marxista-revolucionária” e participação em um partido comunista, o PCR. O destaque do nome dessa organização com as letras maiúsculas busca dar visibilidade a sua militância em um período de anticomunismo dentro e fora dos muros da UFPE. As provas para a prisão do estudante foram amplas e variadas: “armamento, identidades falsas, material para assaltos, material para falsificações, material de disfarce para a prática de assaltos, etc”. Essas tipologias de militância política o inserem em universo perigoso para a sociedade, por ser apresentado como autor de diferentes crimes.

O fato de os policiais terem “encontrado” relatórios de próprio punho do Cajá e do estudante assinar um documento após a sua prisão sobre as atividades mencionadas, foi visto como pelo DPF como “suficiente para a sua incriminação e enquadramento nos estatutos legais que regem a matéria, dispensando, inclusive, qualquer confissão ou até mesmo prova testemunhal”. Diante dessas informações apresentadas e da publicação de uma fotografia realizada pela própria polícia, em que foi retratado o estudante ao lado de sua mãe na delegacia, simbolizando a dor de uma mãe ter um filho preso, os militares pedem que o leitor faça o seu próprio julgamento, mas já fornece a resposta para o pedido: os “[...] documentos elaborados por CAJÁ [...] à simples vista comprovam sua autoria”. Assim, buscou-se apresentar a “verdade” sobre o fato ao eleitor, que provavelmente não se limitou ao público universitário, dada a repercussão social da prisão.

Problematizamos que o ofício e os seus anexos são documentos sensíveis construídos pelo estado de exceção. Os fatos materializados neles são resultantes de um período repleto de conflitos políticos, tendo a sua elaboração marcada por intenções e situações de tortura e repressão, trazendo informações sobre experiências e fatos do âmbito privado e público do militante e das instituições que ele se relacionou<sup>611</sup>. Dessa forma, a referida fonte é permeada por um entranhamento de relações de saber e poder, foi um combate do DPF e da reitoria a uma gama de discursos e práticas de diversos segmentos defensores da liberdade de Cajá, logrando disseminar e disputar efeitos de verdade na população durante uma arena de conflitos no campo da UFPE.

Em 18 de maio, em face do crescimento da adesão estudantil pela liberdade desse jovem, houve assembleias estudantis na UFRPE e na Unicap. No dia seguinte, ocorreu

---

<sup>611</sup> THIESEN, 2016, *Op. cit.*, p. 9.

um ato público às 19:00h, na frente do DCE/UFPE, convocando a população “[...] em protesto às torturas, violências e pela libertação de Cajá”<sup>612</sup>.

Nessa conjuntura que buscou mobilizar diferentes sujeitos e segmentos sociais, foi atuante o movimento PROCOM, criado na Pró-Reitoria Comunitária da UFPE pelos ex-reitor Sebastião Barreto Campelo e docente Paulo José Barbosa, para combater a ditadura quanto aos direitos humanos, tendo ligações com clérigos de esquerda<sup>613</sup>. Diante disso, ganhou força a militância pela democratização universitária.

Segundo agentes da Marinha, esse movimento promoveu, em 19 de maio, a Páscoa Universitária no Centro Esportivo da universidade, quando militantes discentes se manifestaram a favor de Cajá e de outros presos políticos, por meio da distribuição de manifestos e panfletos<sup>614</sup>. As práticas de resistência atraíram a vigilância dos agentes de segurança e informação e expressou as relações entre alunos, professores, dirigentes acadêmicos e membros da Igreja Católica em defesa das liberdades democráticas.

Apesar da forte força da greve, ela foi encerrada em assembleia estudantil em 22 de maio de 1978, tendo a iniciativa partido dos alunos do CAC e do Centro de Tecnologia, participando aproximadamente 300 universitários de todos os cursos<sup>615</sup>. Ao vigiarem o ato, os agentes da ASSI/CELPE “Allan Kardec” e “Pescador” verificaram que o término foi em decorrência do esvaziamento da greve, perante o espaço temporal que foi deflagrada, sendo a proximidade do período de provas outro fator intimidador<sup>616</sup>.

A situação registrou que a vigilância das atividades políticas realizadas no campo universitário não se restringiu aos militares. Ela foi realizada por funcionários da Celpe ou por pessoas infiltradas nessa empresa pública de energia elétrica, durante a espionagem na UFPE. Os verdadeiros nomes dos agentes foram preservados pelo uso de pseudônimos por questão de segurança, chamando-nos a atenção a difusão dessas informações para a 2ª Seção da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco, órgão controlador do fluxo de objetos e pessoas. Portanto, a vigilância da sociedade foi realizada em diferentes espaços, por distintos sujeitos e de variados *modus operandi*.

<sup>612</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Relatórios AISs – CELPE. Fundo nº 32100. Data: 1973 a 1977. Panfletos “Convocação” e “Ato Público 19/05/1978”.

<sup>613</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Pasta da UFPE. Fundo nº 5369-A. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Documento confidencial de 29 de agosto de 1978.

<sup>614</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Pasta da UFPE. Fundo nº 5369-A. Data: 09/1962 a 01/1987. 252 documentos. Documento confidencial de 29 de agosto de 1978.

<sup>615</sup> SANTOS, 2020, *Op. cit.*, p. 101 (prelo).

<sup>616</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Relatórios AISs – CELPE. Fundo nº 32100. Data: 1973 a 1977. Relatório confidencial de 22 de maio de 1978, produzido pelos agentes Allan Kardec e Pescador e difundido para a 2ª Seção da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco.

Todavia, o fim da greve não significou o término das lutas sociais em defesa da liberdade de Cajá. Entre os dias 6 e 15 de julho de 1978, Elis Regina realizou uma série de apresentações do espetáculo *Transversal do Tempo*, no Teatro Santa Isabel, em Recife. Destacamos que a artista já vinha percorrendo com ele as principais cidades do Brasil, desde 1977 e os seus diretores informaram que “[...] o show é a mostra do momento político de impasse que vivemos e o resultado dos movimentos políticos que nos trouxeram a esse impasse”<sup>617</sup>, denotando o seu viés político-cultural.

Cantora de grande sucesso no período, Elis Regina consagrou-se como uma artista engajada politicamente, tendo o seu nome associado à luta pela redemocratização do país e à vigilância pelos agentes de segurança, tornando-se um símbolo da resistência civil à ditadura<sup>618</sup>. Durante o primeiro dia da turnê na capital pernambucana, ela dedicou o show a Edval Nunes da Silva Cajá. Esse ato de resistência foi censurado, pois a polícia militar ameaçou cancelar as apresentações. Como estratégia de burlar o aparato coercitivo, no segundo dia do espetáculo, ela:

[...] entrou no palco sem Dudu Portes, o baterista da banda, e alegou não poder fazer o show sem o integrante, que estava sentado em uma das poltronas do Teatro Santa Isabel, camuflado no meio do público. A cena foi a deixa para Elis, ousada, dizer: ‘Vem cá, já. Não posso começar o espetáculo sem você’. Segundo o próprio Cajá, ‘o público logo entendeu o recado e aplaudiu’<sup>619</sup>.

Por meio de discursos metafóricos e de uma performance em que o baterista e a artista tiveram os seus corpos investidos por um saber-poder, porque a performance política foi constituída por ritos calculados, em que os indivíduos conheciam o seu potencial representativo. Assim, eles prestaram homenagem e solidariedade ao universitário com práticas criativas e dotadas de um poder simbólico<sup>620</sup>. No *Diário de Pernambuco* não foi publicada nenhuma reportagem sobre os fatos, apesar das diversas matérias de destaque sobre a turnê e a prisão do Cajá. Provavelmente, o jornal foi censurado ou optou por não dar visibilidade aos protestos, para não gerar nenhum embate com os agentes de segurança e informação.

<sup>617</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 04/07/1978, Diversões, p. 5.

<sup>618</sup> LUNARDI, Rafaela. Elis Regina: entre o canto e a política na década de 1970. *Artcultura*, Uberlândia, v. 16, nº 29, jul.-dez., 2014, p. 188.

<sup>619</sup> <<https://correioims.com.br/carta/nao-posso-comecar-o-espetaculo-sem-voce/>>, acessado em 11 nov. 2019

<sup>620</sup> “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. [...] O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”. BOURDIEU, 1989, *Op. cit.*, pp. 7-9 (grifos do autor).

Chamou-nos também a atenção o fato de Elis Regina, ao chegar em Recife, externalizar a Leda Alves, atriz pernambucana de esquerda, o seu desejo de conhecer Dom Helder Camara. A foto a seguir é um registro do encontro entre essas três lideranças políticas, estando na sequência Dom Helder Camara, Elis Regina e Leda Alves (roupa mais escura e cabelos mais longos). No momento, a cantora se ofereceu para cantar na via-sacra em prol da liberdade de Cajá, um ato simbólico das relações entre política, arte e religião católica em uma sociedade predominantemente cristã.



**Imagem 21** Dom Helder, Elis Regina e Leda Alves reunidos pela libertação de Cajá, 10/07/1978. <<https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/133/elis-regina--doces-marcas--da-pimentinha>>, acessado em 11 de nov. de 2019.

No dia 10 julho, Dom Hélder celebrou uma via-sacra na intenção de Cajá, às 19:30h, na igreja de Santo Antônio, em Recife. O espaço ficou lotado e reuniu cerca de 1.500 pessoas. O ato fez parte de diversas manifestações ocorridas em outras cidades brasileiras, para reivindicar a liberdade do jovem. Entre os presentes, destacaram-se os deputados do MDB Jarbas Vasconcelos e Marcos Cunha e a cantora Elis Regina, que entregou o disco *Transversal do Tempo* com uma dedicatória na capa ao arcebispo<sup>621</sup>.

Na cerimônia, Elis Regina entoou cânticos repetidos pelos fiéis e militantes políticos. Esse foi um ato de coragem, perante as repressões que poderiam sofrer, tendo em vista que a censura sofrida em seu show anteriormente. Todavia, quando os repórteres

<sup>621</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/07/1978, Capa.



locais pediram uma declaração sobre a sua participação na cerimônia, ela respondeu: “[...] já basta eu estar aqui”<sup>622</sup>.

Possivelmente, o discurso está ligado aos limites de sua resistência social, para evitar mais possíveis coerções da ditadura, em face do poder simbólico das suas práticas enquanto formadora de opinião pública articulada com um líder político-religioso perseguido pelos militares e defensora de um jovem acusado de integrar um partido comunista. Como a cantora não conseguiu visitar Cajá na prisão, deixou essa carta com papel timbrado no hotel onde hospedou-se:

Cajá

Estou por aqui. Por sua terra forte e maravilhosa. Sabidamente mais que eu. Me desculpe a ausência. Embora ela seja somente física. E determinada por uma covardia estúpida bem sei. Mas que abrigada no meu interior, me impede gestos maiores e mais amplos. Isso tudo me faz sentir extremamente inferior perto de pessoa como você. Mas, já lhe disse, a ausência é só física. Cada momento de sua vida eu acompanho num misto de admiração, respeito e sei lá mais quê. Que Deus e sua força nunca estejam ausentes. Que Ele sempre lhe proteja. Que Ele sempre vele por seus minutos. Estou rezando por você. E confio no futuro. E na Justiça. Ainda iremos nos encontrar. Esteja certo. Perdoe minha fraqueza. Muita perseverança. Muita força. Muita [paciência], meu irmão.

Elis Regina<sup>623</sup>

No documento, são notórios a admiração e o apoio de Elis ao jovem militante, sendo marcante o quanto a sua prisão é tida como uma arbitrariedade do Estado com ressonância de sofrimento na sociedade. Dada à repercussão nacional, o caso teve significativa visibilidade e dizibilidade na população. Dessa forma, a signatária partilhou da sua fé, expressou a crença na justiça e emanou muita força ao preso, com um texto permeado de emoções e esperanças em uma relação de cooperação política.

Outro artista engajado na libertação do Cajá foi Luiz Gonzaga Júnior, conhecido popularmente como Gonzaguinha. Filho de Luiz Gonzaga, o “rei do baião”, participou de festivais musicais, foi apresentador de um programa na TV Globo e firmou-se no mercado fonográfico nacional nos anos 1970, realizando shows em todo o Brasil. Segundo Gabriela Buscácio, foi um “[...] dos artistas mais censurados, e sua música era considerada hermética pela imprensa”<sup>624</sup>.

<sup>622</sup> <<https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/133/elis-regina--doces-marcas--da-pimentinha>>, acessado em 11 de nov. 2019.

<sup>623</sup> Carta publicada na Revista *Continente*, nº 172 (abril/2015) e disponibilizada no site <<https://correioims.com.br/carta/nao-posso-comecar-o-espetaculo-sem-voce/>>, acessado em 11 de nov. 2019.

<sup>624</sup> BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. *Entre lutas e protestos: Cazuza e Gonzaguinha na redemocratização*. In: XVIII Seminário Nacional de História. 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis. Anais, 2015, p. 7.

As suas relações com o movimento estudantil foram marcantes. Em meados dos anos 1970, durante o processo de reabertura do DCE/UFPB, Gonzaguinha participou de um debate com os universitários quando foi se apresentar no Teatro Santa Rosa<sup>625</sup>. Ao vigiarem a sua atuação no meio discente ao longo da ditadura, os agentes do SNI constataram: “[...] ele é um dos artistas a serviço da subversão na área estudantil. Em suas músicas sempre procurou fazer críticas ao Governo”<sup>626</sup>. Diante disso, foi monitorado e enquadrado como subversivo pelos agentes de segurança e informação.

Quanto à realização de suas apresentações em Recife, juntamente com a cantora Marlene, participou do projeto Pixinguinha, patrocinado pelo MEC e pela Fundação Nacional de Artes (Funarte), com shows entre os dias 11 e 15 de setembro de 1978, às 18:30h<sup>627</sup>. Ao analisarmos o prontuário policial do artista, verificamos que ele teceu críticas jocosas à ditadura nos espetáculos, despertando a vigilância e o combate dos militares.

Especificamente no show do dia 12, Gonzaguinha convidou a plateia a participar do ato público pela libertação de Cajá, realizado às 20:30h, daquele dia, na sede do DCE/UFPE, localizado próximo ao teatro. Por meio de suas canções, protestou “[...] contra o Governo e a Polícia, tendo satirizado a música ‘Pra Frente Brasil’, do compositor MIGUEL GUSTAVO”<sup>628</sup>. Dessa forma, o artista, ao ser um formador de opinião pública, protestou satiricamente contra o regime durante um evento patrocinado pelo Estado, mobilizando a população em defesa da libertação do estudante.

Essas condições de realização e as representações dos seus discursos foram simbólicos, daí serem considerados uma ameaça aos militares. Assim como no show de Elis Regina pela libertação de Cajá, novamente o *Diário de Pernambuco* não noticiou os protestos de apoio ao estudante na apresentação de Gonzaguinha. Essa prática pode ser interpretada como um provável apoio do periódico à ditadura ou como uma censura ao jornal, porque os silêncios são indicadores dos mecanismos de interdição, exclusão, controle, organização, seleção e definição do que e de quem pode falar<sup>629</sup>.

---

Disponível em  
<[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428368326\\_ARQUIVO\\_textoanpuh20152.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428368326_ARQUIVO_textoanpuh20152.pdf)>,  
acessado em 16 nov. 2019.

<sup>625</sup> NASCIMENTO, 2015, *Op. cit.*, p. 66.

<sup>626</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0053417-1983. Informe confidencial nº 969, de 04 de agosto de 1983.

<sup>627</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 06/09/1978, Educação, p. 8.

<sup>628</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0053417-1983. Prontuário policial de Gonzaguinha anexado no informe confidencial nº 969, de 04 de agosto de 1983.

<sup>629</sup> FOUCAULT, 2006, *Op. cit.*, pp. 8-9.

Outro protesto em defesa da liberdade de Cajá foi a Manifestação Pelos Direitos Humanos, realizada em 22 de dezembro de 1978, no Morro da Conceição, bairro de Casa Amarela, Recife, com a participação de cerca de 2.000 pessoas. O evento foi relacionado a temas em comum: a prisão de Cajá, a campanha pela aprovação de uma lei da anistia ampla, geral e irrestrita e a luta em prol dos direitos humanos, perante a comemoração de 30 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A atividade foi vigiada por agentes do DOPS/PE, que coletaram um cartaz da sua divulgação<sup>630</sup>.

Participaram da manifestação variados segmentos sociais: integrantes dos DCEs da UFPE, UFRPE, Unicap, UFAL e UFPB, militantes do CBA-PE e do CBA-AL, MFPA-PE, MDB-PE, Pastoral da Juventude, Comissão de Justiça e Paz e Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Olinda e Recife, Associação dos Sociólogos de Pernambuco, entre outros, expressando a pluralidade dos manifestantes<sup>631</sup>. Eles confeccionaram faixas com discursos variados e associados às liberdades democráticas e aos direitos humanos: “Libertem Cajá”, “Queremos Comida”, “Maria, cantora da liberdade derruba os poderosos dos tronos e levanta os humildes”, “Brasília Teimosa ... A Terra é de Todos” e “Pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”<sup>632</sup>.

Em face de uma rede de mobilização social nacional pela libertação de Cajá, da significativa repercussão do caso no país e da atuação dos advogados Pedro Eurico de Barros e Silva, Eduardo Pandolfi e Edibal Piveta, o estudante foi solto para responder ao processo em liberdade. Entretanto, foi preso pouco tempo depois, sob o argumento de que não soube fazer uso desse momento. A sua libertação efetiva foi obtida apenas em 1 de junho de 1979<sup>633</sup>. Quanto às consequências e à repercussão da sua prisão, segundo Cajá:

O Secretário de Segurança Pública, o superintendente daqui, foi removido para [...] Uruguaiana; o auditor que me julgou [e condenou] foi transferido para Manaus. Galdino, o delegado da Polícia Federal que era o diretor do inquérito foi afastado do cargo e nomearam um delegado especial para cuidar do caso, Paulo Sete Câmara, tão ruim quanto o outro. E os policiais que me prenderam, [...] abri um processo contra eles [...]. Naturalmente não tinha acusação que fosse favorável, arquivaram por falta de prova testemunhal. Eu levei prova documental, inclusive do IML [Instituto de Medicina Legal], mas o conjunto da Auditoria Militar: um Conselho de Guerra composto pelo Exército, Marinha, Aeronáutica, um juiz e advogados concluíram que eu tinha prova

<sup>630</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Trabalho de Agitação (Propaganda). Fundo nº 29747. Data: 08/1968 a 09/1980. 76 documentos. Cartaz, 1978. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 23/12/1978, Capa.

<sup>631</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 21/12/1978, Local, p. 7.

<sup>632</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 23/12/1978, Capa.

<sup>633</sup> Acervo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá. PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. *Sobre o Movimento Estudantil*. 2. ed. Ilustrada e Ampliada. Recife: Edições Manuel Lisboa, 2005, pp. 81-83.

apenas documental e faltava prova testemunhal, ou seja, um torturador teria que testemunhar a meu favor. De maneira que eles saíram fragilizados, desmoralizados [...] e o movimento cresceu bastante e ajudou a impulsionar a campanha da Anistia. É inegável que ajudou a campanha da Anistia e a campanha de abertura da UNE, para poder dar um Congresso mais ousado em Salvador. Eu mandei uma carta manuscrita do presídio para ser lida pelo líder do Congresso em Salvador na abertura [...], essa carta está nos anais da UNE<sup>634</sup>.

A militância em defesa de sua libertação resultou em conquistas sociais contra o autoritarismo, devido à remoção, transferência e afastamento de funcionários estatais de diferentes órgãos. Paradoxalmente, o processo contra os policiais envolvidos na prisão de prisão de Edval Nunes da Silva Cajá foi arquivado por ausência de prova testemunhal, apesar das provas documentais apresentadas pelo jovem, como foi o caso do laudo do IML. Isso ocorreu por decisão da Auditoria Militar, constituída por um Conselho de Guerra ligado à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica e por advogados e um juiz, durante uma relação de cooperação para inocentar o Estado de suas práticas autoritárias. Nesse sentido, no governo Geisel, o campo jurídico serviu de aporte para a institucionalização de ações repressivas da ditadura, incriminando os seus inimigos e inocentando-a.

A prisão de Cajá teve ressonância social e o fato pode ser entendido como um microcosmo para analisar os impactos da ditadura na universidade e no país, perante práticas de vigilância e repressão. As lutas pela libertação de Cajá mobilizaram vários segmentos, expressando os conflitos entre estudantes, professores, dirigentes acadêmicos e o Estado, representado pelos agentes de segurança e informação, que lograram exercer um controle social, por meio de institucionalização baseada em instrumentos legais.

O caso nos possibilitou analisar o anseio da população pelo retorno das liberdades democráticas, inserindo-se no cenário da campanha pela anistia. A vitória para a sociedade civil não foi apenas a conquista da liberdade do discente e a penalidade de alguns agentes do Estado com essa situação. Mas pode ser estendida à reorganização e ao fortalecimento do movimento estudantil e de suas principais entidades representativas.

Essa experiência de luta democrática proporcionou aprendizagem e maior articulação dos jovens universitários pernambucanos. Com a prisão do Cajá, houve um retorno das greves estudantis em 1978, situação que não ocorria desde 1969. Essa foi a mola propulsora para outras greves estudantis na UFPE. Em 1979, houve uma onda grevista: 1) a dos alunos de Química, perante a precarização da sua Escola. 2) A dos estudantes e professores de Farmácia, contra a medida legal que possibilitaria o

---

<sup>634</sup> Entrevista concedida a Thiago Nunes Soares, em 25 de janeiro de 2012.

biomédico atuar nas áreas Toxicológicas, Análises Clínicas e Bromatológicas, específicas do farmacêutico. 3) A dos discentes de Odontologia, por melhorias na precária condição de funcionamento do CFCH, onde estudavam provisoriamente. 4) A dos alunos dos cursos do CFCH, em defesa da troca dos elevadores que funcionavam precariamente.

Em 1980, a paralisação discente foi devido à falta de recursos financeiros na UFPE. Em 1981, ocorreu uma greve geral em apoio à UNE, para que o MEC a reconhecesse, assim como outras entidades semelhantes e promovesse melhorias educacionais. Em 1982, os alunos e residentes de Medicina paralisaram as atividades, por serem contra a transferência do hospital-escola da UFPE, o Hospital Pedro II, para o Hospital das Clínicas. Em 1983, os estudantes e docentes de Farmácia entraram em greve, pela decisão do MEC de conceder aos biomédicos o direito de realizarem análises clínico-laboratoriais, assinando laudos. Outros fatos foram relevantes no final da ditadura, como a simbólica ocupação da reitoria pelos estudantes, em 1984, em decorrência do aumento do preço das refeições do RU, que funcionava em precárias condições.

Verificamos que, ao longo de toda a ditadura, o movimento estudantil da UFPE foi atuante por melhores condições socioeducacionais. Entretanto, assim como ocorreu em outras partes do Brasil, sobretudo, a partir de 1979, ele continuou combativo, mas foi perdendo protagonismo político, em um contexto cada vez mais habitado por outros movimentos sociais, como foi o caso do sindical<sup>635</sup>.

Devido à complexidade dos fatos mencionados e à existência de uma diversificada gama documental, não os analisaremos nesta tese, pela necessidade de recortes temáticos durante o desenvolvimento do trabalho, porque os fatos são concernentes à luta por melhorias educacionais no campo universitário e o presente capítulo tem o enfoque de historicizar as lutas pelas liberdades democráticas na UFPE, em que as eleições para reitor em 1983 foram um fato relevante para problematizar a temática.

### **4.3. Eleições para reitor em 1983: uma experiência democrática?**

Desde a fundação da UR, a nomeação do cargo de reitor era realizada pelo presidente da República, a partir da escolha de uma lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo da administração da universidade. Após o

---

<sup>635</sup> LACERDA, 2010, Op. cit., p. 16.

golpe de 1964, a mudança foi que essa lista se tornou sêxtupla, ampliando as possibilidades de o governo escolher o candidato mais adequado<sup>636</sup>.

Nos anos 1980, durante os debates entre entidades representativas estudantis, Adufepe e reitoria da UFPE, ganharam visibilidade e dizibilidade as discussões sobre a liberdade de escolher os ocupantes de cargos de direção na instituição, como: diretor de centro, chefe de departamento e reitor<sup>637</sup>. Segundo os agentes do SNI, a campanha da comunidade acadêmica por eleições diretas para cargos estratégicos ocorreu em diversas universidades federais e autárquicas do Brasil, sob a orientação da ANDES e da UNE<sup>638</sup>.

Dessa maneira, foi simbólica a realização de eleições para o cargo de reitor, em 1983, porque com a morte do reitor Geraldo Lafayette Bezerra, em 13 de abril de 1983, devido a um acidente vascular cerebral, assumiu, então, o seu vice Geraldo Calábria Lapenda, aos 56 anos. Geraldo Lapenda construiu uma carreira acadêmica e política articulada na universidade, exercendo cargos de liderança na instituição. Além de formado em Letras, era graduado em Direito pela FDR, curso tradicionalmente conhecido pela formação de dirigentes políticos<sup>639</sup>.

Na época, os mandatos de reitor e vice-reitor não eram concomitantes: o de Geraldo Lafayette encerraria em 7 de dezembro de 1983 e o de Geraldo Lapenda em 7 de abril de 1984, expressando o quanto a escolha dos cargos dos dirigentes universitários era estratégica enquanto controle do campo acadêmico. Ao analisarem a “eficiência administrativa” da gestão de Geraldo Lapenda, os agentes do SNI de Recife avaliaram-no: “[...] sua capacidade administrativa é tida como regular, mesmo considerado as dificuldades financeiras enfrentadas pela UFPE. Possui pouca visão dos problemas da Universidade. Não é conivente com eventos contestatórios no âmbito da UFPE”<sup>640</sup>. Para os informantes desse órgão, um dos aspectos relevantes para uma boa gestão foi o controle e o combate às manifestações políticas no *campus*. E, nesse ponto, o reitor esteve em sintonia com a ditadura, apesar de não ser considerado um bom administrador.

Nessa conjuntura, o ano de 1983 tornou-se um marco no processo de escolha do cargo de reitor da UFPE, porque após vários anos, diante das lutas dos professores,

---

<sup>636</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, p. 347.

<sup>637</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 02/12/1983, Cidade, p. 4. Matéria *Adufepe lança caderno em defesa de eleições diretas*.

<sup>638</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0055967. Informação confidencial nº 230, de 14 de novembro de 1983.

<sup>639</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 14/04/1983, Cidade, p. 5.

<sup>640</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0055700-1983. Informação confidencial nº 202, de 07 de outubro de 1983.

funcionários e alunos, houve uma conquista social: a consulta direta à comunidade universitária, quando Conselhos e Congregações homologaram os resultados da votação para o cargo de reitor, para enviá-los a Brasília.

Geraldo Lapenda anunciou em 25 de maio, na imprensa local, que aceitaria a indicação de um nome para a composição da lista sêxtupla, durante as eleições diretas a serem ocorridas nos dias 7 e 8 de junho, por três entidades representativas: estudantes (DCE), professores (Adufepe) e funcionários da universidade (Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pernambuco - Asufepe)<sup>641</sup>.

O *Diario de Pernambuco* destacou o anseio dos docentes elegerem o futuro reitor por via direta, mencionando as três assembleias realizadas no mês de maio na Adufepe, para discussão do tema com a comunidade acadêmica (outros funcionários e discentes). A nota da última reunião nessa instituição expressou a sua visão sobre a participação democrática na UFPE: “A decisão é coerente com os princípios por nós defendidos, de democratizar as decisões no âmbito da instituição universitária e desta forma garantir um efetivo compromisso dos seus participantes com a qualidade da educação de nível superior”<sup>642</sup>. Assim, a luta em defesa da democracia foi associada ao amplo poder decisório dos segmentos integrantes da universidade em defesa da qualidade educacional.

Os embates foram fervorosos nas campanhas eleitorais, perante diferentes propostas políticas, debates na UFPE<sup>643</sup> e na Câmara Municipal de Recife<sup>644</sup>, protestos de alunos e docentes para que o Colégio Eleitoral assumisse a lista formada por eles<sup>645</sup>, pedidos de impugnação da lista sêxtupla<sup>646</sup>, circulação de listas informais<sup>647</sup> e veiculação de notícias falsas<sup>648</sup>. No dia do sufrágio, o DCE-UFPE, Adufepe e Asufepe emitiram uma nota de esclarecimento ao público, repudiando as notícias falsas publicadas na imprensa local, onde informou-se na mídia que o candidato mais votado pela comunidade acadêmica formaria a lista de reitores a ser definida pelo Conselho Universitário.

---

<sup>641</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 26/05/1983, Educação e Cultura, p. 10.

<sup>642</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 26/05/1983, Educação e Cultura, p. 10.

<sup>643</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 27/05/1983, Cidade, p. 6.

<sup>644</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 05/06/1983, Cidade, p. 28.

<sup>645</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 08/06/1983, Cidade, p. 8. 10/06/1983, Capa.

<sup>646</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 11/06/1983, Capa e Cidade, p. 5.

<sup>647</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 09/06/1983, Educação, p. 11.

<sup>648</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 08/06/1983, Cidade, p. 8

Nessa nota assinada por Sônia Marques (presidenta da Adufepe), Hélio Medeiros (presidente da Asufepe) e Jefferson Calaça (coordenador do DCE/UFPE), constou o embate pelo efeito de verdade dos discursos na arena de disputas políticas:

‘Isto não é verdade’, [...]. ‘Nas assembleias que realizamos, ficou decidido encaminhar ao Colégio Eleitoral da Reitoria a lista dos seis mais votados no pleito direto, com a reivindicação de que os seis nomes sejam referendados integralmente pelo Colégio Eleitoral’<sup>649</sup>.

Um excerto desse documento foi publicado na matéria “Entidade desmente notícia”, onde não informa em qual/quais jornal(is) teriam sido publicadas as notícias falsas. Verificamos que os discursos em torno do sufrágio se constituíram instrumentos de disputas políticas, com a finalidade de produzirem efeitos de verdade na população. A luta foi grande entre a comunidade acadêmica, para definir como seria essa experiência democrática e quem estaria na hegemonia desse processo: professores, o vice-reitor, então reitor em exercício Geraldo Lapenda, os alunos que desejavam maior representatividade política na UFPE<sup>650</sup> e os agentes de segurança e informação<sup>651</sup>.

Durante as suas atividades de vigilância e espionagem, os agentes do IV Exército conseguiram obter detalhadas informações sobre alguns candidatos: nomes completos, data de nascimento, endereço, filiação, RG, cargos na UFPE e atividades políticas desenvolvidas. André Freire Furtado, 45 anos, era professor do departamento de Biologia, foi presidente da Adufepe (1981-1982), participante do movimento grevista na instituição (não mencionaram qual), do 33º Congresso da SBPC, do I Congresso da ANDES (1982) e da concentração dos médicos residentes da UFPE, em 11 de agosto de 1981<sup>652</sup>.

Enquanto Maria José Bezerra Baltar, 64 anos, docente do CE, foi presidenta da Adufepe (1979-1980), militante da AP e do movimento grevista na instituição (não mencionaram qual), além de participante de um seminário no DCE/UFPE, onde criticou a política econômica do governo. O terceiro e último candidato identificado foi Paulo da

<sup>649</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 08/06/1983, Cidade, p. 8

<sup>650</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/05/1983, Educação e Cultura, p. 10.

<sup>651</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07/06/1983, Cidade, p. 5. Matéria *SNI teria vetado a indicação de Pinto*. Na pesquisa encontramos diversos documentos nos acervos do Arquivo Nacional que materializaram uma forte e contínua vigilância das atividades relacionadas à escolha do reitor da UFPE, em 1983.

<sup>652</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0353632-1983. Informe confidencial nº 1579, de 11 de julho de 1983.



Silveira Rosas, 53 anos, professor do CFCH, nomeado de “esquerdista” e ex-integrante do Conselho de Cultura do Estado de Pernambuco, no governo de Miguel Arraes<sup>653</sup>.

Esse documento não conseguiu mapear os demais candidatos, registrando também falhas na vigilância pelos agentes de informações, apesar da sua eficácia. No informe confidencial, inclusive, não foi mencionado o nome do candidato Antônio Carlos Pavão (citado no segundo capítulo), contratado pela UFPE, em 1979. Ele foi vigiado anteriormente pelo SNI, por ser uma liderança da CS, apoiar atividades políticas do movimento estudantil da UFPE e militar na campanha pela anistia. Apesar do pouco tempo na universidade, ele conseguiu se articular e participar da campanha para reitor. Todos esses candidatos possuem um histórico de militância de esquerda.



**Imagem 22** Fotografia dos candidatos ao cargo de reitor da UFPE, em 1983. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/06/1983, Educação e Cultura, p. 15.

O título da matéria (imagem 22) destacou a abertura política ocorrida na universidade, por meio de “eleições diretas”, que na prática continuaram sendo indiretas, mas com um formato mais “democrático”. A reportagem assinada por Mariza Pontes buscou divulgar a imagem dos candidatos e as propostas eleitorais, no domingo, com uma publicação constituída por uma fotografia de um momento prévio do sufrágio com relativa descontração e com um longo texto, criando um clima de reflexão eleitoral.

<sup>653</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0353632-1983. Informe confidencial nº 1579, de 11 de julho de 1983.

Foram sete candidatos: Jaime de Azevedo Gusmão Filho, Paulo Rosas, Carlos Egberto Almeida, Darcy Freitas, Maria José Bezerra Baltar, André Freire Furtado e Antônio Carlos Pavão<sup>654</sup>. Seis doutores e um mestre, expressando uma valorização da titulação *stricto sensu* para a função. A predominância masculina também nos chamou a atenção: cinco homens e duas mulheres<sup>655</sup>. Com exceção do Carlos Pavão, os demais possuíam uma longa experiência de atuação na UFPE. Ao traçar um perfil dos candidatos e das suas plataformas, a colunista Mariza Pontes destacou o seguinte:

Os seis primeiros defendem os mesmos pontos de vista a respeito dos principais problemas que preocupam hoje a Universidade [...]. Por isso, lançaram uma plataforma conjunta, onde justificam suas candidaturas no processo de eleição direta com as seguintes palavras: ‘Acreditamos que a autoridade pode e deve ser exercida sem autoritarismo e que o não autoritarismo não quer dizer desordem e nem anarquia, que a força do poder não reside na interdependência das cúpulas, mas no apoio das bases continuamente renovado [...]’.

O programa conjunto defende os seguintes pontos básicos: 1 - **Um projeto universitário** – Pela urgente necessidade de criação de uma nova realidade, cuja meta seja um verdadeiro projeto universitário, de construção científica integrada, voltada para a realidade concreta do País e da Região. [...] 2 - Prioridades – [...] ganhar a **confiança** das diversas áreas da comunidade universitária [...]; **ouvir** as aspirações da comunidade; que afirme a importância do ensino de graduação [...]; Mais: coragem para redimensionar qualitativamente os  **cursos de pós-graduação**; [...] [estímulo à] **representação estudantil** para que tenha participação efetiva nos diversos órgãos decisórios; que assegure aos funcionários a oportunidade de **aperfeiçoamento profissional**; [...] 3 – **Autonomia universitária** – Só existirá passando, primeiro, por um radical processo de redemocratização<sup>656</sup>.

<sup>654</sup> “Jaime de Azevedo Gusmão Filho, professor da UFPE há 29 anos, engenheiro, mestre, lotado nos departamentos de Engenharia Civil e de Minas (Centro de Tecnologia); Paulo Rosas, doutor, prof. da UFPE há 26 anos, integra o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, lotado no Depto. de Psicologia; Carlos Egberto Almeida, professor há 14 anos, doutor, Depto. de Engenharia Eletrônica e Sistemas (Centro de Tecnologia). Darcy Freitas, professora há 19 anos da UFPE, doutora, integra o Centro de Ciências da Saúde (Depto. de Patologia); Maria José Bezerra Baltar, há 15 anos professora da UFPE, doutora, lotada no Depto. de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação; André Freire Furtado, há 13 anos professor da UFPE, doutor, do Centro de Ciências Biológicas, lotado no Depto. de Biologia Geral; e Antônio Carlos Pavão, professor da UFPE desde 1979, doutor e mestre, lotado no Departamento de Química”. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/06/1983, Educação e Cultura, p. 15.

<sup>655</sup> Até o momento, a UFPE, a Unicap e a UPE (antiga FESP) nunca tiveram uma reitora. Apenas em 2012, a UFRPE elegeu a sua primeira e única reitora: a professora Maria José de Sena, reeleita em 2016. Cenário que reforça o predomínio masculino na gestão universitária pernambucana, situação comum a outras universidades brasileiras. <<http://ufrpe.br/br/content/ufupe-reconduz-maria-jos%C3%A9-de-sena-ao-cargo-de-reitora>>, <[http://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=190](http://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=190)>, <<http://www.unicap.br/assecom1/universidade-catolica-de-pernambuco-75-anos-genese-e-evolucao/>>, acessados em 01 dez. 2019.

<sup>656</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/06/1983, Educação e Cultura, p. 15. (grifos do documento)

Chamou-nos a atenção a formação de um bloco de candidatos com pautas em comum: o combate ao autoritarismo, prática exercida ao longo dos anos na UFPE contra os ditos inimigos do interesse público, associados pejorativamente à “desordem” e “anarquia”, para legitimidade do exercício do poder coercitivo da reitoria. Foi o discurso da ordem *versus* o do caos, pois o “caos é [...] a negação de tudo o que a ordem se empenha em ser. [...] Mas a negatividade do caos é um produto de autoconstituição da ordem [...]. Sem a negatividade do caos, não há positividade da ordem; sem caos, não há ordem”<sup>657</sup>. Daí o processo dialético desses discursos que se fundem.

O programa conjunto foi pautado na construção de uma nova realidade científica, priorizando a confiança e a escuta da comunidade acadêmica, visando a uma reconfiguração da qualidade dos cursos de pós-graduação, a ampliação da representatividade dos órgãos discentes, o aperfeiçoamento profissional dos funcionários da UFPE e uma maior autonomia no funcionamento da instituição nos âmbitos administrativo e financeiro. Dessa forma, a proposta desses seis candidatos contempla os interesses do eleitorado, enfatizando questões mais burocráticas e científicas, sem repensar com profundidade a estrutura de funcionamento da universidade, para traçar significativas mudanças democráticas. Por outro lado, ainda na mesma reportagem, Mariza Pontes apresentou o candidato Antônio Carlos Pavão de outra forma:

Enquanto esses seis candidatos formam um grupo coeso, uma liderança alternativa surgiu recentemente na UFPE, na pessoa do candidato Antônio Carlos Pavão, uma figura controvertida, visto por muita gente como ‘gozador’, ‘anárquico’, mas também ‘audacioso’, ‘com propostas novas’, ‘desmistificador do poder’ e outras opiniões. Pavão resume seu programa no seguinte slogan: ‘Comunidade na direção da Universidade’, cuja rima caracteriza sua intenção de levar alegria aos quadros da UFPE. [...] Sua plataforma defende a descentralização do poder; o fortalecimento e autonomia dos departamentos; valorização do estudante e do funcionário e do professor (principalmente os dois primeiros, já que o professor é, também, num jogo de correlações, alguém que exerce um poder); esclarecimento da relação ensino/pesquisa como interdependentes, além de uma série de medidas administrativas, como um campus ‘mais decente e menos perigoso’. [...] Com a mesma postura eleitoral de Brizola, Pavão tem feito intensa campanha junto aos funcionários e alunos (já se formou até um comitê de apoio a sua candidatura) [...] <sup>658</sup>.

Diferentemente dos demais candidatos, Antônio Pavão foi associado a discursos negativos: “contravertido”, “gozador”, “anárquico”, em contraposição ao grupo nomeado

<sup>657</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 15.

<sup>658</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 05/06/1983, Educação e Cultura, p. 15.

de “coeso”, registrando o apoio do *Diario de Pernambuco* aos candidatos afeitos aos ideais “democráticos” próximos do governo Figueiredo e do reitor em exercício Geraldo Lapenda. Pavão foi uma liderança da CS influente entre os alunos da UFPE. A sua candidatura articulada ao meio estudantil é um registro de sua atuação política, havendo, inclusive, um comitê de apoio à campanha eleitoral. Por isso, ele comparado a Leonel Brizola, um dos principais líderes da esquerda trabalhista do Brasil.

No programa de Antônio Carlos Pavão, a concepção de democracia é mais ampla e dialógica, ao pensar a tessitura das relações entre os agentes acadêmicos de forma mais próxima, problematizando as micro-relações de poder existentes entre eles e defendendo a sua descentralização. O candidato discutiu questões mais técnicas no tocante à diáde ensino-pesquisa e a problemas de ordem cotidiana, como a insegurança no *campus*, repercutida na grande imprensa e alvo de debates entre os universitários<sup>659</sup>.

Os resultados foram acompanhados por agentes do DSI/MEC<sup>660</sup>. Nessa arena de disputas políticas os votos foram paritários entre docentes, alunos e funcionários, as cédulas tinham cores diferentes para identificá-los e na apuração foi levada em consideração a proporcionalidade de cada categoria. Por isso houve uma simbólica diferença de proporção eleitoral, na medida em que ocorreu maior força eleitoral no segmento com menor número de abstenções<sup>661</sup>. Pela conjuntura do campo universitário, essa foi uma estratégia de controle político do movimento estudantil pela reitoria, em face da probabilidade de ter mais abstenções entre os discentes, ao se levar em consideração os níveis de interesse pelo sufrágio, conforme expressam os números a seguir. Daí o somatório dos votos ser diferente do número total de eleitores, podendo também terem ocorrido erros nos números apresentados na matéria do *Diario de Pernambuco*.

A professora Darcy Freitas saiu vitoriosa na votação, ao obter 5.696 votos. André Furtado conseguiu 5.574, Paulo Rosas 5.076, Maria José Baltar 5.001, Jaime Gusmão 4.834, Carlos Egberto 4.378 e Antônio Pavão 2.851, o menos votado. Dos 17.524 eleitores aptos a participarem do sufrágio, compareceram 10.228 pessoas, perfazendo um total de 58,36%, sendo professores 61,4%, funcionários 59,2% e discentes 57,7%, percentuais que consideramos baixos, pela importância das disputas. Foram 444 votos

---

<sup>659</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 14/06/1982, Cidade/Cultura, p. 4, entre outras reportagens, tendo em vista ser um problema constante durante a ditadura e atualmente.

<sup>660</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0342040-1983. Informação confidencial nº 43, de 14 de junho de 1983. Originária da DSI/MEC e difundida para a AC/SNI, CISA, CI/DPF, CIM e CIE.

<sup>661</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diario de Pernambuco*, 07/06/1983, Cidade, p. 5.

brancos ou nulos<sup>662</sup>. A pouca variedade de propostas eleitorais, a não garantia de o candidato vencedor ser escolhido pelo Conselho Universitário e a despolitização de alguns eleitores são algumas possíveis explicações.

Diante disso, Darcy Freitas seria um dos possíveis nomes da lista sêxtupla, por ser escolhida diretamente pela comunidade acadêmica. Os candidatos a comporem essa relação foram escolhidos pelo Conselho Universitário, formado por aproximadamente 70 pessoas<sup>663</sup>. De acordo com os agentes da DSI/MEC e com uma reportagem publicada no *Diário*, enquanto esse órgão se reuniu no auditório João Alfredo, na reitoria da UFPE, em 9 de junho para definir a composição dessa lista para nomeação do novo reitor, mais de 300 alunos, docentes e funcionários protestaram nesse espaço contra o formato indireto das eleições, sendo um dos participantes o candidato derrotado Antônio Carlos Pavão<sup>664</sup>.

Isso ocorreu entre 09:00h e 13:00h, por meio de discursos, poesias, slogans, vaias e músicas, devido à organização e à articulação do DCE/UFPE, Adufepe e Asufepe. Alguns integrantes do colegiado tentaram sair pelas portas laterais do auditório, após a votação, mas foram impedidos pelos manifestantes<sup>665</sup>. Não houve repressão contra os militantes, expressando ampliação das possibilidades de luta em defesa das liberdades democráticas durante a abertura política do governo João Figueiredo.

De acordo com os agentes da ARE/SNI e o *Diário de Pernambuco*, a lista foi composta pelos seguintes vencedores do sufrágio: Geraldo Calábria Lapenda (57 votos no 1º escrutínio), Carlos Roberto Ribeiro de Moraes (31 votos no 2º escrutínio), Maria Antônia Amazonas Mac Dowell (29 votos no 3º escrutínio), George Browne do Rêgo (43 votos no 4º escrutínio), Fernando José Costa de Aguiar (53 votos no 5º escrutínio) e Carlos Costa Dantas (29 votos no 6º escrutínio)<sup>666</sup>. Ressaltamos que Darcy Freitas não conseguiu compor essa lista sêxtupla, pois no primeiro escrutínio obteve apenas seis votos, perdendo para o Geraldo Lapenda, que por ser o vice-reitor e reitor em exercício, tinha uma grande influência política durante o escrutínio no Colégio Eleitoral.

---

<sup>662</sup> FERREIRA, André; MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. A eleição direta para reitor promovida pela ADUFEPE. In: FERREIRA, André (Org.). *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*. Recife: EDUFPE, 2019, p. 63. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 10/06/1983, Cidade, p. 5.

<sup>663</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 10/06/1983, Capa.

<sup>664</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: A0342040-1983. Informação confidencial nº 43, de 14 de junho de 1983. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/06/1983, Cidade, p. 5.

<sup>665</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/06/1983, Cidade, p. 5.

<sup>666</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0047983. Informação confidencial nº [sic], de 10 de junho de 1983, originária da ARE/SNI e difundida para a AC/SNI. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/06/1983, Cidade, p. 5.

Ao não aceitar o resultado, o candidato Pinto Ferreira, professor da FDR, solicitou impugnação da lista, alegando irregularidades no processo e que o seu nome teria sido vetado pelo SNI<sup>667</sup>. Isso gerou um conflito com o Geraldo Lapenda, que se apresentou “chocado” e “muito chateado” com a situação<sup>668</sup>.

As lutas pelo cargo estratégico de reitor continuaram efervescentes. Isso atraiu a atenção dos militares, que produziram vários documentos sobre as eleições para reitor em 1983. Essas disputas eleitorais também repercutiram na grande imprensa, acompanhante de todo esse processo com várias matérias de destaque em todas as etapas do sufrágio. Inclusive, após a votação, ao noticiar os embates em torno dos pedidos de impugnação da eleição e apresentar as opiniões dos estudantes, do reitor, dos professores e de políticos profissionais durante as tentativas de impugnação dos resultados<sup>669</sup>.

Após o resultado da votação, ao lograrem um controle social, agentes do SNI realizaram um detalhado levantamento de informações sobre os integrantes da lista sêxtupla. A atividade ocorreu por meio de uma informação confidencial originária da ARE/SNI e difundida para SS-06<sup>670</sup>:

1. CARLOS COSTA DANTAS – Posição Ideológica: Desconhecida – Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Integrado. – Atividades Subversivas: Não há registros. – Conhecimento profissional: É considerado um cientista na área de Energia Nuclear – Possui fraca capacidade de liderança e razoável apoio na UFPE. – Eficiência funcional/profissional: Boa.
2. CARLOS ROBERTO RIBEIRO DE MORAIS: Posição Ideológica: Mantém ligações com elementos esquerdistas. É considerado oportunista – Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Não há registro - Atividades Subversivas: nada foi constatado sobre seu envolvimento com atividades subversivas. Foi, entretanto, um dos principais líderes e incitadores da greve dos médicos-residentes e estudantes de Medicina da UFPE, ocorrida durante o segundo semestre de 82. – Proibidade Administrativa: Desloca funcionários e médico-residentes da UFPE para trabalhar em serviços de seus interesses particulares, numa Firma de assistência médica cardíaca, da qual é sócio, e que funciona no Hospital Português do Recife/PE. – Conceito na UFPE: Mais conhecido na área de Saúde, onde é respeitado e considerado um bom cirurgião e professor. Tem capacidade de liderança. Possui pouca visão global dos problemas da Universidade.
3. FERNANDO JOSÉ COSTA DE AGUIAR: Posição Ideológica: Sem posição definida, foi um dos principais líderes na organização e fundação da [...] ADUFEPE [...] - Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Evidencia um comportamento dúbio em relação à Rev. 31 MAR 64. - Atividades Subversivas: Não há registro. - Conceito na UFPE: Muito

<sup>667</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 12/06/1983, Capa e Educação e Cultura, p. 18.

<sup>668</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/06/1983, Cidade, p. 5.

<sup>669</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 19/06/1983, Opinião, p. 10. 16/07/1983, Cidade, p. 5. 06/08/1983, Política, p. 4. 16/08/1983, Educação, p. 7. 11/09/1983, Educação, p. 13. 1

<sup>670</sup> Uma área ou agente do serviço secreto identificado/da por meio de um código, em vez de um nome.

conhecido e respeitado, onde possui grande capacidade de liderança. É ambicioso e para atingir seus objetivos é capaz de fazer concessões a quaisquer grupos. Possui bom conhecimento profissional e demonstra pouca visão humanística. – Apoio na Universidade: Relativamente bom. No Colégio Eleitoral Especial, foi o segundo mais votado. – Apoio fora da Universidade: conta com certo apoio.

4. MARIA ANTÔNIA AMAZONAS MAC DOWELL: Posição Ideológica: Nada mais foi registrado além da ACE 2662/81. - Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Não há registros que permitam uma opinião conclusiva. - Conceito na Universidade: Possuidora de excelente conceito. É competente e dedicada. Trata da coisa pública com seriedade. Possui capacidade de liderança e forte poder de aglutinação. Conta com apoio dentro e fora da Universidade. – Principais idéias [sic] defendidas: A moralização da administração pública. – Outros dados: Há registro de que embora tenha concordado em figurar na Lista Sêxtupla, não estava interessada em sua nomeação para o cargo, mas que apoia a indicação de GEORGE BROWNE REGO. Apoiou o movimento grevista dos Médico-Residentes e da Faculdade de Medicina, em 1982.

5. GERALDO CALÁBRIA LAPENDA: Posição Ideológica: Democrata. Homem de direita, considerado conservador. - Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Defensor dos ideais da Revolução. - Atividades Subversivas: Não há registros. – Probidade administrativa: Boa. – Eficiência funcional ou profissional: Como professor é considerado bom profissional. Como Vice-Reitor, não teve grande desempenho. Atualmente, no exercício da Reitoria, desde o falecimento do Reitor GERALDO LAFAYETTE BEZERRA, ocorrido no dia 13 ABR 83. Não tem demonstrado grande capacidade administrativa, mesmo considerando-se as dificuldades financeiras enfrentadas pela UFPE.

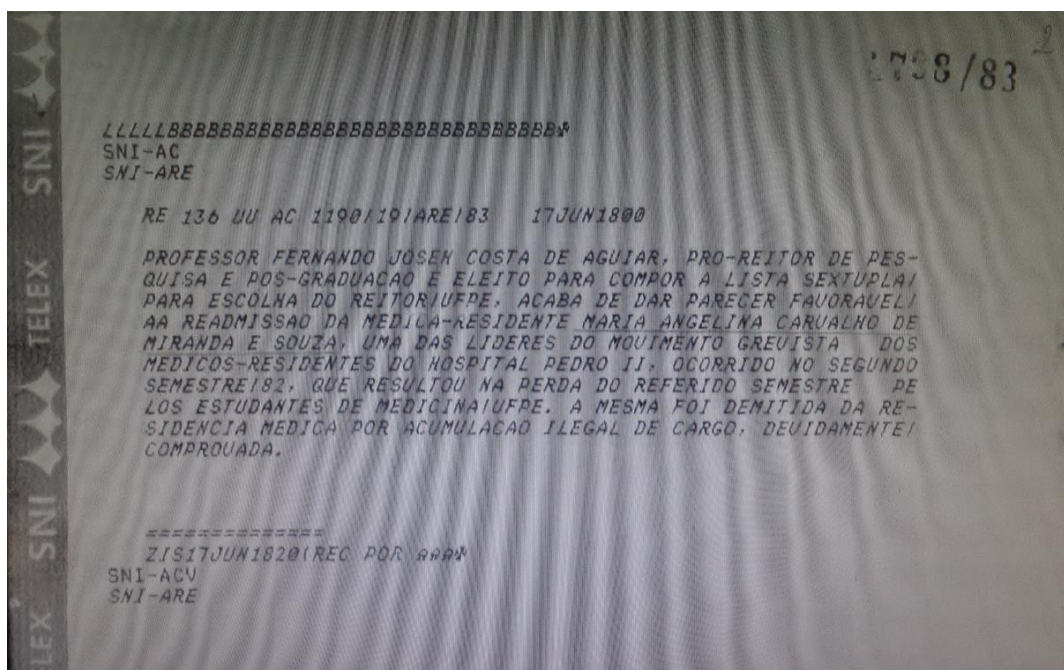
6. GEORGE BROWNE REGO: Posição Ideológica: Democrata. - Atitude com relação à Rev. 31 MAR 64: Integrado. - Atividades Subversivas: Não há registros. – Probidade administrativa: Boa. – Eficiência funcional ou profissional: Boa. – Conduta civil: Muito bem conceituado [sic]<sup>671</sup>.

Nos perfis dos candidatos a reitor, destacou-se a busca por identificar se as suas ideologias estavam alinhadas com a ditadura, como se posicionaram durante o golpe de 1964, se tinham um histórico de atividades nomeadas de subversivas, como eram conceituados na UFPE, qual a capacidade de liderança, reconhecimento científico, probidade administrativa e eficiência funcional ou profissional.

A busca pela identificação ideológica foi um dos pontos-chave, havendo as situações: “desconhecida”, “sem posição definida”, “mantém ligações com elementos esquerdistas” e “democrata”, sendo este último termo associado à defesa da ditadura. Ao analisarmos a fonte, constatamos falhas na vigilância dos militares e uma pluralidade de posicionamentos do grupo, que variaram conforme as trajetórias individuais e as situações de adequação e cooperação política. Foi o caso da candidata Maria Mac Dowell, apoiadora do candidato George Browne, do qual tornou-se, posteriormente, pró-reitora acadêmica e, após seis meses nessa função, vice-reitora no seu mandato (1984-1988).

<sup>671</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0055967. Informação confidencial nº 06, de 24 de outubro de 1983. Grifos do documento.

Com formação católica desde a infância, essa professora foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) e se dedicou 51 anos à UFPE, cuja história da instituição mescla-se com a sua: fundadora e diretora do Colégio de Aplicação (1958 a 1970) e pró-reitora em dois mandatos (1970-1971; 1971-1975). Mesmo aposentando-se como vice-reitora em 1988, continuou atuando no Gabinete, enquanto assessora dos três reitores posteriores, até 2003<sup>672</sup>. Assim, a docente/professora/pró-reitora estabeleceu profícuas e estratégicas relações políticas e acadêmicas durante muitos anos em distintos cargos relevantes.



**Imagem 23** Telex sobre o candidato à reitoria da UFPE, Fernando José Costa Aguiar, em 1983. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0047983.

Além disso, ao difundirem os resultados da votação, os agentes do SNI anexaram à informação confidencial, um Telex (imagem 23) sobre o candidato Fernando José Costa Aguiar<sup>673</sup>. O documento de rápida comunicação destacou que esse pró-reitor da lista sêxtupla deu um parecer favorável à readmissão de Maria Angelina Carvalho de Miranda e Souza. Ela foi uma liderança do movimento grevista dos médicos residentes do Hospital Pedro II em 1982 e teve a demissão associada à acumulação ilegal da função. O caso esteve sob a vigilância dos agentes de segurança e informação, pois expressou as relações

<sup>672</sup> SANTOS, 2012, Op. cit., p. 201.

<sup>673</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0047983. Informação confidencial nº [sic], de 10 de junho de 1983, originária da ARE/SNI e difundida para a AC/SNI.



de cooperação entre um dirigente e uma estudante com militância política na universidade, situação não recomendável para um reitor.

Apesar de Geraldo Calábria Lapenda ter sido o candidato mais votado, em 13 de setembro, por meio de um decreto, João Batista Figueiredo nomeou como reitor o docente George Browne do Rêgo, 48 anos, pró-reitor de Assuntos Acadêmicos, bacharel em Direito pela FDR (1963) e em Filosofia pela Unicap (1966), Especialista em Sociologia Jurídica pela UFPE (1967), Master of Arts pela George Peabody College For Teachers (USA, 1971), doutor em Filosofia da Educação pela University Of Tulane (USA, 1976) e com estágio de pós-doutorado pela University of London (1979)<sup>674</sup>. Segundo os agentes de informação, a sua escolha pelo presidente foi rápida, devido à:

[...] influência da Vice-Reitora Maria Antônia Amazonas Macdowell, seu braço direito dentro da Universidade, junto à então Ministra da Educação, ESTER FERRAZ. Respeitado, trabalhador, tendo, inclusive, conseguido melhorar a Universidade que dirige, o que faz com que seja considerado um bom administrador. Dispõe de certa liderança dentro da Instituição como um todo. Politicamente, é um elemento de centro, voltado para a direita<sup>675</sup>.

Se comparado a outros candidatos, esse perfil atendeu de maneira mais estratégica a conjuntura da ditadura, ao receber a cooperação da vice-reitora Maria Antônia Amazonas e ser enquadrado politicamente como “respeitado”, “trabalhador”, “bom administrador”, líder “dentro da Instituição como um todo” e “elemento de centro, voltado para a direita”. Aliado a isso, George Browne contou com o apoio do Conselho Universitário, como ele lembrou em uma entrevista concedida a Evson Santos: “Fizeram-me candidato. Apoiado pelo excelente grupo do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, liderado por Sérgio Resende, tive também o apoio da Faculdade de Medicina e de uma parte da Faculdade de Direito”<sup>676</sup>. No seu caso, foi apoiado por influentes centros da UFPE com tradição conservadora e liderados por segmentos de direita. Entretanto, apesar

<sup>674</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0055967. Diário Oficial nº 177, de 14 de setembro de 1983, anexado na informação confidencial nº 06, de 24 de outubro de 1983. “Ficha de qualificação” de George Browne do Rêgo anexada na informação confidencial nº 19, de 15 de setembro de 1983. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 16/09/1983, Capa. 27/09/1983, Educação, p. 5. <<http://ufpe.trix.rocks/principal/ex-reitor-george-browne-recebe-titulo-de-professor-emerito-no-dia-3-t18y2rex>>, <<http://lattes.cnpq.br/3600033531704777>>, acessados em 22 dez. 2019.

<sup>675</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0073763-1986. Documento confidencial “Infiltração no meio educacional”, constituído por 7 páginas e com data de 1986, traça um perfil dos reitores das universidades pernambucanas UFPE, UFRPE (Waldecy Fernandes Pinto), Unicap (Theodoro Paulo Severino Peters) e FESP (Armando Hermes Ribeiro Samico), além dos reitores da UFRN, UFPB e Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no processo de redemocratização universitária.

<sup>676</sup> SANTOS, 2012, Op. cit., p. 75.

dessa predominância de posicionamento político, eles não se constituíram como um bloco homogêneo e nem como um grupo estático.

Esse mosaico de relações políticas na universidade foi estabelecido pelo George Browne desde o período da UR, onde construiu uma longa trajetória. Bacharel em Direito pela FDR (1963), ocupou diversos cargos relevantes na universidade: secretário geral (1965), professor do CFCH (1971-1990), pró-reitor (1979), membro do Conselho Universitário (de 1979 até, pelo menos, 2016), Pró-reitor de Assuntos Acadêmicos (1979 e 1982), reitor da UFPE (1983-1987), docente do Centro de Ciências Jurídicas/FDR (1993-2004), presidente da Covest (órgão responsável por concursos públicos e vestibulares), entre 1997 e 2002 e professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e Direito (até pelo menos, 2016)<sup>677</sup>.

Essa trajetória possibilitou a sua atuação na UFPE desde o início da ditadura, continuando após o fim do regime e mesmo depois da sua aposentadoria, onde recebeu o título de professor emérito, em 3 de maio de 2016. A honraria é destinada a docentes aposentados que tenham se destacado nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração na universidade. As suas experiências acadêmicas e relações políticas dentro e fora da universidade possibilitaram projeção nacional e no exterior, ao receber o título de professor *honoris causa* pelo The College of Preceptors da University of London, Inglaterra (1989) e exercer o cargo de secretário de Política de Ensino Superior do MEC (data de exercício não descoberta)<sup>678</sup>.

Esse percurso contribuiu para que, atualmente, ele lecionasse na graduação e no mestrado em Direito da Faculdade Damas, instituição privada e cristã do Recife; atue como conselheiro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/PE e advogue no seu escritório, o Browne Advocacia, fundado em 2006, com sede em Recife, filial em São Paulo e atendimento em vários estados do país<sup>679</sup>. Chamou-nos a atenção, o fato de George Browne não mencionar no currículo lattes e no texto de apresentação profissional

---

<sup>677</sup> <<http://ufpe.trix.rocks/principal/ex-reitor-george-browne-recebe-titulo-de-professor-emerito-no-dia-3-t18y2rcx>>, acessado em 14 out. 2017. As informações sobre esse funcionário público foram extraídas dessa matéria, que foi publicada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFPE, em 26 abr. 2016. Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0055967. Diário Oficial nº 177, de 14 de setembro de 1983, anexado na informação confidencial nº 06, de 24 de outubro de 1983. “Ficha de qualificação” de George Browne do Rêgo anexada na informação confidencial nº 19, de 15 de setembro de 1983.

<sup>678</sup> <<http://ufpe.trix.rocks/principal/ex-reitor-george-browne-recebe-titulo-de-professor-emerito-no-dia-3-t18y2rcx>>, acessado em 14 out. 2017. <<http://lattes.cnpq.br/3600033531704777>>, acessado em 22 dez. 2019.

<sup>679</sup> <<http://lattes.cnpq.br/3600033531704777>>, <<http://browne.com.br/equipe/george-browne-biografia-browne/>>, <<http://browne.com.br/sobre-nos/>>, <<https://www.faculdedamas.edu.br/graduacao/direito>>, <<https://www.faculdedamas.edu.br/mestrado/direito>>, acessados em 22 dez. 2019.

do site de seu escritório a sua atuação na UFPE durante a ditadura. A referência a universidade ocorreu de maneira sucinta e, apenas, a partir de 1992, somente na função de ensino, indicando querer silenciar e apagar essa memória política, que nos últimos anos tem se apresentado cada vez mais como um campo de disputas.

Ao lembrar das relações com o Marcionilo Lins (reitor entre 1971 e 1975), George Browne narrou o seguinte: “[ele] se tornou meu conselheiro acadêmico e um dos meus mais caros amigos, um homem que dedicou a vida à Universidade, com quem havia trabalhado como secretário do Cosepur: Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade do Recife”<sup>680</sup>. O poder das suas relações pessoais perpassou os âmbitos político e profissional em diferentes situações da sua trajetória, como na viagem ao MEC, em Brasília. Lá, George Browne encontrou Marco Antônio Maciel (Partido Democrático Social - PDS), ministro do MEC entre 1985 e 1986 e seu amigo da graduação, relatando que: “O fato de Marco Antônio ter-se tornado ministro foi, para mim, muito proveitoso, porque eu tinha um fácil acesso para reivindicar o que era de interesse da instituição”<sup>681</sup>.

Apesar de estar alinhado aos ideais da ditadura, os militares identificaram na equipe do reitor George Browne, a presença de dirigentes e docentes que foram vigiados pelos agentes de segurança. Eles foram nomeados com termos pejorativos e incriminadores, compondo a lista: o chefe de gabinete do reitor Alfredo Moraes Antunes (“esquerdista”), o coordenador do mestrado em Sociologia Jerson Maciel Neto (“esquerdista”), o diretor do CFCH Sílvio Marcelo de Albuquerque Maranhão (“militante do PCB”) e os professores Fátima Maria Miranda Brayner (“militante do MR-8”), Heloísa Maria Mendonça de Moraes (“esquerdista atuante”) e Joaquim Oliveira Maranhão (“simpatizante da CS”)<sup>682</sup>. Assim, verificamos um paradoxo político de George Browne, ao ter em sua equipe militantes ligados a partidos e organizações de base comunista.

O reitor tomou posse no dia 11 de novembro, sendo marcante o apoio do *Diário de Pernambuco* nesse momento, com a publicação de uma matéria cobrindo o evento: “Browne assume reitoria hoje com propósito restaurador”<sup>683</sup>. Além disso, destacamos que, assim como na UFPE, em 1983, os dirigentes da Universidade Federal de São Carlos (UFScar) e da UFBA homologaram as listas produzidas pelas comunidades universitárias e as enviaram ao MEC. Nesses casos, a ministra Esther Ferraz não aceitou as sugestões,

---

<sup>680</sup> SANTOS, 2012, Op. cit., p. 74.

<sup>681</sup> SANTOS, 2012, Op. cit., p. 77.

<sup>682</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0073763-1986. Documento confidencial “Infiltração no meio educacional”.

<sup>683</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 11/11/1983, Cidade, p. 4.

ao não nomear os primeiros colocados das listas. Situação diferente da ocorrida no ano seguinte, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), precursora de outros casos ocorridos de forma parecida no final da ditadura<sup>684</sup>.

Mesmo após os debates em torno das liberdades democráticas nas universidades, atualmente, as eleições para reitor continuam indiretas, havendo listas tríplexes de candidatos e a consulta à comunidade acadêmica. Desde os anos 1980, se construiu uma espécie de tradição de o presidente da República indicar o candidato mais votado para a ocupação do cargo de reitor. Em 2019, durante o primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro, foi quebrada essa tradição que vinha se mantendo nos últimos anos<sup>685</sup>.

Nessa lente de análise, a experiência eleitoral para a escolha do reitor da UFPE em 1983 nos possibilitou refletir que, apesar de não ser um sufrágio direto para o cargo, foi um avanço nas lutas pelas liberdades democráticas na época, em face dos debates suscitados e pela consulta pública à comunidade acadêmica, que se apresentou envolvida durante a campanha.

A universidade se configurou como um campo permeado de relações políticas na transição democrática, sendo um espaço onde ocorreram ações de resistência, vigilância e disputas. Essa conjuntura foi relevante enquanto experiência de busca pela democracia e de fortalecimento da militância estudantil e dos movimentos associativos, como a Adufepe e Asufepe. Os debates sobre as liberdades ganharam força, indo além dos muros da instituição. Ao levarmos isso em consideração, analisaremos a seguir, a participação do movimento estudantil e dos docentes da UFPE na campanha pelas Diretas Já.

---

<sup>684</sup> MOTTA, 2014a, *Op. cit.*, pp. 348-349.

<sup>685</sup> Bolsonaro nomeou para os cargos de reitor os candidatos menos votados da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). No caso da Unirio, essa teria sido a primeira vez, desde o período de redemocratização, que um candidato (Ricardo Silva Cardoso) foi escolhido sem uma consulta pública à comunidade universitária. Esses casos repercutiram nacionalmente, impulsionando protestos e expressando o quanto o regime democrático brasileiro ainda permanece frágil, perante o legado das práticas autoritárias da ditadura.  
<[https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2019/08/10/bolsonaro-nomeia-reitor-menos-votado-pela-3-vez-385312.php?utm\\_source=fb-jc&fbclid=IwAR3Ao3muGk0zVgE0-z4Huski0qV1vOEIYrIYfsPVpUzl54\\_Tpb9Ep2mJLIA](https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/nacional/noticia/2019/08/10/bolsonaro-nomeia-reitor-menos-votado-pela-3-vez-385312.php?utm_source=fb-jc&fbclid=IwAR3Ao3muGk0zVgE0-z4Huski0qV1vOEIYrIYfsPVpUzl54_Tpb9Ep2mJLIA)>, <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sob-gritos-de-golpe-unirio-elege-reitor-nao-aprovado-pela-comunidade-academica-23590937>>,  
<<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/em-decisao-inedita-unirio-indica-reitor-que-nao-foi-escolhido-nas-urnas/>>. Acessados em 18 set. 2019.

#### 4.4 Para além dos muros da universidade: estudantes e professores nas Diretas Já!

Diante do fim do bipartidarismo, das experiências políticas e eleitorais nas universidades, da aprovação da lei da anistia, das eleições diretas para quase todos os cargos políticos em 1982, da crise do Estado em promover o desenvolvimento do capitalismo e intermediar os anseios da população, do desgaste do regime, das eleições para reitor da UFPE em 1983, da dívida externa do país e da crescente oposição social nessa conjuntura, ganhou força a campanha nacional pela liberdade de escolher, por via direta, o presidente da República, situação que não ocorria desde o início da ditadura<sup>686</sup>.

A luta pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, pela Câmara Legislativa Federal, foi um dos pontos-chave da campanha, lançada oficialmente pelo PMDB, em Goiânia, no dia 15 de junho de 1983, durante um comício com cerca de 5.000 pessoas. O evento estruturou-se de maneira cautelosa e discreta, sob os embates internos dos organizadores. Desde então, a campanha ganhou força e visibilidade nacional<sup>687</sup>. Segundo Lucília Delgado, este foi o maior movimento cívico-popular do Brasil republicano, quando os espaços públicos foram relevantes para ecoar as vozes de milhões de pessoas em defesa da democracia. A bandeira foi plural, despersonalizada e abrangeu diversos segmentos sociais e partidos políticos<sup>688</sup>. Em face desse cenário, analisamos a atuação dos professores e alunos da UFPE nas manifestações e debates políticos.

Foram realizados diversos atos, comícios e passeatas em Pernambuco. Alguns com grandes dimensões mobilizaram milhares de pessoas, enquanto outros, centenas e dezenas. Os maiores foram organizados antecipadamente, perante a necessidade de maior articulação com segmentos de diferentes partes do país. Os menores, intitulados geralmente de comícios relâmpagos, foram mais rápidos e simples de serem realizados e relevantes para a obtenção de apoio da população.

Segundo agentes do DPF/PE, em 20 de novembro de 1983, houve a convenção estadual do PMDB, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, com cerca de 400

<sup>686</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Fundo nº 29835. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 432, de 23 de novembro de 1983, originário do DPF-PE. BERTONCELO, Edison. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007, pp. 76-77. RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, pp. 16-17.

<sup>687</sup> LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 165.

<sup>688</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 413-415.

peças. O evento foi presidido pelo ex-deputado federal Fernando Coelho e contou com a participação de vários políticos profissionais, como: o vereador Pedro Laurentino (ex-militante do DCE/UFRPE), o suplente de deputado federal Edval Nunes da Silva Cajá (ex-militante de Ciências Sociais da UFPE) e o senador Cid Sampaio. Também estiveram presentes Paulo Roberto Miranda, integrante do Setor Jovem do PMDB; Fernando Barbosa, presidente do DCE/UFRPE e Marcelo Medeiros, membro do DCE/UFPE.

Nesse evento, todos os oradores reivindicaram a realização de eleições diretas para presidente da República, o retorno do Estado de Direito, mudanças econômicas e políticas e denunciaram a miséria e a fome no país, responsabilizando-as aos dirigentes governamentais. Como pudemos ver, houve a participação de egressos do movimento estudantil da UFPE nas discussões da conjuntura política, articulando-se com o PMDB para se organizarem e lutarem em defesa das liberdades democráticas<sup>689</sup>.



**Imagem 24** Showmício da cantora Fafá de Belém, em Olinda, em 5 de janeiro de 1984, pelas Diretas Já. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 06/01/1984, Capa.

<sup>689</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Fundo nº 29835. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 432, de 23 de novembro de 1983, originário do DPF-PE.

A campanha pelas Diretas em Pernambuco foi lançada no Pátio do Mosteiro de São Bento, em Olinda, durante o showmício com a cantora Fafá de Belém, na noite de 5 de janeiro de 1984, contando com a participação de 15.000 a 20.000 pessoas<sup>690</sup> (imagem 24). Fafá de Belém, uma das cantoras mais populares do Brasil, participou ativamente da campanha pelas Diretas, ao estar presente em diversas manifestações no país. Um dos pontos-chave da sua presença era a sua interpretação do hino nacional, rendendo, em 1985, a gravação do LP *Aprendizes da esperança*, um sucesso de vendas<sup>691</sup>.

A escolha do espaço expressou o apoio da Igreja Católica à campanha. Localizado no sítio histórico, o Pátio do Mosteiro de São Bento foi um local estratégico, devido à centralidade e facilidade de acesso. Esses fatores possibilitaram a sua lotação, além do interesse da população de participar da mobilização em defesa da democracia. Segundo a imprensa local, foram marcantes as presenças de lideranças nordestinas do PMDB e de uma grande concentração de jovens. Situação interpretada por nós como uma significativa participação estudantil articulada com esse partido opositor à ditadura<sup>692</sup>.

Conforme registrou a fotografia de Maurício Coutinho (imagem 24), não houve um comício propriamente dito, sendo utilizado um palco, em vez de um palanque. A publicação desse documento na capa do *Diário* expressou a visibilidade e dizibilidade do evento, cujos discursos da sua legenda e das matérias publicadas pelo periódico foram positivos, por não criticarem a manifestação, apresentada de maneira pacífica.

Segundo o verbete temático do CPDOC/FGV, “a cobertura dada pelo *Diário de Pernambuco*, ainda temendo represálias por parte da censura oficial do regime militar, manteve-se relativamente discreta, considerando a campanha [das Diretas Já] como mais um dos eventos políticos do período”<sup>693</sup>. Durante a realização do showmício que teve a duração de cerca de duas horas, um ato foi simbólico (provavelmente o momento capturado pela imagem 24):

Pouco antes de encerrar o show – assistido por gente acomodada até por cima das casas próximas, Fafá de Belém agachou-se, apanhou uma pomba branca que estava presa numa caixa e, virando-se para o público, soltou a ave, num

<sup>690</sup> LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 340 afirmaram que foram 15.000 presentes. Enquanto Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, de 06/01/1984, Capa e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 06/01/1984. Capa, um público maior que 20.000.

<sup>691</sup> GRINBERG, Lucia. Por um “futuro visível do país”: a campanha das Diretas na *Coluna do Castello*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 37.

<sup>692</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Diário de Pernambuco*, 07/01/1984, Política, p. 2.

<sup>693</sup> <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/diario-de-pernambuco>>, acessado em 7 jun. 2020.

gesto aplaudidíssimo, repetindo a atitude memorável do senador Teotônio Vilela em uma concentração popular<sup>694</sup>.

Um dos objetivos do evento foi uma homenagem póstuma ao senador Teotônio Vilela, um dos líderes da campanha, pois durante a realização do showmício, Fafá de Belém repetiu um gesto desse político, pensado para gerar um efeito simbólico, por ser uma referência à conquista da liberdade, em face do autoritarismo do Estado ainda vigente, buscando uma interlocução com a população, para mobilizá-la. Dessa maneira, nesse ritual o corpo da cantora foi investido por um poder-saber político<sup>695</sup> e outros atos e comícios ocorreram posteriormente, com o crescimento das lutas.

Segundo agentes da SSP/PE, em 18 de janeiro, ocorreu um comício relâmpago nas imediações das Lojas Americanas, localizada próxima à sede do DCE/UFPE. A ação contou com a participação de membros desse diretório, dos políticos Cajá, Roberto Freire, Marcos Freire, Mauro Ferreira Lima, Edson Miranda, Luiz Barros Leite e de integrantes da Federação das Mulheres, reunindo aproximadamente 100 pessoas. Além de defenderem eleições diretas para presidente, criticaram o governo pelos problemas do custo de vida e pela crise econômica<sup>696</sup>.

Destacamos que nem todos os comícios programados foram efetivados, a exemplo dos que ocorreriam em 20 de janeiro de 1984, em Recife, nos bairros de Beberibe, Santo Amaro, Casa Amarela e no Cais de Santa Rita. Especificamente sobre esse de Casa Amarela, ele foi substituído por outra estratégia de luta: durante uma hora, circulou nesse espaço um carro-propaganda, onde o locutor convidou a população a votar pelas eleições diretas e pela legalização do PCB. Nas cédulas de votação distribuídas para a população tinham três perguntas: “1. Você é favorável às eleições diretas para presidente da República? 2) Se a eleição fosse hoje, você votaria em quem? 3) Você é favorável à legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB)?”<sup>697</sup>.

Esses comícios podem ser entendidos como uma estratégia de resistência, porque dificilmente seriam realizados no auge da repressão da ditadura, expressando a ampliação das possibilidades de luta nos espaços públicos, na medida em que os movimentos sociais

---

<sup>694</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 07/01/1984, Política, p. 2.

<sup>695</sup> FOUCAULT, 2007, *Op. cit.*

<sup>696</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial nº 04, de 23 de janeiro de 1984, originário da SSP/PE.

<sup>697</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial nº 04, de 23 de janeiro de 1984, originário da SSP/PE. Cédula de votação anexa.



pressionaram o governo para a abertura dos mesmos. O ato de 20 de janeiro de 1984, em Casa Amarela, também buscou criar um clima de participação democrática na população, simbolizando um momento de votação e envolvendo o eleitor no debate sobre a legalização do PCB, perante a criminalização dos partidos e das organizações comunistas no período.

De acordo com agentes da PM/PE, em 17 de fevereiro de 1984, ocorreu uma passeata que saiu da frente do prédio da FDR, no Parque Treze de Maio, centro do Recife, em direção à Praça da Independência. Pontos de constantes protestos políticos, esses foram espaços estratégicos, porque ficavam próximos à sede do DCE/UFPE e o trajeto e tempo de duração eram curtos, diminuindo as chances de repressão policial. A passeata ocorreu das 16:30h às 17:20h, tendo como ápice o comício com cerca de 8.000 pessoas<sup>698</sup>, quantitativo expressivo. Além de uma simbologia política, o momento teve uma concepção festiva e popular, pela presença de faixas representativas de diversos partidos políticos e de orquestras de frevo durante o percurso em defesa das Diretas Já<sup>699</sup>.

Entre os participantes identificados, destacamos as deputadas federais Bete Mendes (PT/SP) e Cristina Tavares (PMDB/PE); Leila Guimarães de Abreu, deputada estadual (PMDB), militante do MR-8 e presidenta da Federação de Mulheres de Pernambuco; o ex-líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, Humberto Costa (PT), Francisco Vitória, da Comissão pró-legalização do PCB; José Rodrigues da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e João Paulo de Lima e Silva, Secretário Geral do Sindicato dos Metalúrgicos<sup>700</sup>.

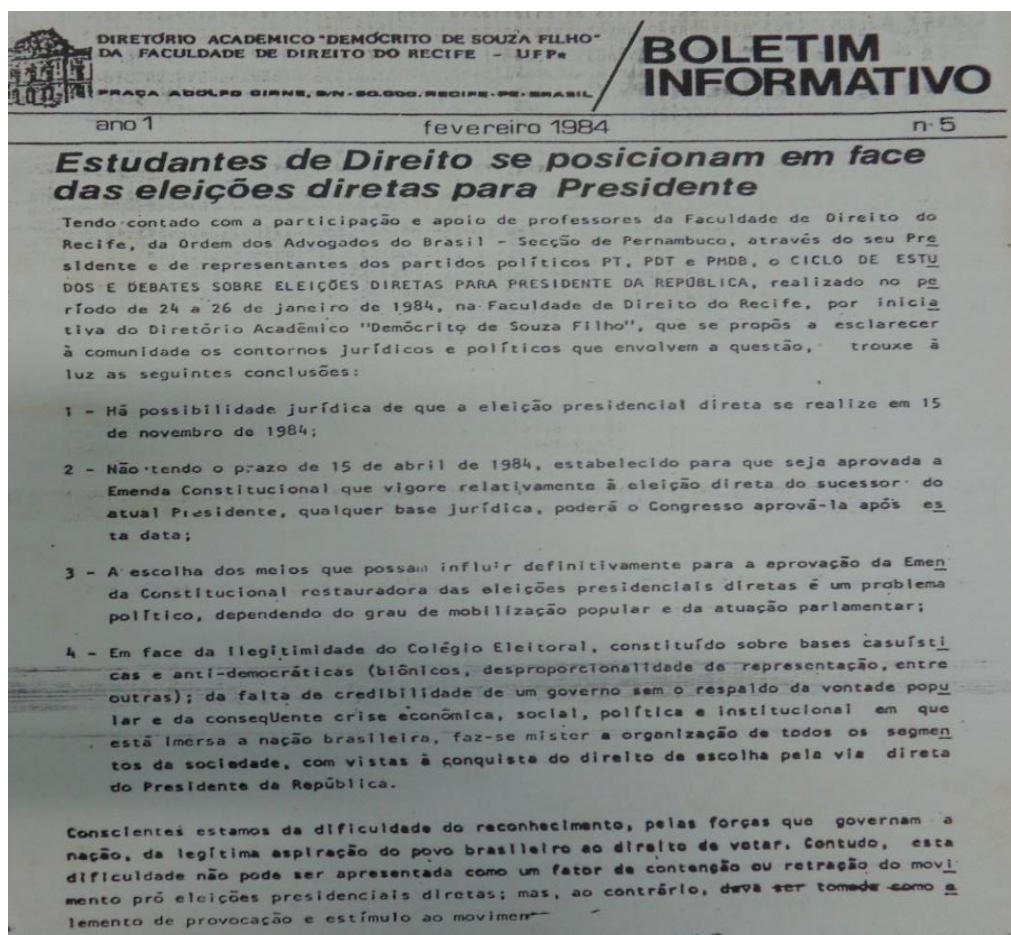
Ao vigiarem essa manifestação, os policiais militares coletaram três materiais distribuídos para mobilizar a sociedade: o panfleto do PCdoB “Aos Trabalhadores! Ao Povo Brasileiro”, o “Manifesto dos grupos negros pelas eleições diretas” e o *Boletim* nº5, do DA/FDR, expressando a pluralidade de grupos envolvidos com a produção e difusão de discursos próprios, constitutivos de suas identidades.

---

<sup>698</sup> Quantitativo diferente do noticiado pelo Diário de Pernambuco de 18/02/1984, que estipulou a presença de aproximadamente 30.000 pessoas.

<sup>699</sup> Hemeroteca- APEJE. Jornal do Commercio, 18/02/1984, Política Local, p. 5.

<sup>700</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 036/84, de 20/02/1984.



**Imagem 25** Boletim informativo n.º 5, do DA/FDR, produzido em 1984, em prol das Diretas Já! Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional n.º 29835.

No que concerne especificamente a esse documento estudantil (imagem 25), verificamos que o *Boletim* foi produzido pelo Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho da FDR, em fevereiro de 1984. Como esse foi o quinto exemplar no seu primeiro ano de existência, provavelmente houve mais de uma edição mensal. Não descobrimos maiores informações acerca da fonte, situação comum a diversas publicações discentes do período, pois muitas vezes elas tinham uma publicação incerta, às vezes uma única edição, sendo muito recorrente também a falta de recursos para produzi-las.

Acreditamos que esse tipo de comunicação discente pode ser concebido como uma prática cultural, em vista das características da sua escrita, da simbologia das palavras e da estética utilizada<sup>701</sup>. O material gráfico é bem elaborado, com a presença de uma imagem da FDR, tipologias de fontes distintas e texto digitado. Ele tinha apenas uma página, um elemento facilitador para a sua reprodução em termos de tempo, custo, armazenamento e distribuição para a população.

<sup>701</sup> MÜLLER, 2016, *Op. cit.*, p. 75.

Na publicação foi informado o posicionamento de estudantes de Direito quanto aos debates sobre a reivindicação de poder eleger o presidente da República, por via direta. Isso porque, entre os dias 24 e 26 de janeiro do corrente ano, foi realizado o “Ciclo de Estudos e Debates Sobre Eleições Diretas para Presidente da República” nessa instituição. O evento foi organizado pelos alunos do curso e contou com a cooperação de docentes, da OAB/PE e de representantes do PDT, PT e PMDB, buscando elucidar para a comunidade acadêmica as dimensões jurídicas e políticas sobre a temática. Em vista desse encontro, os alunos chegaram às seguintes constatações:

- 1 - Há possibilidade jurídica de que a eleição presidencial direta se realize em 15 de novembro de 1984;
- 2 - Não tendo prazo de 15 de abril de 1984, estabelecido para que seja aprovada a Emenda Constitucional que vigore relativamente a eleição direta do sucessor do atual Presidente, qualquer base jurídica, poderá aprova-la após essa data;
- 3- Em face da ilegitimidade do Colégio Eleitoral, constituído sobre bases casuísticas e anti-democráticas [sic] (biônicos, desproporcionalidade de representação, entre outras); da falta de credibilidade de um governo sem o respaldo da vontade popular e da conseqüente crise econômica, social, política e institucional em que está imersa a nação brasileira, faz-se mister a organização de todos os segmentos da sociedade, com vistas à conquista do direito de escolha pela via direta do Presidente da República<sup>702</sup>.

Verificamos a complexidade da conjuntura política e jurídica das possibilidades da sucessão presidencial. Os discentes buscaram apresentar-se enquanto sujeitos participantes dos debates, criticando o Colégio Eleitoral, ao associá-lo a discursos negativos: “ilegitimidade”, “bases casuísticas e antidemocráticas”, “biônicos” e “desproporcionalidade de representação”. Daí a luta pelas liberdades democráticas, a partir da defesa “da organização de todos os segmentos da sociedade”, para fortalecimento da bandeira das Diretas Já.

Nesse cenário, Marco Maciel, senador, ex-governador de Pernambuco e ex-líder estudantil do DCE/UFPE e da UNE lançou-se como um dos candidatos à presidência da República pelo PDS. No dia 20 de fevereiro de 1984, ele se reuniu em Recife, para realizar vários contatos políticos e avaliar o apoio recebido de convencionais dos estados onde estava fazendo campanha. Segundo o *Diário de Pernambuco*, ele recebeu o apoio de lideranças políticas de Pernambuco e de outras partes do país, como: Paraná, Santa Catarina e Alagoas.

---

<sup>702</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 036/84, de 20 de fevereiro de 1984. Boletim informativo nº 5, de fevereiro de 1984, em anexo.

Após uma rápida viagem a Brasília, o pernambucano tinha como programação dos próximos dias mais uma rodada de visitas ao Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe, Amazonas, Acre e Espírito Santo, expressando a força de sua articulação e liderança política na esfera nacional<sup>703</sup>. Em 17 de março de 1984, Marco Maciel declarou à imprensa a defesa de que o Palácio do Planalto envie:

[...] uma mensagem ao Congresso Nacional restabelecendo o pleito direto, antes da votação da emenda Dante de Oliveira [...]. Ao mesmo tempo [...] o ex-governador de Pernambuco discorda [...] do governador Tancredo Neves, para quem a escolha do novo presidente pela via indireta vai se constituir uma fonte de inquietação para o País<sup>704</sup>.

A postura dele foi comum a outros políticos do PDS, pois em face da crise da ditadura e da crescente mobilização da população pelas Diretas Já, vários deles apresentaram-se como favoráveis à campanha, buscando legitimidade social e manutenção do poder. São notórios também os fervorosos embates de forças entre os políticos, a exemplo do existente entre Marco Maciel e outro candidato presidencial, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (PMDB), opositor ao governo.

De acordo com Alberto Rodrigues, nesse período havia três propostas diferentes para decidir quem seria o sucessor de João Figueiredo: *Ruptura*, com a possibilidade de serem viáveis as eleições diretas em 1984; *Continuidade*, pois a definição do presidente poderia ser realizada por meio de embates internos no PDS, em convergência ou não com a atuação de Figueiredo, com o ápice da decisão no Colégio Eleitoral; e *Negociação*, em vista da proposta de negociação entre lideranças do PDS e do governo com a oposição, sendo o Colégio Eleitoral responsável pela escolha<sup>705</sup>.

Outra mobilização estudantil iniciou-se às 14:30h, do dia 28 de março de 1984. Segundo agentes da PM/PE, alunos da UFRPE reuniram-se na delegacia regional do MEC, para protestar contra as más condições de funcionamento do RU. Como não houve nenhuma solução e nem negociação, os discentes saíram em passeata pelo centro do Recife, passando pela Rua do Hospício e Avenida Conde da Boa Vista, tendo como ponto final a Praça da Independência. O ato público começou às 17:00h e terminou às 18:40h, com aproximadamente 500 pessoas<sup>706</sup>.

<sup>703</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 20/02/1984, Capa e Política, p. 3.

<sup>704</sup> Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, 18/03/1984, Capa.

<sup>705</sup> RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, pp. 19-20.

<sup>706</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial s/nº, de 03 de abril de 1984.

Entre elas, destacaram-se Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE; Reinaldo Batista, presidente da Casa do Estudante Universitária da UFPE; Carmem Dolores Alves, presidenta do DCE/Unicap; Jeferson Lemos Calaça, presidente da UEP; Dulce Elizabete da Costa Moreira, coordenadora de área I da UFPE; Eliane (os agentes da PM/PE não identificaram o seu sobrenome), integrante da Adufepe; Paulo Rubem Santiago, secretário da Adufepe e militante do PT; Pedro Laurentino, vereador pelo PMDB, ex-estudante da UFRPE e ex-diretor da UNE e José Alves de Siqueira, secretário de assistência aos trabalhadores no sindicato dos metalúrgicos. Portanto, participaram lideranças políticas dos principais órgãos representativos estudantis pernambucanos, que receberam o apoio de outros segmentos sociais e de docentes ligados à Adufepe.

Inicialmente, ocorreu uma apresentação da peça teatral *O boi da educação*, simbolizando o diálogo entre cultura, arte e política na resistência estudantil. Posteriormente, os oradores criticaram os 20 anos da ditadura, a crise econômica, a escassez de verbas para o RU, exigiram eleições diretas para presidente da República e a legalização da UNE, do PCB e do MR-8. Ao final do ato, alunos retomaram a passeata, caminhando pela Avenida Conde da Boa Vista até a sede do DCE/UFPE. Nesse espaço de representação estudantil foi realizado outro ato: foi queimado um boneco como protesto contra as eleições indiretas e a fome.

Foram exibidas as faixas “FORA FIGUEIREDO E DELFIM, ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS JÁ”, “DIRETAS URGENTE, DE REITOR A PRESIDENTE” e “DEVOLVAM AS VERBAS DOS RESTAURANTES – UFRPE”, expressando a ânsia pelas liberdades democráticas na escolha do presidente da República e dos dirigentes universitários e pela luta por mais recursos para os RUs. Ao final do evento, os manifestantes anunciaram o comício a ser realizado em 5 de abril, no Largo da Feira de Santo Amaro e a possibilidade de uma greve geral no dia 25 de abril<sup>707</sup>. O comício ocorreu conforme planejado, reunindo entre 50.000 e 80.000 pessoas, sendo a maior manifestação política pelas Diretas Já de Pernambuco<sup>708</sup>.

---

<sup>707</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial s/nº, de 03 de abril de 1984.

<sup>708</sup> 80.000, 60.000 e 50.000 segundo respectivamente RODRIGUES, 2003, *Op. Cit.*, p. 106. Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. Jornal do Commercio, 06/05/1984, Capa.



**Imagem 26** Comício pelas Diretas Já, Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984.  
Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/04/1984, Capa.

A imagem 26 estampou a capa do *Jornal do Commercio*, periódico de grande circulação local, registrando, possivelmente, um momento em que os participantes expressaram o anseio de escolher o presidente da República, por via direta. Os discursos dos cartazes ressoaram esse desejo e a identificação com segmentos de esquerda: “DIRETAS OLINDA”, “BRIZOLA NA CABEÇA” e “PCdoB”, havendo também o levantamento de cédulas eleitorais para simular o sufrágio presidencial.

Uma fotografia como essa dificilmente seria publicada na grande imprensa durante o auge da repressão, por dar visibilidade à atuação de um partido comunista em uma manifestação popular. Isso aconteceu porque a sociedade brasileira havia conquistado cada vez mais espaço nas ruas para expressar suas opiniões, lutar pelos seus direitos e exigir o retorno da democracia no país. A legenda da imagem “uma multidão raramente vista se reuniu no pátio da feira de Santo Amaro, para ouvir e aplaudir oradores que defendiam diretas já para presidente” destacou o apoio da população. Chamou a atenção

da publicação a “vibração dos jovens no comício das diretas”<sup>709</sup>, expressando a força da atuação política discente.

Além do título, fotografia e legenda, o *Jornal do Commercio* noticiou o comício de forma positiva e empolgante em suas matérias, ressaltando se tratar de um evento familiar, lotado, animado, “protegido pela polícia”, com a participação de vários oradores e marcado por uma conotação cultural e festiva, com apresentação de emboladores<sup>710</sup>:

Às 22h de ontem, ainda continuavam a chegar ao local famílias inteiras, que se alojaram principalmente por trás do palanque, onde os oradores se revezavam na defesa da eleição direta para presidente da República. A esta altura, o pátio da feira estava completamente lotado, protegido por forte esquema policial. Havia muitas faixas, batucadas e muita animação. Antes de começar o comício, a multidão assistiu a uma apresentação de emboladores<sup>711</sup>.

O *Diario de Pernambuco* também deu destaque ao comício com uma matéria ressaltando a grande quantidade de participantes, um longo texto descrevendo o cotidiano da atividade e uma fotografia na capa (imagem 27), registrando a estrutura montada para o acontecimento: palanque, faixas, cartazes e iluminação do espaço, lotado por um muitos jovens e mulheres de diferentes idades e classes sociais.



**Imagem 27** Comício pró-diretas no Largo de Santo Amaro, Recife, em 5 de abril de 1984. Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/04/1984, Capa.

<sup>709</sup> Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/05/1984, Local, p. 5.

<sup>710</sup> Artistas populares nordestinos, que a partir do som do pandeiro, elaboram versos rimados, métricos, improvisados e rápidos, baseados no cotidiano. As apresentações geralmente são muito divertidas e feitas em duplas, onde o parceiro deve improvisar uma resposta criativa e ágil.

<sup>711</sup> Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 06/05/1984, Capa.

Quanto ao posicionamento do *Diario de Pernambuco* sobre o fato, a sua narrativa salientou que ele ocorreu:

[...] com uma gigantesca concentração que reuniu, aproximadamente, 60 mil pessoas, reeditando o comício realizado em homenagem ao ex-governador Miguel Arraes, quando ele voltou do exílio, após ser anistiado. A manifestação começou por volta das 17h, com a apresentação de um teatro de mamulengo, ridicularizando o Colégio Eleitoral<sup>712</sup>.

O jornal o apresentou com entusiasmo, destacando a presença de milhares de pessoas e lembrando como, nesse mesmo local, houve um comício de grande relevância social: o do retorno do ex-governador Miguel Arraes, após a aprovação da lei da anistia, em 1979. Também destacou como uma prática da cultura popular nordestina foi utilizada com fins políticos e de resistência social. A partir do teatro de mamulengo<sup>713</sup>, foi encenada a conjuntura político-social vigente, ridicularizando o Colégio Eleitoral, responsável por definir se haveria ou não eleições diretas para presidente da República.

Conforme verificamos na pesquisa, os periódicos pernambucanos *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* apresentaram no conjunto de suas matérias um posicionamento de entusiasmo sobre as “vozes da cidade”, a participação das pessoas comuns nas pequenas e grandes manifestações públicas das Diretas Já em Pernambuco e em outras partes do Brasil, ressaltando os significativos números de participantes e os diferentes projetos políticos sobre a campanha. Situação diferente da prestigiada *Coluna do Castello*, publicada diariamente no *Jornal do Brasil*, entre 1963 e 1993, conforme problematizou a historiadora Lucia Grinberg:

[...] o que [Carlos] Castello [Branco] não registrou foram justamente as ‘vozes da cidade’, a experiência das pessoas comuns na participação em grandes comícios [...]. Em suas crônicas não há sinais de entusiasmo com as grandes manifestações públicas organizadas em várias cidades, muito menos de euforia nacionalista<sup>714</sup>.

Ainda quanto ao comício de 5 de abril de 1984, no Largo da Feira de Santo Amaro, dificilmente um fato como esse passaria despercebido pelos militares. Como estratégia

<sup>712</sup> Hemeroteca – APEJE. *Diario de Pernambuco*, 06/04/1984, Capa

<sup>713</sup> Fanteche típico do Nordeste do Brasil, principalmente de Pernambuco, utilizado desde o período colonial, quando eram retratadas cenas religiosas pelos missionários franciscanos, para catequese da população local. Ao longo do tempo, o teatro popular de bonecos que falam, dançam, brincam e brigam tem apresentado aspectos do cotidiano, geralmente em espaços públicos e com discursos divertidos. <<https://www.itaucultural.org.br/secoes/rumos/projeto-mamulengo-brasileiro-busca-preservar-a-memoria-do-teatro-popular-de-bonecos>>, acessado em 26 nov. 2019.

<sup>714</sup> GRINBERG, 2014, *Op. cit.*, pp. 53-54.



de controle social, policiais do DOPS/PE estiveram infiltrados no local, fotografando-o<sup>715</sup>. De acordo com os agentes da PM/PE, o protesto começou às 19:30h e foi promovido pelo PMDB, em articulação com a UNE, DCEs, Alicerce da Juventude Socialista (AJS), Adufepe, Asufepe, Fafire, sindicato dos metalúrgicos e diversos partidos políticos: PT, PCR, MR-8, PCdoB e PCB, sendo a muitos deles atuantes na chamada ilegalidade<sup>716</sup>.

O evento recebeu o apoio do prefeito do Recife (1983-1985; 1988-1990) Joaquim Francisco Cavalcanti<sup>717</sup>, que “[...] cedeu o palanque, a iluminação, o sistema de som e 18 ônibus da Companhia de Transportes Urbanos para fazer o transporte da população”<sup>718</sup>. Assim, houve cooperação de lideranças do PDS à campanha, pois vários políticos do partido transformaram as suas práticas e discursos, objetivando apoio social e eleitoral, novas redes políticas e continuidade dos mandatos, perante o crescimento das lutas pelas liberdades democráticas no país. Outro fato marcante para se pensar a adesão de lideranças do PDS à campanha ocorreu em 14 de fevereiro de 1984, no ápice das manifestações das ruas, quando Joaquim Francisco aderiu oficialmente ao movimento Diretas Já, juntamente com o vice-governador de Pernambuco Gustavo Krause, dois deputados federais e dezesseis deputados estaduais<sup>719</sup>.

Entre as pessoas vigiadas pela polícia durante o comício de 5 de abril de 1984, destacaram-se: o ex-militante estudantil e suplente de deputado federal Cajá; José Alves de Siqueira, do sindicato dos metalúrgicos e Central Única dos Trabalhadores (CUT); os deputados federais do PMDB/PE Miguel Arraes, Jarbas Vasconcelos e Carlos Wilson e os deputados estaduais do PMDB/PE Sérgio Guerra, Luciano Siqueira e Hugo Martins. Também participaram do comício Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB; José Richa, governador do Paraná; o economista Celso Furtado; Dorany Sampaio, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife; Hilton

<sup>715</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 7085. Fotos Diversas (Marechal, Embaixadas). Data: 1970-1978. 431 documentos. Fotografia. Como em outros prontuários do DOPS-PE, a datação e as temáticas das fontes desse não seguiram exatamente a datação e a nomenclatura registradas.

<sup>716</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 02, de 09 de abril de 1984.

<sup>717</sup> Bacharel em Direito pela FDR (1970), filiou-se à Arena em 1966, tornando-se oficial de gabinete do governador de Pernambuco Nilo Coelho (1967-1971) de 1967 a 1970. Entre 1975 e 1979, assumiu o cargo de secretário de Trabalho e Ação Social durante a gestão do seu tio e governador do estado Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979). Devido ao fim do bipartidarismo, em 1979, ingressou no PDS, legenda por onde foi eleito prefeito do Recife (1983-1985). Em 1986 foi eleito o deputado federal mais votado de Pernambuco pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Posteriormente, atuou como prefeito do Recife (1988-1990) e governador de Pernambuco (1991-1994). <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-freitas-cavalcanti-1>>, acessado em 22 abr. 2020.

<sup>718</sup> LEONELLI; OLIVEIRA, 2004. *Op. Cit.*, p. 470.

<sup>719</sup> Hemeroteca – APEJE. Jornal do Commercio, 15/02/1984, Política Local, p. 5.

Resende Montes, coronel da PM e ex-candidato a deputado estadual pelo PMDB; os cantores Fafá de Belém e Alceu Valença; os atores Carlos Alberto Riccelli e Bruna Lombardi e o radialista local Geraldo Freire<sup>720</sup>.

Dessa forma, políticos profissionais locais e de outros estados, intelectuais, egressos do movimento estudantil, artistas, um ex-militar e representantes da classe trabalhadora e da Igreja Católica militaram juntos em defesa das liberdades democráticas. Ao espionarem os discursos tecidos pelos vários manifestantes, os agentes de informação realizaram um levantamento das críticas à ditadura, à crise econômica e política e sobre as reivindicações em defesa das Diretas Já.

O comício foi encerrado por volta das 23:00h, quando os participantes cantaram o hino nacional iniciado pelo cantor pernambucano Alceu Valença, artista consagrado no cenário musical brasileiro que, ao longo da ditadura, teceu críticas ao regime com suas músicas, como foram os casos de *Bobo da Corte* e *Anunciação*<sup>721</sup>. Dessa maneira, o evento obteve uma simbologia política e festiva, conseguindo mobilizar milhares de pessoas poucos dias antes da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Como o início da votação da Emenda estava programado, em Brasília, para 25 de abril de 1984, organizou-se, em Recife, uma vigília cívica para esse dia, na Praça da Independência, divulgada amplamente pela imprensa local, expressando o apoio do *Diário de Pernambuco* à manifestação. Conforme verificamos na pesquisa, na medida em que aumentou a crise da ditadura, cresceu o apoio desse periódico às lutas pelas liberdades democráticas. Entretanto, isso ocorreu de forma sutil, durante uma narrativa descritiva dos fatos, sem posicionamento político contundente.

No dia anterior ao evento, o governador Roberto Magalhães (PDS), anunciou à imprensa: “[...] acredito que tudo se cumprirá dentro da ordem e da Lei, até porque Pernambuco é um estado onde não há confrontos”<sup>722</sup>. O discurso dele buscou desnaturalizar e desmobilizar os protestos, associando-os à desordem e reforçando a possibilidade do uso de medidas legais para combater os inimigos da ordem ditatorial.

---

<sup>720</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 02, de 09 de abril de 1984.

<sup>721</sup> Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 06/05/1984, Capa. Jornal do Commercio, 06/05/1984, Capa. <<https://revista.cifras.com.br/noticia/alceu-valenca-ditadura-podcast>>, acessado em 26 nov. 2019. <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/alceu-valenca-afirma-quase-ter-descartado-musica-anunciacao.phtml>>, acessado em 26 nov. 2019.

<sup>722</sup> Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/04/1984, Capa. 25/04/1984, Política, p. 4.



**Imagem 28** Vigília cívica pelas Diretas Já na Praça da Independência, Recife, em 25 de abril de 1984. Hemeroteca – APEJE. *Jornal do Commercio*, 26/04/1984, Capa.

A imagem 28 registrou a vigília na Praça da Independência (chamada popularmente ainda de Praça do Diário, por estar localizada em frente ao prédio onde funcionava o jornal) e foi mais uma fotografia sobre as Diretas Já que estampou a capa *Diário de Pernambuco*, cuja legenda indicou o seu entusiasmo: “A Pracinha do DP foi tomada por uma vigília cívica pelas diretas”, assim como o título da matéria associado à imagem: “Vigília no Recife teve bom público”.

Foram utilizadas várias faixas e cartazes de protestos do PCB, MR-8, PCdoB e PRC e distribuiu-se fitas amarelas entre os presentes. O espaço ficou lotado, contando com participação de cerca de 4.000 pessoas, sendo marcante a atuação política de jovens pernambucanos, por meio de suas entidades representativas estudantis, do Setor Jovem do PMDB e da Juventude Socialista do PDT. Programado pelo Comitê Pró-Diretas de Pernambuco, o evento contou com a participação de grupos de teatro universitário, emboladores e violeiros. A Rede Manchete planejou instalar dez aparelhos de TV no

local, para fazer uma transmissão de Brasília, ao vivo, mas foi proibida pela censura à imprensa, sendo um registro de como o autoritarismo foi praticado ao longo do regime<sup>723</sup>.

Ainda na tarde desse dia, segundo agentes da Aeronáutica, foi realizado um ato público nas imediações dessa praça, mais especificamente, na Rua Sete de Setembro, centro do Recife. O ato foi apoiado pelo DA de Ciências Sociais (não informaram de qual universidade), DA de Engenharia da Unicap, DCE/UFRPE e por jovens militantes do PDT, PT e PMDB e conseguiu congregiar aproximadamente 200 pessoas<sup>724</sup>.

Entre os presentes, os militares identificaram Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE e militante do PCdoB; Carlos Aguiar, do Setor Jovem do PMDB; “Bira”, do sindicato dos motoristas; Carmem Dolores Alves, presidenta do DCE/Unicap; José Luís (os agentes não descobriram o seu sobrenome), representante da

UNE; Maria das Mercês Medeiros de Araújo e Ricardo Esteves, acadêmicos de Engenharia Civil da Unicap e simpatizantes do PCdoB; Pedro Laurentino, vereador do PMDB e militante do MR-8; Ricardo Ramos Lima, aluno da Unicap e militante da AJS; e dos estudantes da Unicap e simpatizantes do PCdoB Diana Maria de Araújo (História), Geraldo (Direito) e Moisés (Sociologia), não sendo descobertos os sobrenomes desses dois últimos<sup>725</sup>. A ausência dessas informações indica falhas na vigilância pelos militares.

Foi significativa a diversidade de partidos políticos que os universitários militavam, expressando a pluralidade de grupos e possibilidades de militância estudantil, que apesar de algumas divergências ideológicas e de formas de lutas, mobilizaram-se em defesa de uma bandeira em comum. O ato foi relativamente rápido, encerrando-se às 17:00h, com uma hora de duração. No geral, os discursos dos oradores exigiram o fim da ditadura e a realização de eleições diretas para presidente, tendo os seus participantes saído em direção à manifestação da Praça da Independência, para integrá-la.

Apesar de algumas falhas na espionagem, os agentes da aeronáutica obtiveram informações para a vigilância dos líderes estudantis durante o ato, ao conseguirem identificar nomes completos, cursos e universidades onde estudavam, partidos que militavam, os discursos proferidos por eles e como organizaram o protesto. Além disso,

---

<sup>723</sup> Hemeroteca – APEJE. Diário de Pernambuco, 22/04/1984, Capa. 24/04/1984, Capa. 25/04/1984, p. 2. 26/04/1984, Capa. 26/04/1984, Política, p. 8.

<sup>724</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 221, de 09 de maio de 1984.

<sup>725</sup> Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 29835. Informes: Reunião dos Mutuários, Quinta Internacional, Ato Público Pró-Diretas, Comício Pró-Eleições Diretas. Data: 1983-1984. 91 documentos. Informe confidencial nº 221, de 09 de maio de 1984.

coletaram cinco panfletos: um em forma de cordel, escrito por Francisco Julião, “A VONTADE DO POVO DEVE SER RESPEITADA”, “SEM LUTA NÃO HAVERÁ DIRETAS”, “PERNAMBUCO DIRETO PARA AS DIRETAS” e “1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”. Afinal, ao infiltrarem-se nas manifestações, os agentes a serviço da ditadura estavam insatisfeitos com os rumos do processo político e buscavam apresentar-se como indispensáveis ao Estado.

Concomitantemente, a UFPE organizou uma vigília pelas Diretas Já, iniciada às 10:00h, do dia 25 de abril, na quadra coberta do Núcleo de Educação Física, com a participação de alunos, professores e servidores da instituição, que contaram com integrantes de suas entidades representativas: DCE, UEP, Adufepe e Asufepe. Por decisão da maioria dos docentes e estudantes, não houve aulas e os músicos, poetas, grupos de teatro, violeiros, cantadores contribuíram para que a manifestação tivesse uma simbologia artística, cultural e política. Nesse momento, a comunidade acadêmica também exigiu, urgentemente, eleições diretas de reitor e presidente da República e desenvolveu uma campanha salarial, que culminou, no mês seguinte, em uma greve dos professores e demais funcionários das universidades federais<sup>726</sup>.

Às 16:00h, os participantes da vigília da UFPE seguiram em direção à vigília da Praça da Independência, para integrá-la. Para a reportagem do *Diário de Pernambuco*, “[...] o momento mais emocionante da vigília cívica ocorreu por volta das 18:30m [sic], quando as pessoas, imóveis e de braços erguidos, começaram a cantar o Hino Nacional”, indicando o discurso entusiasta de valorização do nacionalismo pelo jornal e como ocorreu o protesto dos militantes<sup>727</sup>. Nesse cenário, os manifestantes não sabiam a situação da votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional.

A votação foi finalizada somente no dia 26 de abril. Para a consternação da maioria da população, o grito de aprovação das Diretas Já ficou preso na garganta. A Câmara dos Deputados rejeitou a Emenda, porque não se obteve os dois terços dos votos necessários para mudar a Constituição. Apesar do resultado, a campanha das Diretas Já não foi em vão, pela experiência política em defesa das liberdades democráticas e pelo enfraquecimento da ditadura. Posteriormente, ocorreram outros protestos em Pernambuco e outros lugares do Brasil, para dar continuidade às lutas pelas Diretas Já.

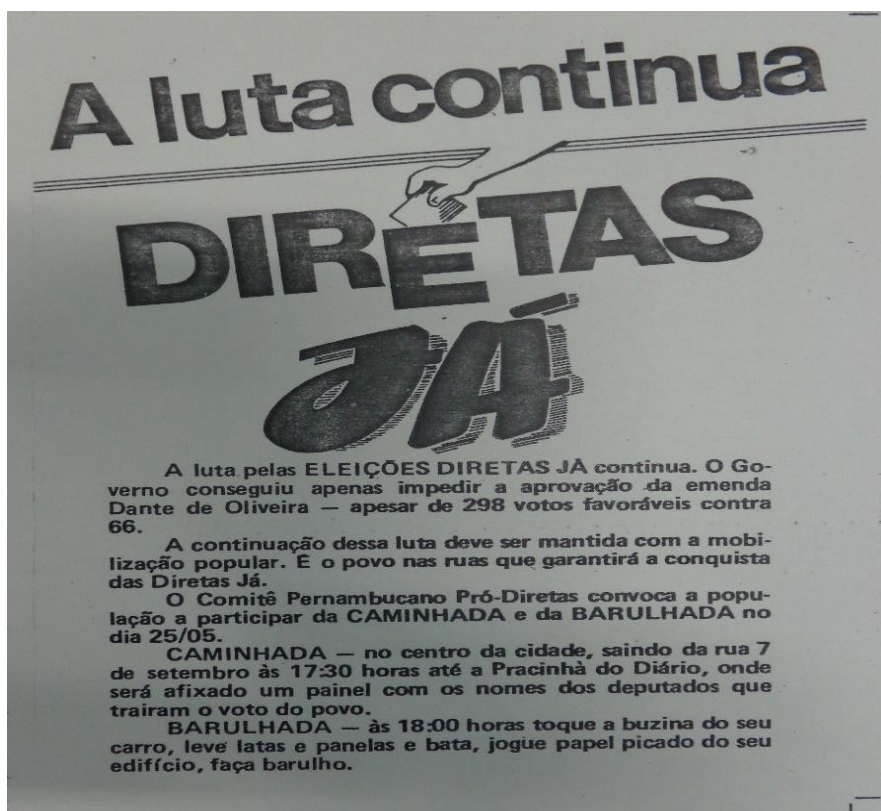
---

<sup>726</sup> Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 25/04/1984, Política, p. 5. Reportagem “Professores, alunos e servidores da UFPE fazem vigília cívica”. 26/04/1984, Política, p. 8.

<sup>727</sup> Hemeroteca – APEJE. *Diário de Pernambuco*, 26/04/1984, Capa.

Um deles foi realizado no dia 23 de maio de 1984. De acordo com agentes da PM/PE, nessa data houve uma concentração das 15:30h às 18:50h, em frente à FDR, seguida de uma passeata rumo à Praça da Independência, em uma manifestação promovida por docentes e servidores da UFPE, com a participação de aproximadamente 300 pessoas. Foram identificados durante a vigilância Marcelo de Lima Medeiros, presidente do DCE/UFPE e militante do PCdoB; Antonio Torres Montenegro, vice-presidente da Adufepe e docente de História; Paulo Rubem Santiago Ferreira, 1º secretário da Adufepe; a docente Anes (não foi descoberto o seu sobrenome), integrante da Adufepe; o docente Ronaldo Souto Maior (UFPE); Hélio Medeiros, presidente da Asufepe; a vereadora Edna Costa (PMDB); representantes do sindicato dos professores (não mencionaram qual) e funcionários da UFPE e UFRPE<sup>728</sup>.

Ao chegarem na praça, os manifestantes reivindicaram melhores condições salariais, mais verbas para os RUs e para Hospital das Clínicas da UFPE, direito à educação, entre outras questões. Ao vigiarem o fato, os policiais coletaram dois panfletos: “POR QUE A GREVE”, assinado pela Adufepe e Asufepe; e “A luta continua[:] DIRETAS JÁ”.



**Imagem 29** Panfleto “A luta continua DIRETAS JÁ”. Acervo do DOPS-PE/APEJE. Fundo nº 29837.

<sup>728</sup> Acervo do DOPS-PE/APEJE. Eleições Diretas em Arcoverde, Violência Usina Petribu, Informes de 274 a 36. Fundo nº 29837. Data:1983/1984. 90 documentos. Informe confidencial s/nº, de 25 de maio de 1984.

Na imagem 29, o título do panfleto destacou a continuidade da luta pela realização de eleições diretas para presidente da República e a sua estética simbolizou o ato da votação, na época com contagem manual e realizado em urnas com cédulas de papel. O texto do panfleto mobilizou a população em defesa da causa, convocando-a para uma “barulhada” e caminhada no centro do Recife, programadas para o dia 25 de novembro.

Com a Emenda Dante de Oliveira derrotada, uma nova arena de disputas políticas foi constituída. O embate travado entre os segmentos combativos e apoiadores do governo Figueiredo foi para decidir quem seria o seu sucessor. Tancredo Neves foi selecionado pelo como PMDB. No PDS, apresentaram-se como pré-candidatos o ex-governador de Pernambuco Marco Maciel; os ministros Hélio Beltrão e Mário Andreazza; o vice-presidente do República, Aureliano Chaves; e Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo, existindo conflitos internos entre eles. Entre essas possibilidades, o partido escolheu

Paulo Maluf. Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral definiu o sucessor presidencial: Tancredo foi o vitorioso, ao obter 480 votos, enquanto Maluf apenas 180<sup>729</sup>.

Depois mais de vinte anos, um civil voltou à presidência da República. Todavia, em face das disputas e articulações políticas, foi escolhido como o vice-presidente, um candidato com um significativo histórico de apoio aos militares: José Sarney. Como Tancredo Neves faleceu um pouco antes de assumir o cargo, José Sarney tornou-se o presidente, desempenhando essa função até 1990.

Conforme analisamos ao longo do trabalho, a campanha nacional pelas Diretas Já foi resultante de um acúmulo de experiências políticas ao longo da ditadura, perante as resistências sociais em defesa das liberdades democráticas dentro e fora das universidades. Foi um período em que o Estado logrou exercer um controle da sociedade, institucionalizar as suas práticas autoritárias e milhões de brasileiros foram às ruas para reivindicar o direito de escolher, por via direta, o presidente da República.

Entre os participantes dessa conjuntura de resistência, destacamos os estudantes e docentes da UFPE nas manifestações e debates políticos, por meio de ações individuais e de suas entidades representativas. A análise documental nos possibilitou verificar que eles exerceram um papel de liderança entre as universidades pernambucanas. Atuaram em cooperação com funcionários administrativos e ex-alunos, professores e estudantes de outras universidades pernambucanas, partidos de diferentes plataformas políticas, líderes sindicais, religiosos, diferentes associações da sociedade civil e artistas.

---

<sup>729</sup> BARRETO; Túlio Velho; MONTENEGRO FILHO, Sérgio; SCARPA. Paulo Sérgio. *A Nova República: visões da redemocratização*. Recife: Ed. dos Autores, 2006, pp. 71-72.

Os movimentos estudantil e docente da UFPE militaram para além dos muros da universidade e foram de suma relevância na luta pelo retorno das liberdades democráticas no Brasil. Os atos e comícios realizados foram resultantes de um conjunto de experiências políticas, crescendo e assumindo múltiplas faces com a ampliação dessa bandeira. Muitas práticas de resistência tiveram uma simbologia política e festiva, conseguindo mobilizar diversos sujeitos e instituições, inclusive atraindo a atenção dos agentes de segurança e informação, que objetivaram exercer um controle social.

#### 4.5 Considerações

Constatamos que a bandeira em defesa das liberdades democráticas foi fundamental na luta contra a ditadura e pela democratização da UFPE. A realização da Semana Pelas Liberdades Democráticas em 1977 foi um marco dessa mobilização, pois a experiência envolveu acadêmicos e outros segmentos para a realização desse evento com amplas pautas de discussões, em um momento que, nacionalmente, os estudantes assumiram um papel de liderança política em cooperação com outros setores sociais.

O evento serviu de fio condutor para problematizarmos a existência de práticas autoritárias da reitoria e dos dirigentes acadêmicos no *campus*, que tentaram impedir a sua realização, havendo forte vigilância e presença militar na universidade para tentar combater os militantes, em face da cooperação política entre funcionários da UFPE e os agentes de segurança e informação.

Em 1978, ocorreu a prisão do aluno de Ciências Sociais Edval Nunes da Silva Cajá. A partir do estudo desse caso de repercussão social, analisamos como o movimento estudantil da UFPE atuou em defesa de sua liberdade, por meio da cooperação com acadêmicos das principais universidades de Pernambuco e de outros segmentos, como os artistas Elis Regina e Gonzaguinha e o arcebispo de Olinda e Recife Dom Helder Camara.

Nesse contexto analisamos os conflitos entre discentes, professores e o governo, quando ainda foram recorrentes práticas autoritárias contra os segmentos que lutaram pelo fim da ditadura. Foram marcantes as estratégias de resistência contra o *status quo* e a busca pelo controle social a partir da vigilância e da obtenção de informações com a interlocução entre os militares e a reitoria da UFPE. Dessa forma, a luta pela libertação de Cajá simbolizou o anseio social do retorno à democracia.

Devido ao crescimento das reivindicações para democratização da universidade e à maior organização e articulação das principais entidades representativas discente e



docente, em 1983 foram realizadas eleições para o cargo de reitor da UFPE. O formato de escolha continuou indireto, mas a conquista foi uma consulta à comunidade acadêmica: professores, alunos e funcionários em um formato semelhante ao atual.

A campanha das Diretas Já em Pernambuco mobilizou diversos segmentos sociais, entre os quais destacamos os estudantes e professores da UFPE, que militaram por essa causa em cooperação com diferentes setores e de diferentes formas: panfletagem, comícios, atos públicos e atividades artístico-culturais. Essas estratégias de resistências atraíram a vigilância dos militares, que estavam insatisfeitos com os rumos do processo político e buscavam apresentar-se como indispensáveis ao Estado. Eles se infiltraram nas mobilizações sociais para vigiá-las, logrando controlá-las por meio da coleta, elaboração e disseminação de informações entre diferentes órgãos, como a ASI/UFPE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos na pesquisa que a vigilância foi um importante meio de construção de saberes e poderes para monitorar a sociedade, sendo um tipo de violência efetuado de diferentes maneiras, por diversos sujeitos (infiltração dos agentes de segurança e informação no *campus*, cooperação de civis e de estudantes e professores de direita, além da atuação de funcionários da/na universidade) e por vários órgãos (ASI/UFPE, MEC, SNI, DPF, IV Exército, Marinha, Aeronáutica, SSP/PE e DOPS/PE). O objetivo foi moldar, conhecer detalhadamente e controlar pessoas e instituições consideradas opositoras à ditadura.

Daí o enfoque nos estudantes e professores opositoristas ao governo, assim como em suas principais entidades representativas. Entretanto, os olhos e ouvidos dos militares também foram voltados para os sujeitos e segmentos que o apoiavam: reitores, alunos e docentes de direita, porque na perspectiva ditatorial, todos deveriam ser controlados em uma conjuntura marcada pelo binômio discursivo ordem-caos.

A informação foi abordada como um poder disciplinar, cujos efeitos foram identificados nas práticas cotidianas, nas ações rotineiras de vigilância policial, na constituição dos arquivos dos órgãos militares e manifestando-se como enunciados, como um conjunto de dados gerais e específicos sobre os âmbitos pessoal, social, político, cultural e econômico. A informação se transformou em um tipo de saber calculado, construído, manipulado e direcionado para um indivíduo ou instituição, elaborando efeitos de verdade. Ela objetivou obter pistas na investigação dos militares, servindo de prisma para a criação de discursos e identificação de práticas contestatórias, prevendo prováveis campos de lutas que precisavam ser monitorados, controlados e eliminados. Por isso houve a construção simbólica de estereótipos dos militantes tidos como inimigos do governo e uma ameaça à própria sociedade, para enquadrá-los e incriminá-los.

Durante o período estudado, os corpos desses sujeitos foram subjugados a práticas de vigilância, repressão, violência simbólica, dominação, submissão e resistência. Os mecanismos de controle social foram estímulos às práticas de resistência, e vice-versa, pois os universitários construíram espaços e possibilidades de antidisciplinas em ações microbianas no cotidiano, por meio de suas astuciosas artes de fazer.

Nesse cenário, abordamos a UFPE como campo, entendido como um microcosmo social para analisar a ditadura no Brasil, em face de esse espaço ser marcado por relativa

autonomia, pela influência de estatutos, símbolos, leis, decretos e editais, por lutas políticas e disputas por saber, poder e ocupação de posições estratégicas.

Para uma maior inteligibilidade do tema, analisamos a história da UR/UFPE entre 1946 e 1974, cujos marcos temporais foram respectivamente a criação da instituição e a fase de maior repressão no *campus*. A instituição foi hegemônica na produção e no financiamento de obras historiográficas resultantes de projetos desenvolvidos na própria universidade pelos docentes e alunos, sendo crescente nos últimos anos as publicações com enfoque na discussão de suas práticas autoritárias, em face dos hiatos de informações sobre a temática e novos enfoques científicos.

Desde o seu surgimento, a UR/UFPE se configurou como um campo marcado por relações políticas e muitos dos seus acadêmicos lançaram-se como lideranças universitárias e políticas, como foram os casos de Marco Maciel, Miguel Arraes, Paulo Freire e Pelópidas Silveira. Antes do golpe de 1964 já existiam efervescentes embates entre setores de direita e esquerda, cujos conflitos cresceram com o início da ditadura, quando ocorreu uma onda de perseguição e repressão aos universitários de esquerda. Daí a ascensão de lideranças estudantis e docentes de direita na UFPE, que ocuparam os principais órgãos representativos discentes e cargos estratégicos na universidade, como o de pró-reitor.

Entre os anos 1960 e 1980 ocorreu a federalização, expansão e modernização da universidade, em um contexto paradoxal de nova estrutura pautada na Pedagogia Tecnicista, aumento do número de discentes, professores e funcionários administrativos, criação de cursos de mestrado e doutorado e precarização da estrutura física do *campus*, apesar de alguns investimentos financeiros. Também foi marcante nesse cenário a presença militar na instituição como mecanismo de controle social.

Quanto à vigilância no *campus* como intervenção federal durante o período de abertura política (1974-1979), o *modus operandi* dos agentes de segurança e informação foi pautado na elaboração, coleta e disseminação de informações entre várias instituições militares e a UFPE, durante relações de cooperação política que objetivaram exercer um controle dos sujeitos e instituições vistos perigosos para a manutenção da ditadura. Daí o enquadramento para punir e incriminar os opositores do estado de exceção, identificados e nomeados pejorativamente de comunistas, subversivos e esquerdistas.

As práticas coercitivas estiveram inseridas em uma mentalidade de informações baseada na doutrina de segurança nacional e desenvolvimento, logrando interferir diretamente no cotidiano da universidade. A contratação de professores foi uma das

esferas de interferências, pesando negativamente nas recomendações de veto o passado de militância política de esquerda dos docentes.

Outra dimensão cotidiana da UFPE vigiada pelos militares foi a cooperação entre docentes e alunos, tanto nas esquerdas quanto nas direitas. A prática foi estabelecida de variadas maneiras, como: críticas ao Estado nas aulas, permissão de panfletagem nas salas e organização e participação de eventos com simbologia política. Todavia, ocorreram disputas políticas entre alunos e docentes e conflitos internos entre os jovens discentes, devido aos embates entre militantes de direita e esquerda. Além disso, houve a infiltração de agentes de segurança no *campus* com a cooperação de civis, alunos de direita, funcionários da UFPE e dirigentes universitários. Ocorrendo também a vigilância das ações estudantis com vieses artísticos, culturais e políticos, por se configurarem como resistências, daí o objetivo dos militares de controlá-las e eliminá-las.

Merece destaque também a implementação do Projeto Guararapes, cujo embrião foi gestado na UFPE e rapidamente desenvolvido em outras universidades e faculdades pernambucanas. A partir dessa experiência surgida durante o período de abertura política e continuada mesmo após o fim da ditadura, verificamos como, apesar da crise do autoritarismo do regime militar, houve uma forte adesão dos seus ideais e práticas por empresários, alunos e professores de direita.

Pautado em uma Pedagogia Tecnicista, o projeto buscou valorizar o mundo do trabalho, relacionar conhecimentos teóricos e práticos universitários de forma institucionalizada, potencializar a integração da comunidade acadêmica, formar novos militantes universitários e divulgar ações desenvolvimentistas governamentais. Entretanto, apesar disso, esteve sob a vigilância dos agentes de segurança e informação, como uma forma de controle social. Portanto, paradoxalmente, os movimentos estudantil e docente não foram marcados apenas por resistências políticas contra a ditadura, mas também por adesão e conservadorismo.

Devido à complexidade dessas relações políticas no campo da UFPE, destacamos como ocorreu o aumento da oposição estudantil de esquerda, cujo mote da narrativa foi a reorganização das suas principais entidades representativas locais: DCE/UFPE e UEP. Como marco dessa mudança, destacamos o lançamento da primeira chapa opositora nas eleições para o DCE/UFPE em 1973, perante um histórico de dominação estudantil de direita nos anos anteriores. Diante da continuidade de resistência dos alunos opositoristas nos sufrágios seguintes, em 1976 eles conquistaram a diretoria desse

órgão, conseguindo manter esse feito posteriormente outras vezes, tendo como marco o ano de 1979: data em que foram reestabelecidas eleições diretas para a entidade.

A reconstrução da UEP em 1980, foi resultante de um histórico de lutas e experiências políticas acumuladas no decorrer da ditadura, principalmente na segunda metade da década de 1970, com a reorganização dos DCEs e DAs das universidades de Pernambuco e da UNE, devido ao fortalecimento da militância estudantil de esquerda. Assim, o reestabelecimento legal da UEP e o retorno de eleições diretas para o DCE/UFPE representaram a defesa de melhorias educacionais e das liberdades democráticas, além da luta pelo término da ditadura, em face do fortalecimento do movimento estudantil enquanto importante protagonista dessa militância. Diante disso, os conflitos políticos foram intensos, existindo conflitos internos no meio discente por saber-poder, divergências ideológicas e diferenças das propostas de militância, tendo em vista que o movimento estudantil foi um segmento plural e dinâmico, havendo não só resistências, mas também conservadorismo e paradoxos.

Nesse contexto, foram de suma relevância as mobilizações pela democratização da UFPE e pelo fim da ditadura, com destaque para a realização da Semana Pelas Liberdades Democráticas em 1977. Essa experiência congregou universitários e outros setores da sociedade para esse evento com amplas pautas de debates, em um período que no Brasil os estudantes foram um dos líderes dessas lutas. A partir desse evento historicizamos as ações autoritárias da reitoria e dos dirigentes universitários no *campus*, quando eles buscaram impedir a sua realização, existindo significativa vigilância e presença militar na UFPE para tentar combater os militantes, tendo em vista a cooperação política entre os funcionários da instituição e os agentes de segurança e informação.

Em 1978, foi preso, torturado e incomunicável o acadêmico de Ciências Sociais Edval Nunes da Silva Cajá. Com base na análise desse caso de repercussão nacional, discutimos como o movimento estudantil da UFPE militou em defesa de sua liberdade, por meio da cooperação de alunos das principais universidades de Pernambuco e de outros setores da sociedade, como lideranças religiosas e artísticas. Nessa conjuntura existiram embates políticos entre alunos, docentes e o Estado, na medida que foram efetuadas ações repressivas contra os militantes que combateram a ditadura. Assim, as mobilizações em defesa de Cajá representaram o desejo da população pelo reestabelecimento da democracia no país.

Em face de uma maior articulação e organização da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários administrativos) e do incremento das lutas por

democratização da UFPE, em 1983 foram estabelecidas eleições para reitor. O modelo de seleção para o cargo permaneceu indireto, mas os universitários conseguiram que houvesse uma consulta aos universitários durante pleito. Ganharam visibilidade na grande imprensa e no *campus* os debates em torno das liberdades democráticas, existiram conflitos por saber e poder e os agentes de segurança e informação vigiaram o cotidiano da instituição, monitorando as disputas e resistências políticas.

Nos anos 1980, diante do crescimento das forças de oposição na universidade, estudantes e professores de direita continuaram atuando na instituição para a manutenção do *status quo*. Docentes continuaram ocupando cargos de liderança na UFPE por via indireta, como: pró-reitor, diretor e reitor. 1983, houve uma consulta pública à comunidade acadêmica para a escolha do reitor, diante das reivindicações sociais para que houvesse eleições diretas. Apesar dos resultados da consulta pública, o presidente da República não escolheu o candidato mais votado, e sim, o que estava mais alinhado ideologicamente ao governo, tendo em vista no período maiores possibilidades de resistência da população e continuidade de práticas autoritárias do Estado.

Na transição democrática esse conjunto de experiências políticas analisadas impulsionaram o surgimento e o desenvolvimento da campanha nacional Diretas Já. A mobilização envolveu alunos e professores da UFPE e as suas principais entidades representativas, que atuaram em conjunto com outros segmentos sociais, por meio de diferentes práticas: comícios relâmpagos e de grandes proporções, atividades culturais e artísticas, atos públicos, panfletagem, produção de boletins e utilização de carro-propaganda. Diante dessas estratégias de resistências, os agentes de segurança e informação infiltraram-se nas manifestações para controlá-las e vigiá-las, tendo como base a produção, coleta e difusão de informações entre os órgãos militares e a ASI/UFPE.

Portanto, defendemos a tese que a prática violenta da vigilância foi a principal forma de intervenção da ditadura na UFPE, entre 1973 e 1985, gerando no *campus* a autocensura, o medo e transformando as relações cotidianas entre professores, alunos e funcionários, ocorrendo também outras ações repressivas cometidas pelos militares em cooperação com a reitoria, dirigentes universitários, civis e alunos e professores de direita. A comunidade acadêmica resistiu de diversas formas ao autoritarismo do governo e da reitoria: pichações, panfletos, comícios, passeatas, jornais estudantis, eventos e atividades artístico-culturais. Contexto diferente dos anos anteriores, quando outras formas de violência física foram a principal forma do Estado intervir no *campus*.

Como outras especificidades da UFPE, destacamos que, apesar de os agentes de segurança e informação buscarem interferir nas decisões da reitoria em admitir profissionais de esquerda, as contratações ocorreram em todos os casos registrados nos conjuntos documentais pesquisados. Em outras instituições, o veto influenciou nas decisões dos dirigentes. Quanto ao movimento estudantil, em Pernambuco, a ordem de reorganização foi primeiramente os DCEs, em seguida a UNE e depois a UEP. Ao contrário do que aconteceu em outras partes do país, onde a reestruturação iniciou pelos DCEs, para ressurgirem as entidades estaduais estudantis e, posteriormente, a UNE.

Durante a abertura política dos governos Geisel e Figueiredo, as possibilidades e espaços de resistência dos estudantes e professores da UFPE foram ampliados, com a crescente oposição da militância, que foi além dos muros da universidade. Ao participarem estrategicamente de ações no *campus* e nas ruas, articularem-se politicamente com diversos sujeitos e segmentos sociais. Os militantes acadêmicos tiveram como principais bandeiras melhorias educacionais e a defesa das liberdades democráticas. As lutas permanecem atuais, deixando no presente um legado de conquistas e reivindicações.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: EDUFPE, 2005.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. In: *Clio: Revista de Estudos Históricos*, Recife: UFPE, Vol. 1, nº 26, 2009, pp. 171-190.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim de. *A vigilância e a repressão política durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979): as universidades brasileiras sob a mira da ditadura*. 2019, 195f. Tese (Doutorado em História) – UFES, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2019.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ANDRADE, Manoel Correia de. O golpe de 1964 e a trajetória política de Arraes. *Clio: Série Histórica do Nordeste*, Recife, v.1, n. 22, pp. 41-42, 2004.
- ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 161-175.
- ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BARRETO; Túlio Velho; MONTENEGRO FILHO, Sérgio; SCARPA. Paulo Sérgio. *A Nova República: visões da redemocratização*. Recife: Ed. dos Autores, 2006.
- BARROS, Marisa. *Jonas! Presente ... agora e sempre!* Recife: CEPE, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BERG, Creuza. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2002.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça; SILVA, Amanda de Vasconcelos; LIMA, Márcia Goldeberg de. *Memórias de criação da Cidade Universitária e da Universidade do Recife*. Recife: EDUFPE, 2007. (Coleção Vozes da UFPE, Vol. 6).



BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Direito à verdade e à memória: luta, substantivo feminino. Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. V. 2. Brasília: CNV, 2014.

BERTONCELO, Edison. *A campanha das diretas e a democratização*. São Paulo: Humanitas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANCO, Ângelo Castelo. *Marco Maciel: um artífice do entendimento*. Recife: CEPE, 2017.

BRAYNER, Maria; BRAYNER, Nadja. Três militantes da Escola de Engenharia de Pernambuco do período da ditadura militar brasileira. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 211-217.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos* 74, 2006, pp. 25-45.

BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. *Entre lutas e protestos: Cazuza e Gonzaguinha na redemocratização*. In: XVIII Seminário Nacional de História. 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis. ANAIS, 2015.

CABRAL, Renata Campello. *Mário Russo: um arquiteto italiano racionalista em Recife*. Recife: EDUFPE, 2006.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja? História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria*. Recife: FASA, 2009.

CANCIAN, Renato. Conflito Igreja-Estado no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos das abordagens institucionais. *Revista Angelus Novos*, São Paulo, v. 7, nº 2, 2016, pp. 95-116.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. (Passo-a-passo; v. 82).

CAVALCANTE, Jannaiara Barros. *Sindicalismo docente: a luta dos professores da rede pública estadual no Recife no período da transição democrática*. 2010, 115f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2010.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. 4ª ed. revista e ampliada. Recife: CEPE, 2008, (Vol. 1)

COSTA, Rosali Ferraz da. *Campus Joaquim Amazonas: da relação entre a gestão institucional e a conservação de um patrimônio urbano*. 2016, 215f. Dissertação (Desenvolvimento Urbano) – UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1: artes de fazer. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 99 - 129. (As esquerdas no Brasil; v. 3).

COELHO, Fernando de Vasconcelos; et al. *Relatório final da comissão estadual da memória e verdade Dom Helder Câmara: volume I*. Recife: CEPE, 2017.

COELHO, Fernando de Vasconcelos; et al. *Relatório final da comissão estadual da memória e verdade Dom Helder Câmara: volume II*. Recife: CEPE, 2017.

CORREIA, Raphael Henrique Roma. *Presos em nome da ordem: prisões preventivas e a suposta solução à subversão pernambucana em 1964*, 2017, 143f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2017.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, educação superior e sociedade em Sergipe, (1950-1985)*. Maceió: EDUFAL, 2017.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Diretas-Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Revolução e democracia*. 1964 ... Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 3), pp. 409-427.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Anistia: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “Operação Ibiúna”: XXX Congresso da UNE sob o olhar da repressão política. In: MÜLLER, Angélica (Coord.). *1968 em movimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2018, pp. 101-116.

FERREIRA, André (Org.). *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*. Recife: EDUFPE, 2019.

FERREIRA, André; MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. A eleição direta para reitor promovida pela ADUFEPE. In: FERREIRA, André (Org.). *O rumo das identidades: 40 anos da ADUFEPE*. Recife: EDUFPE, 2019, pp. 61-65.

FERREIRA, Rafael Leite. *O “novo sindicalismo” urbano em Pernambuco (1979-1984): entre mudanças e permanências*. Recife: EDUFPE, 2012.

FERREIRA, Rafael Leite. *Uma flor fura o asfalto: o MDB em Pernambuco (1965-1979)*, 2018, 460f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (O Brasil Republicano; v. 4), pp. 167-205.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GAMA, Marcília. Os arquivos sobre o golpe de 1964 em Pernambuco: a memória viva da repressão. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de; BARRETO, Túlio Velho. (Orgs.) *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, pp. 151-158.

GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 173-193.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Falso, verdadeiro, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, 1998, pp. 121-127.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRINBERG, Lucia. Por um “futuro visível do país”: a campanha das Diretas na *Coluna do Castello*. In: QUADRAT, Samantha Viz (Org.). *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, pp. 34-56.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAMBO, Arnaldo. *Diário de Pernambuco: história e jornal de quinze décadas*. Rio de Janeiro: Editora Cruzeiro, 1975.

JESUS, Paulo Sérgio de. A Cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970). *Projeto História*, São Paulo, n.33, pp. 365-174, 2006.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 158-171.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 111-153.

KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. Os trotskismos no Brasil: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, pp. 153-237. (Partidos e movimentos após os anos 1960; v. 6).

KNAUSS, Paulo. *O desafio de fazer história com imagens*. ArtCultura, Uberlândia, vol. 8, nº 12, 2006, pp. 97-115.

KOPANYSHYN, Emanuelle. *A ação política dos bispos católicos na ditadura militar: os casos de São Carlos e Assis, 2015*, 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – UFSCar, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2015.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *Memórias de esquerdas: o movimento estudantil em Juiz de Fora de 1974 a 1985*. Juiz de Fora/MG: Funalfa Edições, 2011.

LACERDA, Gislene Edwiges de. *O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida*. 2015, 216f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2015.

LEONELLI, Domingos; OLIVEIRA, Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LONGHI, Carla Reis. Vigilância e visibilidade: estratégias de controle da ditadura civil-militar. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 15, nº 22, 1º sem. 2014, p. 92-113.

LUCENA, Fabíola Alves de. *A comunicação clandestina no movimento estudantil em Recife durante a ditadura militar*, 2016, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2016.

LUNARDI, Rafaela. Elis Regina: entre o canto e a política na década de 1970. *Artcultura*, Uberlândia, v. 16, nº 29, 2014, p. 187-202.

MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos Movimentos Estudantis de Engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1974)*. 2008, 140f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.

MACHADO, Otávio Luiz. Ruy Frasso [sic] Soares: a militância na EEP. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 215-217.

MANSAN, Jaime Valim. *Subversivos: ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988)*, 2014, 336f. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2014.

MANSAN, Jaime Valim. A formação dos agentes de inteligência nos primórdios da Escola Nacional de Informações (Brasil, 1972). In: MARCO, Jorge; SILVEIRA, Hélder Gordim da; MANSAN, Jaime Valim (Orgs.). *Violência e sociedade em ditaduras ibero-americanas no século XX: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, pp. 79-98.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, pp. 73-98.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 2. ed. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950-1964). *Clio*, Recife, v. 1, n.º 22, 2004, p. 215-235.

MONTENEGRO, Antonio. Ligas camponesas e os conflitos no campo. In: ARAÚJO, Rita de Cássia de; BARRETO, Túlio Velho (Orgs.). *1964: o golpe passado a limpo*. Recife: Ed. Massangana, 2007, pp. 93-101.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

MORAES, Márcio André Martins de. PRENDÊ-LO. EVITEM: as ruas de Recife como palco para a repressão policial sobre o padre Laurence Edward Rosenbaugh. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades*, n.º 16, pp. 1-27, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS; Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA,

Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, pp. 48-65.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória. Os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, 2008, p. 43-66.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informação das universidades. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, nº 16, 2008, p. 30-67.

MOURA, Laudyslaine Natali Silvestre de. *A criação da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (ADUFEPE) no contexto da abertura política (1975-1984)*, 2018, 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPE, Centro de Educação, Recife, 2018.

MÜLLER, Angélica. *O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)*. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado Nascimento. A ditadura militar e o ensino de História: uma relação conflituosa. *Estação Científica (UNIFAP)*, Macapá, v. 6, n. 3, pp. 29-39, 2016.

NASCIMENTO, Dmitri Félix do. *O Serviço Nacional de Informações: Pernambuco vigiado*, 2013, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2013.

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. *Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975). Sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins*. 2004, 449f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2004.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. *Do fragmento à organização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)*. 2015, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPB, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: as problemáticas dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n.10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 130-143, 2013.

PAULA, Betse de. *Zelito Viana: histórias e causas do cinema brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO. *Sobre o Movimento Estudantil*. 2. ed. Ilustrada e Ampliada. Recife: Edições Manuel Lisboa, 2005.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. Uma aventura política: as movimentações estudantis dos anos 1970. 1997, 282f. Dissertação (Mestrado em História) - UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

PEREIRA, Ludmila Gama. *Nenhuma ilha da liberdade: vigilância, controle e repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)*. 2016, 321f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2016.

PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo a manhã: história do Diretório Central da Unicamp*. 2006, 292f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, 2006.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *História da educação: de Confúcio a Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. *Estudantes em movimento: (Fortaleza, 1969-1979)*, 2008, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – UFC, Centro de Humanidades, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, nº 47, 2012, p. 19-41.

QUEIROZ, Airton. O movimento estudantil e o PCB: um depoimento. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luiz (Orgs.). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: EDUFPE, 2007, pp. 227-230.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 13-36.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984*. 2007, 248f. Dissertação (Mestrado em História) – USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: a(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*, 2008, 118f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2008.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; *Et al. A instituição imaginária educacional e catedrática e a primeira greve docente (1951) da UFPE*. Recife: EDUFPE, 2013.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; *et. al. “Cajá está sendo torturado e você vai à aula?”*. Recife: EDUFPE, 2020

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (Org.). *UFPE: instituição, gestão, política e seus bastidores*. Recife: EDUFPE, 2012.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. *Conciso roteiro de documentos administrativos da Universidade do Recife*. Recife: EDUFPE, 2011.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; *Et al. Atas do Conselho, da Assembleia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife - junho de 1959 a agosto de 1964*. Recife: EDUFPE, 2010.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. *A primeira greve estudantil da UFPE: a tutela patriarcal à construção ambígua de sua autonomia*. Recife: EDUFPE, 2010.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. *Memória institucional, esquecimento e ideologia: aproximando-se do imaginário social da instituição do ensino superior público*. In: XXIX Congresso Alas Chile Crisis Y Emergencias Sociales en América Latina, Santiago, 2013.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA, Talita Maria Soares da. *O Reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário*. Recife: EDUFPE, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, set./dez., 2008b.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. *A UPE une o Paraná: (re)organização do movimento estudantil paranaense (1974-1985)*. 2018, 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Faculdade de Educação, Campinas, 2018.

SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica*. Recife: EDUFPE, 2017.



SILVA, Leandro Patrício da. *“Pernambucanidade na sua expressão representativamente política”*: a fabricação da cultura política da pernambucanidade (1964-1988). Tese (Doutorado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2019.

SILVA, Suéllen Rodrigues Ramos da; MAGALHÃES, Luiz Antonio Mousinho. Feições do povo brasileiro em Gota D’Água. *Revista Línguas e Letras*, Cascavel, v. 14, n. 27, 2013, pp. 1-16.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: EDUFPE, 2014.

SILVA, Simone Tenório Rocha e. *Em busca da utopia: as manifestações estudantis em Pernambuco (1964-1968)*, 2002, 202f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.

SILVA, Maria Betânia e; SILVA, Fabiana Cristina da Silva; SILVA, Margarete Maria da. 30 anos de uma história: a pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 11, n.1, jan./jun., 2012.

SILVA, Maria Betânia e; *Et al* (Orgs.). *Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE: 30 anos de uma história (1978-2008)*. Recife: EDUFPE, 2008. (Coleção Vozes da UFPE, Vol. 5).

SILVEIRA; Marco Antonio; MAIA; Marta Regina; PEREIRA, Mateus Henrique de; SILVA, Camilla Cristina. *Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região*. Ouro Preto: EDUFOP, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, pp. 131-137.

SOARES, Thiago Nunes. *Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil*. Curitiba: Appris, 2018.

SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: “anistia ampla, geral e irrestrita”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, nº 17, 2016, p. 350-383.

SOUZA, Jonathan Soares de. *A esperança equilibrista: a campanha pela anistia política*. 2018, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

THIESEN, Icléia. *Documentos sensíveis, memória e ditadura: do recolhimento ao estatuto de patrimônio da humanidade*. In: I Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais. 27 set. 2016, Rio de Janeiro. Anais ... CDOC-ARREMOS/UNIRIO, 2016.

UFES. Comissão da Verdade. *Relatório final da Comissão da Verdade: Universidade Federal do Espírito Santo*. Vitória: UFES/Supecc, 2016.

UFRN. *Comissão da verdade da UFRN: relatório final*. Natal: EDUFRN, 2015.

UNB. *Relatório final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade*. Brasília: UnB, 2015.

VALE JÚNIOR, João Batista. *Longe demais das capitais? Cultura política, distinção social e movimento estudantil no Piauí (1935-1984)*. 2010, 311f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2010.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do movimento estudantil gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e o seu papel*. 2011, 411f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Palácios cariados: a elite universitária e a ditadura militar – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*, 2018, 389f. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2018.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Sociabilidades letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)*. Recife: EDUFPE, 2012.

VERAS, Dimas Brasileiro. *Universidade e ditadura militar: relações entre o Conselho Universitário e o movimento estudantil conservador – o caso da Universidade Federal de Pernambuco (1964-1975)*. In: 30º Simpósio Nacional de História. Recife. Anais, 2019.

ZANETI, Hermes. *Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária no Brasil*. Brasília: EDUNB, 2001.

## **INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES**

### **Arquivo Nacional – Rio de Janeiro e Brasília.**

Acervo do Memórias Reveladas – Centro de Referências das Lutas Políticas do Brasil (1964-1985).

### **Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE) – Hemeroteca.**

*Diário de Pernambuco* – 1983 a 1985.

### **Acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS/PE).**

Prontuários Funcionais: Movimentos Estudantis (27778A), Movimentos Estudantis (27778B), Associação dos Docentes da UFPE (30.357), Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Pernambuco - UFPE (6490), Diretório Acadêmico de Cursos

- Anexos Medicina, Odontologia e Farmácia (27.051), Diretório Acadêmico de Engenharia (26.700), Diretório Demócrito de Souza Filho (5793), Diretórios Acadêmicos (1009), Informação - Pessoas Cogitadas para o Cargo de Diretor da Faculdade de Direito da UFPE (26.992), Ofícios da UFPE e SSP/PE (7272), Pasta da UFPE (5369-A), UFPE, UFRPE, UNICAP, FESP – Inquéritos (430), UFPE - Membros da Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade – 1981/1982 (4437), Universidade Federal de Pernambuco (5369-A e B), Infiltração Soviética no Meio Estudantil ou Infiltração Comunista no Nordeste (26.939), Inquéritos Estudantis (28.801), Inquéritos estudantis/ Estudantes/Inquéritos (29.096), Luta Estudantil (28.383), Movimento Estudantil (7458), Panfletos Estudantis (26.617), Recortes de Jornais/Movimento Estudantil – Greve (5491), SSP/Departamento de Ordem Social – Inquéritos Estudantis (431) e Informações sobre atividade da UNE 04/1974 (30.468).

**Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.**

*Diario de Pernambuco* – 1974 a 1984.

**Arquivo Pessoal de Edval Nunes da Silva Cajá.**

Documentos policiais, recortes de jornais e correspondências sobre a sua prisão política.

## ANEXO I

<b>LISTA DOS EX-REITORES DA UFPE</b>	
<b>Nome</b>	<b>Período</b>
Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas	agosto de 1946 a agosto de 1959
João Alfredo Gonçalves da Costa Lima	agosto de 1959 a junho de 1964
Newton Maia	julho de 1964 a agosto de 1964
Murilo Humberto de Barros Guimarães	agosto de 1964 a agosto de 1971
Marcionilo de Barros Lins	agosto de 1971 a agosto de 1975
Paulo Frederico do Rego Maciel	setembro de 1975 a setembro de 1979
Geraldo Lafayette Bezerra	dezembro de 1979 a abril de 1983
Geraldo Calábria Lapenda	abril de 1983 a novembro de 1983
George Browne do Rêgo	novembro de 1983 a novembro de 1987
Edinaldo Gomes Bastos	novembro de 1987 a novembro de 1991
Éfrem de Aguiar Maranhão	novembro de 1991 a novembro de 1995
Mozart Neves Ramos	dezembro de 1995 a fevereiro de 2003 (dois mandatos)
Geraldo José Marques Pereira (Vice-Reitor no exercício da Reitoria)	fevereiro de 2003 a outubro de 2003 (concluiu o segundo mandato de Mozart Neves Ramos)
Amaro Henrique Pessoa Lins	outubro de 2003 a outubro de 2007 (primeiro mandato) / outubro de 2007 até outubro de 2011
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado	outubro de 2011 até hoje

Fonte:

<[https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com\\_content&view=article&id=55&Itemid=190](https://www3.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=190)>, acessado em 07. Set. 2018.

## APÊNDICE I

<b>CRONOLOGIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DURANTE A DITADURA</b>	
1964	A UNE e as entidades universitárias estaduais, entre elas a UEP, sofrem intervenção dos militares.
1964	Assinatura dos acordos MEC/USAID, convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Eles tinham o objetivo de uma reforma profunda no ensino brasileiro e a implantação de modelo estadunidense nas universidades.
09/11/1964	Aprovação da Lei Suplicy de Lacerda (Lei nº 4.464).
27/10/1964	Declarada a extinção da UNE.
28/07/1966	XXVIII Congresso da UNE em Belo Horizonte.
1967	A UNE realizou o XXIX Congresso em Valinhos, São Paulo.
1968	Foram instituídas, nas empresas públicas, autarquias e fundações, as ASI/AESI.
03/1968	Assassinato do estudante Edson Luís – repercussão nacional.
12/10/1968	Durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna/SP vários estudantes foram presos, impactando repressivamente nas entidades e lideranças universitárias.
1969	Sancionada a Lei nº 5540, implantando a Reforma Universitária no país.
02/1969	Aprovação do Decreto 477/69.
1973	Lançamento da primeira chapa opositora nas eleições para o DCE/UFPE, após vários anos.
1974 – 1976	Atuação do movimento estudantil no país com práticas de resistência, mas sem grandes lutas políticas.
1977-1979	Período em quem o movimento estudantil apresentou-se como um relevante protagonista político no Brasil, sendo um dos responsáveis pela recondução da sociedade na luta pelo retorno das liberdades democráticas.
06/1977	Eleição do DCE/UFPE. Chapa eleita: “Reconstrução”. Presidente do DCE/UFPE: Constantino Magno de Oliveira.
21 a 27/09/1977	Realização da Semana Nacional Pelas Liberdades Democráticas no <i>campus</i> da UFPE.

09/03/1978		A primeira assembleia estudantil na Unicap, após dez anos.
16/05/1978 22/05/1978	a	Greve em defesa da libertação do estudante da UFPE Edval da Silva Nunes Cajá, preso pela polícia federal, em 12 de maio de 1978.
1979		A partir de 1979, o movimento estudantil perdeu protagonismo para outros segmentos sociais na luta contra a ditadura, como foi o caso do movimento sindical.
1979		A UNE é reconstruída e volta à legalidade, após o Congresso de Salvador.
1979		Em 1979 Figueiredo anulou o Decreto-Lei nº477/1969.
09/04/1979		Eleições do DCE/UFPE, eleita chapa “Correnteza”. Votos indiretos dos diretórios da universidade.
24/04/1979 a 09/05/1979		Greve dos estudantes da Escola de Química da UFPE.
22/08/1979		Aprovação da Lei da Anistia.
01/09/1980		Início da greve estudantil da UFPE, com adesão de 15.000 alunos e apoio docente.
08/09/1980		Início da greve de professores da UFPE.
09/09/1980 13/09/1980	a	Greve dos alunos da UFRPE.
12 e 12/11/1980		Eleições da UEP. Eleita a chapa <i>Viração</i> . Presidente: Pedro Laurentino Reis Pereira (UFRPE e Secretário de Exatas da UNE). Vice-presidente: Luzimar Brandão Ramos (DA de Ciências Sociais/UFPE).
1981		Eleições para diretoria da UNE, eleita a chapa <i>Viração</i> . Secretário Geral: Luiz Marinho de Alencar Falcão (UFPE); Vice-presidente/NE: Alzira Josefa Siqueira de Medeiros (UFPE). CC/PCdoB, MR-8/PCB (Ala Prestes) e PCR.
24/03/1981		Lançamento do Comitê Solidário a El Salvador, no DCE/UFPE.
27/08/1981		Início da greve dos estudantes de Geologia da UFPE, finalizada no mês de outubro (na documentação não foi informada o dia exato do fim).
08 e 09/06/1983		Eleições para DCE/UFPE. Eleita a Chapa Mudança: PCB, PC do B e MR-8. Presidente: Renildo Vasconcelos Calheiros.
30/09 a 02/10/1984		Realização do XXIII Congresso da UEP.
19 e 20/09/1984		Eleições para DCE/UFPE. (Gestão 1984-1985).

11 A 13/10/1985	Realização do XXV Congresso da UEP.
04 e 05/12/1985	Eleições para DCE/UFPE. Vencedora a Chapa <i>DCE É PRA LUTAR</i> , de tendência <i>Caminhando</i> , do Partido Revolucionário Comunista. Presidente: Paulette Cavalcante de Albuquerque. Vice-presidente: Sheila Maria Assis de Oliveira.

## APÊNDICE II

<b>TENDÊNCIAS IDENTIFICADAS NO INTERIOR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFPE (1978-1984) PELOS AGENTES DE SEGURANÇA<sup>730</sup>.</b>	
1978	DCE: <i>Liberdade</i> (PCB), <i>Alternativa e Luta</i> (Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária, OCML-PO) e <i>Atuação e Luta</i> (Movimento Revolucionário Oito de Outubro, MR-8) <sup>731</sup> .
1980	Tendência <i>Caminhando</i> , Ala Esquerda do PCdoB, enquanto dirigente do DA do CFCH <sup>732</sup> .
1982	Tendência <i>Caminhando</i> , Ala Esquerda do PCdoB, chapa <i>Alternativa</i> , concorrente às diretorias da UEP e do DCE/UFPE e a chapa <i>Canto Geral</i> , “grupo surgido no ME” <sup>733</sup> .
1984	Em 1984, agentes do SNI de Recife constataram que, na UFPE, houve a presença da <i>Caminhando</i> no Partido Revolucionário Comunista (PRC) <sup>734</sup> , cujos militantes universitários estariam ligados ao PT <sup>735</sup> . Nesse ano, os agentes do IV Exército verificaram que, na UFPE, militantes do PT e da Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS) constituíram o núcleo da tendência <i>Travessia</i> <sup>736</sup> .

<sup>730</sup> Elaborada a partir dos indícios documentais, tendo em vista o perfil dos acervos pesquisados, conforme discutido anteriormente na tese. A lista pode ser completada com estudos futuros, inclusive, por outros pesquisadores, sendo a história oral um profícuo caminho para suprir as lacunas de informações.

<sup>731</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0019719-1981. Informação confidencial nº 681, de 01 de agosto de 1978. (grifos do documento).

<sup>732</sup> Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_061A\_0183. Informe confidencial nº 755, de 28 de setembro de 1983.

<sup>733</sup> Arquivo Nacional. Fundo: CISA. ID: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_061A\_0183. Informe confidencial nº 755, de 28 de setembro de 1983.

<sup>734</sup> Instituição distinta do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

<sup>735</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0063101-1984. Informação confidencial nº 183, de 27 de julho de 1984.

<sup>736</sup> Arquivo Nacional. Fundo: SNIG. ID: I0066904-1985. Quadro confidencial de militantes da ORM-DS, 1984. Informe confidencial nº 1354, de 07 de dezembro de 1984.